

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - PR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MESTRADO EM HISTÓRIA

ZULEIDE MARIA MATULLE

**“TENHO A HONRA DE INFORMAR QUE AQUELE ALEMÃO É UM SÚDITO DO
EIXO”: TENSÕES ENTRE ALEMÃES E BRASILEIROS EM UNIÃO DA VITÓRIA E
PORTO UNIÃO NO ESTADO NOVO**

PONTA GROSSA

2017

ZULEIDE MARIA MATULLE

**“TENHO A HONRA DE INFORMAR QUE AQUELE ALEMÃO É UM SÚDITO DO
EIXO”: TENSÕES ENTRE ALEMÃES E BRASILEIROS EM UNIÃO DA VITÓRIA E
PORTO UNIÃO NO ESTADO NOVO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa –
UEPG, para obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História, Cultura e Identidades.
Linha de Pesquisa: Discursos, representações: produção
de sentidos.

Orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves.

PONTA GROSSA

2017

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Matulle, Zuleide Maria
M445 "Tenho a honra de informar que aquele
alemão é um súdito do eixo": tensões entre
alemães e brasileiros em União da Vitória
e Porto União no Estado Novo/ Zuleide
Maria Matulle. Ponta Grossa, 2017.
187f.

Dissertação (Mestrado em História -
Área de Concentração: História, cultura e
identidades), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Niltonci Batista
Chaves.

1.Alemães e brasileiros. 2.Conflitos.
3.Estado Novo. 4.DOPS\PR. 5.O Comércio.
I.Chaves, Niltonci Batista. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Mestrado em História. III. T.

CDD: 981.62



TERMO DE APROVAÇÃO

ZULEIDE MARIA MATULLE

"TENHO A HONRA DE INFORMAR QUE AQUELE ALEMÃO É UM SÚDITO DO EIXO!": TENSÕES ENTRE ALEMÃES E BRASILEIROS EM UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO NO ESTADO NOVO.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 28 de agosto de 2017, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. NILTONCI BATISTA CHAVES (UEPG)
Orientador

Prof. Dr^a. ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA (UFPR)

Prof. Dr. RAFAEL ATHAÍDES (UFMS)

Prof. Dr. EDSON ARIANDO SILVA (UEPG)

Ponta Grossa, 28 de agosto de 2017.

DEDICATÓRIA

In memoriam de Otto João Matulle, meu avô, filho de imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no final do século XIX. Vivendo na Linha Concórdia, colônia Cruz Machado (PR), na década de 1940, ele desenvolveu atividades de inspetor de quarteirão, uma espécie de instrumento de vigilância da polícia. Ele! Um teuto-brasileiro, sujeito que passou a viver em dois mundos. Foi sua trajetória de vida a grande inspiração desta pesquisa histórica.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho contou com muitas pessoas que precisam se sentir agradecidas. Inicialmente, preciso agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Niltonci Batista Chaves, profissional muito competente que me acolheu entre os seus orientandos/as e dividiu comigo muito dos seus conhecimentos. Foi quem me proporcionou uma experiência ímpar durante esses dois anos que influenciará minha carreira como docente e pesquisadora no campo da História, pois me fez olhar com mais rigor para a imprensa como fonte e objeto de pesquisa na construção do conhecimento histórico. Agradeço-lhe o auxílio, os diálogos, os materiais e a forma como conduziu-me até o final desse caminho que descobri e escolhi trilhar.

Quero agradecer também aos professores que compuseram minha banca. Em primeiro lugar ao Prof. Dr. Rafael Athaides (UFMS), o qual aceitou prontamente o convite para fazer parte da banca e que contribui significativamente na minha qualificação. Seus apontamentos e correções foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão do trabalho. Quero agradecer ao Prof. Dr. Edson Armando da Silva (UEPG), o qual contribuiu com essa pesquisa de forma muito significativa, inicialmente, fazendo-nos repensá-la durante a disciplina de Metodologia, bem como na qualificação com suas considerações em relação ao método utilizado no trato das fontes. Agradeço ainda a Prof. Dra. Roseli T. Boschilia (UFPR), que prontamente aceitou o convite e disponibilizou seu tempo para participar da banca.

Devo agradecer também aos meus familiares porque eles sempre me incentivaram e souberam compreender minhas ausências durante esses dois anos de estudos, pesquisas e de escrita da dissertação. Sou grata, de forma especial, aos meus irmãos Otto João Matulle Neto e Otávio Pedro Matulle, pois eles sempre estiveram prontos para viajar para a cidade de Ponta Grossa quando eu precisei. Agradeço de forma muito carinhosa a minha mãe Maria Pucailo, pessoa que mais sentiu minha ausência durante esse percurso.

Agradeço ao meu pai, Oli Pedro, o “seu Matulle”, pois ele é o principal responsável pelo meu interesse em temas como a imigração alemã, o nazismo, a polícia política e o Estado Novo. Ele, dono de uma memória incrível, sempre compartilhou com meus irmãos e comigo suas memórias sobre os alemães e a guerra, sobre as atividades do meu avô como inspetor de quartirão durante o Estado Novo, os entreveros que ele passou e presenciou enquanto um braço da polícia na localidade de Linha Concórdia – Cruz Machado, no Paraná. Foram essas memórias, cheias de vida, nas quais podíamos quase vê-lo diante de nós, que me fizeram querer entender de forma acadêmica a repressão aos sujeitos de origem alemã no país, objeto

dessas páginas que agora apresentamos.

Quero agradecer ainda ao Prof. Dr. Ilton Cesar Martins (UNESPAR), que me orientou em todas as atividades durante a graduação, fornecendo-me a base necessária para alçar vôos mais altos. Estendo meus agradecimentos aos demais professores do colegiado de História da UNESPAR, campus de União da Vitória, que ontem foram meus professores e hoje são meus colegas de trabalho, os quais sempre me incentivaram.

Agradeço também a Jéssica Caroline de Oliveria, minha colega no mestrado, que participou dessa minha louca vida de pós-graduanda. Foram várias as conversas, as trocas de experiências, os desabafos e também as risadas, muitas risadas, fazendo com que essa caminhada fosse mais fácil e descontraída.

O passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas, o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa.

Marc Bloch

“TENHO A HONRA DE INFORMAR QUE AQUELE ALEMÃO É UM SÚDITO DO EIXO”: TENSÕES ENTRE ALEMÃES E BRASILEIROS EM UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO NO ESTADO NOVO

RESUMO

A presente pesquisa investiga aspectos do relacionamento entre imigrantes alemães, descendentes e brasileiros durante o Estado Novo nos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC). Essa investigação é pertinente na medida em que naquele momento os alemães e teuto-brasileiros foram entendidos, inicialmente, como desagregadores da unidade nacional e, posteriormente, como inimigos do regime político implantado em novembro de 1937. O governo fez uso da disseminação de um imaginário através de símbolos e dispositivos legais, no qual as pessoas consideradas contrárias aos interesses nacionais deveriam ser combatidas. Nesse contexto, a censura aos meios de comunicação e a repressão policial instalaram-se por toda parte e a população era mantida em estado de alerta, gerando os mais variados conflitos. Para investigar essas questões separamos como fonte os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS\PR), disponíveis no Arquivo Público do Estado do Paraná, bem como exemplares do jornal O Comércio de 1937 a 1945. Investiga-se como os documentos encontrados na DOPS\PR e os discursos produzidos e publicados pelo jornal O Comércio revelam as tensões entre imigrantes alemães\descendentes e os brasileiros nos municípios de União da Vitória e Porto União no contexto da repressão do Estado Novo. Também utilizamos os livros de atas da Câmara de Vereadores de União da Vitória (1890-1905) e fotografias que retratam espaços e eventos locais para a reconstituição do universo espacial que essa pesquisa aborda. Utilizamos nessas fontes a metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Trata-se da análise qualitativa, tendo como regra de contagem a presença\ausência. Como os municípios em questão possuem um número significativo de descendentes de imigrantes alemães, talvez, produzindo um trabalho dessa natureza possamos encontrar algumas explicações para as tensões vividas entre os sujeitos e as contradições desse período que foi relevante para a história do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Alemães e brasileiros. Conflitos. Estado Novo. DOPS\PR. O Comércio

"I HAVE THE HONOR TO INFORM THAT GERMAN IS A SUBJECT OF THE AXIS": TENSIONS BETWEEN GERMANS AND BRAZILIANS IN UNIÃO DA VITÓRIA AND PORTO UNIÃO ON THE ESTADO NOVO

ABSTRACT

This research investigates the aspects of the relationships between German migrants, descendants, and Brazilians during the Estado Novo on the municipalities of União da Vitória (PR) and Porto União (SC). This investigation is pertinent insofar as on that moment the Germans and German-Brazilians were understood, initially, as disruptives of the national unity and, afterward, as enemies of the politic rule implanted on November 1937. The government used the dissemination of an imaginary through symbols and legal dispositives, on which the people considered against the national interests should be combated. On this context, the censorship to the mass media and the police repression settled in everywhere and the population was kept in an alert state, resulting in the most varied conflicts. To investigate these matters we separated as sources the documents produced by the Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS/PR), available on the Paraná State Public Archive, as well as copies of the newspaper O Comércio, from 1937 to 1945. We investigate how the documents found on DOPS/PR and the speeches produced and published by the newspaper O Comércio reveal the tensions between German migrants/descendants and the Brazilians in the municipalities of União da Vitória and Porto União, on the context of the repression of the Estado Novo. We also used the minutes books of the City Council of União da Vitória (1890-1905) and pictures that depict spaces and local events to the reconstitution of the spacial universe that this research covers. On these sources, we used the Laurence Bardin (2001) content analysis methodology. It is the qualitative analysis, having as counting rule norm the presence/absence. As the municipalities in question have a significant number of German descendants and migrants, perhaps, producing a work of that nature we can find some explications to the tensions experienced by the subjects and the contradictions of this period that were relevant to the contemporary Brazil history.

Key-Words: German and Brazilians. Conflicts. Estado Novo. DOPS/PR. O Comércio.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Primeira página do jornal O Comércio, edição de 5 de junho de 1938.....	31
Imagem 02	Portaria nº 30, de 28 de janeiro de 1942.....	53
Imagem 03	Arrolamento dos materiais apreendidos na residência de Henrique Klein.....	58
Imagem 04	Vista geral da Vila de União da Vitória (1905).....	84
Imagem 05	Estação ferroviária de Porto União.....	86
Imagem 06	Praça Hercílio Luz.....	87
Imagem 07	Segunda e terceira página do jornal O Comércio, 25 de fevereiro de 1949.....	91
Imagem 08	Estação União - lado Porto União, na década de 1940.....	92
Imagem 09	Vista panorâmica dos municípios de União da Vitória e Porto União.....	94
Imagem 10	Propagandas da fábrica de bebidas de Antonio Missau.....	100
Imagem 11	Ofício a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, 1943	102
Imagem 12	Coluna General Mesquita, em 1914.....	104
Imagem 13	Passagem de Getúlio Vargas por União da Vitória e Porto União.....	108
Imagem 14	O que são os paraquedistas alemães.....	118
Imagem 15	Material fotográfico da RDV.....	120
Imagem 16	Propagandas de casas comerciais no jornal O Comércio.....	128
Imagem 17	Envelope da carta do denunciante anônimo.....	134
Imagem 18	Documento sobre Walter Bach.....	153
Imagem 19	Reunião de membros da célula nazista de Porto União.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Comércios e prestadores de serviço 1920 – 1926.....	88
Tabela 02	Densidade populacional dos municípios em 1940.....	93
Tabela 03	Produção e comércio de Porto União em 1943.....	96
Tabela 04	Relação de casas comerciais encontrados no jornal O Comércio.....	97
Tabela 05	Relação de funcionários da Empresa Alexandre Schlemm em 1942.....	98
.		

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1: OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA CONJUNTURA DO ESTADO NOVO.....	19
1.1 A imprensa como dispositivo de controle da vida coletiva no Estado Novo.....	21
1.2 “Estrangeiros”: uma categoria incômoda no campo político do Estado Novo.....	33
1.3 Os alemães e teuto-brasileiros sob suspeita.....	42
1.4 A estruturação da polícia política no Brasil e no Paraná	60
CAPÍTULO 2: OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA CONFIGURAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO.....	72
2.1 Antecedentes históricos e povoamento em União da Vitória e Porto União.....	74
2.2 Os alemães e os teuto-brasileiros na configuração do quadro urbano.....	82
2.3 União da Vitória e Porto União como “centro de desarmonias constantes”	103
CAPÍTULO 3: OS CONFLITOS ENTRE ALEMÃES, TEUTO-BRASILEIROS E BRASILEIROS NO JORNAL O COMÉRCIO E NOS DOCUMENTOS DA DOPS\PR.....	112
3.1 O Comércio: um jornal, múltiplas ideias em confronto.....	114
3.2 O cotidiano de alemães, teuto-brasileiros e brasileiros em União da Vitória e Porto União.....	130
3.3 Os alemães e teuto-brasileiros no discurso do policial.....	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
FONTES.....	172
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

INTRODUÇÃO

União da Vitória e Porto União são municípios limítrofes entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Eles são entendidos aqui como um recorte da espacialidade, que expressa particularidades, dentro de uma totalidade com a qual se articula. Esses municípios são banhados pelo rio Iguaçu e cortados pela Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, construída no início do século XX¹. Até 1916 esse território formava um único município, o de União da Vitória, em território paranaense. Nesse ano, porém, com o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, uma parte do território que formava União da Vitória foi desmembrada dando origem a Porto União². A fronteira municipal e interestadual foi materializada no rio Iguaçu, bem como na EFSPRG e, apesar de arredados no que diz respeito à administração pública, os municípios continuaram a compartilhar características muito semelhantes, tanto, que é difícil separá-los para a realização de uma análise histórica como a que propomos nessas páginas.

Os primeiros ocupantes da região que compreende hoje esses municípios foram indígenas de diferentes etnias. Entretanto, em meados do século XIX esse espaço passou pelo processo de colonização, com a entrada de imigrantes de diferentes nacionalidades como, por exemplo, ucranianos, poloneses, italianos e alemães. Esses sujeitos instalaram-se ao longo do tempo nas colônias fundadas pela iniciativa pública e particular, bem como no quadro urbano que se desenvolvia as margens do rio Iguaçu, principalmente os alemães e teuto-brasileiros³. Falamos, portanto, de um ‘pequeno mundo’ formado por múltiplas feições étnicas, com imigrantes alemães e descendentes espalhados por todos os setores dessa sociedade.

A história desses municípios fronteiriços, numa perspectiva local e suas relações com o macro, a recuperação da textura da vida de sua variada população no passado, como informa Raphael Samuel (1990), encontra-se, ainda, por ser investigada de forma acadêmica sob muitos aspectos. Entre eles podemos destacar aquele que diz respeito ao período do Estado

¹ Doravante mencionada como EFSPRG.

² Segundo Hapner (2013, p. 249) as divergências em relação aos limites territoriais entre esses dois estados têm origem no século XIX, quando a Vila de Lages e todo o seu termo foram desanexados da província de São Paulo. A província de Santa Catarina passou a entender que o termo de Lages correspondia a todo o sertão, indo até “os espanhóis”. Dessa opinião discordou primeiro São Paulo, depois o Paraná, quando foi elevado à categoria de província no ano de 1853. De qualquer forma, a jurisdição paranaense na região era exercida. Soluções políticas foram tentadas pelos estados ao longo da segunda metade do século. Sem êxito, o litígio entrou o século XX e foi acirrado com a construção da EFSPRG e pelo início das atividades da *Lamber Southern Corporation*, que passou a explorar as terras da região contestada. Em 1916, ajustou-se o Acordo fixando-se os novos limites, com a intervenção do Presidente da República, Wenceslau Braz.

³ Filhos de alemães nascidos no Brasil.

Novo (1937-1945). Nessa conjuntura ganhou corpo a ideia de que alemães e teuto-brasileiros presentes no país eram os principais desagregadores da unidade nacional pretendida pelo Estado, sendo-lhes imposto o abasileiramento forçado através de um Plano de Nacionalização, levado a efeito logo após a implantação do Estado Novo em 1937.

A partir de 1942, com o rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro em relação à Alemanha e o posicionamento do Brasil na Guerra, ocorrido, respectivamente, no mês de janeiro e agosto, esses sujeitos foram transformados em inimigos militares do regime, considerados contrários aos interesses nacionais, ditos traidores da pátria. Para o governo é como se esses indivíduos, independente da sua diversidade, estivessem sempre prontos para atacar, como se fossem dotados de uma força perigosa capaz de desarticular a ordem política instaurada no país, ou então, convidar as pessoas a todo tipo de desordem.

Trata-se de um governo autoritário que lançou mão da disseminação de um imaginário social, do dispositivo da censura aos meios de comunicação, com vistas a sua própria legitimação. Ademais, verifica-se a utilização da repressão através da polícia política, localizando, vigiando e retirando essas pessoas do convívio social, os chamados presos políticos. As determinações emanadas da esfera administrativa do país, através da promulgação de inúmeros decretos-leis, modificaram a visão que os sujeitos tinham uns dos outros, transformando significativamente o relacionamento entre as pessoas. Em União da Vitória e Porto União, por exemplo, os alemães, seus descendentes e a população brasileira protagonizaram no interior da cotidianidade as mais diversas situações de conflito.

Assim, as páginas que seguem demonstram um enredo possível sobre os desdobramentos locais dessa política de controle, discussão que diz respeito ao político, na acepção de René Rémond (2003) sobre o campo da Nova História Política. Nessa abordagem o político é feito de dissenso, de conflitos, não tendo uma definição estreita e nem fronteiras fixas, não é isolado de outras dimensões da vida coletiva e da existência do individual. Em diálogo com o autor, demonstramos que o político está tanto na capacidade de impor as leis, a obediência e a punição, como em cada ação de pessoas comuns no conjunto social.

Das fontes e da metodologia utilizada

Para construir um enredo possível sobre os desdobramentos locais dessa política optamos por utilizar dois tipos de documentos, os quais são muito diferentes um do outro, porém, muito ricos para essa análise histórica. Começamos pelo jornal O Comércio. Trata-se

de um jornal plural, fundado no município de Porto União por Hermínio Milis, aos 11 dias de junho do ano de 1931. Estamos falando de um empreendimento direcionado ao planalto norte catarinense, porém, com circulação também no município de União da Vitória.

O Comércio era distribuído semanalmente. Mas, sempre enfrentou problemas para circular assiduamente devido a dificuldades de ordem econômica e técnica como, por exemplo, a falta de equipamentos. O jornal também passou por problemas de ordem política devido à conjuntura que o país experimentou ao longo das décadas de 1930 e 1940. Esse jornal tinha como fonte de receita a assinatura por seis meses a um ano, a venda avulsa e a publicidade de produtos e serviços locais e nacionais. Selecionamos os jornais que correspondem aos anos de 1937 a 1945, os quais totalizaram 85 exemplares⁴. Nesse período, o jornal procurava circular entre um público bastante diverso. Afirmamos isso com base na existência em suas páginas de uma variedade grande de conteúdos. Os exemplares se apresentavam aos leitores da época entre quatro e seis páginas, sendo que o conteúdo estava organizado mais ou menos da seguinte forma: Seção Livre, Literatura, Editais da Prefeitura de Porto União, Notas Forenses, Coluna Médica, Notas de Interesse Local e Agradecimentos.

Além desse jornal utilizamos como fonte primária de pesquisa os documentos produzidos pela extinta Delegacia de Ordem Política e Social, seção Paraná. Trata-se da chamada DOPS\PR, documentos referentes ao primeiro governo de Getúlio Vargas. Selecionamos documentos dos anos de 1942 a 1945, ou seja, do rompimento das relações diplomáticas e declaração de guerra do governo brasileiro aos países que formavam o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) até final do Estado Novo.

Esses documentos foram disponibilizados a pesquisa histórica no ano de 1991, quando foi assinado pelo governador do Estado o Decreto Estadual nº. 577, que recolheu o acervo ao Arquivo Público do Paraná, localizado na cidade de Curitiba. De modo geral, o acervo corresponde aos anos de 1937 e 1989, sendo composto por pastas organizadas de forma temática, bem como por fichas e pastas individuais de sujeitos investigados e detidos pela delegacia. Trata-se de documentos bem variados e que dizem respeito, por exemplo, ao integralismo, comunismo, nazismo, bem como aos alemães e teuto-brasileiros, os quais foram vinculados ao Eixo e considerados como uma ameaça a ordem política e a segurança nacional.

Para essa pesquisa separamos a pasta da Delegacia de Regional de Polícia de União

⁴ Esse jornal continua sendo editado no município de Porto União, o qual pertence ao grupo Verde Vale de Comunicação. Seu acervo encontra-se em processo de digitalização pelo colegiado de História da UNESPAR, campus de União da Vitória, em parceria com a referida Instituição.

da Vitória⁵. A referida pasta é formada por 391 laudas contendo: mandados de busca e apreensão, solicitação de salvo-conduto, relatórios de investigação, pedidos de devolução de aparelhos de rádio e fotografias. São documentos que dizem respeito a imigrantes alemães e teuto-brasileiros radicados ou em circulação pela região. Nessa pasta existe ainda uma quantidade significativa de documentos sobre sujeitos investigados do outro lado dos trilhos do trem, no município de Porto União. Essa característica é resultado da troca de informações realizada entre as duas delegacias nesse período sobre sujeitos e atividades suspeitas.

Utilizamos também a pasta da delegacia de Rio Negro, no Paraná. Encontramos nessa pasta um documento que havia sido distribuído a todos os municípios brasileiros, o qual, por meio de dezenas de questões, buscava realizar um esquadramento dos municípios e de sua população. Fichas e prontuários individuais de alemães e teuto-brasileiros que foram investigados e, por vezes, detidos pela D. R. União da Vitória (e de Porto União) também fazem parte das nossas fontes. Esses documentos são importantes na medida em que fornecem a identificação do sujeito e apresentam um histórico das suas ações. Em alguns prontuários é possível encontrar depoimentos e pertences dos próprios investigados, os quais eram anexados pela polícia aos inquéritos como provas da subversão da ordem política e social.

Feitas todas essas considerações podemos destacar ao leitor, com mais clareza, que essa pesquisa investiga como os documentos encontrados na Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná e os discursos produzidos e publicados pelo jornal *O Comércio* revelam as tensões entre imigrantes alemães, teuto-brasileiros e os brasileiros presentes nos municípios de União da Vitória e Porto União no contexto da repressão implantada no Estado Novo.

A utilização de documentos de naturezas muito diferentes é sem dúvida um risco. Porém, o fazemos a partir de um relacionamento estreito com especialistas no tratamento dessas fontes. Temos consciência, no que diz respeito ao jornal, que reproduzir o que ele fez circular em um dado momento não é produzir conhecimento histórico. Essa fonte tem vida e deve ser estudada como agente da história. É preciso captar o movimento vivo das ideias e dos personagens que circulam pelas suas páginas, estabelecer suas relações, ou seja, contextualizá-la sempre, como informam Tania Regina de Luca (2011) e Maria Helena Capelato (1988). Assim, o jornal *O Comércio* é utilizado nessas páginas como fonte e objeto de pesquisa. Ele é utilizado na sua totalidade. Observamos desde a sua publicidade até as informações sobre o próprio jornal e o seu diretor. Procuramos observar desde as pequenas notas, nas páginas internas, aos grandes editoriais publicados em destaque na primeira página.

⁵ Doravante mencionada D. R de União da Vitória.

O mesmo pode ser dito em relação ao tratamento dos documentos da DOPS\PR. Trata-se de fontes muito pertinentes, tendo em vista que encontramos diferentes discursos coexistindo “dentro de um mesmo prontuário, expressando uma verdade aparente: o discurso da ordem (o policial); o da desordem (o da resistência); o discurso colaboracionista (o do delator e da grande imprensa)”, como explica a historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (2014, p. 14). Esse *corpus* permite analisar a estrutura e a experiência policial, ou seja, a constituição e a manutenção da máquina repressiva do Estado, bem como toda a sorte de situações que as ideias e disputas políticas nacionais e cotidianas suscitaram em nível local.

No que diz respeito aos documentos da DOPS\PR utilizamos as considerações levantadas por Carolina Bauer e René Gertz (2009, p. 177), para os quais esses documentos são produzidos e incorporados a partir da lógica policial cotidiana. O seu conteúdo é conseguido através de ações legais e ilegais, incluindo a violência física e psicológica. Esses documentos são “produtos de situações-limites, onde a intolerância é parte vital do sistema”, ou seja, produzidos pela lógica policial e precisam ser problematizados como tais.

As fontes foram submetidas à análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011). Trata-se, mais especificamente, de um conjunto de metodologias de pesquisa que promovem a desconstrução do conteúdo das fontes, mediante unidades de registro, e o seu reagrupamento a partir de outra perspectiva, possibilitando uma leitura mais abrangente do fenômeno estudado. Essa metodologia é interessante na medida em que permite a observação daquilo que se encontra por trás da superfície dos textos, revelando significados mais profundos.

Depois de refletir sobre as possibilidades ensejadas pelo conjunto de métodos apresentados pela autora, optamos por uma análise de cunho qualitativo, tendo como regra de contagem a presença\ausência, entendendo que o fator da ausência pode ser um índice frutífero para a análise. Assim, fomos perseguindo os sentidos das discussões encontradas nas fontes, quais os temas presente em uma fonte e ausentes na outra. Procuramos seguir os rigores propostos pela autora, mas sem transformar a metodologia em uma camisa de força.

As unidades de registro foram escolhidas em função dos objetivos, questionamentos da pesquisa, bem como do conhecimento prévio das fontes, advindo da chamada leitura flutuante. Utilizamos como unidades de registro palavras como, por exemplo: estrangeiros, alemães e teuto-brasileiros, brasileiros, polícia, Alemanha, vigilância, conflitos, Estado Novo, armas e munições, suspeição, língua alemã, nacionalização, denúncias, guerra, *front interno*, União da Vitória\Porto União, imigração e Getúlio Vargas.

Depois desse processo concluído, as unidades de registro passaram pela operação que classifica os elementos, reunindo-os em um grupo específico, o que favoreceu a análise e

construção do texto da dissertação. Esses grupos foram assim organizados: a) Situações de conflito (todas as unidades de registro que significassem conflitos entre os sujeitos foram reagrupadas nessa categoria); b) Discurso da DOPS\PR sobre os alemães; c) Discurso do jornal O Comércio sobre os alemães; d) Discurso da DOPS\PR sobre a Alemanha; e) Discurso do jornal sobre a Alemanha; f) Lógica de funcionamento da DOPS\PR, subcategorias: suspeição e estrutura; g) Configuração do quadro urbano de União da Vitória e Porto União; h) Localização dos alemães no espaço; i) Hermínio Milis.

Da organização dos capítulos

Estruturamos essa pesquisa para ser apresentada em três capítulos. O primeiro foi denominado: Os alemães e teuto-brasileiros na conjuntura do Estado Novo. Esse capítulo reflete a preocupação com o contexto político das décadas de 1930 e 1940. Suas páginas dizem respeito ao discurso da ordem, isto é, tratam dos aspectos ideológicos e coercitivos colocados em prática pelo regime a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Utilizamos os decretos-leis, o jornal O Comércio e documentos da polícia política, em diálogo com uma historiografia especializada na temática da imprensa e da repressão policial.

O leitor encontrará o conteúdo desse capítulo dividido em duas partes. Na primeira, discorreremos sobre a imprensa para os interesses do Estado, o uso da censura e da propaganda política na disseminação de um imaginário social, com vistas ao controle da vida coletiva e a própria legitimação do regime. Em seguida, colocamos em relevo outro importante aspecto desse contexto, isto é, os estrangeiros como uma categoria incômoda no campo político, haja vista as discussões sobre unidade nacional e o Plano de Nacionalização colocado em prática.

Automaticamente a investigação caminha para a dimensão da repressão aos alemães com os desdobramentos da guerra e a transformação destes em inimigos do regime. Podemos adiantar que com a guerra o que havia emergido no início do Estado Novo em relação aos alemães e seus descendentes ganha ares de cruzada e esses sujeitos passam a ser entendidos como objetos de suspeição da polícia política. Finalizamos o referido capítulo com alguns apontamentos sobre a estruturação dessa polícia política no Brasil e no estado do Paraná.

No segundo capítulo, denominado: Os alemães e teuto-brasileiros na configuração de União da Vitória e Porto União, direcionamos o olhar para o contexto histórico e geográfico desses municípios. Investigamos qual o contexto da imigração, como se configurou a região

em termos de espaço rural e urbano e como a população está distribuída nesse espaço. Além disso, procuramos observar como se desenvolveu o quadro urbano e onde estão localizados os alemães e teuto-brasileiros. Analisamos também o desenvolvimento econômico e as tensões políticas que agitaram esses municípios durante a primeira metade do século XX. Nesse momento, aproveitamos para registrar a chegada à região do proprietário e diretor do jornal, Hermínio Milis à região, verificando como o mesmo se inseriu na sociedade local.

Nesse capítulo, além de O Comércio e dos documentos da DOPS, empregamos o jornal A Imprensa, um periódico que circulou nos municípios de União da Vitória e Porto União durante a década de 1920. Utilizamos também os livros de atas da Câmara de União da Vitória, dos anos de 1890 a 1905, bem como algumas fotografias que representam espaços e eventos locais importantes. Esses materiais são utilizados em diálogo com obras da historiografia local atual e autores que produziram trabalhos em outros períodos, as quais, apesar de centradas em nomes e datas, fornecem informações relevantes para recomposição histórica, espacial e da população desses municípios durante a primeira metade do século XX.

O terceiro capítulo foi denominado: Os conflitos entre alemães, teuto-brasileiros e brasileiros no jornal O Comércio e nos documentos da DOPS\PR. Nesse capítulo as discussões são aprofundadas no que diz respeito ao conteúdo e ao posicionamento do jornal, ao cotidiano dos alemães, seus descendentes e a população brasileira. É o momento em que nos utilizamos com mais propriedade dos editoriais encontrados no jornal, tanto aqueles assinados por Hermínio Milis como os recebidos de agências de notícias estrangeiras e retirados de outros periódicos, ou seja, conteúdos frutos de sua escolha. É nesse momento também que utilizamos os casos que refletem situações de conflito nas fontes da DOPS\PR, fruto de investigações policiais e de denúncias realizadas pela população civil. Aqui, ganham destaque os conflitos, como os alemães estão representados nas fontes e de que forma isso foi administrado pela polícia política do Estado Novo.

CAPÍTULO 1

OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA CONJUNTURA DO ESTADO NOVO

Não há, na conjuntura difícil da nossa época, lugar para salvação individuais, para os privilégios de poucos, para as vantagens de grupos ou facções. Os interesses da coletividade sobrepõem-se aos interesses pessoais. Quando existe eminência de perigo, não é possível atender reivindicações particulares (O COMÉRCIO, 1941f, p. 01).

A epígrafe que abre esse capítulo é parte de um discurso pronunciado por Getúlio Vargas no dia da Pátria, na capital da República, transmitido para todo o país pelos meios de comunicação de massa. Esse discurso é aqui utilizado por se tratar de uma construção narrativa que fornece uma via interessante de acesso ao contexto político do Estado Novo. Esse discurso foi pronunciado em 1941, portanto, Getúlio Vargas falava de um contexto de nacionalização. Além disso, a guerra estava em curso e havia iminência de perigo, tanto externo como interno. Nessa ocasião, o presidente da República se dirigia à população brasileira destacando que a “união nacional continua sendo a nossa palavra de ordem”. Aliás, no discurso, o Brasil só seria uma nação forte se os brasileiros soubessem manter a coesão interna e a solidariedade ao país (O COMÉRCIO, 1941f, p. 01).

Getúlio Vargas destacava também a importância de uma “vigília de armas”, defendendo que não havia como prever o desenvolvimento dos acontecimentos, “em que condições o Brasil seria chamado a participar da guerra” e qual “o quinhão de esforço que exigiria a reforma violenta que o mundo estava passando”. A população deveria preparar-se para enfrentar as piores eventualidades. Nos termos do discurso, o povo brasileiro deveria “continuar disciplinado e coeso, laborioso e confiante, porque, mesmo através de riscos e provações, o governo saberia manter inviolável a dignidade da Pátria”. Nesse momento, não havia lugar “para vantagens de grupos ou facções”, para reivindicações particulares, “para salvação individuais, para os privilégios de poucos” (O COMÉRCIO, 1941f, p. 01).

A que “grupos” e “facções” Getúlio Vargas estava se referindo? Havia no seu discurso alguma relação com os imigrantes alemães e teuto-brasileiros presentes no país? Sem dúvida! Nesse momento, observa-se, por exemplo, uma aversão aos “estrangeirismos” sem precedente na história do Brasil. Tanto as ideias, consideradas “exóticas”, como a população estrangeira que vivia no país, passavam por um violento processo de enquadramento segundo os ideais de ordem estado-novista. Devemos lembrar que o Brasil encontrava-se marcado pela

pluralidade de culturas e de ideias devido a política de ocupação do espaço com o estabelecimento de imigrantes de diversas nacionalidades desde o século XIX.

Os alemães e teuto-brasileiros foram vistos como desagregadores da unidade nacional nos primeiros anos do Estado Novo. Entretanto, com a guerra e os desdobramentos dela para o Brasil, os alemães foram transformados em uma questão urgente de segurança nacional, tornaram-se um dos tantos inimigos a combater, construídos pelo regime estano-novista. Trata-se da criação do “outro”, aquele que é “subversivo”, principalmente, quando houve por parte do governo brasileiro o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, ocorrido no mês de janeiro do ano de 1942.

O Estado Novo foi um governo que estabeleceu todo um ordenamento jurídico, social e simbólico para manter o controle sobre esses indivíduos. Aliás, o controle da sociedade, o exercício da autoridade e do poder esteve sempre na ordem do dia desse governo. O período é marcado pela interferência do Estado em todos os setores administrativos do país, bem como da vida da população (estrangeira e brasileira). Desde que chegou ao poder, a frente do Governo Provisório (1930-1934), Getúlio Vargas procurava acabar com a autonomia dos estados e de setores da população, promovia o fechamento do governo cada vez mais nas mãos do executivo federal, almejando a instalação de uma política centralizadora no país.

Elaborou-se um projeto político e ideológico coercitivo e extremamente bem articulado, levado a efeito com o golpe ocorrido em novembro de 1937, o qual abarcava diferentes setores da administração pública e da sociedade. Tratava-se da tentativa de eliminação de toda e qualquer ameaça aos interesses nacionais, estipulados pela ordem vigente. Verificam-se, nesse contexto, medidas de nacionalização colocadas em prática pelo governo e a suspensão das liberdades civis. Além disso, o Parlamento foi dissolvido, os partidos políticos foram extintos em nome da unidade e da ordem política e social do Brasil.

A censura, a propaganda política nos meios de comunicação de massa e a repressão policial se instalaram por todo o território nacional. Estamos falando da construção de um imaginário político que visava o controle sobre os indivíduos, legitimando os aparatos repressivos como o Departamento de Imprensa e Propaganda e as delegacias de Ordem Política e Social, organismos interessados em vigiar, inibir e reprimir as práticas de sujeitos considerados “extremistas”, politicamente contrários à ordem política vigente (ou não). Vejamos todas essas questões um pouco mais de perto, começando pela imprensa como um instrumento de veiculação política e controle social do Estado Novo.

1.1 A imprensa como dispositivo de controle da vida coletiva no Estado Novo

Para iniciar o leitor no universo que esta pesquisa trata podemos dizer que o discurso pronunciado por Getúlio Vargas fomenta a ideia de verificar como o jornal O Comércio revelou as tensões entre brasileiros, alemães e teuto-brasileiros durante o Estado Novo em União da Vitória e Porto União. Por quê? Primeiro, porque ele foi publicado na primeira página desse jornal, no mês de outubro, com letras garrafais e o título: “A Voz da Nação ou a serena e patriótica oração cívica proferida pelo emérito Presidente Getúlio Vargas, no Dia-da-Pátria”, juntamente com uma fotografia de Vargas (O COMÉRCIO, 1941f, p. 01).

Segundo, porque o pronunciamento de Vargas não foi algo gratuito. De acordo com as considerações de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2012) um discurso pode ser entendido como uma intervenção pública do governo que, com palavras (faladas ou escritas), procura causar um efeito, um acontecimento. Portanto, ele possuía uma função, um papel importante dentro do contexto político do Estado Novo e a imprensa tem íntima relação com isso. Assim, julgamos que é preciso inicialmente entender porque e como isso ocorreu.

Começamos destacando que a imprensa sempre foi uma força ativa na constituição dos processos de hegemonia social nas sociedades modernas como o Brasil, desde a sua chegada no século XIX. Segundo Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007):

A imprensa foi atuante no fomento a adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano, produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; na formação da visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259).

Isso quer dizer que imprensa é um dispositivo que extrapola o caráter de mero instrumento de comunicação, inserindo-se no campo das relações de poder. Tanto nas grandes como nas pequenas cidades, a imprensa sempre esteve às voltas com a política. Ela nunca deixou de se expressar e de participar das tensões da sociedade, pois ela “comenta e participa da história”, registrando cotidianamente “cada lance dos embates na arena do poder”, segundo mencionam, respectivamente, Maria Helena Capelato (1988) e Tania Regina de Luca (2011).

A imprensa sentiu de imediato as consequências da vitória da Aliança Liberal na

Revolução de 1930⁶. Assim que ela foi confirmada vários periódicos que estavam alinhados com a antiga ordem política foram alvo de ataques e invadidos. Foi o caso do jornal *O Malho* (1902), *O País*, *A Notícia* (1894), *Gazeta de Notícias*, *A Noite* (1911) e o *Jornal do Brasil* no Rio de Janeiro. Em São Paulo, foi o caso do *Correio Paulistano*, *Folha da Manhã*, *Folha da Noite*, *A Gazeta* (1906) e *Fanfulla*. Além disso, outros tantos impressos desapareceram, mudaram de mãos e/ou de linha editorial e houve aqueles que desfrutavam de certo prestígio, mas diante da nova conjuntura passaram a ocupar lugar secundário na sociedade.

Por outro lado, como informam Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p. 54-56), havia jornais afinados com a nova ordem política como, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio*, *Correio da Manhã* e *O Globo*. Em São Paulo, foi o caso do *O Estado de São Paulo*, *A Platéia* e o *Diário Nacional*. Ademais, nesse momento, novos jornais foram criados para a defesa do que entendiam ser os verdadeiros ideais revolucionários como, por exemplo, *O Tempo*, em São Paulo, em 1930, bem como o jornal *O Radical*, no Rio de Janeiro, em 1932.

Nessa ordem de ideias podemos destacar o jornal *Diário Carioca*. Trata-se de um jornal de natureza política que foi criado com a finalidade de fazer oposição ao governo de Washington Luís. Segundo Carlos Eduardo Leal (2001), o jornal apoiou a Revolução de 1930, entendendo-a como a solução para os problemas do país. Entretanto, pouco tempo depois da vitória da Aliança Liberal, a conduta do regime fez com que o jornal rompesse com a ordem instituída, destacando-o como “uma administração incompetente e uma política mesquinha”. Em dezembro de 1931, o número que trazia um editorial com críticas a política foi impedido de circular. A partir desse momento o jornal manteve-se em oposição constante ao Governo Provisório, sendo forçado a suspender sua circulação em fevereiro de 1932.

⁶ As origens desse movimento precisam ser buscadas na década de 1920, quando apareceram mais claramente os efeitos políticos do processo de urbanização, de industrialização e o surgimento de novas forças de contestação do sistema oligárquico agrário sob a hegemonia dos cafeicultores que controlavam as eleições. A oposição da jovem oficialidade do Exército, os tenentes, manifestou-se também na década de 1920, expressando ideias de regeneração jurídico-político, ainda que de forma vaga. Além disso, dentro da própria oligarquia surgiram contestações por esse sistema privilegiar paulistas e mineiros, deixando os demais estados como secundários no processo de decisões e divisão do poder. O questionamento desse sistema de governo aparece, por exemplo, no surgimento de novos partidos políticos que traziam propostas de ampliação na participação política. Em 1930 a vitória do candidato governista Julio Prestes, para o mandato de 1930 a 1934, derrotando Getúlio Vargas, que era apoiado pela Aliança Liberal, desencadeou a rearticulação de forças políticas nas principais capitais do país, com o objetivo comum impedir a posse de Julio Prestes e derrubar o governo de Washington Luís. O movimento eclodiu no Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro, com ataques a posições militares em Porto Alegre. No dia 5, o estado já havia manifestado adesão à revolução. Formaram-se, então, colunas que partiram do Rio Grande do Sul para o centro do país. Getúlio Vargas governou o país de forma provisória, entre 1930 e 1934. Nesse ano, foi eleito pela Assembleia Constituinte como presidente constitucional, com mandato até 1937. Para mais informações, consultar: OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1977; FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1978; SILVA, Hélio. **1930 – A revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Nesse contexto de incertezas e de instabilidade política, o governo lançou mão do expediente da censura à imprensa. No mês de agosto de 1931, por exemplo, o Ministério da Justiça apresentou uma lista aos meios de comunicação de massa em todo o país com temas que não deveriam ser veiculados, com o objetivo de “evitar desentendimentos internos ou antipatias na população”. Essa iniciativa “tornou ainda mais tensa a relação entre o governo e os órgãos da grande imprensa”, como mencionam Martins e Luca (2006, p. 56).

Proibia-se a divulgação de notícias que pudessem causar algum tipo de agitação na população como greves e desemprego, comentários sobre exilados políticos, sobre o comunismo (tanto no Brasil como no exterior), notas sobre tendências separatistas, bem como algum tipo de menção às forças armadas. Nesses termos, observamos que a relação do governo com a imprensa brasileira é marcada por tensões desde a chegada de Vargas ao poder.

Segundo Dulce Pandolfi (2003) à medida que o governo colocava em prática ações que promoviam a centralização do poder, que setores da sociedade perdiam autonomia política, que a promulgação de uma nova constituição era adiada, crescia o clima de insatisfação das oligarquias, dos dissidentes da Aliança Liberal, dos meios civis e militares em relação ao governo. Apesar de Getúlio Vargas ter assinado, em maio de 1932, o decreto criando a comissão para elaborar o anteprojeto constitucional e marcar as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, as insatisfações em relação ao governo continuavam⁷.

De acordo com essas considerações havia diferentes concepções na sociedade sobre os rumos que o governo capitaneado pela Revolução deveria seguir e a imprensa, espalhada

⁷ É nesse contexto que ocorreu a Revolução Constitucionalista (em julho de 1932) que provocou uma reorganização no cenário político nacional. Em síntese, podemos dizer que logo após a vitória da Aliança Liberal, os tenentes, chefes militares da Revolução de 1930, ligados aos planos estratégicos de Getúlio Vargas, não tardaram a intervir em São Paulo entrando em conflito com o Partido Democrático de São Paulo - PD, partido que representava no plano político as classes médias paulistas em aliança com uma fração dissidente da oligarquia cafeeira. Os tenentes acabaram consolidando sua preponderância política em São Paulo. Evidenciadas as posições antagônicas entre o PD e os tenentes (e Getúlio Vargas), em maio de 1931, os democráticos deram início no estado a um processo de mobilização política visando organizar forças para lutar pela convocação de uma constituinte. A base do movimento era constituída fundamentalmente por uma aliança de classes entre a oligarquia paulista e as classes médias. No início de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o PD lançam uma campanha a favor da Carta Constitucional do país e do término da interferência federal nos estados. Prosseguiram os embates e as articulações dos paulistas visando o apoio de outros estados e a preparação para a luta. O movimento vai ganhando cada vez mais repercussão e durante a noite do dia 23 de maio ocorreram vários motins de rua. A polícia coíbe os manifestantes ocasionando a morte de quatro estudantes. Em 9 de julho começa a rebelião armada. Os governistas fechavam as fronteiras do estado para evitar o apoio de outros estados no movimento. Os grupos favoráveis à causa no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro procuravam de maneiras diferentes formas concretas de intervenção no conflito, visando ora o apoio militar aos paulistas, ora tentativas de pôr fim à guerra. São Paulo via-se às voltas com um movimento que iria durar mais tempo do que o previsto e não possuía condições bélicas para enfrentá-la com sucesso. No dia 2 de outubro os paulistas, cercados por tropas federais se renderam. Os principais líderes do movimento foram presos, seus direitos políticos foram suspensos e muitos foram exilados. Entretanto, apesar da derrota, os paulistas obtiveram ganhos políticos, ou seja, São Paulo a partir de 1933 passou a ter um interventor paulista e civil, Armando Sales de Oliveira, como desejava a elite. Fonte consultada: DAVIDOFF, Carlos Henrique. Revolução de 1932. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

por todo país, manifestou-se tanto a favor como contra a volta à ordem constitucional. Enquanto alguns desejavam e exigiam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria acontecer após a promoção das necessárias reformas, o que gerava embates em todas as esferas da sociedade (PANDOLFI, 2003, p. 02).

Isso tudo quer dizer que a imprensa foi (e é) um instrumento ativo da opinião pública. Embora “formada por pequenas empresas com capitais e negócios limitados e gestão improvisada”, até pelo menos 1945\50, como destaca René Barata Zicman (1985, p. 91), a imprensa foi um instrumento de intervenção na vida social, política e cultural da sociedade. Trata-se de um instrumento marcado pela periodicidade e capaz de colocar conteúdos a disposição de um grande público. Aliás, o próprio Getúlio Vargas “chamou atenção para o papel da imprensa, em particular, e dos meios de comunicação em geral como dispositivos de controle e mudança da opinião pública”. O ofício do jornalismo, por exemplo, era pelo presidente da República chamado de “sacerdócio cívico” (LENHARO, 1986, p. 39).

Na Constituição de 1937, no seu Art. nº 122, a imprensa aparece legalmente como um serviço de utilidade pública, ou seja, um canal privilegiado de veiculação da ideologia do Estado, marcando significativamente a relação do Estado Novo com a imprensa brasileira. Ela especificava, por exemplo, que a lei podia prescrever “a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”. Isso quer dizer que com a justificativa de “garantir a paz, a ordem e a segurança pública” o Estado comprometia a liberdade de expressão em todo território nacional (BRASIL, Constituição do Brasil, de 10 de novembro de 1937).

O direito do cidadão de manifestar seu pensamento por escrito subordinava-se as condições e os limites prescritos em lei, como expressam Martins e Luca (2006, p. 63). No ano seguinte, através do Decreto-lei nº. 1.915, promulgado em dezembro de 1939, criava-se o Departamento de Imprensa e Propaganda, que ficou conhecido como DIP, subordinado a presidência da República e centralizado no Rio de Janeiro (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.915, de 27 de dezembro de 1939). Cabia ao órgão: a) realizar a censura prévia aos jornais, revistas, cinemas, livros, diversões públicas e cadastrar todas as empresas e funcionários envolvidos com a comunicação no país; b) centralizar e coordenar a propaganda; c) promover atos comemorativos oficiais e festas cívicas (MARTINS; LUCA, 2006, p. 66).

Na direção do órgão esteve Lourival Fontes, jornalista, político e um dos apoiadores da candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de 1930. Para dar conta dessas tarefas, no Departamento havia cinco divisões: a Divisão de Divulgação, Divisão de Rádio-Difusão,

Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo⁸ e a Divisão de Imprensa. Essa estrutura permitia ao governo exercer maior controle e propagação de informações assegurando maior domínio da vida cultural do país. Segundo considerações de Capelato (1999, p. 172), o DIP pode ser entendido como o reflexo do fechamento do governo, “fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura”.

Assim, a partir de 1939, jornais, revistas, empresas de publicidade e oficinas gráficas foram obrigadas a buscar o registro no DIP para circular legalmente. O Decreto-lei nº. 1.949, de dezembro de 1939, promulgado poucos dias depois da criação do DIP, destacava que todos os proprietários de periódicos deveriam informar ao DIP: o nome, idade, domicílio da pessoa proposta para diretor, nome do redator encarregado da direção do periódico, do secretário da redação, da pessoa ou empresa proprietária do periódico, bem como o endereço da oficina onde era editado (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.949 de 30 de dezembro de 1939).

É nesse contexto que o jornal O Comércio foi autorizado a circular. Aliás, Hermínio Milis publicou a autorização do DIP, em dezembro de 1940, na primeira página do jornal, com o título: Legalmente autorizada a circulação desta folha (O COMÉRCIO, 1940c). No ano de 1941 já haviam sido requeridos e submetidos à apreciação do DIP cerca de 2.700 pedidos de registros de jornais, revistas e outros órgãos. Rejane Araújo (2011) informa que destes pedidos 412 haviam sido negados e 509 permaneciam em diligência. No mesmo ano foi solicitado ainda o registro de 17 agências telegráficas, 1.200 oficinas gráficas, 35 correspondentes de jornais estrangeiros, 1.256 de jornais nacionais e 160 agências de publicidade, órgãos espalhados por todo o país.

Cabe ressaltar que Milis conseguiu a autorização do DIP para que O Comércio circulasse legalmente. Mas, muitos jornais não resistiram aos novos rumos e acabaram desaparecendo. Outros precisaram mudar de proprietários e/ou de linha editorial para

⁸ Era da competência da Divisão de Divulgação as atividades de elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime e o combate, por todos os meios, à penetração e disseminação de qualquer idéia perturbadora da unidade nacional. Era ainda a responsável pela edição de folhetos, livros e cartazes do DIP e pela edição anual de uma publicação com todas as informações sobre jornais, revistas e livros publicados no país. À Divisão de Rádio-Difusão levava aos ouvintes tudo o que lhes pudesse fixar a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios, fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras a serem musicadas e organizar o programa Hora do Brasil. A divisão de Cinema e Teatro tinha função de censurar previamente e autorizar ou interditar os filmes e representações teatrais no território nacional; incentivar e promover facilidades econômicas às empresas nacionais produtoras e aos distribuidores de filmes em geral; instituir um cinejornal com versões sonoras, filmado em todo o Brasil e com motivos genuinamente brasileiros. A Divisão de Turismo era encarregada da divulgação do Brasil no exterior, com a finalidade de incentivar o turismo no país. Para informações complementares, ver: ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, G; DELGADO, L A. N. **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2012.

continuar circulando, bem como vários jornalistas foram presos ou tiveram suas redações depredadas (CAPELATO, 1999). Por outro lado, devido a importância desse expediente, o Estado lançou seus próprios jornais e revistas, abertamente governistas para a divulgação das ideias do regime e de suas ações como o jornal *A Manhã* e a revista *Cultura Política*⁹.

Ainda sobre esse assunto podemos destacar o Decreto-lei nº. 1.949. Ele especificava que era permitido a agências de informações jornalísticas estrangeiras estabelecerem filiais em território brasileiro, “para distribuir aos jornais notícias do exterior e remeter notícias do Brasil aos jornais estrangeiros”. Entretanto, essas agências não poderiam “distribuir aos jornais brasileiros notícias sobre assuntos nacionais” (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.949, de 30 de dezembro de 1939). Assim, o governo procurava bloquear a divulgação de informações que pudessem ser contrárias aos interesses do Estado Novo.

Verificamos também que aos jornais era facultado “não publicar o nome dos autores de artigos, notícias, informações e comentários de redação”. Todavia, eles deveriam “constar nos originais entregues às oficinas, declarados à autoridade pública, quando feita a exigência”. Nos termos do decreto o descumprimento dessas determinações acarretava penalidades, a saber: a) advertência; b) censura prévia no jornal ou periódico durante determinado tempo; c) apreensão da edição, suspensão temporária ou interdição definitiva do jornal; d) destituição do diretor do jornal ou periódico; e) suspensão temporária do exercício da profissão de jornalista (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.949, de 30 de dezembro de 1939).

É importante destacar que além da censura e do mapeamento das empresas jornalísticas no país, o Estado Novo se valeu de outros mecanismos de intervenção na imprensa, procurando evitar a disseminação de informações e ideias consideradas nocivas a consolidação do regime e forçar através da propaganda uma imagem positiva do governo. Um desses mecanismos era a facilitação de “verbas e empréstimos às empresas de comunicação que se mostraram sensíveis às necessidades do executivo”.

⁹ *A Manhã* foi um periódico oficial do Estado que circulava na cidade do Rio de Janeiro e lançado pelas Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União. Esse jornal se destacou pela atuação didática, pois procurava fazer uma exposição diária e sistemática da Constituição de 1937, bem como das ações empreendidas por Getúlio Vargas no Estado Novo. *Cultura Política*, por sua vez, circulou de 1941 a 1945. Trata-se de uma publicação que contava com a colaboração de vários intelectuais ligados ao Estado. Na revista, as realizações do governo nos mais diversos setores eram registradas. Foi uma revista que desempenhou papel importante no projeto ideológico estado-novista, pois tudo o que dizia respeito a Vargas e ao Estado Novo era assiduamente registrado nas suas páginas. Para mais informações, ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Manhã*. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. OLIVEIRA, LÚCIA L; VELLOSO, Monica P; GOMES, Ângela M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982. Exemplos da Revista encontram-se digitalizados e disponíveis para consulta no site da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV).

Além disso, o papel para jornal precisava ser adquirido no exterior, o que era feito pelo Estado. Este, se utilizava da “isenção de taxas alfandegárias na importação desse papel” como um instrumento de coerção (MARTINS; LUCA, 2008, p. 172). Trata-se de um tipo especial de papel para jornal que ficou conhecido como linha d’água. Nesse sentido, é significativo o depoimento de Sampaio Mitke, chefe do serviço de controle da imprensa, o qual relatou que o trabalho realizado era limpo e eficiente:

As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica. Os jornais dependiam do governo para a importação do papel linha d’água. As taxas aduaneiras eram elevadas e deveriam ser pagas em 24 horas (...). Só se isentava de pagamento os jornais que colaboravam com o governo. Eu ou o Lourival [Fontes, diretor do DIP] ligávamos para a alfândega autorizando a retirada do papel (MARTINS; LUCA 2006, p. 173).

O procedimento realizado tantas vezes por Mitke estava legalmente amparado. Isso pode ser observado no Decreto-lei nº. 1.938, que havia sido promulgado logo depois da criação do DIP, discorrendo sobre a concessão de favores às empresas jornalísticas e normas de isenção aduaneira para o papel de imprensa. A justificativa utilizada pelo governo era a de que a imprensa exercia “função de caráter público”, conforme o Art. nº. 122 da Constituição do Brasil. No documento, verificamos ainda a “importância e transcendência de sua missão na formação da consciência popular, em face dos problemas brasileiros e da própria segurança nacional” (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.938, de 30 de dezembro de 1939).

É claro que, embora fosse mantida sob censura, a imprensa nunca foi totalmente favorável ao governo. Seria ingenuidade acreditar que o Estado monopolizou e estabeleceu controle sob os meios de comunicação em todo o território nacional. Encontravam-se mecanismos para despistar os censores e burlar as leis? Sem dúvida! Tucci Carneiro (1999, p. 338), por exemplo, explica que várias foram as formas de colocar em circulação as ideias consideradas proibidas. Os “intelectuais, livreiros, editores, jornalistas e tipógrafos não foram agentes passivos diante do autoritarismo que marcou várias etapas da história do Brasil contemporâneo”. Ademais, é preciso considerar que mecanismos discursivos poderiam ser utilizados para exprimir as ideias nocivas aos interesses do Estado sem despertar suspeita.

Entretanto, toda uma estrutura legal foi sendo edificada para o controle da imprensa porque ela está inserida numa arena em que o imaginário social assume fundamental importância. Na acepção de Bronislaw Baczko (1985, p. 309) toda sociedade é dotada de um imaginário social. É através dele que uma “coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime

e impõe crenças comuns”. Ademais, através do imaginário se constrói “uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito (...)”, assim como o do desagregador, do traidor, do perigoso. Nesses termos, para o autor, o imaginário social é uma “peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”.

Nessa lógica, a imprensa é um dos instrumentos do Estado que desempenham papel privilegiado na emissão dos discursos, valores e crenças comuns que veiculam os imaginários sociais (BACZKO, 1985, p. 313). Ela pode ser entendida como um instrumento de pressão e orientação, por meio do qual o Estado garantia a disseminação de ideologias, símbolos, rituais e mitos, veiculadores dos discursos necessários ao exercício do poder e domínio do coletivo.

Essa intervenção no imaginário social exige uma sofisticada propaganda governamental. Na verdade, segundo Capelato (1999, p. 220), em qualquer regime a propaganda é estratégica para o exercício do poder. Inclusive, ela tem mais força ainda e se torna mais eficiente naqueles regimes “em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear a atividade espontânea”, como foi o caso do Estado Novo.

Propaganda política pode ser entendida, grosso modo, como uma intervenção na sociedade que tem por finalidade causar um efeito, cativar os sujeitos. No Estado Novo, as técnicas de manipulação destinadas a provocar exaltação e mudanças de sensibilidades, as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política, revelam proximidades com a experiência do governo italiano e alemão. Sobre esse assunto Capelato (1999, p. 174) explica que na Alemanha divulgavam-se as atuações do Partido Nazista através de impressos. Ademais, oradores oficiais difundiam temas e *slogans* de fácil assimilação e a utilização de bandeiras, hinos, uniformes “não só asseguravam a coesão das massas, impressionando os indecisos e aterrorizando os adversários, mas também suscitavam êxtase e devotamento”. Nessa lógica de propaganda os conteúdos não deviam ter um fim em si, deveriam colaborar com a moldagem e o desenvolvimento da consciência nacional.

Aliás, alguns ideólogos e colaboradores do Estado Novo como Lourival Fontes, por exemplo, não esconderam a admiração que tinham pelo nazismo e fascismo. Francisco Campos (Ministro da Justiça) elogiava abertamente Adolf Hitler. Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra) e o general Góis Monteiro também se mostravam favoráveis a Alemanha, devido a afinidades ideológicas e, sobretudo, devido ao comércio de armas realizado entre os dois países quando da decretação do Estado Novo até o rompimento das relações diplomáticas e comerciais do governo brasileiro levado a efeito em 1942.

Não se infere daí que o uso dos meios de comunicação e a propaganda política realizada pelo Estado tenham sido onipotentes no controle das consciências, predominante no imaginário social, que não tenha havido brechas para a livre atuação. Seria ingenuidade enveredar por esse viés, já amplamente discutido e superado pela historiografia. Partimos do entendimento de que não se deve exacerbar a importância da propaganda política e, por outro lado, não se deve minimizá-la, correndo o risco de abrandar o caráter autoritário e intervencionista do Estado Novo implantado através de um golpe em novembro de 1937.

No Estado Novo, a propaganda atuou em diversos níveis na projeção de uma “consciência coletiva”, isto é, um fundo de crenças comuns como explica Baczko (1985). Ela foi fértil na publicação de biografias, obras de caráter teórico e didático, livros e cartilhas infantis. Além desses materiais, foi grande a produção de cine-jornais, filmes, cartazes, panfletos e programas radiofônicos, cujos conteúdos eram marcados pela repetição e verdades fabricadas. O Estado acionou também um universo de símbolos e imagens cuidadosamente selecionados e centrados na figura de Getúlio Vargas, o que contribuiu para a criação do mito Vargas nas décadas de 1930-1940, cumprindo papel de intervenção no imaginário social.

É preciso destacar que em 1930, Getúlio Vargas, embora fosse aquele que assumiria o poder através do Governo Provisório, era um dentre vários líderes. Entretanto, a partir do momento que ele se encontra no poder sua imagem começa a ser trabalhada. A propaganda em torno de seu nome e das realizações de seu governo, favorecendo-se da censura, foi aumentando cada vez mais, repercutindo fortemente no imaginário social. Cabe ressaltar ao leitor que quando falamos em mito estamos nos referindo ao mito político moderno.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (1998, p. 94) o mito político pode ser entendido como “uma narrativa que elabora uma explicação para a realidade social, contém uma série de mistificações e propõe um programa de ação”¹⁰. Nesses termos, os mitos políticos modernos são frutos, mais ou mesmo refletido, de uma estratégia política de legitimação e controle. A

¹⁰ Essa conceituação é fruto do diálogo com pelo menos três outras definições. A primeira diz respeito às narrativas fabulosas e lendárias (comumente de origem sagrada), que procuram explicar situações como, por exemplo, o surgimento do universo. Para o filósofo romeno Mircea Eliade, por exemplo, o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do princípio. Portanto, o mito é sempre a narrativa de uma ‘criação’: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser. A segunda conceituação associa o mito a mistificação, ato ou efeito de enganar alguém, ou seja, o mito é visto como uma ilusão, uma camuflagem, indo contra os princípios da racionalidade. A terceira definição é atribuída ao francês Georges Sorel, para o qual o mito seria uma construção dinâmica que incitaria à ação, à liberação da energia social, sendo, portanto, um apelo ao movimento. Essa definição é considerada mais flexível, mais próxima às sociedades modernas e a primeira grande tentativa de construção de um conceito de mito especificamente político. O mito de que trata Sorel é o mito revolucionário, que ele acreditava ser necessário para o êxito do movimento operário. Assim, embora não consiga abarcar seu conteúdo, é em cada um desses planos que se desenvolve a mitologia política, é em função dessas três dimensões que ela se estrutura e se afirma. Para mais informações, ver: GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhias das Letras, 1987; MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. In: **Dados**. Vol. 41, nº. 3. Rio de Janeiro, 1998.

construção do mito político de Getúlio Vargas pode ser observada por meio da proliferação de retratos da presidência da República por todo o território nacional. Podemos dizer que por meio deles Vargas se fazia presente em vários lugares ao mesmo tempo. Essa questão é muito bem explicada por Alcir Lenharo (1986, p. 47), na medida em que destaca que a máquina de propaganda do Estado Novo procurava personificar o Estado e o regime através da disseminação do rosto de Getúlio Vargas por fotografias, cartazes, placas e selos.

O Serviço de Divulgação (SD), por exemplo, criado dentro da polícia do Distrito Federal, chegou a espalhar algo em torno de 90 mil retratos de Getúlio Vargas pelo país. O SD tinha como objetivo lutar contra a propaganda e a ação direta das forças contrárias ao regime em vigor, fazendo um trabalho intenso pela consolidação dos princípios orientadores do Estado Novo. Os materiais como: comunicados, crônicas, comentários, artigos e discursos, produzidos pelas esferas do governo, eram remetidos pelo SD a todos os 1.317 jornais que constavam na sua rede de imprensa. Essas publicações foram sendo editadas e distribuídas em quantidades de até 100 mil exemplares. Para esse trabalho o SD dispunha de um arquivo com informações dos municípios brasileiros, fruto dos levantamentos municipais realizados pelo governo nesse período em todo o território nacional (O COMÉRCIO, 1938f, p. 04).

É interessante destacar que o SD estava em contato com os 1.478 prefeitos municipais. Além dessas autoridades locais havia os 1.478 correspondentes, para maior difusão e distribuição de publicações. Esses sujeitos promoviam campanha contra os extremismos de acordo com instruções que eram remetidas pelo SD. Tais correspondentes enviavam quinzenal ou mensalmente relatórios sobre a situação político-social do município onde exerciam suas funções. Dos centros urbanos, das mais afastadas cidades, vilas e lugarejos do Brasil, o SD recebia cerca de 250 cartas diárias com pedidos de publicações, informações e consultas, que eram respondidas pelo órgão (O COMÉRCIO, 1938f, p. 04). Essas considerações demonstram como as medidas adotadas em âmbito nacional chegavam aos veículos locais de comunicação, bem como no dia-a-dia da população, ou no imaginário social, num país de grande proporção geográfica como é o caso do Brasil. Observamos que havia toda uma engenharia para controlar a circulação de ideias e fazer propaganda do regime.

A distribuição de retratos de Getúlio Vargas foi uma prática regulamentada, pois após a implantação do Estado Novo o presidente da República determinou que retratos seus fossem pendurados nas paredes de repartições públicas como, por exemplo, em associações, escolas e rodoviárias. Em União da Vitória um desses retratos foi inaugurado na Prefeitura com uma solenidade cívica e a presença de autoridades, funcionários públicos, imprensa, ordens religiosas, professores e estudantes. Nesse sentido, qual seria o papel desempenhado

pela imprensa local? Para refletir sobre isso podemos tomar o jornal Comércio como suporte, uma vez que a inauguração do retrato rendeu longa resenha no jornal. Com o título: Inaugurado, solenemente, no salão sobre da Prefeitura Municipal de União da Vitória, o retrato de S. Excia. o Ser. Presidente da República, Hermínio Milis descreveu minimamente esse evento, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 01: Primeira página do jornal O Comércio, edição de 5 de junho de 1938.



Fonte: O Comércio – Grupo Verde Vale de Comunicação. Porto União (SC).

Note que o artigo encontra-se publicado na primeira página. Fazemos questão de pontuar a localização da notícia nas páginas do jornal, pois segundo Luca (2011, p. 140), é muito diferente o “peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas”. A primeira página de um jornal é a sua “vitrine”, termo utilizado por Zicman (1985). Ela exerce uma função, sendo através dela se dá o primeiro contato do leitor com o jornal. Isso não significa que o consumidor realize uma leitura linear do jornal, ou que aquilo que lhe interessa está necessariamente na primeira página. Mas, do ponto de vista da organização do periódico, na primeira página é publicado conteúdos de referência fruto de escolhas ou imposições.

Podemos dizer que ao dar ênfase a esse evento no jornal, o qual era o principal veículo de informação da população tanto de União da Vitória como a do planalto norte catarinense, Milis contribuía para que o mito político de Vargas fosse veiculado no imaginário social da população dos municípios. A resenha de Milis trouxe o evento e sua representação simbólica novamente para a ordem do dia. Talvez, a resenha de Milis tenha chegado a mais pessoas do que o evento realizado nas dependências da Prefeitura, pois o jornal adentra em diferentes espaços como, por exemplo, as residências, os comércios e as indústrias.

Outra questão a salientar é que esse jornalista descreveu a inauguração do retrato de Getúlio Vargas como “uma grande cessão cívica (...) de homenagem ao preclaro Chefe da Nação”, o que é perfeitamente compatível com o contexto da época, marcado por um fervor cívico, patriótico. Entretanto, Milis segue a resenha destacando que a inauguração do retrato foi um “esplendor ato que assinalava a completa integração do município de União da Vitória ao Estado Novo” (O COMÉRCIO, 1938b, p. 04). Aqui, temos algo interessante, pois esse discurso de integração da população ao governo feito Milis não exprime a realidade local. Nesse espaço o Estado Novo tinha, obviamente, amigos e “inimigos”, o que foi manifestado pela população com os mais variados tipos de enfrentamentos, principalmente com o acirramento do controle em torno dos estrangeiros presentes em toda a região.

Nesses termos, porque Milis destacou a inauguração do retrato dessa forma? Talvez, porque o seu discurso não estava desvinculado da ideia da projeção de um sistema global de representações que tinha de impregnar não só a vida pública, mas também constituir o quadro da vida cotidiana da população. Isso quer dizer que o jornal cumpria a função que o Estado atribuía à imprensa, ou seja, de veiculador de discursos de coesão, no sentido de modelar os comportamentos individuais e coletivos, haja vista que a imprensa trazia a possibilidade de atingir grande quantidade de pessoas (BACZKO, 1985, p. 313).

Não estamos com isso dizendo que Milis encontrava-se sob o controle do Estado, e ponto final. Isso seria precipitar-se na análise, pois a política aplicada aos meios de comunicação foi eficaz, porém, certamente, foi menor do que desejavam os seus propulsionadores. Estamos querendo fazer o leitor notar que o jornal estava inserido em uma totalidade, marcada pela censura, pela propaganda, pela pressão política do Estado Novo, que buscava o exercício do poder através da veiculação de discursos no imaginário social. Diante dessas considerações podemos começar a refletir melhor sobre de que forma o jornal revela as tensões experimentadas nos municípios de União da Vitória e Porto União.

1.2 “Estrangeiros”: uma categoria incômoda no campo político no Estado Novo

O título que abre esse subcapítulo coloca em relevo outro importante aspecto do contexto político das décadas de 1930 e 1940 e mais especificamente do Estado Novo, isto é, a questão dos estrangeiros. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder a construção da nacionalidade esteve na pauta do governo. É claro que essa discussão pode ser observada desde pelo menos a segunda metade do século XIX, quando da ocupação do território e substituição da mão-de-obra escrava para a livre. Entretanto, na década de 1930, segundo Clayton Hackenhaase (2015), se pensava que somente com a interferência estatal seria possível construir uma pátria unida, que caminhasse harmoniosamente na direção da identidade nacional. Nesses termos, a nacionalização da população em território brasileiro tornava-se uma política do Estado. Aqueles que não se enquadravam no modelo arquitetado pelo regime foram rotulados de “estrangeiros” e forçados a abrigar-se.

Podemos estabelecer novamente um diálogo com a ideia de mito político, pois no reverso do mito político de Getúlio Vargas (e o que ele significava) encontramos a ideia da conspiração. Aliás, trata-se de um tema presente em qualquer enumeração de mitos políticos, “que sataniza o grupo real ou imaginário que, por não se identificar com o todo social, tenta submetê-lo ou subvertê-lo” (MIGUEL, 1997, p. 08). Nessa perspectiva uma denúncia é feita e projetada na sociedade contra elementos estranhos, indivíduos que são entendidos como infiltrados na sociedade, não identificados com o todo social, que defendem interesses alheios e que são fatores de desintegração da unidade do país e/ou da ordem política. Alguma relação com os alemães? Com o Plano de Nacionalização do Estado Novo? Sem dúvida!

Cabe ressaltar que nessa conjuntura o “estrangeiro” corresponde ao “outro”, aquele

que é cultural e etnicamente diferente, de nacionalidade, de raça, de etnia, de religião, de língua e de interesses. É preciso esclarecer, com a ajuda de Giralda Seyferth (2008), que a palavra ‘estrangeiro’ sempre esteve presente no discurso da política imigratória do Brasil, pois a imigração está associada ao deslocamento de sujeitos de um país a outro. Porém, o sentido que o termo expressa foi se modificando ao longo do tempo. No período inicial da imigração (1818-1830), por exemplo, a palavra chave utilizada para o estrangeiro é a de colono, o que marcava o tipo ideal de imigrantes para o país, ou seja, o pequeno produtor rural familiar. O termo colono é o mais frequente na documentação e sua condição de estrangeiro se evidencia pelo fato da colonização estar sujeita à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O termo passa a aparecer com mais frequência a partir de 1830, quando foi regulamentada a naturalização e, com ela, as condições especiais de cidadania. Aliás, a legislação passa a dimensionar “os estrangeiros indesejáveis ou, no mínimo, problemáticos: rebeldes” (aqueles que reclamam das condições de assentamento, que se deslocam sem autorização escrita, por exemplo). Aos poucos, o colono vai se tornando também um problema ao fazer reivindicações, mostrar-se menos resignado, submisso. A partir da segunda metade do século XIX, aparece uma forma de qualificação do estrangeiro até então ausente. O colono branco e civilizado precisava ostentar agora outras qualidades. O colono desejado ao Brasil é sóbrio, resignado, trabalhador e que respeita as autoridades (SEYFERTH, 2008)¹¹.

No período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial o termo empregado na legislação imigratória (e em outros documentos) passa a ser “estrangeiro”. Não se trata mais do sujeito que vem colonizar o Brasil. Nessa conjuntura, os estrangeiros são elementos incômodos no campo político do país, considerados uma ameaça à unidade e ao regime instituído, como destaca Seyferth (2008). Trata-se de uma nova configuração baseada em argumentos nacionalistas e de segurança nacional, os quais devem estar sob controle do Estado. Além de “estrangeiros”, outros termos são encontrados nesse momento como “alienígenas” e “indesejáveis”, expressando uma forma de xenofobia aos estrangeiros.

A homogeneização da população foi à tônica da política interna do regime autoritário do Estado Novo e se materializou em diferentes campos. Podemos observar medidas nacionalizadoras na legislação brasileira dessa década. De acordo com a Constituição de 1934, no Art. nº. 113, o governo assegurava aos brasileiros e aos “estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança

¹¹ Para informações complementares, consultar: SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incômoda no campo político. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração**. Porto Seguro, 2008.

individual e à propriedade”. Entretanto, o documento fornecia ao executivo federal o poder de expulsar do território aqueles estrangeiros considerados perigosos à ordem pública, ou seja, nocivos aos interesses do país (BRASIL, Constituição de 16 de julho de 1934).

Ademais, a Constituição de 1937, no seu artigo 122, destacava que não podiam ser “proprietários de empresas jornalísticas as sociedades, por ações ao portador, e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas”. Concluía o documento que a “direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos” (BRASIL, Constituição de 10 de novembro de 1937). Em 1938, por exemplo, uma das primeiras ações do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), órgão anterior ao DIP, “foi proibir (...) a impressão de jornais e revistas em língua estrangeira”, bem como a importação e a circulação de jornais e revistas publicadas no exterior (MARTINS; LUCA, 2006, p. 65).

Na legislação verificamos também que o governo decretou que os estrangeiros, tanto os fixados no território nacional como aqueles que nele se achavam em caráter temporário, não poderiam exercer quaisquer atividades de natureza política, tampouco imiscuir-se, direta ou indiretamente nos negócios públicos do país. Era-lhes vedado especialmente:

1) Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção. 2) Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem. 3) Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro. Essa proibição será estendida (...) a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias. 4) Organizar desfiles, passeatas, comícios, reuniões de qualquer natureza, qualquer seja o número de participantes. 5) Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão (BRASIL, Decreto Federal nº. 383, de 18 de abril de 1938).

Observa-se que o referido Decreto é bastante detalhado. Suas prescrições tentavam evitar qualquer interferência dos estrangeiros na política brasileira. Ademais, procurava-se evitar que estrangeiros pudessem aplicar no Brasil as doutrinas políticas de seus países de origem, as quais eram entendidas como exóticas pelo governo brasileiro. Nesse processo, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores poderia ordenar a interdição das sedes e de todos

os locais em que se exerciam as atividades vedadas por esta lei, bem como vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários infringentes das disposições da lei. Além disso, observamos que a pena aplicada para quem infringisse as prescrições acima detalhadas poderia ser a expulsão do país (BRASIL, Decreto Federal nº. 383, de 18 de abril de 1938).

A legislação organizada nesse período também destacava a necessidade de o governo selecionar as correntes imigratórias sob o aspecto eugênico, étnico e político, o que foi feito através do regime de cotas imigratórias a várias nacionalidades, do controle da entrada de estrangeiros, da distribuição, bem como propor medidas para a “assimilação” (termo utilizado à época) dessas populações à nação brasileira. No Decreto-lei nº. 406, de maio de 1938, verificamos que o número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente não deveria extrapolar “o limite anual de dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade, entrados no Brasil no período de 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933” (BRASIL, Decreto Federal nº 406, de 4 de maio de 1938).

Observamos também que “nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia, será constituído por estrangeiros de uma só nacionalidade”, procurando-se, assim, evitar a aglomeração de imigrantes da mesma nacionalidade em um determinado território. O mesmo documento destacava ainda que em cada núcleo, centro (oficial ou particular) seria “mantido um mínimo de 30% de brasileiros e o máximo de 25% de cada nacionalidade estrangeira”, sendo que o mínimo poderia ser suprido por imigrantes portugueses na falta de brasileiros natos (BRASIL, Decreto Federal nº 406, de 4 de maio de 1938). Nesse processo, o Conselho de Imigração e Colonização, um órgão constituído de membros nomeados pela própria presidência, tinha poder para proibir a concessão, transferência ou arrendamento de terrenos aos “estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância fosse contrária à composição étnica (social) do povo brasileiro” (BRASIL, Decreto Federal nº 1.545, de 25 de agosto de 1939)¹².

Essa legislação reflete o interesse do governo em impor o encaminhamento técnico e científico “das correntes imigratórias para uma colonização racional, observada as questões de etnologia, concentração, assimilação, bem como as condições de ordem política, social e

¹² Nos termos do referido Decreto, verifica-se que incumbe ao Conselho: a) determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional; b) organizar seu regimento; c) julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei; d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros; e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros. Em Agosto de 1939, o Decreto 1.545, destacava, ainda, a incumbência de evitar a aglomeração de imigrantes da mesma origem num só Estado ou numa só região; vedar a aquisição, por empresas estrangeiras ou seus agentes de grandes áreas de terra, ou de áreas pequenas desde que, de direito ou de fato, importem a formação de latifúndio; defender da absorção por estrangeiros as propriedades brasileiras situadas nas zonas coloniais; fiscalizar as zonas de colonização estrangeira, efetuando, se necessário, inspeções secretas; exercer vigilância sobre os agentes estrangeiros em visita às zonas de colonização.

moral” (SEYFERTH, 2008, p. 14). Podemos entender que regrido a distribuição dos estrangeiros pelo território nacional procurava-se vetar, por meio estatal, uma imigração que fosse prejudicial à nação, bem como promover a integração dos estrangeiros ao corpo nacional, através do intercâmbio com brasileiros natos mediante núcleos plurais de habitação.

Cabe ressaltar que nessa ordem de ideias os brasileiros naturalizados poderiam ter sua condição revogada pelo Estado. Trata-se daqueles sujeitos que apesar de naturalizados não eram considerados co-participes da formação nacional, sujeitos nos quais se verificava o apego do indivíduo a nacionalidade de origem, que não abdicavam de sua etnicidade, o que era inadmissível diante da proposta de homogeneização nacional do Estado Novo¹³. Podemos dizer, com ajuda de Maria Izilda Santos de Matos (2014, p. 63), que a revogação de naturalizações tornara-se “um instrumento político do Estado autoritário que buscava sanear a sociedade brasileira do estrangeiro desagregador da unidade e promotor da desordem social”.

É importante lembrar ao leitor que nesse momento, em que se buscava formar uma identidade nacional, as regiões do sul do Brasil, ocupadas por imigrantes e descendentes desde o século XIX, foram vistas pelo governo como empecilhos para a formação da nação brasileira nos moldes do discurso estado-novista (HACKENHAASE, 2015). No sul do Brasil, a 5ª Região Militar, uma das 12 regiões militares do Exército Brasileiro, responsável pelos estados do Paraná e Santa Catarina, desempenhou papel importante no Plano de Nacionalização do Estado Novo. O governo trabalhou na fiscalização das zonas de colonização estrangeira, na repressão as manifestações de etnicidade, na imposição do civismo e no controle do uso das línguas estrangeiras, uma das principais interferências do Estado no dia-a-dia das comunidades estrangeiras estabelecidas no território nacional.

Em dezembro de 1937, por exemplo, o Comando do Estado-Maior do Exército entregou à presidência da República um relatório sobre a necessidade de uma campanha de nacionalização na região. Essa campanha era entendida como uma espécie de guerra interna contra os imigrantes e seus descendentes. Segundo Elizabeth Cancelli (1994, p. 133) o relatório, assinado por José Meira de Vasconcelos, apontava ambientes como “o lar, os jardins de infância, as escolas, as igrejas, as associações, como as principais causas para a impossibilidade de “assimilação” dos estrangeiros ao corpo nacional.

¹³ Por etnicidade, entende-se uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. Etnicidade é algo relacional, uma vez que está sempre em construção a partir das relações e conflitos entre os grupos. Para mais informações, consultar: BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POITIGNAT, P. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras. São Paulo: UNESP, 1998.

Como solução o relatório falava da necessidade de:

Considerar que o ensino de línguas estrangeiras não era compatível com os objetivos básicos e primordiais das escolas e para isto deveriam ser mantidos professores primários e intermediários brasileiros natos; ministrar todas as aulas em vernáculo, excluindo dos cursos primários e intermediários o ensino de qualquer língua estrangeira; nos jardins de infância deveria ser permitido o uso de línguas estrangeiras, mas com professoras brasileiras, que objetivassem ensinar as crianças o português. Para as associações (...) que o português fosse à língua oficial do associado, nela se realizando todas as reuniões sociais, culturais, teatrais e esportivas; que homenagens só fossem prestadas a vultos nacionais ou personalidades estrangeiras que tivessem vindo ao Brasil para ‘colaborar com o engrandecimento e progresso de nossa terra’. Quanto às igrejas, que não fossem realizados serviços em língua viva estrangeira; que não se ministrassem sacramentos e ofícios religiosos em língua que não o português; que não fosse dada assistência religiosa educacional as crianças, a não ser em língua nacional (...) (CANCELLI, 1994, p. 134).

Exercer o controle e impor novos objetivos à educação nessa região, principalmente no que diz respeito às escolas privadas (como as escolas alemãs), foram aspectos fundamentais do Plano de Nacionalização do governo. Tanto, que encontramos tais recomendações materializadas já na legislação seguinte. O Decreto-lei nº. 406, por exemplo, falava da obrigatoriedade do ensino em língua portuguesa e de as escolas serem regidas por professores brasileiros natos. Para o Estado a escola era entendida como um ambiente nacionalizador, ou seja, como parte do processo de construção e consolidação de um país homogêneo (BRASIL, Decreto Federal nº. 406, de 4 de maio de 1938)¹⁴.

Essa legislação obrigava as chamadas escolas étnicas a modificar seus currículos, bem como dispensar os professores que eram desnacionalizados. O não cumprimento desses termos incorria no fechamento das portas, o que, aliás, acabou ocorrendo com muitas delas¹⁵. Em 1939, outro Decreto-lei era promulgado pelo governo. Trata-se do Decreto-lei nº. 1.545, informando que: “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”. O mesmo documento destacava ainda que era

¹⁴ Além disso, a legislação modificou os currículos escolares com introdução de disciplinas obrigatórias como, por exemplo, a de História e de Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica, e Educação Física, cujos currículos eram baseados, grosso modo, na exaltação de símbolos nacionais, a comemoração de datas cívicas, a militarização do corpo. Para mais informações, ver: BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁵ O fechamento dessas escolas particulares, vale ressaltar, foi compensado pelo Estado com a abertura de escolas oficiais. Helena Bomeny (1999) destaca o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), fez um relatório apresentando os resultados da implantação dessa medida em 1940. Segundo esses resultados: a) no Rio Grande do Sul o Estado havia fechado 103 escolas e abriu 238 estabelecimentos oficiais; b) em Santa Catarina foram fechadas 298 escolas e o governo abriu 472; c) no Paraná foram fechadas 78 escolas e o governo promoveu a abertura de 70; d) São Paulo fechou 289 e abriu 51 e) no Espírito Santo foram fechadas 11 escolas e o Estado abriu 45. Esses números totalizam, portanto, 774 escolas fechadas e 876 abertas.

“proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar” (BRASIL, Decreto Federal nº 1.545, de 25 de agosto de 1939).

Essas determinações atingiram de forma significativa o cotidiano das comunidades estrangeiras no Brasil, principalmente as de origem alemã, pois a língua cumpria um papel essencial como fator de identificação e de pertencimento ao grupo social no qual estão inseridos. Podemos dizer que a identidade alemã (individual e coletiva) se materializa por meio de características como, por exemplo, a língua e a cultura de seus antepassados. Portanto, essas restrições, pelo menos oficialmente, funcionavam como um antídoto contra a desnacionalização dos estrangeiros, forçando a unidade da nação (SEYFERTH, 1999).

Nesse processo, podemos dizer que a língua portuguesa era entendida como “cimento da brasilidade” (SEYFERTH, 1999). A língua portuguesa era vista como um instrumento de adaptação dos estrangeiros residentes no país ao corpo nacional. Portanto, ela deveria chegar a casa, a igreja, aos espaços de lazer, aos locais de trabalho, atingindo toda a organização comunitária de imigrantes e seus descendentes presentes no país.

Dentre os estrangeiros presentes no país os alemães (e teuto-brasileiros) talvez tenham sido os que mais despertaram a atenção do governo, considerados mais avessos a “assimilação”, representando um perigo para a unidade nacional. Importante destacar que os alemães chegaram à região sul do país ainda na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1824, tomando como ponto de referência o ano da fundação da colônia São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. Essa colônia, assim como tantas outras, é fruto da política imigratória do Império, a qual privilegiava a ocupação de terras entendidas como devolutas mediante estabelecimento de imigrantes em lotes cultivados pela mão-de-obra familiar¹⁶.

¹⁶ A ocupação dessa região constituía uma estratégia devido à insegurança das fronteiras. A promulgação da Lei de Terras, em 1850, que legislava sobre a concessão de lotes, a partir daí, apenas pela compra, consolidou esse sistema de colonização, baseado na pequena propriedade. Nem todos, porém, seguiram esse modelo imigratório voltado para a agricultura, uma vez que muitos imigrantes fixaram-se nas cidades. Após a Independência, o governo fundou a primeira colônia com alemães no Rio Grande do Sul, São Leopoldo, em 1824. Posteriormente, em 1826, foi à vez da colônia São Pedro de Alcântara das Torres; São Sebastião do Caí (1848); Santa Cruz do Sul (1849) e Estrela (1853), entre outras, todas no Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina foi fundada a de São Pedro de Alcântara (1829); a de Blumenau (1850); Joinville (originalmente Dona Francisca) (1851) e Brusque (1861), etc. No Paraná, foi fundada a colônia de Rio Negro (1829), pela iniciativa do Barão de Antonina, Argelina (1869), Pilarzinho (1870), São Venâncio (1871), Abranches (1873), Lamenha (1876), entre outras. Foi notável também a presença de alemães na região de Curitiba, Ponta Grossa, Irati, etc, sendo que esse estado recebeu imigrantes e descendentes de antigas colônias do Rio Grande do Sul. A fundação dessas colônias, é bom destacar, foi realizada por iniciativa do governo e de particulares, por empresas colonizadoras, por exemplo. Segundo estimativa, até a década de 1940, chegaram ao país quase 5 milhões de imigrantes de diferentes nacionalidades, entre eles, alemães, italianos, portugueses, espanhóis, ucranianos, poloneses, austríacos, russos, sírio-libaneses. A maior parcela ficou em São Paulo e nos três estados da região sul. Nesse processo, de modo geral, os alemães ocuparam o quarto lugar dentre os imigrantes, algo em torno de 250 mil indivíduos, precedido por italianos, portugueses e espanhóis. Para mais informações, consultar: PETRONE, Maria Teresa. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano** (Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni). Roma: Centro Studi Emigrazione. 1987; SEYFERTH, Giralda. Os

Queremos dizer que quando foram colocadas restrições aos estrangeiros ao longo da década de 1930, os alemães acumulavam uma tradição de mais de cem anos no Brasil. Esse dado problematiza, no que concerne ao imaginário social, os enfrentamentos entre estrangeiros e brasileiros, pois havia todo um enraizamento desses sujeitos na sociedade em determinadas regiões do país. Tanto, que a desqualificação desse contingente de imigrantes obedeceu a critérios sócio-culturais e políticos. Parcelas desse contingente construíram no território brasileiro uma identidade teuto-brasileira, a chamada *Deutschbrasilianer*, uma identidade surgida no Brasil, porém, com características germânicas, o que o historiador Jeffrey Lesser (2001) chama de identidade com hífen, ou hifenizada.

Essa identidade, múltipla e às vezes até contraditória, uma vez que ela encontra-se em constante movimento e reformulação, estava baseada na *Deutschtum* (Germanidade), que pode ser entendida como “uma prática de defesa da identidade das populações de origem alemã” como explica René Gertz (1991, p. 32). A *Deutschtum* assumiu proporções significativas no Brasil a partir do último quartel do século XIX, coincidindo, grosso modo, com o interesse da Alemanha pelos seus emigrados. Ela pressupõe a existência de um vínculo entre a Alemanha e os alemães no exterior, “devido aos laços de sangue que os unem (*a jus sanguinis*), perpetuada de geração a geração através da cultura, da língua materna, costumes e espírito próprios do povo alemão” (SEYFERTH, 2000, p. 301).

Portanto, a construção de um Estado homogêneo passaria por certos níveis de anulação da dimensão individual desses sujeitos, passaria por neutralizar a perpetuação da *Deutschtum*. Os alemães e descendentes, inseridos na categoria de “estrangeiros”, foram associados pelo Estado a elementos desagregadores da unidade do país a partir de 1937, ou seja, elementos contrários ao ideal de brasilidade proposto pelo discurso estado-novista, os quais deveriam ser forçados a aculturar-se por meio de dispositivos legais.

Entretanto, cabe ressaltar que a referência constante aos alemães no discurso estado-novista não está desligada de discursos inscritos e manipulados no imaginário social. Isso porque os imigrantes germânicos presentes no país representavam o que ficou conhecido como conspiração alemã ou o mito do “perigo alemão”. Trata-se, grosso modo, da ideia de um plano de conquista do sul do país arquitetado pela Alemanha desde o início da imigração no século XIX. Foi uma construção que teve origem ainda no século XIX quando surgiram as

imigrantes e a Campanha de Nacionalização no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999; SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

primeiras manifestações da etnicidade alemã juntamente com as atividades expansionistas principalmente da Alemanha realizadas junto à África e a Ásia.

Essas discussões podem ser observadas no debate de intelectuais preocupados em refletir sobre a sociedade brasileira e os problemas que ela enfrentava para a constituição de uma nação “civilizada” durante a Primeira República. Podemos estabelecer um diálogo com as ideias de Sílvio Romero. Trata-se de um intelectual comprometido com o nacionalismo e defensor da tese do branqueamento da população brasileira, porém, preocupado com a concentração e organização social que os sujeitos de origem germânica efetuaram no Brasil, principalmente na região sul. Romero foi um dos principais defensores da tese do perigo alemão. Em “O allemanismo no sul do Brasil”, publicado em um jornal carioca, o autor faz uma análise da história alemã para “provar a inclinação quase que genética deste povo ao expansionismo (...)”, conforme destaca Marionilde Brepohl de Magalhães (1998, p. 60).

Silvio Romero temia que os princípios em que se baseiam os alemães para definirem a nacionalidade fossem válidos para as zonas de colonização alemã no Brasil. Isso porque, na Alemanha, a nacionalidade era definida pelo direito de sangue. O sujeito era alemão não importando em que país estivesse; os filhos de alemães nascidos no exterior também eram alemães, não sendo importante o quão distante estas gerações se separassem da Alemanha. Nesses termos, se o “conceito de territorialidade não fosse respeitado no Brasil à região do sul estaria incluída nas ambições expansionistas dos alemães” (MAGALHÃES, 1998, p. 60).

Durante a Primeira Guerra Mundial essa ideia ganhou impulso, às vezes fomentada pelo próprio governo, passando a ser largamente debatida como forma de campanha contra os alemães. Gertz (1987, p. 158) explica esse mito, ironicamente, dizendo que é como se os imigrantes alemães que vieram para o Rio Grande do Sul, a partir de 1824, fossem “portadores de instruções incisivas para que se distribuíssem estrategicamente pela região, que interligassem residências com túneis secretos e doutrinassem seus descendentes para sabotar a nação brasileira”. Tudo isso deveria ser feito para “facilitar o trabalho do messias que viria uns 110 ou 120 anos depois”, referindo-se a Adolf Hitler e seu expansionismo.

No Estado Novo e, sobretudo, durante a Segunda Guerra Mundial, esse mito acabou servindo aos propósitos do governo, pois justificava ainda mais a necessidade da construção e consolidação de um projeto nacionalista, com vistas a fomentar uma identidade brasileira. Ademais, esses temores de invasão alemã no Brasil acabaram legitimando a existência dos aparatos repressores do governo como a polícia política e sua ação contra os imigrantes alemães e teuto-brasileiros, objeto de interesse das páginas que seguem.

1.3 Os alemães e teuto-brasileiros sob suspeita

Com o início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, o panorama político tanto externo como interno e o tom das objeções do governo brasileiro em relação aos estrangeiros presentes no país foram se modificando substancialmente. Aliás, como destaca Rémond (2003, p. 443), em tempos de guerra o que não é político? Para o autor o “moral do país, o estabelecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação”, demonstrando que em situações de conflito o campo político, que não tem fronteiras fixas ou pré-determinadas, se expande ainda mais. Diante disso o que pensar em relação aos desdobramentos da guerra em um contexto como o do Brasil, marcado pela pluralidade de culturas, aliás, “vindas do Eixo”, bem como por um forte discurso nacionalista? Observemos então um pouco mais de perto esse processo.

No plano interno, em 2 de setembro de 1939, quando a guerra não pode ser mais evitada, Getúlio Vargas anunciava oficialmente que o Brasil permaneceria afastado do conflito¹⁷. Ademais, a Secretaria de Segurança Pública baixou uma portaria determinando a todas as autoridades policiais que proibissem, dentro de suas jurisdições, quaisquer discussões públicas sobre a Guerra, vetando manifestações pró ou contra qualquer dos países em luta ou com possibilidades de entrar em conflito (O COMÉRCIO, 1939c, p. 04).

No discurso estado-novista, a exemplo dos pronunciados por Getúlio Vargas, além da neutralidade, verifica-se um apelo à formação de uma mentalidade alinhada aos interesses do país. Em um discurso pronunciado na Ilha-do-Viana, no Rio de Janeiro, em julho de 1940, Vargas destacava que “somente pela paz e a união de todos conseguiremos construir o nosso engrandecimento e formar uma grande e poderosa nação, sem temer e sem dar as outras nações, motivos de receio” (O COMÉRCIO, 1940b, p. 01). É importante lembrar que esses discursos constituem um apelo à ação, a se comportar de determinada maneira, nesse caso, manter a coesão interna, o que, aliás, dizia respeito às populações estrangeiras presentes no país. Observa-se que à medida que se mobiliza a população para a guerra o discurso em voga acentua a questão nacional preponderante, busca-se a unificação da nação.

¹⁷ De acordo com o Decreto-lei nº 1.561, verificamos que o governo do Brasil “abster-se-á de qualquer ato que, direta ou indiretamente, facilite, auxilie ou hostilize a ação dos beligerantes. Não permitirá também que os nacionais ou estrangeiros residentes no país, pratiquem ato algum que possa ser considerado incompatível com os deveres de neutralidade do Brasil. No território do Brasil (...) não será tolerado ato algum dos beligerantes que possa ser tido como ofensivo da neutralidade brasileira. E' absolutamente interdito aos beligerantes fazerem do litoral e das águas territoriais brasileiras base de operações navais contra os adversários. E' igualmente vedado aos beligerantes receber nos portos do Brasil gêneros vindos diretamente para eles em navios de qualquer nacionalidade (...)” (BRASIL, Decreto Federal nº. 1.561, de 2 de setembro de 1939).

No plano externo, entre setembro de 1939 e junho de 1941, o bloqueio naval executado pelos ingleses dificultou e, algumas vezes, até impossibilitou as relações comerciais que havia entre o Brasil e a Alemanha, causando ainda um incidente internacional com a Inglaterra (RAHMEIER, 2015). Com o avanço da Alemanha na Europa a Inglaterra toma como estratégia impedir o trânsito de mercadorias destinadas à Alemanha, ou embarcadas de seus portos em direção a outros países¹⁸. Nesse processo, o navio brasileiro Siqueira Campos, que trazia armamento comprado pelo Brasil na Alemanha foi aprisionado.

O governo brasileiro solicitou em outubro de 1940 ao governo britânico a sua liberação, porém, a embarcação somente chegaria ao Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1941. Em outra frente, ao longo desse ano, Brasil e Estados Unidos começariam a negociar acordos para a constituição de bases para os EUA no Brasil em troca de armas para as Forças Armadas e a construção de uma siderúrgica, a Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Podemos dizer que nesse ano a “balança” brasileira começaria já a pender para o lado dos EUA.

No mês de dezembro, os EUA foram atacados pelo Japão no pacífico. Uma vez no conflito, os EUA trouxeram consequências importantes para os demais países americanos. Em janeiro de 1942, a Conferência do Rio de Janeiro formalizava o rompimento de relações entre as repúblicas americanas (com exceção da Argentina e Chile) com o Eixo e o alinhamento brasileiro ao grupo dos Aliados. Nesse contexto, o corte das relações diplomáticas significava que os países “não tinham relações mútuas, política ou juridicamente, através dos seus representantes autorizados”. A partir daquele momento, “os cidadãos alemães que permaneceram no Brasil tinham que seguir as regras brasileiras e não tinham como recorrer aos seus representantes diplomáticos” (RAHMEIER, 2015, p. 83).

Nesse momento, a região do Atlântico Norte tornou-se área de combate. A atuação dos alemães no oceano provocava perdas de embarcações brasileiras, abalando ainda mais as relações entre esses dois países¹⁹. Em todo o país os jornais noticiavam o afundamento das embarcações como atos de guerra por parte da Alemanha. Na sociedade houve reações contra

¹⁸ As forças armadas brasileiras assinaram contratos, em março de 1938 e julho de 1939, para a aquisição de armas junto a um conjunto de empresas alemãs, lideradas pela Krupp, o que aproximou os militares dos dois países, pois ambos saíam ganhando. Em síntese, os militares brasileiros estavam desejosos em aparelhar o Exército e o governo alemão queria estreitar ainda mais as relações comerciais com o Brasil. Em 1941 a entrega desse material foi dificultada pelo bloqueio no oceano Atlântico realizado pela Inglaterra. Nesse processo, o navio brasileiro Siqueira Campos, que trazia armamento comprado pelo Brasil na Alemanha foi aprisionado provocando um incidente internacional.

¹⁹ Em fevereiro, por exemplo, foram afundados o Olinda e Buarque, navios brasileiros, sendo que o governo não obteve informações oficiais da diplomacia alemã sobre o ocorrido. Entre março e junho ocorreram mais sete novos afundamentos de navios brasileiros cada vez mais ao sul do Atlântico. Em agosto de 1942, o Comando de Guerra da Marinha Alemã autorizava manobras na costa brasileira. Nesse contexto, o ataque do submarino U-507 a cinco navios de passageiros foi a justificativa para o Brasil declarar guerra ao Eixo.

o Eixo em decorrência desses ataques, o que contribuiu para a decisão do governo pela entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados, como informa Ana Maria Dietrich (2007).

Em 24 de agosto o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha foi informado da declaração de guerra do Brasil, encerrando-se qualquer expectativa de melhorar as relações entre esses países. A partir desse momento, Brasil e Alemanha eram beligerantes. No plano interno, a ideia de conspiração se acirrou e os imigrantes alemães e teuto-brasileiros, bem como italianos e japoneses tornaram-se uma questão urgente de segurança nacional, ou seja, inimigos objetivos do regime estado-novista.

Podemos entender que os alemães, que haviam sido caracterizados como inimigos étnicos, devido a sua não “assimilação” ao corpo nacional, foram transformados em inimigos militares do governo na conjuntura da Guerra. Essa perspectiva é aqui apresentada à luz das investigações sobre o “totalitarismo” realizadas por Hannah Arendt (1975), as quais se encontram no livro “Origens do Totalitarismo”. O diálogo estabelecido nessas páginas com Arendt não significa que entendemos o Estado Novo como um regime “totalitário”. É preciso considerar as distâncias e os limites conceituais entre as experiências ocorridas na Europa, onde suas investigações estão circunscritas e o regime sob o qual viveu o Brasil entre os anos de 1937 e 1945. Interessa-nos a discussão que a autora faz sobre o inimigo objetivo, pois ela pode ser utilizada para pensar a situação dos alemães e teutos no Brasil durante esse período.

As considerações de Arendt (1975, p. 473) indicam que um inimigo objetivo para combater é funcional para a sustentação de um regime ditatorial. Esse inimigo é determinado verticalmente, ou seja, ele é “definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema”. Na prática, destaca a autora, é como se governo agisse “como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo mundo saiba ela é sua inimiga, a fim de que possa – com plausibilidade – matá-la em autodefesa”. Essa perspectiva pode ser pensada em relação à necessidade de controle sob o imaginário social, pois se trata de uma prática que tem possibilidades de difundir discursos com vistas a apontar os inimigos a derrotar.

Dennison de Oliveira (2015, p. 66-71) utilizando-se de um relatório da seção de informações do Estado Maior do Departamento de Guerra dos Estados Unidos, na antevéspera da declaração de guerra do Brasil à Alemanha, aponta quais eram as ameaças mais prováveis a segurança nacional, tanto para as autoridades militares brasileiras quanto estadunidenses²⁰.

²⁰ Essas ameaças eram: a) a continuidade da guerra submarina do Eixo contra a navegação brasileira, haja vista que inexistiam na Marinha de Guerra e na Força Aérea do país recursos defensivos suficientes capazes de darem conta desse tipo de ameaça; b) a ocorrência de ataques as bases aéreas e instalações militares do nordeste do Brasil, bem como de ataques aéreos àquela região vindos de Dakar; c) a possibilidade da criação de um ‘incidente’ na fronteira do sul do Brasil com a Argentina e Paraguai. Para os Estados Unidos, o governo alemão

Nesse relatório, estava presente o perigo representado pelas colônias de estrangeiros localizadas no território brasileiro. Preocupava as autoridades a possibilidade de imigrantes alemães, italianos e japoneses, e seus descendentes, atuarem isoladamente, ou em massa, contra o esforço de guerra Aliado. Mesmo com a reviravolta completa da guerra a favor dos Aliados em todos os *fronts* com o desenrolar do conflito, a máxima prioridade do Exército Brasileiro, seguia sendo a manutenção da ordem interna. Um levante de inspiração nazista por parte das populações das colônias de imigrantes alemães, por exemplo, ainda aparecia a essa instituição como uma das ameaças a serem levadas a sério pelo país.

Portanto, a partir de 1942, o que emergia desde os primeiros anos do Estado Novo em relação aos alemães se intensifica, tomando ares de cruzada contra os chamados traidores da pátria. Os alemães (e seus descendentes) que viviam no Brasil passam a ser objeto de intolerância, vistos como ameaça à segurança da nação, tachados de “eixistas”, mesmo aqueles que nada tinham a ver com o nazismo no país. No discurso policial, os alemães acabaram sendo entendidos como associados a práticas de espionagem e de propaganda a favor da Alemanha. Nesse processo, os locais de maior concentração desses sujeitos como a região sul se tornaram alvos de grande atenção da polícia política no Estado Novo.

O controle do governo sobre os estrangeiros tornava-se cada vez mais intenso. O olhar vigilante do Estado sobre esses sujeitos pode ser observado a partir de um formulário expedido pelo governo às delegacias regionais em todo o território. Esse documento, com 79 questões, visava esquadrihar os municípios brasileiros, diagnosticando-os minuciosamente no que concerne a segurança nacional, o *modus vivendi* dos estrangeiros e as possíveis ameaças advindas dele. Encontramo-lo entre os documentos da pasta da D. R. de Rio Negro, município também na divisa com Santa Catarina. É interessante notar que esse documento foi organizado em torno do termo “estrangeiro”, quer dizer o “outro”, que nessa conjuntura era claramente os alemães (nazistas), os italianos (fascistas) e os japoneses (inassimiláveis).

Ele refere-se a um levantamento municipal solicitado por Getúlio Vargas as autoridades policiais de cada município brasileiro. Segundo Eli Diniz (1999, p. 25) os levantamentos municipais eram parte de uma “nova engenharia político-institucional, que foi o resultado de uma série de mudanças introduzidas ao longo da década de 1930, no contexto do processo de fechamento crescente do sistema político”. Verifica-se o fortalecimento do poder do Estado e a concentração do poder na esfera nacional, visando o aumento da

poderia levá-los a agir contra o Brasil, criando um foco de conflito que, certamente, seria um fator a provocar perturbação na coalizão de países da região já alinhados com os EUA. No limite toda política da ‘solidariedade continental’ poderia ser posta em risco.

eficiência e racionalidade do Estado sobre o território da federação. Nesse sistema, em tese, os estados e os municípios passariam a ser mais bem controlados pelo governo central.

Cancelli (1994, p. 158) explica que através de um telegrama reservado enviado a cada um dos interventores estaduais, Getúlio Vargas “pedia a vigilância de todos os estrangeiros, além do total cumprimento das medidas que iriam ser anunciadas”. O formulário foi expedido pela Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (SSN) em 1942. Trata-se de um órgão criado no Rio de Janeiro, em 1939, cujas atividades tiveram início em janeiro de 1942, desempenhando um trabalho de policiamento, o qual contava com um reforço específico dos ministérios públicos e, mais especificamente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Numa lógica mais imediata, a organização da SSN se explicaria pela necessidade de se ajustar os mecanismos de controle durante a Guerra.

Entretanto, sem contestar essa lógica, mas raciocinando a partir de um balanço estratégico, Luis Reznik (2004, p. 41) explica que a instalação desse órgão refere-se à “construção de instrumentos burocráticos de conhecimento, fiscalização e vigilância do conjunto da população e do território nacional num momento em que o Estado Novo se transformava”²¹. O documento deveria ser respondido pelas delegacias de polícia locais em três vias, sendo uma destinada ao órgão expedidor, outra deveria ser encaminhada a interventoria estadual ao qual o município pertencia e a terceira destinava-se à própria delegacia municipal, formando um banco de dados local. Assim, percebe-se que o conteúdo fruto dessas investigações circulava por vários aparelhos, servindo à polícia como ponto de partida para várias investigações e para o desenvolvimento de estratégias de contenção e acompanhamento das possíveis ameaças existentes em um determinado município brasileiro.

As questões desse formulário refletem a necessidade de o governo localizar e vigiar os estrangeiros, as relações por eles empreendidas, as atividades desenvolvidas, os espaços

²¹ A lista de atribuições da Seção era grande como podemos observar na citação abaixo: De modo geral: 1) Centralizar todas as questões relativas à Segurança Nacional que interessem ao Ministério; 2) Estabelecer as relações entre o Ministério, a Secretaria Geral de Segurança Nacional e os outros Ministérios, nas matérias de sua competência; 3) Propor ao Ministro o programa de ação do Ministério nos assuntos que digam respeito à Segurança Nacional. De modo especial: 1) orientar a Diretoria Geral de Estatística no preparo e coordenação dos dados estatísticos que forem necessários ao esclarecimento dos problemas de Segurança Nacional; 2) Propor as medidas de propaganda conducentes ao desenvolvimento do espírito de nacionalidade e à compreensão dos deveres dos cidadãos em face da defesa do país; 3) Estudar as questões concernentes: a) o estado civil dos indivíduos e ao moral das populações, no que se relacione com a Segurança Nacional; b) à fiscalização da circulação, polícia, censura e vigilância, na faixa fronteira; 4) Orientar a ação administrativa dos Governos dos Estados dos Territórios, bem como as relações dos cidadãos entre si e com o Estado, tendo em vista o interesse da Segurança Nacional (...) 6) Avaliar os recursos e as possibilidades da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, em face das necessidades da Segurança Nacional, sugerindo, para esse objetivo, as medidas e os planos de reorganização que devam ser postos em prática; 7) Propor a criação ou reorganização de serviços destinados ou apropriados ao provimento das necessidades da Segurança Nacional Para mais informações, ver: BRASIL, Decreto Federal nº 4.517, de 12 de agosto de 1939.

(geográficos e sociais) por eles transitados e as suas preferências ideológicas. Para melhor compreensão dessas questões observemos o conjunto de questões abaixo, as quais versam sobre as características dos municípios e a população estrangeira nela residente.

O documento questionava as delegacias municipais sobre:

Quais os distritos que formam o município e qual a população de cada um? Há no município colônias ou núcleos estrangeiros? Quais? Indicar cada núcleo, a nacionalidade e o número aproximado de habitantes e dar outras informações de caráter local e nacional. Qual o número aproximado de estrangeiros residentes na sede do município? Quantos alemães? Japoneses? Sírios? Italianos? Espanhóis? Judeus? Outras nacionalidades? (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

Essas questões refletem a necessidade de mapear os municípios em termos de espaço rural e urbano, a população total e a estrangeira neles existentes. Interessava saber aproximadamente quantos sujeitos advindos do Eixo residiam em um determinado município, bem como quantos espanhóis, quantos judeus e outras nacionalidades. Note-se que com essas informações era possível a polícia e ao governo verificar qual o montante de estrangeiros presentes num determinado município, qual a proporção em relação à população nacional, diagnosticando o aspecto da interação entre os sujeitos prevista na legislação imigratória. Era possível observar qual, ou quais, as nacionalidades que predominavam em um determinado local, logo, quais as possíveis transgressões da ordem política e social poderiam daí surgir.

Essa perspectiva ganha fôlego quando atentamos para o fato de que o formulário procurava esmiuçar os ambientes, obtendo o máximo de informações possíveis sobre cada município. No que concerne ao espaço rural dos municípios, entendendo-os, obviamente, como espaços dinâmicos, onde se produz e se comercializa, onde a população se reúne, interage, onde ocorrem tensões, encontramos os seguintes questionamentos:

Há no município propriedades agrícolas (chácaras, sítios, ou fazendas) pertencentes ou arrendadas a estrangeiros? Qual a denominação de cada, nome, nacionalidade do proprietário, época em que foi adquirida, distância da sede do município. Extensão, valor de aquisição, espécie de gêneros que produz, quantidade e valor aproximado da produção anual e número de empregados estrangeiros a seu serviço. Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros estão localizadas na mesma zona? (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

Note que os subsídios fornecidos a polícia pelo formulário possibilitava realizar um diagnóstico econômico da região. Era possível verificar, por exemplo, a ligação de estrangeiros aos meios de produção e renda, o quanto eles eram responsáveis pela economia

do município, através, principalmente, da produção de gêneros de subsistência. Por conseguinte, era provável que o aparelho burocrático estatal conseguisse ter uma noção do montante de capital econômico manipulado individualmente pelos sujeitos, que poderia ser, obviamente, um imigrante alemão, um teuto-brasileiro, devido a entrada desses imigrantes no país desde o século XIX, direcionados significativamente para colônias baseadas na pequena propriedade familiar. Podemos dizer que para a polícia essas questões eram importantes, pois na lógica policial esse capital econômico, que dá acesso a bens materiais e simbólicos, poderia ser facilmente convertido em ações contra os interesses do Estado Novo.

Observemos um pouco a última questão. Ela parece indicar um caráter estratégico, ou seja, interessava aos órgãos repressivos do Estado saber o quão os estrangeiros estavam próximos uns dos outros, quando pergunta, por exemplo, “quais as propriedades estão localizadas na mesma zona?”. Esse caráter evidencia-se de forma mais decisiva ainda quando o formulário questiona as delegacias regionais sobre:

Quais as propriedades agrícolas pertencentes ou arrendadas a estrangeiros estão próximas de leitos de estradas de ferro? Quais as que estão próximas a estradas de rodagem? Quais as que estão próximas a aeroportos ou de campos de aviação? Quais as que estão próximas a usinas de eletricidade? Quais as que estão próximas de rios navegáveis? Quais as que estão localizadas em elevações de terreno que dominem a sede do município ou as principais estradas que a esta vão ter? Há residências de estrangeiros (alemães, italianos ou japoneses) localizadas isoladamente em quaisquer pontos estratégicos mencionados nas perguntas anteriores? Quais seus nomes e nacionalidades? (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

Percebe-se que o questionário arrola uma série de locais considerados estratégicos. Vide, como exemplo, a preocupação da polícia sobre o fato de existir estrangeiros localizados de forma isolada nas áreas rurais dos municípios brasileiros, bem como o fato de se ter a possibilidade de monitorar o movimento na sede do município a partir de uma topografia privilegiada, que fornecesse visão da área urbana dos municípios²².

²² É comum encontrar na historiografia que trata do tema situações em que fotografias panorâmicas, produzidas em lugares elevados, que registrassem a cidade, quando apreendidas pela polícia em poder de suspeitos eram associadas à espionagem alemã e anexadas ao inquérito policial. Um pouco desse processo pode ser observado no 9º capítulo da dissertação de mestrado de Ana Maria Dietrich, de título *Imagens do nazismo em São Paulo*. A autora utiliza o caso de Karl Reger, engenheiro alemão que trabalhava na prefeitura de São Paulo, que foi acusado de ser adepto do nazismo e propagador do referido credo. Após uma busca em sua residência a polícia apreendeu três fotografias de paisagens alemãs. Essas fotografias foram encontradas pela autora no prontuário do sujeito. Uma dessas fotos, aérea, apresentava a vista de uma cidade alemã, provavelmente, uma recordação da sua cidade de origem. Essas fotografias eram deslocadas de seu contexto de produção para serem “peças” do inquérito policial. Na lógica policial o ideário nazista podia ser vislumbrado nas imagens ali reproduzidas, o que justifica serem anexadas aos prontuários enquanto prova de crime. O mesmo ocorria com fotografias encontradas com suspeitos que retratassem espaços como usinas, aeroportos, estradas, etc. Para mais informações, ler: DIETRICH, Ana Maria. **Caça as suásticas**: o Partido Nazista de São Paulo sob a mira da polícia política. São

Além do isolamento e das características geográficas da região o formulário destaca como pontos estratégicos as estradas de ferro, de rodagem, campos de aviação, rios navegáveis e usinas de eletricidade. Observemos mais de perto a relação do formulário com as estradas de ferro. A preocupação da polícia em relação à presença de estrangeiros no leito das estradas de ferro não é gratuita. A construção de caminhos de ferro pelo país pode ser entendida também como uma preocupação política, de caráter estratégico, no sentido de facilitar a ligação do centro administrativo do país com as regiões interioranas e de fronteiras como foi o caso da EFSPRG. Essa estrada partiu de São Paulo, passando pelos estados do Paraná, Santa Catarina, marcada por disputas territoriais, chegando ao Rio Grande do Sul.

Márcia Espig (2012, p. 168) destaca que, em fins de 1835, o governo autorizava a construção de um caminho que ligasse o sudeste ao sul do país, pelo interior, pois o sul do Brasil era uma questão importante na geopolítica do Império. Através do Decreto-lei nº. 10.432, assinado em 1889, às portas da República, o engenheiro João Teixeira Soares, ganhava o privilégio para sua construção. Concluída, a EFSPRG possibilitava, além do desenvolvimento econômico, o rápido deslocamento para o sul do país caso fosse necessário.

Ademais, cabe destacar ao leitor que a EFSPRG esteve implicada em conflitos ocorridos ao longo da primeira metade do século XX como, por exemplo, na Guerra do Contestado (1912-1916). Trata-se de uma das revoltas sociais ocorridas no período da República, que opôs forças do governo (federal e estadual) a sertanejos que viviam como posseiros praticantes da agricultura de subsistência e extrativismo no sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina²³. A EFSPRG esteve particularmente envolvida aos motivos do conflito, bem como utilizada para o envio das tropas para o combate aos sertanejos.

A mesma ferrovia foi utilizada também pelas tropas revolucionárias sob a liderança de Getúlio Vargas. Trata-se do movimento armado chamado por parte da historiografia de Revolução de 1930, o qual colocou fim a Primeira República. Segundo informações de Carla

Paulo Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007.

²³ Paulo Pinheiro Machado (2001) explica que os conflitos se intensificaram em 1910, com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, pois na concessão para construção da estrada de ferro, o governo cedeu à *Brazil Railway Company* faixas de terras com até 15 quilômetros de cada lado da linha férrea, consideradas devolutas. Ameaçados e expulsos de suas terras, os sertanejos, sob a liderança do monge José Maria e em meio a um catolicismo rústico, organizaram-se em redutos. Para a região do Contestado foram deslocados oito mil soldados do Exército. A estratégia adotada pelas forças foi a promoção de cercos através de colunas chegando pelos quatro cantos dos redutos, com objetivo de conter a movimentação dos sertanejos, que geralmente trocavam erva-mate e couro por armas, munições e mantimentos. Nesse processo, a fome levou a rendições em massa de sertanejos a partir de 1915 e no início de 1916. Para mais informações consultar: MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2001; CARVALHO, Tarciso Motta de. **Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2009; TONON, Eloy. **Os Monges do Contestado: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

Leonora Nunes (2009, p. 209) as tropas se deslocaram pela ferrovia, de Marcelino Ramos (RS) com direção ao sudeste do país, para depor o governo de Washington Luiz e evitar a posse de Julio Prestes, vitorioso nas eleições, A estratégia adotada pelas forças era a tomada das principais estações ferroviárias até o município de Itararé no estado de São Paulo.

Essas considerações são suficientes para entendermos o interesse do governo pelos caminhos de ferro, pois havia nesses espaços elementos para a organização de práticas subversivas. A EFSPRG, por exemplo, configurava-se para o governo como ponto estratégico, tanto no sentido de ataque a ordem instituída como no de defesa. Portanto, a presença de estrangeiros dos países do Eixo no leito das estradas foi vista como um problema à segurança nacional. A tomada das estradas, a danificação de trilhos e pontes, por exemplo, traria transtornos ao governo, pois o envio rápido de tropas e armamentos para o sul ficaria comprometido, sendo necessária a utilização de desvios ou forçar a comunicação pelas estradas de rodagem do país, o que implicaria na necessidade de maior tempo para o deslocamento, bem como uma logística diferenciada.

Nesse ponto, podemos abrir um parêntese para pensarmos um pouco no significado das estações ferroviárias, bem como dos comércios e dos serviços em torno dela. O trem permitia o deslocamento dos sujeitos, o contato com o outro, ajuntamento de pessoas nos momentos de embarque e desembarque, portanto, a circulação de ideias. As estações ferroviárias eram espaços sociais que precisavam de vigilância constante. Ademais, os hotéis, pensões, bem como as empresas de transportes não escapavam da vigilância. Em um ofício de 1943, por exemplo, verificamos que a DOPS\PR informava o envio de 500 fichas à D. R. de União da Vitória, destinadas ao registro de viajantes, bem como os hóspedes dos hotéis e pensões estabelecidas no município (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943g).

Em contrapartida a D. R. de União da Vitória informava, no mês de maio do ano de 1943, o envio à DOPS\PR da relação de hóspedes e viajantes, dos hotéis do município de União da Vitória, assim como dos passageiros da Empresa de Transportes de Passageiros deste município a Clevelândia, localizado na região oeste do Paraná (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943d). Para a polícia essas informações, obtidas mensalmente, permitiam monitorar o deslocamento de estrangeiros por todo o território nacional.

Observemos melhor essa questão a partir de outro documento. Trata-se da ficha de identificação na DOPS\PR de Alfredo Werminghoff, morador de União da Vitória, detido em 1938. De acordo com a ficha Alfredo foi preso em 12 de maio e no dia 15 já estava na capital paranaense. Foi transferido no dia seguinte do Quartel da Guarda Civil para a Casa de Detenção, sendo posto em liberdade em 3 junho. A partir daí verificamos a movimentação

desse sujeito entre Curitiba e União da Vitória. Nesse documento observamos que Alfredo se hospedou na pensão *Roehring*, provavelmente localizada próximo a estação ferroviária de Curitiba. Em 5 de junho Alfredo embarcou para União da Vitória passando por Ponta Grossa. De acordo com esse documento, Alfredo esteve pelo menos mais duas vezes na capital paranaense em 1940 e 1941 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1938-1941).

Essa discussão nos remete novamente ao formulário expedido pela SSN. Além de esquadrihar as áreas rurais, os estrangeiros lá existentes e definir pontos estratégicos, o formulário procurava esquadrihar através de suas questões a área urbana dos municípios, como podemos observar no conjunto de questões abaixo:

Há no município estabelecimentos industriais? Quais? Indicar sobre cada um: a firma ou o nome da empresa, nomes e nacionalidades do proprietário, dos sócios ou dos diretores, o ramo da indústria, o número aproximado de operários, a quantidade e o valor aproximado da produção anual. Qual a percentagem, por nacionalidade, de operários estrangeiros? Há no município empresas de transporte e cargas pertencentes a estrangeiros? Quais? Há estrangeiros que possuem automóveis, caminhões ou embarcações? Quais? Indicar, relativamente cada estrangeiro, o número e o tipo dos veículos, a natureza das embarcações e fins de utilização (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

Nessa citação está exposta a necessidade de mapear quais eram os estabelecimentos industriais, comerciais, bem como aqueles que se dedicavam a prestação de serviços no município. Interessava conhecer a relação dos estrangeiros nesse circuito, questionando, por exemplo, sobre a nacionalidade dos proprietários e dos operários ligados a esse universo de produção. Era possível à polícia, como apontamos em relação ao quadro rural, verificar o quanto os estrangeiros eram responsáveis pela economia do município, bem como ter uma ideia da soma de capital econômico desses sujeitos, sendo eles proprietários de diversificadas indústrias e comércios, localizados, sobretudo, na configuração urbana dos municípios.

É interessante o fato de o formulário questionar se havia no município empresas de transporte e cargas pertencentes a estrangeiros, bem como proprietários de automóveis, caminhões ou embarcações. Solicitava que a autoridade policial responsável pelo inquérito indicasse cada estrangeiro, a quantidade, o tipo de veículo, a natureza das embarcações, bem como qual sua utilização. Verifica-se, pois, que essa polícia procurava em todos os espaços e via em todos os aspectos, nos mínimos movimentos dos sujeitos, possíveis ameaças a segurança nacional. Trata-se, nessa lógica, de bens que possibilitariam o deslocamento, transporte de cargas como, por exemplo, o transporte de armamento de um lugar para outro.

Ademais, para o controle sobre os estrangeiros no país foi criada a Delegacia de Estrangeiros. Essa Delegacia passou a cuidar da mobilidade dos sujeitos por todo o território

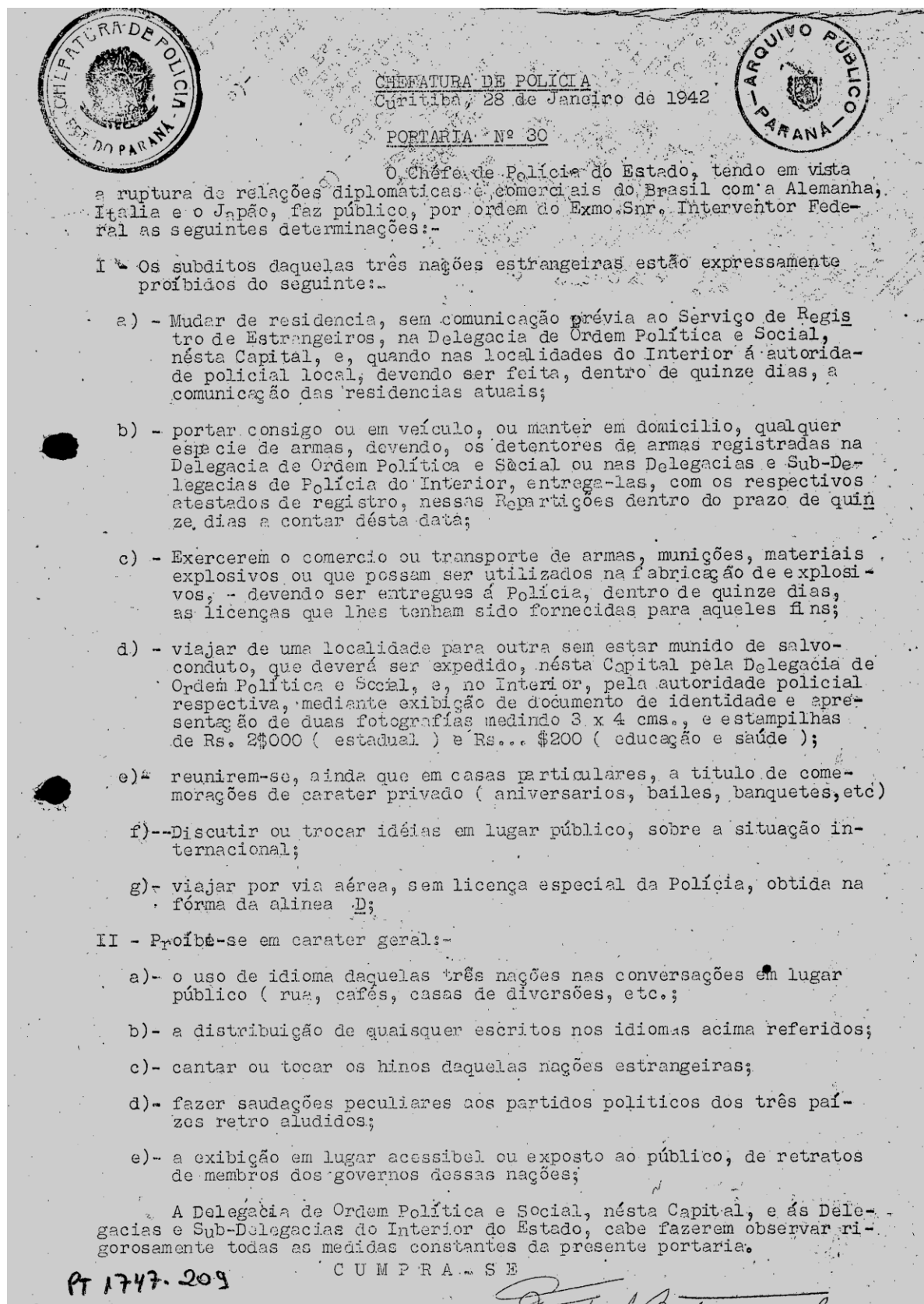
nacional, sendo constituída de: Cartório; Serviço de Registro de Estrangeiros e Secção de Fiscalização. Competia, a Delegacia: a) fiscalização da fiel observância da legislação de entrada e permanência de estrangeiros; b) o registro de estrangeiros; c) a repressão e processamento de todos os crimes, contravenções e infrações previstas na legislação de entrada e permanência de estrangeiros; d) a organização dos processos de expulsão; e) as sindicâncias necessárias nos processos de naturalização; f) as investigações necessárias em torno de atividades ilícitas de estrangeiros ou nacionais, contra os interesses da política imigratória nacional (BRASIL, Decreto Federal nº. 3.183, de 9 de abril de 1941).

Em 28 de janeiro 1942, por ordem do Interventor Manoel Ferreira Ribas, o Chefe de Polícia do Paraná, Fausto Nascimento Bittencourt, fez público a Portaria nº. 30, encontrada entre os documentos do fundo DOPS do Arquivo que consultamos e que pode ser observada na imagem na página a seguir. Essa Portaria fazia público uma série de restrições emanadas da esfera do governo aos indivíduos das três nações que formavam o Eixo e com os quais o Brasil havia rompido relações: alemães, italianos, bem como japoneses, atingindo também seus descendentes presentes no país. Entre essas determinações estão aquelas que atingiram diretamente a locomoção dos sujeitos. De acordo com o referido documento, os sujeitos oriundos das nações com as quais o Brasil havia rompido relações diplomáticas e comerciais estavam proibidos de mudar de residência sem comunicação prévia ao Serviço de Estrangeiros (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942d).

No mesmo documento observamos que era proibido aos sujeitos do Eixo realizar viagens intermunicipais sem portar o salvo-conduto. Trata-se de um documento expedido pela polícia que autorizava o deslocamento desses sujeitos. Para conseguir o referido documento era necessário que o interessado se deslocasse à delegacia municipal para preencher um formulário. Nesse formulário deveria ser informado o local de destino e os motivos para empreender tal viagem. O requerente do salvo-conduto passava por uma investigação entre as informações presentes na delegacia para a verificação dos seus antecedentes políticos e criminais. Depois desse processo a polícia autorizava, ou não, a expedição do documento.

Segundo considerações levantadas por Cancelli (1994, p. 138), o documento era fornecido às pessoas que a DOPS julgasse identificada e isenta de qualquer suspeita. O salvo-conduto, autorizando determinado sujeito a viajar de uma localidade a outra, poderia ser expedido de forma “permanente, temporário, em caso de ser o postulante em condições de obter trânsito livre, ou então, negado, caso houvesse restrições”, ou seja, caso a polícia achasse prudente vetar a circulação do sujeito em nome da política e da segurança nacional.

Imagem 02: Portaria nº 30, de 28 de janeiro de 1942.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942d. Pasta da Secretaria de Segurança Pública.

Essa medida restritiva foi uma das maiores interferências do Estado no cotidiano dos imigrantes alemães e descendentes. Nos documentos da D. R. de União da Vitória verificamos que 85 das 391 laudas que formam a pasta são referentes a pedidos de salvo-conduto. A maior parte desses documentos refere-se a alemães e teuto-brasileiros que solicitavam autorização para viajar para outro município por motivos de trabalho e de saúde. A maior parte desses sujeitos conseguiu a autorização. Alguns, porém, tiveram o passe negado por se tratar de sujeitos fichados na polícia ou considerados suspeitos²⁴. Entre os documentos observamos a prisão de sujeitos que estavam em deslocamento pela região sem portar o documento correspondente, ou seja, a autorização expedida pela delegacia de polícia (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, DOPS, 1942 a 1945)²⁵.

Ademais, a referida Portaria estipulava a proibição de alemães, italianos e japoneses reunirem-se em casas de particulares a título de comemorações de caráter privado como, por exemplo, aniversários, bailes e banquetes. Podemos entender que essas restrições procuravam vetar todo e qualquer agrupamento de alemães e teuto-brasileiros, mesmo aqueles sem caráter político. Trata-se de uma medida que abalou profundamente o cotidiano e as relações sociais dessas pessoas. Essa questão torna-se ainda mais evidente quando observamos o formulário da SSN, pois nele as associações étnicas de todas as espécies não passaram despercebidas.

O formulário questionava as delegacias sobre:

Quais as sociedades civis, recreativas, culturais, beneficentes, etc. fechadas em consequência do rompimento de relações com a Alemanha, Itália e Japão? Há sociedades civis de súditos desses países funcionando? Declarar se elas foram nacionalizadas e se estão efetivamente afeitas ao ambiente nacional. Há no município linhas de tiro de guerra? Qual a denominação e frequência? Há sociedades civis de tiro ao alvo? Aos pombos? Outras? Há sociedades estrangeiras de outras nacionalidades? Quais? Há sociedades cooperativas de estrangeiros?

²⁴ Foi o caso, por exemplo, de Carlos Apner (pintor alemão) que conseguiu o documento para viajar durante 10 dias para Vera Guarani e Dorizon; Carlos Winicks, para viajar a Curitiba assistir a operação do filho, em Curitiba; Ana Koedel, para viajar a São Paulo; Ursula Günther, para viajar a capital; Joseph Widemann, para viajar com a família a São Paulo onde iria residir; Frederico Otto Schlenert, para viajar a cidade de São Bento (SC); André Claus, residente em Porto Almeida, salvo conduto deferido para fixar residência em União da Vitória; Alfredo Scholze, para viajar por 30 dias pelo Paraná. Por outro lado, tiveram o documento negado, por exemplo, Guilherme Heller, que teve o salvo conduto indeferido porque deveria informar para quais localidades desejava viajar; Ema de Oliveira Castro, cujo documento para viajar ao Rio de Janeiro foi indeferido não constando os motivos da negativa da polícia; Ferdinando Moecke, que solicitou salvo-conduto para viajar pelo interior do Paraná e foi indeferido sem explicação dos motivos.

²⁵ Foi o caso de Arthur Bohn, de nacionalidade alemã, viajante do Instituto de Belas Artes de São Paulo, que se encontrava em 1943 em União da Vitória. Bohn trazia salvo-conduto expedido pela D. R. de São Paulo autorizando-o a viajar por 30 dias pelo interior daquele estado. De União da Vitória Bohn pretendia seguir a Clevelandia, também no Paraná, sem portar o documento correspondente. Diante disso, a D. R. de União da Vitória solicitou instruções a DOPS, em Curitiba. Por meio de telegrama o Delegado pergunta se deveria fornecer salvo-conduto para Bohn seguir até Clevelandia, ou para que retornasse à São Paulo. Em resposta a DOPS estadual informa para fornecer salvo-conduto até a capital do Estado, onde o referido sujeito deveria se apresentar a DOPS para esclarecer suas intenções.

Denominar cada uma, nacionalidade, número de associados, fornecer notícias gerais sobre sua organização e desenvolvimento (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

Vale destacar que a existência de associações culturais, recreativas, esportivas, desde que elas fossem de caráter nacional, ou seja, que suas práticas fossem voltadas ao desenvolvimento da brasilidade, não configurava um problema para a ordem política e social do país. Por outro lado, como sugere o formulário, as associações de estrangeiros deveriam ser nacionalizadas e acompanhadas para certificar-se de que estão afeitas ao ambiente nacional. O mesmo princípio parece ter sido aplicado às associações cooperativas, ou seja, devendo ser monitoradas em sua organização e em seu desenvolvimento.

Essas questões são interessantes na medida em que a vida associativa dos estrangeiros era intensa no país de hospedagem, tanto no campo, quanto na cidade. Trata-se de práticas que remontam ao século XIX, ao processo de colonização. Elas foram instituições essenciais na manutenção das identidades étnicas. Nesses espaços, uma vez reunidos, falava-se a língua alemã e praticavam-se costumes do país de origem. Tais práticas eram vistas como um entrave ao Estado homogêneo que se colocava em prática pelo regime. Portanto, qualquer manifestação de identidade realizada por esses indivíduos estava sob vigilância da polícia.

Além de ser um espaço de lazer, as associações foram lugares onde ocorriam as mais variadas discussões: sobre política, economia, sobre a Alemanha, sobre a guerra, o que configurava um “ambiente desnacionalizador” e que, sobretudo, poderia ser ponto de encontro de grupos subversivos. Nas zonas de colonização estrangeiras, por exemplo, várias associações encerraram suas atividades com a radicalização da campanha de nacionalização ocorrida a partir de 1939 e os desdobramentos da Guerra no país em 1942. Muitas das sedes de associações, inclusive, “chegaram a ser utilizadas para aquartelamento das tropas do Exército recém-chegadas para fazer cumprir a legislação” (SEYFERTH, 1999, p. 221).

Outro aspecto presente na Portaria nº. 30 e também no formulário da SSN é a existência de armas, munições e explosivos nos municípios. O tema, aliás, é demasiado forte no documento, 13 das 79 questões versam sobre a existência desses materiais. Era solicitado às autoridades policiais um inquérito detalhado a respeito da produção, comercialização, fiscalização e utilização desses materiais. A polícia procurava obter o máximo de informações possíveis sobre os estabelecimentos e os indivíduos que estavam ligados a eles, fossem estrangeiros ou não. No que se refere a produção, o inquérito solicitava indicar “relativamente às fábricas particulares: nomes, nacionalidades e residências dos proprietários, sócios principais e diretores da empresa; tipo de armas, munições e explosivos e a média da

produção” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a).

O mesmo inquérito era direcionado para as casas comerciais. Solicitavam-se informações sobre quanto tempo elas negociavam com tais artigos e o estoque atual de cada uma das casas existentes no município. É preciso considerar que o mapeamento do universo de produção e comercialização desses materiais era uma necessidade do Estado, devido à possibilidade do contrabando desses materiais com o fim de facilitar ou provocar insurreições armadas. Aliás, de acordo com o Art. nº 37, do Decreto-lei 4.766, promulgado em outubro de 1942, o qual definia crimes militares e contra a segurança do Estado, configurava-se crime praticar o contrabando de armas e afins, sendo que a pena aplicada era de quinze a trinta anos de reclusão (BRASIL, Decreto Federal nº 4.766, de 1º de outubro de 1942).

Portanto, a produção e a comercialização de armamentos, munições e explosivos nos municípios precisavam ser fiscalizadas pelos policiais locais. As autoridades deveriam verificar e registrar mensalmente os estoques tanto das fábricas como das casas de comércio de armas. Além das fábricas e das casas de comércio à polícia cabia estabelecer controle sobre os indivíduos portadores desses materiais. A preocupação em relação ao porte de armas aparece no formulário quando questiona: “quais os nomes, nacionalidades, profissões e residências das pessoas que adquiriram armas, munições e explosivos de janeiro de 1941 a junho de 1942?” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942a). Nota-se que à polícia interessava ter em suas mãos a identificação completa do sujeito que fez aquisição de arma nesse período, a ponto de ser possível, por exemplo, bater a sua porta caso fosse necessário.

O tema do porte de armas, vale ressaltar, está presente na legislação do período anterior a guerra. A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935, portanto, antes da decretação do Estado Novo, definia como crime político o fato de:

Fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder, ou emprestar, por conta própria ou de outrem, transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição. Parágrafo único: não depende de licença da autoridade policial, mas se lhe deve comunicar, sob pena de apreensão, a posse de arma necessária à defesa do domicílio do morador rural, a de explosivos necessários ao exercício de profissão, ou à exploração da propriedade (BRASIL, Decreto Federal nº 38, de 25 de 4 de abril de 1935).

De acordo com a Lei o porte ilegal de arma configurava-se crime já em 1935. O indivíduo de posse desses materiais, sem licença das autoridades, poderia ser enquadrado no Art. nº 13, sob pena de 01 a 04 anos de prisão. Importante destacar que essa Lei continha uma ressalva quanto ao porte desses materiais nas propriedades rurais. Havia a prerrogativa de

possuí-los para defesa e uso nas propriedades localizadas no quadro rural dos municípios brasileiros, mediante autorização, conforme expressa o parágrafo único do artigo.

O fato de a Lei abrir uma ressalva em relação ao porte e uso de armas nos ambientes rurais pode ser entendido, como sugerem Ângelo Piori e Verônica Ipólito (2015), como uma forma de segurança dos sujeitos devido ao número insuficiente de policiais que dessem conta de proteger toda a população, sobretudo, aquela que vivia nas áreas rurais. Trata-se de alvos fáceis de ataques e roubos. Entretanto, a legislação sobre o porte de arma foi se modificando com o tempo, de acordo com as novas circunstâncias políticas e militares do país.

Em 1938, por exemplo, houve a promulgação de outro Decreto-lei versando sobre o tema. Trata-se do Decreto de nº. 431, promulgado em 18 de maio, que definia crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social. O documento mantém, no seu Art. 3º, o texto da Lei de Segurança Nacional, ou seja, continuava a ser crime político possuir armas, munições e explosivos sem licença da autoridade competente (BRASIL, Decreto Federal nº. 431, de 18 de maio de 1938). Porém, o mínimo da pena prevista para esse caso, que anteriormente era de 01 ano, aumenta para 02 anos de prisão. A ressalva quanto ao uso desses materiais em propriedades rurais, exposta no parágrafo único da Lei de Segurança Nacional, foi excluída do novo Decreto.

Vale destacar ao leitor que não se vê no texto dessas leis restrições em relação aos estrangeiros quando se trata de armamento, ou seja, não há menção especificamente a estrangeiros, quer dizer, o outro, aquele que é um elemento incômodo no campo político e a Segurança Nacional. Entretanto, a partir de 1942, verificamos a proibição do porte de armas aos estrangeiros. Armas e estrangeiros era uma combinação perigosa à ordem e a segurança nacional. Nesse sentido, cabia a polícia, “anular as autorizações de porte de arma e arrecadar as armas de qualquer espécie, estipulando um prazo de 15 dias pra que fossem entregues”. Cabia a polícia, ainda, o trabalho de “anular as negociações de armas, munições e materiais explosivos que, por ventura, estivessem em andamento” (ALVES, 2006, p. 109).

O controle de armas e munições fez parte da rotina da D. R. de União da Vitória. Verificamos a remessa de ofícios desta a DOPS\PR com informações sobre os registros de armas concedidos por ela a brasileiros, bem como sobre o movimento de compra e venda de armas, explosivos e munições. Observamos também entre essa documentação a preocupação da DOPS\PR quanto as autorizações para compra de munições e pólvora expedidas pela D. R. de Porto União. Em dezembro de 1943, por exemplo, a DOPS\PR orienta que a D. R. de União da Vitória “solicite ao seu colega fronteiriço (Porto União) que encaminhe os

interessados naquelas compras a essa Regional, a qual compete syndicar e fornecer a autorização quando for o caso" (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943h).

Aliás, nessa conjuntura, ser alemão e portar armamento sem licença das autoridades eram informações que bastavam para colocá-lo debaixo de vigilância, bem como levá-lo a prisão. Esse foi o caso de Henrique Klein no município de União da Vitória. Sobre esse caso, podemos observar abaixo o arrolamento das armas e outros materiais apreendidos na sua residência pela D. R. de União da Vitória:

Imagem 03: Arrolamento dos materiais apreendidos na residência de Henrique Klein.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL 10

ECÃO I. A. Parte N.º 739 Data 14 de dezembro de 1943

Assunto: arrolamento do material apreendido na residência de HENRIQUE KLEIN pelo Sr. Delegado Regional de União da Vitória.

Ilmo. Sr. Dr. Delegado.

II - A.S.A. e os encarecidos do Museu, já dispõem do destino dado ao material.

III - Reg. no pront. de H. Klein.

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. S. que, procedeu-se hoje ao arrolamento do material apreendido na residência de HENRIQUE KLEIN, pelo Sr. Delegado Regional de União da Vitória, constando do seguinte:

Dez balas de fuzil carregadas; 12 cartuchos de fuzil descarregados; 10 cartuchos de papelão para espeingarda calibre 16; dezoto discos, sendo 16 alemães, 1 inglês e outro argentino; 3 pilhas sêcas; um binóculos com sua respectiva caixa de couro; uma lata contendo uma vista da Madeira; um fuzível de alta voltagem; um Atlas Mundial cartonado; 440 livros em idioma alemão; 26 revistas naturalistas "Kosmos"; 52 revistas "Das Kranzchen"; Calendário 1937 da Cidade de Blumenau em língua alemã; um mapa de linho cartonado da Cidade do Rio de Janeiro; um livro da Guerra de 1813 a 1815; um livro "See Atlas" de autoria de Justus Perthes; um mapa de linho da Província do Rio de Janeiro; um mapa de linho das "Estradas de Ferro de Rio de Janeiro, São Paulo & Minas Gerais 1879"; um mapa "Karte der Umgebung von Metz"; um livro intitulado "Heinrich von Treitschke" sobre a Guerra de 1813; um Atlas "Historischer Schul-Atlas" de F. W. Putzgers; um livro da Guerra de 1870; um livro denominado "Die Handelsmarine und ihre Linienschiffe"; um livro intitulado "Biblia dos Escudos em idioma germânico"; um folheto "Flaggen - Karte für Hamburg"; 3 jornais "Der Urwaldsbote" de 1936, 37 e 38 editados em Blumenau; 3 fotografias de militares alemães da Grande Guerra; 4 fotografias de navios; papéis-moedas Marcos das seguintes importâncias; 2 papéis de dois marcos; 1 de mil marcos, 2 de um milhao, 1 de dois milhoes e 1 de quinhentos mil marcos; um mostruário de madeira; 150 carotes postais e 197 fotografias.

O material de propaganda nazista encontrado, consta de: um jornal "Weltpost" editado em Hamburgo em 25-6-1936; 3 fotografias de Hitler; um livro "Hamburg"; 2 fotografias de reuniões nazistas e 1 fotografia de um grupo de integralistas.

Foi o material em apreço removido para o museu desta D.O. P.S., sendo entregue na S.A. o binóculos, as balas de fuzil, os cartuchos, as pilhas, bem como os discos.

Cordiais Saudações.

(a) *[Assinatura]*
Chefe da S. A.

N.I.

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943i.

Trata-se de um brasileiro, natural de São Paulo, que foi para a Alemanha quando tinha três anos de idade. Klein recebeu, inclusive, o título de cidadão alemão em *Wüttemberg*, região sudoeste da Alemanha. Esse sujeito retornou ao Brasil depois da Primeira Guerra, mais especificamente em 1920, quando estava com 26 anos idade, passando a residir na Colônia Amazonas, no município de União da Vitória, a qual era ocupada basicamente por alemães, onde se estabeleceu como agricultor (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942m).

De acordo com o prontuário, Henrique Klein foi acusado de pertencer à célula nazista criada no município de Porto União. Ele foi preso em União da Vitória em 1942, sendo remetido a DOPS\PR. Henrique foi condenado a três anos de prisão e esse caso chama nossa atenção pelo fato de que a sua condenação ocorreu por porte ilegal de arma e não por “professar a ideologia nazista”, como sugere os autos da sua apreensão realizada em 1942. No relatório da polícia sobre sua prisão verificamos que: de acordo “com o que se tem decidido em casos semelhantes, que não se pune a ideologia e sim a ação contrária aos interesses nacionais”. Henrique Klein foi condenado pelo “inciso nº. 18 de Decreto-lei nº. 431 promulgado em 1938, que pune aqueles que possuem arma sem licença da autoridade competente” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942m).

O controle sobre esses materiais, sujeitos e espaços obedecia à ordem de busca e eliminação de qualquer resistência ao regime, sob qualquer forma organizada, combatendo os seus opositores, ou seja, procurando vetar toda e qualquer possibilidade de ameaças a segurança nacional. Nesse sentido, a SSN e o conteúdo por ela elaborado refletem traços do *modus operandi* do governo estado-novista, bem como do seu aparelho repressivo.

Cabe alertar ao leitor que as considerações aqui realizadas não devem induzir a falsas impressões quanto à estrutura e o poder de ação da SSN, fazendo dela algo muito maior do que realmente consistia. É certo que a SSN estava ligada ao Ministério da Justiça, porém, ela era composta por uma comissão de cinco funcionários, os quais pertenciam aos quadros I, II e III do Ministério, o que implica em pensar nos limites de sua atuação. Esse órgão foi um dos dispositivos criados pelo Estado no que concerne à segurança nacional, “integrado a rede de policiamento e repressão do governo, um reforço para a polícia” (CANCELLI, 1994, p. 68).

Evidencia-se, assim, que SSN foi um dos órgãos que contribuíram para que o controle do Estado chegasse a todo o território nacional, procurando abarcar os mais variados espaços e pormenores da população estrangeira residente no país. Vejamos, pois, que no que diz respeito à repressão e vigilância necessitava-se das delegacias regionais de polícia para o trabalho de investigação e preenchimento das informações no formulário. Tais instituições encontravam-se, digamos, na ponta última da estrutura repressiva do país, sem que isso

signifique menor importância, as quais estavam subordinadas as delegacias de Ordem Política e Social estaduais, ou seja, a polícia política, universo analisado nas próximas páginas.

1.4 A estruturação da polícia política no Brasil e no Paraná

Quando falamos em polícia política quer dizer um segmento especializado do aparato policial, a qual entrou em cena no mundo contemporâneo. Segundo Motta (2006, p. 55) trata-se do setor responsável pela segurança do Estado e pela manutenção da ordem. De acordo com o autor sua existência é justificada em nome da “defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva era zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho do Estado”. O enraizamento desse segmento policial nas modernas burocracias dos Estados ocorreu na conjuntura da afirmação da ameaça revolucionária, no período do final do século XVIII e a primeira metade do XX, em que os Estados teriam se habituado a sensação de risco constante de sublevação. Trata-se, portanto, de uma polícia responsável por controlar e reprimir os inimigos da ordem, quaisquer ameaças, sejam elas reais ou imaginárias.

Para Tucci Carneiro (2014, p. 13), por exemplo, essa polícia “é uma das mais importantes instituições do mundo moderno que, como braço repressor do Estado, tinha como função o controle do cidadão”. Antes, porém, de entrar no universo dessa polícia e o papel desempenhado por ela no contexto nacional é importante que nos debruçemos um pouco sobre sua história, identificando como ela surgiu no país e como foi sendo aperfeiçoada ao longo das décadas de 1930 e 1940. Começamos, então, recuando um pouco no tempo para destacar que com a transição do trabalho escravo para o assalariado, a chegada de imigrantes, num contexto de maior mobilidade dos sujeitos e do crescimento dos centros urbanos, ocorre o redimensionamento do papel do Estado como agente do controle social.

Lúcia Carpi e Jéssica Moura Campos (1993, p. 29) explicam que na transição do Império para a República o Estado passa a “monopolizar os mecanismos formais de controle e do exercício físico da repressão, agora na esfera do domínio público”. Isso quer dizer que o Estado passa a ser responsável pela segurança e pela manutenção da ordem. Para isso, era necessário ajustar as instituições jurídicas e policiais a esta nova realidade. Cabe ressaltar que esse processo não ocorreu sem dificuldades, pois o “discurso da cientificação e as tentativas de modernização se defrontavam com uma estrutura social que insistia em se manter intacta”.

Importante destacar ao leitor que o controle social, do qual a polícia seria o principal

agente, “passou formalmente pela esfera do poder público, mas na prática continuava atendendo aos interesses privados que se rearticulavam no interior do Estado oligárquico”. Porém, é notório que mudanças importantes foram iniciadas em direção a profissionalização policial, para sua institucionalização nos quadros do poder, bem como a adoção de um caráter científico. Nesse processo, a cidade do Rio de Janeiro foi o centro propulsor dessas transformações, como explicam Carpi e Campos (1993, p. 31).

Nesse contexto, podemos destacar também a necessidade de “conhecer e mapear a sociedade sobre a qual se dava sua atuação”. Destacamos isso porque é dentro dessa lógica que foram criados, por exemplo, o “Serviço Médico Legal, Gabinete de Identificação e Estatísticas e Gabinete de Investigações e Capturas”. Isso demonstra que as investigações começavam a ganhar caráter científico, legitimando a atuação policial e a violência contra os sujeitos na manutenção da ordem no país (CARPI; CAMPOS, 1993, p. 31).

Essa polícia praticou repressão política a vários grupos durante os primeiros anos da República como, por exemplo, aos operários, aos intelectuais e imigrantes. Entretanto, não havia ainda um departamento especializado nessa prática. Segundo considerações de Motta (2006, p. 56) o surgimento de uma polícia política, ou seja, especializada em repressão política no Brasil se deu especialmente no transcorrer da década de 1920. Trata-se de um período de grande efervescência cultural e radicalização política no país, momento de crise marcado por uma série de conflitos que refletiam a insatisfação de setores da sociedade em relação à condução do país pela então chamada Primeira República.

Foi nesse contexto que ocorreu a criação da primeira delegacia especializada em vigilância política no país. Estamos falando da 4ª. Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal, que foi criada no ano de 1922. Segundo considerações de Motta (2006, p. 56) essa Delegacia tinha como objetivo “informar aos superiores sobre questões relacionadas à segurança pública e à manutenção da ordem”. O autor menciona que com esse gesto o Estado republicano “consolidava sua marca autoritária, evidenciando a incapacidade de resolver conflitos e dissensões internas através de mecanismos democráticos”.

Medidas para a ampliação e a centralização do aparato policial podem ser observadas ao longo das décadas de 1930 e 1940, quando o país estava nas mãos de Getúlio Vargas, que assumiu o governo depois da Revolução de 1930. Essa perspectiva é defendida por Cancelli (1994), para a qual a polícia passou a desempenhar papel importante nesse novo cenário político. A autora destaca que já nos primeiros meses de governo foi realizada uma reforma nos quadros da polícia do Distrito Federal. Nessa ocasião, delegados foram exonerados e substituídos por pessoas de confiança do governo, buscando transformar a polícia para que ela

atendesse as necessidades do modelo ditatorial que estava sendo colocado em prática.

Nesse processo verificamos, por exemplo, a interferência do Estado no Código Penal vigente no Brasil, de 1890, uma vez que ele trazia uma série de entraves ao governo. Na opinião de Cancelli (1994, p. 77) ele não traduzia “a realidade vivida pela polícia, pelas autoridades criminais e por esta nova forma de governar que se instalara em nome do povo e da democracia no Brasil”. Em 1932, foi realizada pelo Estado a Consolidação das Leis Penais, que forneciam maior abertura para a atuação da polícia política no país. Ademais, no ano seguinte, em 1933, a 4ª. Delegacia Auxiliar foi extinta, sendo criada, em contrapartida, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social, a DESPS. Trata-se de um órgão subordinado ao chefe da Polícia do Distrito Federal, posto ocupado por Filinto Müller, um dos homens de confiança de Getúlio Vargas, o qual atuou de 1933 até o ano de 1942.

Para Cancelli (1994, p. 57), a criação da DESPS afetou todo o aparato policial existente no país, verificando-se nela maior especialização dos serviços. Cabe ressaltar que ao mesmo tempo em que a DESPS estava sendo criada, decretava-se que o serviço policial do Distrito Federal ficaria atrelado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Podemos dizer que, em tese, a DESPS encontrava-se atrelada ao Ministério, porém, na prática, a Delegacia encontrava-se sob inspeção suprema da presidência da República. Isso quer dizer que Getúlio Vargas possuía ligação direta com o aparelho policial do Distrito Federal, conhecendo os atos abusivos praticados pela polícia durante o seu governo.

É importante lembrar que nesse período o Brasil vivia uma conjuntura de radicalização política. A escalada do modelo autoritário de governo advindo de 1930 (concretizado com a implantação do Estado Novo em 1937), bem como a movimentação de grupos com projetos políticos múltiplos, cada qual, ao seu modo, oferecendo uma ordem político-jurídica diferente para o país, esquentaram o cenário político na década de 1930. Estamos falando basicamente do Partido Comunista do Brasil (PCB), da Aliança Nacional Libertadora (ANL)²⁶ e da Ação Integralista Brasileira (AIB)²⁷. Esses grupos, considerados na

²⁶ Trata-se de um partido de âmbito nacional fundado em março de 1922, que passou parte de sua existência na ilegalidade, atravessando distintas fases políticas e mudando de direção e conteúdo. De 1922 a 1925, por exemplo, o partido trabalhou na sua organização e formação de suas linhas políticas. De 1926 a 1929 adotou uma linha estratégica de Frente Única, buscando sua afirmação como representante da classe operária. De 1930 a 1933, o partido precisou adaptar-se ao novo cenário político, conseguindo atrair para si descontentes com o processo revolucionário entre a classe trabalhadora e entre os tenentistas de esquerda. De 1934 a 1935, foi adotada a linha da Frente Popular na luta contra o fascismo. Nessa fase destaca-se a atuação através da Aliança Nacional Libertadora, em síntese, uma organização anti-fascista fundada em março de 1935, tendo como presidente de honra Luís Carlos Prestes, então membro do PCdoB. Para mais informações, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. In: **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 227-246, 2007.

²⁷ Organização política de âmbito nacional inspirada nos fascismos europeus. Foi fundada em São Paulo no dia 7

época como “extremistas”, eram inimigos objetivos do regime, na acepção de Arendt (1975). Eles foram fortemente combatidos, principalmente, os comunistas. Aqueles que possuíam vínculos (reais ou presumidos) com o PCdoB, com o Comunismo Internacional, por exemplo, tornaram-se os alvos mais constantes, embora não o único, da repressão policial do Estado.

Esses inimigos do regime acabaram favorecendo a ampliação da ação policial no país. Vide a promulgação em 1935 da Lei de Segurança Nacional (LSN). A LSN definia o que era considerado ordem política e social nessa nova conjuntura. A ordem política era a que resultava “da independência, soberania e integridade territorial da União”, bem como “da organização e atividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da República, nas dos Estados e nas leis orgânicas respectivas” (BRASIL, Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935).

A ordem social era aquela estabelecida pela:

Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal: ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho; organização e funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente (BRASIL, Lei nº. 38, de 4 de abril de 1935).

Nesses termos, configurava-se crime contra a ordem política e social, por exemplo:

Tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida. Opor-se alguém diretamente e por fato, à reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União. Será punido (...) aquele que praticar algum destes atos: aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; aparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos; instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações radiotransmissoras ou receptoras; dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime. Instigar desobediência coletiva ao cumprimento de lei de ordem pública. Provocar animosidade entre classes armadas, polícias militares, ou contra elas, ou delas contra as instituições civis. Divulgar notícias falsas sabendo que o são, e que possam gerar na população desassossego ou

de outubro de 1932, com a publicação do “Manifesto de Outubro” por Plínio Salgado. A organização possuía sua própria milícia armada, bem como uma estrutura de imprensa formada por diversos jornais e revistas. Em abril de 1933 realizou seu primeiro desfile público em São Paulo e, no ano seguinte, o 1º Congresso Integralista Brasileiro, na cidade de Vitória (Espírito Santo). Em 1935, em Petrópolis, foi realizado o 2º Congresso, no qual se deu oficialmente a alteração jurídica do movimento transformando-o em partido político, sendo considerada a mais importante organização fascista na história do Brasil, reunindo algo em torno de 500 a 800 mil adeptos. Os militantes possuíam uniforme formado por camisas verdes e gravatas pretas, daí serem chamados de “camisas verdes”, realizavam desfiles e utilizavam como saudação a expressão tupi-guarani *anauê*, a qual deveria ser feita com o braço direito estendido. Para mais informações, consultar: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Todas as cores da repressão: os “camisas verdes” e a perseguições políticas durante a Era Vargas. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, 2014; GONÇALVES, Leandro Pereira. O Estado Novo: fim da Ação Integralista Brasileira e prisão de Plínio Salgado. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, 2014.

temor. Incitar diretamente o ódio entre as classes sociais. Instigar as classes sociais à luta pela violência (BRASIL, Lei nº. 38, de abril de 1935).

A LSN, que ficou conhecida como Lei Monstro, pode ser entendida como uma inovação no campo político e social do país. Ela era abrangente ao determinar quem era perigoso ao país. Ademais, observa-se que ela propunha decapitar os diferentes movimentos políticos existentes, bem como amparar os atos repressivos da polícia contra os opositores do governo, aqueles cuja ação objetivava implantar uma nova ordem política ou poderia acarretar na desestabilização do regime em vigor. A LSN reforçava o papel da polícia política como uma “especialização das atividades da polícia para a prevenção”, visando “o conhecimento, a classificação, o controle e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que possam exercer atividades não toleradas pelo regime vigente” (REZNIK, 2004, p. 24).

Esse dispositivo legal foi sendo aperfeiçoado de acordo com as circunstâncias. Martins e Luca (2006, p. 61) explicam que o Congresso Nacional agiu para tornar mais dura a LSN, aprovando, em dezembro de 1935, emendas à Constituição, permitindo a presidência da República decretar o estado de guerra em caso de “comoção intestina grave”. O legislativo aprovou também o estado de sítio e, posteriormente, o estado de guerra, que assegurava poderes praticamente ilimitados ao poder executivo. A justificativa era a de que o país enfrentava uma ameaça de subversão da ordem, isto é, as rebeliões de novembro de 1935, iniciadas em diversas regiões do país. Elas foram denominadas de “intentona” e, além disso, de “intentona comunista”, por Filinto Müller, dando a elas as conotações que se atribuíam ao comunismo: ser contra a pátria, a família, querendo instalar o inferno soviético no Brasil.

Os acontecimentos de 1935 forneceram a justificativa para a ampliação do aparato policial e o fechamento cada vez maior do regime em si. Um dos dispositivos legais criados em decorrência das rebeliões de 1935 foi Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em 1936. Trata-se de um tribunal de exceção, composto por juízes civis e militares escolhidos pela presidência da República, devendo ser ativado sempre que fosse decretado o estado de guerra no país. Era um órgão responsável por processar e julgar as atividades dos “extremistas”, um dispositivo de segurança que facilitava a intervenção do governo na Justiça²⁸. Para isso, lançava mão de normas bastante discutíveis, uma vez que “não se permitia recurso ou

²⁸ Entre setembro de 1936 e dezembro de 1937, já no Estado Novo, 1.420 pessoas foram por ele sentenciadas. Com a implantação da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937, o Tribunal deixou de se subordinar ao Superior Tribunal Militar desfrutando de uma jurisdição especial autônoma. A partir daí passou a julgar não só os comunistas e militantes de esquerda, mas também integralistas e políticos liberais que se opunham ao governo em vigor. Para mais informações, ver: KORNIS, Monica. Tribunal de Segurança Nacional. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

apelação à sentença, apenas apelação interposta pelo Tribunal Militar”, sem ter direito a qualquer efeito suspensivo sobre a sentença (CANCELLI, 1994, p. 103-104).

Pouco depois da criação do TSN era realizado no Rio de Janeiro, entre outubro e novembro de 1936, o Congresso dos Chefes de Polícia convocado pelo Chefe da Polícia do Distrito Federal e o Ministério da Justiça. Motta (2006, p. 57) explica que o Congresso buscava “estreitar laços entre as polícias estaduais, tendo em vista o aprimoramento do trabalho de repressão ao comunismo”. Estava em jogo, sobretudo, o projeto de fortalecer a polícia do Distrito Federal, comandada por Filinto Müller. Esse evento foi uma estratégia do governo no sentido de tentar centralizar a instituição policial, pois nele cogitou-se a possibilidade de remover as delegacias especializadas em repressão do controle dos estados, criando para isso uma polícia federal, cuja abrangência suplantasse o Distrito Federal.

Entretanto, essa proposta encontrou resistência em meio aos representantes estaduais, principalmente, no que diz respeito ao estado de São Paulo, o qual defendia que a federalização provocaria a diminuição da eficiência do trabalho realizado pela polícia. Terminado o Congresso ficou acertado que as polícias estaduais estabeleceriam convênios entre si, bem como com a polícia do Distrito Federal, visando o intercâmbio de informações e o compartilhamento de investigações sobre atividades subversivas (MOTTA, 2006, p. 57).

É preciso considerar que durante o Estado Novo a influência de Filinto Müller, a frente da polícia do Distrito Federal cresceu consideravelmente. Certamente, ele possuía força suficiente para tomar parte nas atividades policiais dos estados da federação, porém, não há indícios de que a autonomia das delegacias estaduais fosse atingida por isso. Destacamos isso porque não havia uma polícia de atuação federal. A 4ª. Delegacia Auxiliar, por exemplo, tinha status de força federal, porém, seu espaço de ação restringia-se ao Distrito Federal. Estamos falando de uma Delegacia que não possuía poder para atuar fora da capital do país.

Ademais, é prudente destacar que estamos falando de um contexto marcado pela “afirmação do federalismo, em que se procurava consolidar a autonomia dos Estados e evitar o fortalecimento do poder federal”. Isso quer dizer que as delegacias de polícia política surgiram “como forças de caráter estadual, autônomas em relação ao governo federal”. Aliás, essa particularidade permaneceu durante toda a existência da DOPS, mesmo com a implantação de medidas que visavam sua centralização, como explica Motta (2006, p. 57).

No que diz respeito às delegacias estaduais de polícia política podemos referenciar, por exemplo, a criação da Delegacia de Ordem Política e Social em São Paulo no ano de 1924. De acordo com Motta (2006) essa parece ter sido a primeira delegacia a utilizar a expressão que ficaria conhecida tanto no jargão oficial como no imaginário social como DOPS (MOTTA,

2006). Podemos destacar também a delegacia de Minas Gerais, criada também na década de 1920, mais especificamente em 1927, bem como a de Santa Catarina, criada em 1936²⁹.

No Paraná, a Chefatura de Polícia do Estado se preocupava com as questões de ordem política desde a década de 1920, tendo em vista que não havia uma delegacia especializada nessas atividades. O trabalho ficava a cargo do Comissariado de Investigação e Segurança Pública (década de 1920) e as Delegacias de Costumes e Segurança Pública ou de Vigilância, Investigação e Capturas (década de 1930). Uma delegacia voltada especificamente para a questão política no Paraná surgiu em 1937, através da Lei nº. 177, de 15 de março, no governo de Manoel Ribas, ou seja, após o Congresso dos Chefes de Polícia, ocorrido no segundo semestre de 1936. Luciana Pomari e Angelo Priori (2012, p. 103) explicam que a Lei reorganizou as Delegacias de Polícia Especializadas. Elas passaram a ter as seguintes denominações: Delegacia Auxiliar; Delegacia de Segurança Pessoal; Delegacia de Vigilância e Investigações e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/PR).

Na dissertação de mestrado de Luciana A. Pereira Athaides (2015, p. 33), sobre a DOPS paranaense frente à AIB durante o Estado Novo, é possível observar quem foram os ocupantes do cargo de Delegado da DOPS/PR, a saber: Mário Augusto de Queiroz (1937-1938); Iracy de Queiroz (interino); Divonsir B. Cortes (1938-1942) e Valfrido Pilotto (1942-1945). A DOPS/PR ficou subordinada a Chefatura de Polícia\Departamento de Segurança Pública, pasta ocupada: Roberto Barroso (1936-1937); Dagoberto Pereira (dez. 1937-1939); Fernando Flores (1939-1941) e Fausto Nascimento Bintencourrt (1941-1945). A Chefatura, por sua vez, estava subordinada a Secretaria do Interior e Justiça, ocupada por Eurípedes G. do Nascimento (1933-1937); Oscar Borges de Macedo (interino); Omar Gonçalves de Mota (1937-1940); Manoel de Lacerda Pinto (1940-1941) e Fernando Flores (1941-1945).

Athaides (2015) informa ainda que cabia a DOPS/PR:

a) – investigar, prevenir e reprimir, qualquer ação que, no Estado, se processasse ou reflita, com finalidade de: I) – subverter a ordem pública; II) – atentar contra a segurança do regime; III) – embaraçar, ou prejudicar, o livre exercício dos poderes constituídos; IV) – ofender ou projetar ofender, a integridade do país; V) – modificar, ou pretender modificar, por meios violentos ou pregando a sua destruição, por palavras, escritas ou faladas, ou atos concretos ou dissimulados, a forma constitucional em vigor; VI) – apreender obras de caráter subversivo; VII) – providenciar quanto à colocação de cartazes, “*placards*” e pinturas consideradas

²⁹ Em Santa Catarina a DOPS foi criada pela obra do então governador Nereu Ramos, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública, a qual era chefiada na época por Ivens de Araujo. Ela foi o resultado da transformação da antiga Delegacia Auxiliar de Florianópolis, através do Decreto-lei nº. 132, de 13 de novembro de 1936. Nereu Ramos também foi responsável pela interiorização dos serviços policiais civis, a partir da construção de vários prédios para abrigar as Delegacias Regionais de Polícia. O Delegado da DOPS/SC, na maior parte do período, de 1938 a 1945, foi Antônio de Lara Ribas.

infringentes das disposições anteriores; VIII) – exercer vigilância contra propaganda extremista de qualquer natureza; IX) – controlar, quanto à ordem política e social, os movimentos de passageiros, por via aérea, rodoviária, marítima, fluvial e ferroviária, de hotéis, pensões e hospedarias; X) – manter censura telegráfica, epistolar, de imprensa, cinematográfica e de qualquer outra natureza, também de ordem política e social, quando as circunstâncias determinarem e também permitirem, mediante prévio entendimento com as autoridades federais ou estaduais competentes; XI) – conservar e executar serviços secretos de vigilância e investigações, sobre matéria pertinente à Delegacia; XII) – organizar arquivos reservados sobre pessoas, sociedades, civis e comerciais, firmas, e outras organizações suspeitas de atividades subversivas; XIII) – distribuir agentes, no território do Estado, nos pontos e localidades onde haja fundado receio de existirem as mesmas atividades; XIV) – atender os serviços do Arquivo Geral de Polícia do Distrito Federal; XV) – sustar e responsabilizar, na forma legal, a propaganda da guerra ou de que possa derivar questões diplomáticas e estremecimentos entre povos;

b) – presidir inquéritos, em todos os seus termos, relativos à infração da Lei de Segurança e das demais leis que definem e punem, ou venham a definir e punir, crimes da natureza política e social;

c) – processar as cartas de chamada, quando lhe for cometida tal atribuição, que será especial para cada caso, pela Chefia de Polícia;

d) – formar os processos de repatriamento e de expulsão de estrangeiros;

e) – fiscalizar o comércio, transporte, depósito, uso, emprego, porte e posse de explosivos, armas e munições, em todo território do Estado, expedindo ou mandando expedir as licenças respectivas;

f) – examinar e encaminhar as licenças de posse, porte e uso de armas de caça;

g) – executar, imediatamente as ordens que lhe forem transmitidas pela Chefia de Polícia;

h) – remeter, diretamente, à mesma Chefia. Relatórios reservados sobre fatos e províncias de alçada e conhecimento da Delegacia (ATHAIDES, 2015, p. 32).

Elas foram estabelecidas pelo Chefe de Polícia, Roberto Barroso, através de uma portaria publicada no mês de abril de 1937. Essas competências objetivavam o controle da população, a identificação e a repressão a todo e qualquer movimento político considerado prejudicial à ordem política e a segurança nacional. Trata-se, aliás, de atribuições muito alinhadas ao que se engendrava no governo através da promulgação desenfreada de decretos-leis, os quais promoviam o fechamento do Estado nas mãos do poder executivo.

Entretanto, é preciso considerar que essa polícia, particularmente a DOPS/PR, não possuía plenas condições de responder a essa lista de atribuições. Em 1937, por exemplo, a estrutura dessas delegacias era extremamente deficitária. Angelo Piori (2013, p. 7) especifica que a Delegacia Auxiliar era um órgão que contava com o trabalho do Delegado, de um escrivão e três agentes. A Delegacia de Segurança Pública e a DOPS/PR contava com um Delegado e um escrivão cada uma. A Delegacia de Vigilância e Investigações, por sua vez, encontrava-se um pouco melhor estruturada, haja vista que contava com a atuação do Delegado, do escrivão, de 10 investigadores de 1ª e de 20 de 2ª classe.

Nesse sentido, a DOPS/PR, assim como as outras delegacias, era “bastante dependente dos outros órgãos policiais para exercerem as suas atividades, sobretudo, da

Delegacia de Vigilância e Investigações, que naquele momento estava mais bem estruturada”. Ainda em relação aos problemas enfrentados pela polícia, Athaides (2015, p. 35) chega a mencionar, por exemplo, a existência “de ‘estagiários’, em geral acadêmicos de Direito, trabalhando para a DOPS em regime esporádico”, bem como a presença de “agentes extranumerários que eram contratados com o objetivo de suprir a falta de efetivo policial”. Portanto, estamos falando de uma polícia que possuía suas particularidades e seus limites.

Importante destacar que Manoel Ribas, na condição de Interventor Federal, via a necessidade de maior controle da sociedade na capital e no interior do Paraná. Manoel Ribas, em junho de 1938, assinou o Decreto-lei nº 6.439, instituindo 12 Superintendências Regionais de Polícia localizadas nas principais cidades paranaenses naquela conjuntura. As cidades foram: Curitiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Jaguariaíva, Irati, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Tibagi, Jacarezinho, Londrina e União da Vitória (POMARI; PRIORI, 2012, p. 104).

A situação das delegacias e subdelegacias espalhadas pelo interior do Paraná não era diferente da enfrentada pela DOPS/PR. Mesmo com a intensificação da repressão tanto a DOPS/PR como as delegacias regionais mantinham enormes dificuldades para trabalhar. Nos documentos oriundos dessa polícia é comum encontrar manifestações sobre a falta de estrutura material e de recursos humanos. Nos documentos da D. R. de União da Vitória, por exemplo, há várias queixas do delegado em relação à precariedade das condições de trabalho.

Em um desses documentos, datado de 1942, o delegado Tarciso Vicente de Castro, escrevia ao Chefe de Polícia, Fausto Nascimento Bittencourt, destacando que o órgão estava desaparelhado. De acordo com o documento, a D. R. de União da Vitória contava com a presença do delegado, um escrivão e oito soldados incluindo o carcereiro. Para Vicente de Castro o número de efetivos estava em desacordo com a importância atual da zona, dificultado o trabalho de investigação e manutenção da ordem e da segurança. Além disso, na ocasião, o Delegado reclamava da falta de equipamentos e da cadeia local, a qual não servia a sua finalidade devido ao seu estado precário (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 1942b).

Nessa mesma linha de raciocínio, é importante chamar atenção para o fato de que o efetivo policial não estava isento da má compreensão dos dispositivos legais. Essa questão fica evidente, por exemplo, quando a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública precisou reforçar para as autoridades das delegacias regionais quais eram os procedimentos corretos para solicitação da carteira de identidade modelo 19. Trata-se do Registro Nacional de Estrangeiros, um documento que atestava a identidade de indivíduos estrangeiros com residência temporária ou permanente no território nacional, norma instituída em 1938.

Assim, todos os indivíduos que não possuísem a nacionalidade brasileira deveriam

registrar-se nos órgãos policiais do lugar de residência. Ocorre que as autoridades policiais exigiam que os estrangeiros obtivessem o referido documento na capital paranaense, prática que ocasionava “dificuldades, obrigando-os a providências inexigíveis, entre as quais, viagens para a obtenção daquele documento” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943d).

Podemos refletir um pouco sobre o transtorno que a má compreensão desse dispositivo (e de outros) causou entre a população estrangeira e a própria DOPS\PR. Em fevereiro de 1943, o Chefe da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, baixou a Portaria nº. 59, a qual especificava as autoridades regionais que: a) a carteira de estrangeiro só é expedida pela Seção, na DOPS\PR, para os estrangeiros residentes na capital; b) os estrangeiros residentes no interior do Estado se registram nas respectivas Delegacias Regionais de Polícia (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943d).

Essa polícia pode ser observada também como uma instituição que possuía uma lógica interna, cujos critérios poderiam variar de acordo com as circunstâncias. Observemos essa questão utilizando dois casos de apreensão de aparelhos de rádio. Antes, é preciso abrir um pequeno parêntese para explicar que o rádio foi um importante expoente de mediação de mensagens específicas do governo à população. Para Lenharo (1986), por exemplo, o rádio era um meio de educação cívica, espalhando a voz de Getúlio Vargas para todo o país, projetando nos brasileiros a sensação de serem partícipes do desenvolvimento do país. Entretanto, devido às ondas curtas, a chamada Alta Frequência, os aparelhos de rádio foram também um problema para o governo, pois apresentando longo alcance, propagando-se por longas distâncias através de ondas curtas. Isso porque elas proporcionavam a população de alemães acesso a transmissões estrangeiras, principalmente a irradiada de Berlim\Alemanha.

A intervenção do governo no que diz respeito aos aparelhos de rádio pode ser observada a partir de dois decretos, promulgados em 1942. O primeiro deles é o Decreto-lei nº. 4.701. No seu Art. 2º observamos que os indivíduos e sociedades que exerciam o comércio de aparelhos de rádios, transmissores e acessórios estavam proibidos de “transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta” (BRASIL, Decreto Federal nº. 4.701, de setembro de 1942). O segundo é o de nº. 7.766. No Art. nº. 23 verificamos que era crime instalar ou possuir, ou ter sob sua guarda, “sem licença de autoridade competente, aparelho transmissor de telegrafia, radiotelegrafia ou de sinais, que possam servir para comunicação a distância”, com pena de dois a oito anos de reclusão (BRASIL, Decreto Federal nº. 4.766, de 1º de outubro de 1942).

No Paraná encontramos a Portaria nº. 65, na qual verificamos que ficavam os estrangeiros de nacionalidade alemã, japonesa e italiana, residentes em qualquer ponto do

território estadual, “obrigados a entregar a autoridade policial das sedes dos municípios de suas moradias, os aparelhos rádiosreceptores que possuam ou existam em suas residências ou propriedades”. A entrega dos aparelhos deveria ser feita na DOPS\PR, no caso dos residentes em Curitiba, e nas delegacias regionais, no que se refere aos residentes fora da capital (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942).

Feitas essas considerações podemos discorrer sobre uma apreensão feita pela autoridade policial da subregional de Cruz Machado, subordinada a D. R. de União da Vitória. Em cumprimento as determinações baixadas a polícia apreendeu um aparelho de rádio receptor, marca “Pilot”, registrado em nome do alemão Augusto Herzog. De acordo com os documentos que tivemos acesso esse aparelho pertencia a Guilherme Reicka, o qual escreveu uma carta endereçada a Valfrido Pilotto, Delegado da DOPS\PR, dizendo-se proprietário e pedindo sua devolução. Junto à carta Guilherme apresentou o Contrato de Compra e Venda em seu nome e respectiva letra de cambio de uma das prestações pagas, com o objetivo de comprovar que o referido aparelho lhe pertencia. Na carta, Guilherme explica que era brasileiro e que a apreensão foi baseada no registro do aparelho que havia sido feito no nome de seu sogro, Augusto Herzog (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942o).

A DOPS\PR, depois de verificar as informações prestadas por Guilherme, respondeu a D. R. de União da Vitória autorizando a devolução imediata do aparelho. A devolução foi autorizada a Romão Radwanski, que era proprietário do Hotel União, localizado em União da Vitória, mediante exibição de um documento assinado por Guilherme Reicka (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942n). É interessante notar nesse caso, entre outras coisas, que apesar de a devolução do aparelho ter sido autorizada a Romão, é bem possível que ele tenha voltado para as mãos do alemão Augusto Herzog, o qual continuou a utilizá-lo, pois não há indícios de que a polícia tenha neutralizado as suas ondas de longo alcance.

Caso semelhante ocorreu com um aparelho apreendido pela polícia na oficina do alemão Willie Raiche, que desenvolvia atividades de técnico em aparelhos de rádio, residente em União da Vitória. A DOPS\PR, em janeiro de 1943, autorizava a D. R. de União da Vitória devolver o aparelho receptor a um sujeito de nome Jorge Antonio Pinto, o qual apresentou-se a polícia como proprietário do mesmo (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943b).

Essas duas devoluções contrariam muito o procedimento padrão da polícia. Isso porque a maior parte dos pedidos de devolução de aparelhos de rádio encontrados na pasta da D. R. de União da Vitória foram protocolados quando o governo já apresentava sinais de enfraquecimento, ou seja, lá por 1944 e 1945. Nesses termos, o que teria feito a DOPS\PR autorizar a devolução desses aparelhos nesse momento? Em que esses casos diferem dos

demais? O que esses casos podem revelar sobre o funcionamento da instituição policial?

Talvez, essas questões possam ser compreendidas pelo fato de que Guilherme Reicka exercia funções de Guarda Civil (nº. 644) da Polícia do Estado de São Paulo (ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ. DOPS, 1942n). Portanto, quando Guilherme escreveu a DOPS\PR o fez na condição de policial, de um sujeito que pertencia a esse mundo. Jorge Antonio, por sua vez, apresentou-se como soldado destacado em Dionísio Cerqueira, na época Distrito de Barracão, região oeste do Paraná (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943b). Esses casos, portanto, são indicadores substanciais da existência de uma lógica interna dentro da instituição policial que poderia bem operar de acordo com as circunstâncias.

Por fim, depois de todas essas considerações podemos dizer que a instituição que ficou conhecida no imaginário social como DOPS, em nosso caso a DOPS\PR, longe esteve de ser uma instituição gigantesca e bem consolidada, capaz de dar conta de controlar e reprimir todos os inimigos e os crimes praticados contra ordem política e a segurança nacional. Essas questões não minimizam o papel desempenhado por ela enquanto braço repressor do Estado. Pelo contrário, esse caráter é reforçado à medida que avançamos em seus meandros e sua própria história. Trata-se, sobretudo, de entendê-la como uma instituição com limitações, suscetível a erros e procedimentos ineficientes. Essas inferências todas são importantes para entendermos como os documentos produzidos por ela revelam as tensões ocorridas entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União.

CAPÍTULO 2

OS ALEMÃES E TEUTO-BRASILEIROS NA CONFIGURAÇÃO DE UNIÃO DA VITÓRIA E PORTO UNIÃO

União da Vitória é uma cidade fronteiriça com Santa Catarina e ponto virtualmente estratégico, não só do sul do nosso Estado, como do próprio país, visto como é o principal centro social e econômico de vasta área de ligação territorial e de caminhos para a fronteira argentina, pelo posto do Barracão. Além disso, é nossa ligação policial como sede da Delegacia Regional que abrange toda a zona até Palmas e Clevelandia, celeiros e abastecedores de carne para todo o sul paranaense. União da Vitória, como acontece também com parte de Palmas, é município que se concentra grande número de estrangeiros, com especialidade alemã e polaca, agricultores em geral e italianos, fabricantes de vinho, além de alguns representantes de outras raças. Esse perigo avulta, quando atentamos para o caso de ser a estrada denominada estratégica, para São João e União da Vitória, deste Barracão, desguarnecida de policiamento (...) e não estar bem garantida a segurança da ponte férrea sobre o rio Iguaçu, que por ser grande e única na região, junto a esse eixo centro do país e fronteira argentina, grande transtorno traria, caso fosse dinamitada, obrigando o desvio pelo Rio Negro, ou forçando a comunicação pelas estradas de rodagem. Outras deficiências de caráter particular das estradas de ferro na região, com reflexo à segurança, constitui na falta ou raridade de lenha para as locomotivas, sendo calculado que mais um ou dois comboios militares ou civis que tenham que trafegar por ali, provocariam desequilíbrio total em poucos dias (...) União da Vitória possui depósito de inflamáveis. Tive oportunidade de verificar os trabalhos de investigações e vigilância no setor político-social em Porto União, (...) dada a inexistência ali, de limites territoriais com obstáculos e a possibilidade de maquinações de um lado para execução do outro ou em ambos, isto é, na zona toda. A sede da Delegacia Regional de União da Vitória está desaparelhada, em desacordo com a importância atual da zona. Parece-nos impossível um trabalho de conjunto, mormente um trabalho de investigações entre os colonos estrangeiros, que não se desmascarasse de pronto, com esses elementos ali bem conhecidos (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942b).

O texto que abre esse capítulo é parte de um relatório, reservado, escrito por Tarciso Vicente de Castro, delegado da D. R. de União da Vitória, o qual foi endereçado à Fausto Nascimento Bittencourt, ocupante do cargo de Chefia da Chefatura de Polícia\Departamento de Segurança Pública, em Curitiba. Importante destacar que esse documento foi escrito aos 12

dias do mês de janeiro de 1942, portanto, alguns dias antes do rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro com a Alemanha; do pedido de vigilância aos estrangeiros residentes no país realizado por Getúlio Vargas aos interventores estaduais, bem como da solicitação de um novo levantamento municipal por meio das delegacias regionais com as questões propostas no formulário elaborado pela SSN, também no ano de 1942.

É preciso ressaltar que o formulário preenchido pela D. R. de União da Vitória, que seria extremamente importante para esta pesquisa, não consta no Fundo DOPS do Arquivo Público do Paraná. A ausência dessa fonte se justifica pelo fato de que os documentos produzidos pela polícia política paranaense não foram preservados na sua totalidade. É claro que esse relatório escrito por Vicente de Castro não substitui o referido questionário, entretanto, esse documento, assim como outros referentes à D. R. de União da Vitória, aqui amplamente utilizados, abordam várias das preocupações apresentadas no formulário da SSN.

Trata-se de uma representação da região sul e oeste do Paraná e norte catarinense feita por Vicente de Castro. Falamos em representação a partir das considerações de Roger Chartier (1991), para o qual é como a realidade social é construída por meio de classificações, divisões, delimitações, ou seja, a forma como um grupo social vê e explica um elemento de sua sociedade em qualquer tempo e recorte espacial. É visível nesse documento, por exemplo, a criação de lugares estratégicos, ameaças, bem como a ideia de que todos os espaços eram objeto de vigilância das autoridades policiais. Podemos dizer, com base no relatório, que havia fundado receio de existir atividades subversivas na região, como destaca a lista de incumbências da DOPS\PR, estabelecidas pelo Chefe de Polícia Roberto Barroso.

Os municípios de União da Vitória e Porto União são entendidos como pontos nevralgicos à segurança nacional, na medida em que se tratava de uma região fronteiriça, ponto estratégico de comunicação com o sul do país pela ferrovia, bem como por estradas de rodagem desguarnecidas de policiamento. Além disso, Vicente de Castro destacava a comunicação com a fronteira argentina a partir de União da Vitória e Porto União, passando por Palmas, Clevelandia e Barracão. Também era sua preocupação a concentração de imigrantes alemães e teuto-brasileiros, nessa conjuntura, aos “outros”.

Observemos, agora, a partir dessas considerações, a configuração do ambiente urbano e do cotidiano da população dos municípios de União da Vitória e Porto União no final da década de 1930 e início de 1940, problematizando como esse espaço auxilia na compreensão das tensões vivenciadas entre alemães, descendentes e brasileiros. Para isso, investiga-se: qual o contexto da imigração na região e como se configurou os municípios em termos de espaço rural e urbano? Como a população foi distribuída nesses espaços? Como se

configurou a área urbana dos dois municípios? Onde estão localizados os alemães? Quem eram esses sujeitos e que espaços sociais transitavam? Eles manipulavam algum tipo de capital (econômico, político, social, por exemplo)?

2.1 Antecedentes históricos e povoamento em União da Vitória e Porto União

Os primeiros ocupantes da região que compreende os municípios de União da Vitória e Porto União foram indígenas pertencentes a diferentes etnias. Entretanto, em meados do século XIX, esse espaço passou pelo processo de colonização. Alvir Riesemberg (1973) explica que a ocupação desse espaço encontra-se ligada a atividade pecuária dos campos de Palmas, no oeste do Paraná. Esses campos, ainda que ocupados mais facilmente em comparação com outras regiões do país, não ofereciam plenas condições ao desenvolvimento. Segundo essa perspectiva havia dificuldade de aquisição de produtos indispensáveis à pecuária como, por exemplo, o sal. A aquisição desse produto era realizada pelo Porto de Antonina, através de Guarapuava, cujo trajeto era demorado e oneroso devido a topografia.

Assim, segundo a bibliografia local, diante da necessidade de um caminho que os colocasse em comunicação direta e fácil com os mercados do gado e do sal, “Pedro Siqueira Cortes, em 1842, partindo do Entreposto Nossa Senhora das Vitórias³⁰, procurou um ponto em que o rio Iguaçu desse vau, indo encontrá-lo poucas léguas acima”, onde surgiu o Porto da União (RIESEMBERG, 1973, p.40)³¹. A partir de 1842, o comércio do gado foi derivando para o Porto da União, utilizando-se do vau do rio Iguaçu. A partir do Porto da União procedeu-se a abertura de duas estradas: uma ligando o Porto da União à Palmeira (PR) e outra ligando o Porto aos campos de Palmas (PR). Essa estrada foi denominada Estrada de Palmas, ligando os campos de Palmas aos Campos Gerais passando por União da Vitória.

Com a passagem regular de tropas e mercadorias por essa via de comunicação, ocorreram as primitivas posses de terra na região. Essa movimentação contribuiu para a organização de uma rede serviços para atender as necessidades das tropas que por ali passavam. O transporte de mercadorias pelo rio Iguaçu realizado por canoieiros foi um desses

³⁰ Esse Entreposto é primeiro ponto de referência da região que se tem notícia. Segundo Riesemberg (1973), foi fundado por Antonio Peixoto, em 1769, quando o governador da província de São Paulo ordenou a saída de bandeiras para o sul com o objetivo de explorar o interior dessa região.

³¹ Vale ressaltar que esse explorador encontrou o vau do Iguaçu, uma passagem rasa no rio que permitia a travessia de animais e pessoas, utilizando-se, além do Entreposto, caminhos já abertos e utilizados pelos habitantes indígenas da região.

serviços. Nesse contexto, no final da década de 1870, chegou à região, procedente da Freguesia de Palmas, o Cel. Amazonas de Araújo Marcondes, com o intuito de mediar as transações comerciais de Palmas com o litoral paranaense. Além disso, Amazonas Marcondes almejava explorar economicamente o rio Iguaçu através da navegação a vapor.

Segundo José Cleto da Silva (1933, p. 46), através da assinatura do Decreto de 19 de abril de 1879, autorizou-se a exploração do rio Iguaçu de União da Vitória até Porto Amazonas. Inicialmente, o Cel. Amazonas Marcondes fez uso de canoas e lanchas. Entretanto, em 1882, era lançado no Iguaçu o primeiro vapor, chamado Cruzeiro, superando a capacidade de transporte das canoas que até então circulavam pela região. Em 1889, a empresa de Marcondes lançava sua segunda embarcação, isto é, o Visconde de Guarapuava. Essas embarcações eram destinadas mais ao transporte de mercadorias. Entretanto, com o passar dos anos, surgiram na região diversas empresas de navegação que passaram a colocar nas águas do Iguaçu embarcações adaptadas ao transporte de passageiros.

Essas considerações são significativas, pois a navegação a vapor no Iguaçu impulsionou a economia local, baseada principalmente na extração e beneficiamento da erva-mate. Durante muito tempo, como destaca Hermógenes Lazier (1985, p. 21), “os vapores transportaram erva-mate para Porto Amazonas”. Com esse meio de transporte “levavam erva-mate e outras mercadorias produzidas na região e traziam sal, açúcar, ferragens e querosene”.

A navegação a vapor no rio Iguaçu representa também o segundo eixo de povoamento da região, principalmente, no que diz respeito à colonização européia. O Decreto de concessão para exploração do Iguaçu à Cel. Amazonas Marcondes revela as intenções do governo da província do Paraná quanto à colonização nessa região. No Artigo 6º, por exemplo, apresentado por Marcio Silva e Renata Sopelsa, (2013, p. 149), verificamos que a empresa de Amazonas Marcondes seria responsável pelo transporte gratuitamente de “até dez colonos contratados pelo governo ou pelas particulares, bem como suas bagagens, e fará a redução de 20% no frete dos objetos destinados as colônias e ao serviço público”.

Foi nesse contexto que chegaram os imigrantes que efetivamente se fixaram na região. Segundo a bibliografia local, chegaram numa lancha “as expensas do Coronel Amazonas Marcondes, os primeiros colonos estrangeiros, em número de 24, na maioria, alemães” (CLETO DA SILVA, 1933, p. 47)³². Em 1884, 1885 e 1887, novas levas de alemães

³² De acordo com Riesemberg (1973) a primeira experiência de colonização em União da Vitória, correu em 1873, através de contrato firmado entre governo imperial e o inglês Charles Willian Kitto, antes da navegação a vapor. Esse empreendedor deveria conduzir e dar o suporte necessário à instalação de imigrantes ingleses na região. Entretanto, Kitto não cumpriu com as determinações e diante do fracasso, o governo rescindiu o contrato. Nesse processo, houve a instalação de apenas dezesseis ingleses que não manifestavam o interesse de

chegam à região, vindos de São Francisco, litoral catarinense. Em 1887, esses imigrantes fundaram em União da Vitória o Clube União da Sociedade Alemã, a Escola Teuto-Brasileira, a Igreja Luterana, bem como o Clube Vitória Sociedade Alemã.

Em meio a esses acontecimentos, no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1890, ocorreu a emancipação política de União da Vitória. Aos 27 dias do mês de março, com o Decreto nº. 54, a freguesia de União da Vitória foi elevada à categoria de vila, sendo ela desmembrada de Palmas. Na mesma data, o Decreto nº. 55 a transformava em Intendência Municipal (CLETO DA SILVA, 1933). É nesse contexto, ou seja, com a circulação dos vapores e a nova situação política, que o processo de ocupação da região toma contornos mais definidos. Verifica-se, a partir daí, a instalação de imigrantes de diversas etnias em colônias fundadas pela iniciativa do governo federal, pela Intendência Municipal, por empresas colonizadoras, bem como pela iniciativa particular.

A instalação de imigrantes em União da Vitória seguiu os parâmetros do projeto colonizador desenvolvido no sul do país, cuja finalidade era ocupar terras consideradas devolutas “objetivando a ocupação do território num sistema que privilegiou a pequena propriedade agrícola trabalhada com mão-de-obra familiar”, como destaca Giralda Seyfeth (1999, p. 277). Os imigrantes que chegaram à região nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram dirigidos em sua maioria para lotes coloniais. Entende-se os lotes coloniais como unidades produtivas “baseada na policultura e criação de animais associadas com produção artesanal”. Dessa produção o excedente era comercializado no perímetro urbano, primeiro de União da Vitória e, depois de 1917, também no de Porto União. Nesse sistema as tarefas eram realizadas pelos membros da família, vigorando uma divisão de trabalho por sexo e por idade, sendo a família entendida como uma unidade produtiva.

Nas primeiras colônias ocorreu a predominância de imigrantes ucranianos e poloneses. Em 1892, por exemplo, foi fundada a colônia Antonio Candido no caminho entre União da Vitória a Palmas. Ela tinha como via de comunicação a Estrada Estratégica de Palmas, que substituiu a antiga Estrada de Palmas, aberta a partir de 1842. Essa colônia foi composta de 109 lotes, cuja divisão e localização dos imigrantes estiveram a cargo da comissão militar que abria a referida estrada. Essa colônia encontrava-se a cerca de dez quilômetros de distância do povoado localizado às margens do Iguaçu com o predomínio de imigrantes ucranianos da região da Galícia. No mesmo ano foi fundada ainda pelo governo

permanecer na região. Com o rompimento do contrato as terras marginais ao rio Iguaçu não foram redistribuídas de imediato. A sua colonização, na verdade, “só poderia ser efetivada à base de meios fáceis de comunicação com os centros comerciais da província. Isso só ocorreria a partir de 1882, quando se estabeleceu a navegação a vapor no Iguaçu”.

federal a colônia denominada General Carneiro, um pouco mais afastada do povoado de União da Vitória, com ucranianos e também poloneses (RIESEMBERG, 1973, p. 104).

Em 1894, foi fundada a colônia Legrú pela empresa colonizadora Henrique Hacher & Cia, cuja sede ficava em União da Vitória. Nessa colônia estabeleceram-se ucranianos, poloneses e, com o passar do tempo, descendentes de outras etnias como alemães e italianos. Em 1896, a Intendência discutia sobre a instalação de imigrantes na Vila. No livro de Atas da Câmara de Vereadores verificamos que em virtude da exposição que fez o Prefeito Municipal (Cel. Amazonas Marcondes) “a fim de localizar colonos no rocio desta Vila, a Câmara deliberou autorizar o mesmo a localizar até trinta famílias de colonos nos terrenos da municipalidade” (LIVRO de Atas, 1896, p. 118). Essa colônia foi denominada Alberto de Abreu e estava localizada próximo ao núcleo de União da Vitória, sendo ela ocupada por imigrantes ucranianos e também poloneses.

Em 1897, foi fundada a colônia Vila Zulmira pelo engenheiro João Teixeira Soares. Trata-se de uma fazenda localizada “em terras do Banco de Areia, a nove quilômetros do povoado de União da Vitória”, as margens do Iguaçu. Nessa colônia desenvolveu-se a “cultura do trigo e à fruticultura, principalmente a viticultura, localizando ali algumas famílias italianas sob a direção de Arthur Baroncini” (RIESEMBERG, 1973, p. 105). Para explorar essas terras Teixeira Soares trouxe imigrantes provenientes da Província de Ravena. Mais tarde, chegou à colônia famílias de origem italiana vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Vale destacar que em 1910, os imigrantes italianos fundam a Sociedade Italiana de Beneficência Anita Garibaldi (atual Clube Aliança), bem como a Escola Dante Alighieri.

Teixeira Soares foi um dos latifundiários da região na passagem do século XIX para o XX. Trata-se de um sujeito envolvido com projetos de expansão ferroviária do país, consagrado pela construção da Estrada de Ferro do Paraná, no trecho entre Paranaguá a Curitiba, e da EFSPRG, a qual pode ser considerada o terceiro eixo de povoamento da região.

A construção dessa Estrada foi realizada a partir de várias frentes. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, o trecho entre Santa Maria e Cruz Alta, com 142 quilômetros, foi concluído e inaugurado em novembro de 1894. Em outra frente, a construção ligava o município de Itararé, São Paulo, ao Rio Uruguai, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, sendo que a construção dessa linha teve como referência o município de Ponta Grossa, no Paraná. A estrada da chamada Linha Norte partiu de Ponta Grossa para Itararé, sendo concluída em 1908. A Linha Sul seguiu de Ponta Grossa “até Paulo Frontin (PR) e, desta estação, até a margem direita do rio Iguaçu, em União da Vitória”. Igualmente, “além da margem esquerda do Iguaçu, em demanda do Vale do Peixe, para atingir o rio Uruguai na

localidade de Marcelino Ramos (RS)” (KROETZ, apud, ESPIG, 2012, p. 856).

Em União da Vitória a população vivenciou a chegada dos trilhos no ano de 1905. Cleto da Silva (1933, p. 89) menciona que os trilhos de ferro chegaram à margem direita do Iguaçu, com a inauguração do “trecho da linha férrea da Estação de Paulo Frontin a União da Vitória, numa extensão de cerca de 50 quilômetros”. A primeira estação férrea do município foi construída de forma provisória, denominada Porto da União, à margem direita do rio Iguaçu. Ela foi construída nas terras do Cel. Amazonas Marcondes, para comportar as primeiras atividades ferroviárias até que o rio Iguaçu fosse transposto. Em 1907, essa barreira natural foi vencida com a construção de uma ponte metálica. Com a ponte dando trânsito aos trens para a margem esquerda do Iguaçu, a Linha Sul da ferrovia pôde prosseguir.

O trecho de União da Vitória até São João (SC) foi entregue ao tráfego em 1908. A partir daí a construção do trajeto que correspondia de São João a Marcelino Ramos, último da linha, foi realizado a partir de diferentes frentes, tendo como responsável o engenheiro italiano Achilles Stenghel³³. Espig (2012, p. 856) destaca que nesse momento a empresa “norte americana *Brazil Railway Company* concluiu o processo de aquisição das ações assumindo o controle da diretoria”. Trata-se de uma empresa ferroviária e de exploração das áreas, entendidas como “devolutas”, paralelas ao traçado da ferrovia, cujo principal dirigente foi o investidor norte-americano *Percival Farquhar*. No final de 1907, a companhia conseguiu obter do governo uma prorrogação do prazo para o término da ferrovia, isto é, 1910.

Por outro lado, em território catarinense era entregue ao tráfego, no ano de 1917, a ferrovia que ligava os municípios de União da Vitória e Porto União a São Francisco, no litoral de Santa Catarina. Todas essas considerações foram feitas porque uma vez concluída essa linha, os municípios União da Vitória e Porto União tornaram-se um importante entroncamento ferroviário. Isso quer dizer que os dois municípios passaram a ser um espaço estratégico de comunicação tanto com sul do país como litoral catarinense via ferrovia.

Com a chegada da ferrovia o município foi uma vez mais beneficiado em seu crescimento e povoamento (LAZIER, 1985, p. 18). Novos núcleos coloniais foram fundados e novas levas de imigrantes chegaram à região. Em 1907, ocorreu a fundação dos núcleos coloniais Coronel Amazonas e Vitória, distantes doze e quinze quilômetros, respectivamente, da área urbana do município de União da Vitória. Foram fundadas “à margem direita do rio

³³ Originário da província de Trento Achilles Stenghel teria emigrado para o Brasil na década de 1870. Esteve ligado a vários empreendimentos ferroviários paranaenses, gaúchos e argentinos. Trabalhou, por exemplo, como desenhista da Estrada de Ferro do Paraná, no trecho Curitiba-Paranaguá, assumindo a construção do trecho da Linha Sul, considerado um dos mais difíceis devido as condições da região, a falta de mão de obra, bem como a irregularidade do traçado que o engenheiro em parte revisou.

Iguaçu na fazenda Santa Maria, pela iniciativa privada do General João Soares Neiva de Lima e o Capitão Francisco de Azevedo Müller” (CLETO DA SILVA, 1933, p. 95). A ocupação dessas colônias foi realizada por imigrantes alemães e descendentes, sendo a maioria deles procedentes de antigas colônias do Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que depois do acordo de limites, ocorrido em 1917, as duas colônias ficaram localizadas no território paranaense.

Nessas colônias mesclou-se a atividade agrícola e o desenvolvimento de um complexo de pequenas indústrias como, por exemplo, engenhos, serrarias e de produção de laticínios. Nesse local havia também casas de comércio e pequenos hotéis. Além disso, a colônia Vitória foi favorecida pela navegabilidade do rio Iguaçu. O porto fluvial ali constituído reunia a produção local que era levada até Porto Amazonas, passando por União da Vitória. Nesse contexto, vale destacar, alguns alemães e descendentes tornaram-se proprietários de lanchas especializando-se nessa atividade (CALISTO; ANTONIAZZI, 2008).

Em 1908, verifica-se a fundação da colônia Nova Galícia em torno da estação férrea dessa localidade. Foi uma das diversas colônias incentivadas pela ferrovia. Trata-se de uma colônia onde predominaram imigrantes poloneses. Esses imigrantes foram trazidos para a região pela *Brazil Development e Colonization Company*, uma empresa colonizadora de propriedade de *Percival Farquhar*, responsável pela colonização às margens EFSPRG. Em 1910, foi fundado o Núcleo Colonial Federal Cruz Machado, que contava “com 556 lotes urbanos e 2.117 lotes rurais, sendo a maior fundação colonial realizada pelo governo federal. Cruz Machado tornou-se Distrito Judiciário em fevereiro de 1918” (RIESEMBERG, 1973, p. 107). A partir de 1917, com o Acordo, Nova Galícia passou a ser território catarinense e a colônia Cruz Machado continuou localizada no território paranaense.

Na colônia Cruz Machado foram localizados imigrantes de diversas nacionalidades como, por exemplo, poloneses, ucranianos e alemães. Depois da Primeira Guerra Mundial ela recebeu novas levas de imigrantes provenientes de diferentes regiões da Alemanha. A partir da década de 1920, foi expressivo também o estabelecimento de alemães e descendentes provenientes das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Esses sujeitos ocuparam terrenos abaixo da Foz do Rio Palmital, na localidade de nome Linha Concórdia, criada em 1921.

O mesmo pode ser verificado nas colônias São Miguel e Maratá fundadas em março de 1919, em Porto União, após o acordo de limites pelo governo catarinense. Segundo Nilson Thomé (2007, p. 76) com a posse das novas terras o governo passou a incentivar a colonização, que se estendeu até a década de 1930, através de parcerias com a iniciativa privada. Elas estavam localizadas a aproximadamente vinte quilômetros do perímetro urbano dos municípios de União da Vitória e Porto União. Nelas, Max Metzler, filho de imigrantes

alemães vindo de Porto Alegre (RS), que se estabeleceu em Porto União em 1918, procedeu à instalação de imigrantes da Alemanha, bem como alemães e descendentes que migraram de antigas colônias fundadas no Rio Grande do Sul, através de sua empresa colonizadora.

Observe que União da Vitória e Porto União receberam número significativo de migrantes vindos do Rio Grande do Sul. Isso porque a partir do final do século XIX, imigrantes europeus localizados nesse estado começaram a ter problemas com a carência de terras nas colônias. Valdir Gregory (2013, p. 19) explica que os sujeitos “que constituíram o espaço de colonização no Rio Grande do Sul, ocuparam as terras florestais do norte e nordeste rio-grandense até o final de 1940”. Nesse processo, “as áreas de campo, na porção central e do sul mantiveram os latifúndios pecuaristas e não foram disponibilizadas para a formação de novos núcleos coloniais para absorver os descendentes de imigrantes”. Diante dessa situação esses sujeitos partiram em busca de novas fronteiras agrícolas, principalmente, no Paraná.

Assim, temos nos dois municípios um imbricado processo de ocupação do espaço, marcado pela intensa movimentação de sujeitos, de variadas procedências e diversos culturalmente que materializaram uma sociedade de múltiplas feições étnicas. Verificamos que a pequena propriedade familiar quadriculou muito da paisagem de União da Vitória e Porto União. Ela foi, sem dúvida, um dos elementos econômicos e culturais que influenciaram a formação dessa sociedade. Ademais, verifica-se que o processo de colonização desenvolvido nessa região não esteve desvincilhado de figuras de representatividade na região, ou seja, caminhando ao sabor do poder econômico e político de alguns sujeitos.

Trata-se, por exemplo, de João Teixeira Soares e, principalmente, do Cel. Amazonas Marcondes, sujeito que marcou muito o contexto da imigração em União da Vitória, pois vivendo basicamente da exploração do Iguaçu, do extrativismo e da pecuária extensiva, foi um dos principais proprietários de terrenos rurais e urbanos na região. Segundo as considerações feitas por Eloy Tonon (1994, p. 53), que refletiu sobre a relação existente entre a ocupação, as técnicas de cultivo e o isolamento dos colonizadores ucranianos e poloneses da região, o Cel. Amazonas Marcondes era “a figura de atração e irradiação de tudo o que ocorria no campo e na cidade, mantendo um sistema de servidão e clientelismo”, próprio do período.

De acordo com todas essas considerações entende-se que foi nas cercanias desses grandes latifúndios que ocorreu a localização de muitos imigrantes através da iniciativa particular e da Intendência Municipal. Em muitos casos as terras destinadas à ocupação pelos imigrantes, que passariam a praticar a agricultura de subsistência, apesar de um tanto arcaica, nem sempre eram as terras mais férteis da região. As terras mais férteis normalmente permaneciam incultas ou destinavam-se a atividades dos latifundiários (TONON, 1994).

Dessa forma os ucranianos e os poloneses nem sempre foram instalados em terras apropriadas para a agricultura. Além disso, nas colônias formadas por essas etnias vê-se a consolidação de uma estrutura econômica extremamente tradicional. É o caso das colônias formadas com imigrantes provenientes da região da Galícia, que chegaram ao final do século XIX. De acordo com Maria Luiza Andreazza (1999, p. 33) esses sujeitos viviam no seu local de origem ainda sob laços servis muito fortes no século XIX, pois o campesinato “do leste europeu adentrou o século XIX sem grandes mudanças. Ao ingressarem na economia de mercado especializaram-se em suprir o mercado europeu de grãos”. Nesse contexto estava a Galícia, dominada pelo Império Austro-Húngaro. Assim, podemos dizer que esses sujeitos trouxeram para o município de União da Vitória uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional, pois “ainda que traços de modernidade comesçassem a aparecer na área rural da Galícia, o cotidiano da maior parte do campesinato mantinha-se inalterado”.

Por outro lado, imigrantes que chegaram mais tarde à União da Vitória e Porto União trouxeram para esse espaço outras experiências, pois muitos deixaram antigas colônias do Rio Grande Sul em busca de novas fronteiras agrícolas, fixando-se na região sul do Paraná e norte catarinense. Soma-se a isso o fato de que esses sujeitos encontraram um cenário um pouco diferente. Nas décadas de 1910 e 1920 transformações importantes no espaço, na economia e na política da região haviam ocorrido. Parte do território de União da Vitória foi anexada ao estado de Santa Catarina, por exemplo, e com a posse das novas terras esse estado tratou de criar novas colônias seguindo outras determinações. Além disso, nesse momento os municípios se desenvolviam com o ritmo um pouco mais acelerado devido à ferrovia, bem como a exploração e o beneficiamento da erva mate e da madeira da região.

Assim, presente desde o final do século XIX poloneses e ucranianos predominaram no cenário rural como lavradores de terra tradicional. Em relação aos alemães e descendentes percebe-se que uma parcela significativa se dedicou à agricultura de subsistência em lotes coloniais pautados na pequena propriedade familiar. Outros, no entanto, se dedicaram a pequena indústria, como prestadores de serviços e na instalação de imigrantes na região à frente de empresas colonizadoras, como foi o caso de Max Metzler em Porto União.

Observemos um pouco essas questões em relação ao formulário da SSN expedido às delegacias municipais em 1942. Isso porque na configuração da área rural de União da Vitória e Porto União havia uma quantidade significativa de colônias baseadas na pequena propriedade familiar. É visível o agrupamento de imigrantes da mesma etnia, que contrariavam os pressupostos lançados pelo Estado que procuravam organizar a distribuição dos estrangeiros pelo território nacional, forçando a interação dos sujeitos com os brasileiros.

As colônias de Antônio Candido e General Carneiro, por exemplo, foram basicamente formadas por ucranianos e poloneses. O mesmo ocorreu com a colônia Legrú ocupada por ucranianos, poloneses e, com o passar do tempo, por descendentes de outras etnias como alemães e italianos. Vila Zulmira, foi ocupada por italianos, Nova Galícia, por poloneses.

A colônia Cruz Machado foi ocupada por ucranianos, alemães e poloneses. Entretanto, a localização dos sujeitos acabou obedecendo, obviamente, a um padrão étnico, devido sua grande extensão. Isso não quer dizer que nesses espaços não houvesse brasileiros natos, que não existisse interação de estrangeiros com brasileiros. Pelo contrário, várias situações de conflitos entre alemães e brasileiros ocorreram nesse espaço. Entretanto, nota-se que havia a predominância de elementos estrangeiros nessas colônias. Ademais, na década de 1940, havia alemães e descendentes próximos uns dos outros, em locais afastados da área urbana, longe do olhar vigilante da polícia, o que justifica um pouco as preocupações de Vicente de Castro no seu relatório endereçado a Fausto Nascimento Bittencourt.

Além disso, em União da Vitória e Porto União os alemães presentes no ambiente rural estavam ligados aos meios de produção e renda, responsáveis por parte da economia do município através da produção e comercialização de gêneros de subsistência. Esse capital econômico, que dá acesso a bens materiais e simbólicos, na lógica policial, poderia ser facilmente convertido em ações contra os interesses do Estado, ou seja, contra a ordem política estabelecida e a segurança pública.

2.2 Os alemães e os teuto-brasileiros na configuração do quadro urbano

União da Vitória passou por significativas transformações políticas, econômicas e culturais partir da década de 1890. Essas mudanças foram sentidas na área rural pela ocupação do espaço e cultivo do solo por diferentes culturas estrangeiras. No que concerne ao quadro urbano não foi diferente. Com a instalação da Intendência Municipal vê-se a adequação da sociedade aos padrões de vida urbana, iniciam-se mudanças importantes no perfil da cidade e na vida da população. O município teve como primeiro presidente da Câmara o Cel. Amazonas Marcondes, representante do poder local durante quase toda a Primeira República, alternando o cargo de prefeito com o de deputado estadual durante várias legislaturas.

Os cargos de camaristas foram ocupados, inicialmente, por Pedro Alexandre Franklin, Serafim Affonço Martins, Irineu Tiago de Araújo, Frederico Timóteo Guimarães,

Napoleão Marcondes de França e Eduardo Francisco Neumann (LIVRO de Atas, 1890, p. 2). Trata da elite local ligada a Câmara da recém fundada Intendência. Francisco Neumann, por exemplo, foi um alemão que chegou à União da Vitória no início da década de 1880, pela iniciativa do Coronel Amazonas Marcondes e sua empresa de navegação.

Já em 1890, foi elaborado pelos camaristas o primeiro Código de Posturas do município. Esse Código tratava, por exemplo, do pagamento dos impostos municipais. Esses impostos permitem verificar os sujeitos envolvidos com a atividade comercial no quadro urbano da vila nesse momento. Pelos registros de 1890 e 1891, podemos observar que União da Vitória contava com os serviços do mascate Feres Mansur & Cia, da padaria de Gustavo Tenius, da fábrica de cervejas de Max Schwartz, bem como o açougue de Adolfo Colatz. Também pagou seus impostos Carlos Groth, proprietário de uma olaria, fábrica de cerveja, marcenaria, padaria e casa de negócios na cidade (CLETO DA SILVA, 1933, p. 61-66).

No Livro de Atas da Câmara de Vereadores de União da Vitória observamos um esforço por parte dos camaristas em legalizar as posses rurais e urbanas do município de União da Vitória. A Câmara instaura uma comissão para avaliação dos requerimentos e “legalidade dos terrenos, verificando a exatidão dos dados apresentados e dando o parecer favorável, ou não, à concessão de terreno” (LIVRO de Atas, 1896, p. 184). Encontra-se em discussão, por exemplo, a concessão de terrenos no quadro urbano do município através de requerimento escrito por parte do interessado. Verificamos que por esse processo passaram diversos moradores da região, entre eles, muitos alemães e teuto-brasileiros, os quais estavam requerendo terrenos no quadro urbano e na área suburbana da municipalidade.

Além disso, encontramos a informação de que a comunidade alemã radicada na região foi beneficiada pela Câmara, no ano de 1903, com um terreno na área central da cidade. Em 11 de dezembro a “Câmara Municipal concedeu à Escola Teuto-Brasileira, 44 metros de terreno, isentos de fôro, à rua 7 de Setembro, para que a comunidade alemã edificasse ali um prédio escolar” (CLETO DA SILVA, 1933, p. 83). Importante destacar que depois do acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, ocorrido em 1917, a Escola Teuto-Brasileira ficou localizada em território catarinense. Trata-se de uma escola que foi nacionalizada depois da implantação do Estado Novo, mais precisamente no ano de 1938.

Depreende-se dessas considerações que desde o final do século XIX imigrantes alemães e descendentes encontravam-se inseridos em diversos setores urbanos dessa sociedade. Eles estavam ligados ao comércio, a indústria e a política do município. Esses sujeitos se viam incumbidos da ordenação do espaço, deferindo e indeferindo pedidos de ocupação de terrenos e de legalização das posses na municipalidade.

Em dezembro de 1901, os camaristas Ricardo Groth e Francisco Schmitdt apresentam um novo projeto de posturas para o município, promulgado pelo Prefeito Cel. Arthur de Paula Souza. Esse Código teve, além destes, a assinatura de Jorge Diener, Carlos Groth e Leonardo Weiss. O documento trazia novas determinações para a configuração do quadro urbano e ocupação dos solos do município (LIVRO de Atas, 1901, p. 29). Em 1905, o quadro urbano é novamente discutido. Os camaristas determinam prazos para a realização de edificações nos terrenos urbanos e normativas para as construções. Encontramos também a nomeação de uma comissão para denominação das ruas, largos, travessas e praças da cidade e o Código vigente passou a “proibir a criação de animais soltos no quadro urbano; depositar materiais de qualquer espécie em vias públicas e praças (LIVRO DE Atas, 1905, p. 11).

Essas considerações indicam que na passagem do século XIX para o XX estava em pauta na Câmara Municipal questões relativas à infraestrutura, saneamento urbano, higienização e embelezamento dos espaços públicos. A cidade passava por um processo de reorganização estrutural, efeito promovido pela exploração do rio Iguaçu, pela nova situação política do município com o desmembramento de Palmas e pela ferrovia. Em União da Vitória, a partir do Porto da União, à margem esquerda do rio Iguaçu, estruturou-se um pequeno povoado com comércios e atividades ligadas a navegação, formando um importante ponto de confluência, como pode ser observado na fotografia exposta abaixo:

Imagem 04: Vista geral da Vila de União da Vitória, 1905.



Acervo particular: Leni Trentim Gaspari.

Essa fotografia é entendida como um documento importante que ajuda na

compreensão desse espaço e do cotidiano da população³⁴. Trata-se de uma panorâmica produzida pelo primeiro fotógrafo de União da Vitória, isto é, Claro Gustavo Jansson, em 1905³⁵. O espaço que nela está representado ficou conhecido como Largo Prudente de Brito, posteriormente, Alto da Glória. No primeiro plano o fotógrafo captou dois vapores ancorados no Porto. No segundo, estabelecimentos comerciais e industriais e, ao fundo, é possível visualizar as casas de habitação que formavam esse povoado. Trata-se de um pequeno aglomerado de casas e serviços. Porém, esse ancoradouro constituiu-se na principal porta de entrada e saída de mercadorias, pessoas e notícias da região até o início do século XX.

Com a chegada da ferrovia houve transformações significativas nesse espaço. Com a ponte dando trânsito aos trens para a margem esquerda do Iguaçu houve a construção de uma nova estação. A Câmara Municipal concedeu a Companhia EFSPRG “com isenção perpétua de fôro, uma área de terreno no quadro urbano, com 43.540 m², no Largo ‘Visconde de Guarapuava’ para a construção da Estação” (LIVRO de Atas, 1905, p. 14). Em 1907, a nova estação já estava construída, desativando-se a estação Porto da União.

Para Cleto da Silva, no ano de 1909, “União da Vitória não era mais a pequena e monótona vila que havíamos deixado, havia nove anos, com suas três ruazinhas e pouco mais de uma dúzia de casas, aqui e acolá, desalinhadas”. Incrementada pelo tráfego da ferrovia o município desenvolveu-se, pois novas ruas haviam sido abertas; “novas construções se erguiam; e os engenhos da serra, as olarias, os curtumes, as oficinas, e várias outras indústrias nascentes”. Essas mudanças significavam “atestados bem significativos da febril atividade comercial nessa cidade paranaense” (CLETO DA SILVA, 1920, p. 10). Trata-se, obviamente, de uma representação da área central do município feita pelo autor, contemporâneo aos acontecimentos. Porém, com as devidas ressalvas, ela permite acompanhar um pouco das transformações ocorridas na região durante a primeira década do século XX.

Entre 1900 e 1909 verifica-se também a fundação do Clube Recreativo Literário

³⁴As fotografias utilizadas aqui utilizadas são, em sua maioria, de acervos particulares. Entendemos os problemas teórico-metodológicos relativos ao uso de representações imagéticas como fontes documentais na produção do conhecimento histórico. Entretanto, não está em nosso propósito, agora, realizar o aprofundamento teórico metodológico que elas exigem. Isso não significa negligenciar os cuidados necessários para a análise desses materiais. Procuramos apontar, quando possível, a autoria das fotografias, data de produção (ou data aproximada), sem desvinculá-las do contexto em que foram produzidas. Procuramos acompanhar, por exemplo, discussões de MAUAD, A. M. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1 n. 2, 1996, p. 73-98; KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê, 2001.

³⁵Fotógrafo sueco que trabalhou junto aos tropeiros e por meio deles entrou em contato com União da Vitória, passando nela a residir em 1895. Iniciou atividades de fotógrafo amador em 1905. Estabeleceu seu primeiro estúdio fotográfico em 1910, dedicando-se a tirar retratos e confecção de fotografias panorâmicas da região. Em 1912, adquiriu equipamentos fotográficos modernos e dedicou-se exclusivamente a fotografia.

Apolo, (1904), atual Clube Apolo; o jornal O Rebate (1905)³⁶ e a instalação da Comarca de União da Vitória (1908). Em 1909, outro empreendimento foi realizado, a assinatura do contrato para o fornecimento de iluminação elétrica à população entre o industrial Godofredo Grollmann e a Câmara Municipal, na figura do Cel. Amazonas Marcondes. No mesmo ano, a população passou a contar com o cinema A. Espínola & Cia, o primeiro da cidade que se tem registro. Outros espaços de lazer foram fundados pela população como, por exemplo, o Clube Regatas Náutico, em 1915, voltado a atividades esportivas aquáticas realizadas no rio Iguaçu.

Cabe ressaltar que em 1917, diante da nova situação administrativa, o poder público de Porto União construiu sua própria estação, em madeira, a qual pode ser observada na fotografia a seguir. Trata-se de um registro que foi produzido entre os anos de 1917 e 1920. Para essa afirmação tomamos como base o ano da assinatura do Acordo de Limites, bem como a estruturação da Praça Matos Costa, em frente à estação, no espaço que na fotografia aparece como um terreno sem edificações.

Imagem 05: Estação ferroviária de Porto União.



Acervo particular: Leni Trentim Gaspari. Autor não identificado.

Segundo a historiadora local Leni Trentim Gaspari (2011, p. 150), essa estação foi construída a cerca de 500 metros de distância da estação de União da Vitória, a qual é possível observar nessa fotografia. Ela encontra-se ao fundo e no lado esquerdo dos trilhos. De acordo com a autora essas estações ficaram com funções assim distribuídas: a estação de União da

³⁶ O Rebate foi o primeiro jornal editado em União da Vitória, fundado por Cícero França. Segundo informações de Cleto da Silva (1933), daí em diante, foram fundados diversos jornais de vida efêmera como: O Iguassu, em 1908; Missões, em 1910; O Riso, em 1915; O Clarão, 1921; O Paraná, criado em 1927. Em 1929, foram criados O Libertador, da Aliança Liberal, tendo como redator José Ribeiro Mansur Sfair, bem como O Município, do P.R.P, tendo como diretores Didio Augusto e Rivadavia Amazonas.

Vitória passou a servir para armazenagem e carregamento de mercadorias e, a estação de Porto União, ficou destinada somente para embarque e desembarque de passageiros.

Esse espaço passou a ser o eixo central dos dois municípios. No entorno das estações houve a estruturação de um complexo comercial e uma nova dinâmica de vida, propriamente urbana. Constituíram-se nesse espaço os aparatos necessários para atender a circulação de pessoas como, por exemplo, hotéis, bares, cafés e restaurantes. Podemos destacar, nesse sentido, o Hotel Paraná, construído em 1917, em território paranaense; o Hotel Iguaçu, bem como o Hotel Internacional, em território catarinense. Aliás, esse estabelecimento, que hoje é tombado patrimônio cultural do município, pode ser observado no canto esquerdo da fotografia a seguir, a qual foi produzida em meados da década de 1920.

No referido registro é possível observar as transformações ocorridas no espaço, pois se trata do mesmo terreno em frente à Estação de Porto União, registrado na fotografia anterior. Aqui, porém, vê-se um espaço já estruturado, o qual foi denominado Praça Matos Costa e, a partir de outubro de 1920, Praça Hercílio Luz. Esse espaço era frequentado pelas pessoas que esperavam a exibição dos filmes no cinema, bem como por aqueles que esperavam a chegada e a partida dos trens na estação de Porto União.

Imagem 06: Praça Hercílio Luz.



Acervo particular: Leni Trentim Gaspari. Autor não identificado.

A circulação de pessoas favoreceu a abertura do Taco de Ouro e do Café Carvalho, localizados a direita e a esquerda do Hotel Internacional. Trata-se de dois estabelecimentos que ofereciam refeições tanto a população como aos viajantes que se utilizavam da EFSPRG. Cabe destacar que no entorno das estações houve a concentração das principais atividades

comerciais, prestação de serviços, gestão, transportes e lazer dos dois municípios.

Essa imagem é interessante na medida em que é um atestado do desenvolvimento tomado pelos municípios a partir da década de 1920. Na tabela a seguir, organizada a partir dos anúncios encontrados no jornal A Imprensa, um periódico do Partido Republicano Catarinense, editado em Porto União, é possível verificar um pouco do desenvolvimento de União da Vitória e Porto União ao longo dessa décadas. Essas informações dizem respeito a uma parcela dos estabelecimentos existentes nos municípios, apenas aqueles que fizeram uso especificamente desse jornal para divulgar seus negócios. Entretanto, eles fornecem exemplos das atividades desenvolvidas nesse período, localização e identificação dos seus proprietários.

Tabela 01: Comércio e prestadores de serviço 1920 - 1926

Estabelecimentos	Endereço
A. Canavarro Pereira e Libino Pacheco	Praça Hercílio Luz – PU
Aguardente Amarelinha (Schmitt & Irmãos)	Mattos Costa – PU
Albino Schmidt – Secos e Molhados	(sem endereço) – PU
Banco Pelotense	(sem endereço) – PU
Casa Aloysio Relojoaria e Ourivesaria – (Aloysio Friedrich)	General Bellarmino – PU
Casa Esmeralda – Secos e Molhados (Salomão Khury)	Prudente de Moraes – PU
Casa Germaninho Secos e Molhados (Germano Kürten)	Prudente de Moraes – UVA
Casa Sinibaldo Stori – Sapataria e Curtume (Sinibaldo Stori)	7 de Setembro – PU
Cine Campeão do Sul (Paulo Rodrigues de Souza)	15 de novembro – PU
Claudio Almeida & Cia – Secos e Molhados	Prudente de Moraes – PU
Cervejaria Catharinense (Kurten, Hony & Winter LTDA)	(sem endereço) – PU
Dentista Technico (Henrique Kugler)	7 de Setembro – PU
Destilaria União (Bruno Haupt)	Cel. Amazonas – PU
Emilio Pofahl – Secos e Molhados, Padaria e Confeitaria	Prudente de Moraes – PU
Exportadora Dequech (Modesto Luz & Manoel Martins)	Praça Hercílio Luz
Frederico Neumann Calçados (Frederico Neumann)	7 de Setembro – PU
Hotel Central	Praça Hercílio Luz – PU
Indaya' - Laticínios Indayal (Agente H. Müller & Cia)	7 de Setembro – PU
Max Metzler & Cia (Max Metzler) Agente Chevrolet	Prudente de Moraes – PU
Médico (Antonio Gonzaga)	7 de Setembro – PU
Médico (Braz Limonge)	(sem endereço) – UVA
Médico (Frederico Neumann)	15 de Novembro – PU
Pharmacia União (Antioco Pereira)	(sem endereço) – PU
Pintor (Antonio Jonsson)	7 de Setembro – PU
Pompeo & Admar – Exportadores de madeiras e herba-matte	Praça Hercílio Luz – PU
Relojoaria Omega (Paulo Ruhle)	(sem endereço) – PU
Sub-Agencia Ford (Alexandre Schlemm & Cia)	Prudente de Moraes – PU
Sub-Agencia Ford (Carlos & Cia)	(sem endereço) – UVA

Fonte: A IMPRENSA, Porto União. Exemplares de 1920 a 1926.

Esses estabelecimentos, em sua maioria, estavam instalados nas principais ruas da área central de Porto União. Trata-se das ruas Prudente de Moraes, 7 de Setembro, 15 de Novembro e Praça Hercílio Luz. Ademais, é interessante notar nesse quadro a presença significativa de alemães e teuto-brasileiros nesse espaço e em atividades ditas urbanas.

Em 1920, houve um aumento significativo na densidade populacional das cidades. De acordo com o primeiro recenseamento geral, realizado em 1890, a Intendência de União da Vitória possuía em toda sua extensão 2.523 habitantes. No segundo, de 1900, foram contabilizados 2.713, ou seja, houve um aumento de apenas 190 habitantes (RIESEMBERG, 1978, p.115). Entretanto, de acordo com os dados do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920, foi contabilizado em União da Vitória 10.527 e em Porto União 12.068 habitantes. Cabe ressaltar que esses dados se referem à cidade em toda sua extensão e, nesse período, parte significativa da população contabilizada ainda estava localizada na área rural (BRASIL, Recenseamento Geral do Brasil, 1º de setembro de 1920).

Porém, aos poucos, novos moradores foram chegando aos municípios, provenientes de diferentes lugares; novos empreendimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços foram surgindo, transformando significativamente o espaço. Um desses empreendimentos foi o próprio jornal O Comércio, de propriedade de Hermínio Milis. Trata-se de um sujeito que nasceu em Florianópolis (SC) em 1893, iniciando sua atividade profissional como alfaiate, dedicando-se também a arte musical, ministrando aulas de música na Banda da Polícia Militar de Santa Catarina e tomando parte ativa como integrante da Sociedade Musical Amor e Arte (O COMÉRCIO, 1939d, p. 01). Milis foi também militante na imprensa da capital catarinense entre os anos de 1924 e 1929. Ainda na capital, esse sujeito trabalhou na reorganização da Biblioteca Pública de Florianópolis, cujo convite foi feito por Adolpho Konder, governador do estado de Santa Catarina de 1926 a 1930³⁷.

³⁷ Adolpho Konder foi um político natural de Itajaí (SC). No Rio de Janeiro ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Foi nomeado por Hercílio Luz a condição de Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura (1918-1920). Foi Deputado por Santa Catarina (1921-1923), Deputado Federal (1924-1926) e Governador de Santa Catarina (1926-1930). Konder cercou-se de aparatos que o legitimavam como hábil governante. Seus feitos políticos associados à viagem oficial que fez ao extremo oeste catarinense foram “oportunamente destacados, politicamente e veementemente veiculados nos jornais, lhe rendendo simpatias por uma parcela da população catarinense”. Essa viagem repercutiu fortemente na imprensa e na sua carreira política, uma vez que se tratava de uma viagem nunca antes feita por um governador. A região havia sido incorporada legalmente ao território catarinense em 1916, após a Guerra do Contestado. Assim, na prática, era desconhecida pelos políticos que ocuparam o posto de governante do Estado. Foi eleito Senador da República em 1930 pelo Partido Republicano Catarinense. Na campanha para a presidência da República Konder apoiou o candidato oficial, Júlio Prestes. Fez oposição ao Governo Provisório de Getúlio Vargas e apoiou a Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo em 1932. Fundou em Santa Catarina com Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Júnior, a União Democrática Nacional (1945). Informações extraídas de: NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Tese de Doutorado. UFSC, 2009; PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Edição da

Hermínio Milis deixou a cidade de Florianópolis em 1929, com 26 anos de idade, fixando-se no município de Porto União, onde assumiu o posto de Inspetor da 3ª Circunscrição Escolar de Santa Catarina, ocupando o cargo até 1930 (O COMERCIO, 1939, p. 01). Trata-se, portanto, de um sujeito que trouxe para os municípios de União da Vitória e Porto União experiências culturais, sociais e políticas de sua cidade de origem. Em 1929, por exemplo, Milis fundou juntamente com Luiz Corrêa Estevan Juck o jornal A Voz do Oeste, um periódico político que circulou por um curto período. Depois desse empreendimento, em junho de 1931, Milis passou a investir em um jornal plural, o qual chamou de O Comércio.

Vale ressaltar que esse jornal, de distribuição regular em comparação com outras experiências impressas realizadas nos municípios, teve um papel importante para a consolidação de Porto União enquanto município catarinense, adquirido por Santa Catarina no acordo de limites em 1917. Dedicando-se a “assuntos gerais do planalto norte catarinense”, relacionando-se com a vida política e cultural da capital, fazendo a folha circular nas redações de jornais de outras cidades, defendemos que Milis colocava Porto União no cenário catarinense. Além disso, em 1937, Porto União tornava-se sede da 5ª Zona de Associação Catarinense de Imprensa (ACI), uma das mais importantes entidades culturais de Santa Catarina nesse período, cujo delegado passou a ser o jornalista Hermínio Milis³⁸.

Além do jornal Hermínio Milis lançou o Serviço Falado de O Comércio em dezembro de 1938, o qual funcionava nas quintas, sábados e domingos. Esse serviço anunciava os atos do governo municipal, os comunicados do Departamento Nacional de Propaganda e Estatística, fazia publicidade do Estado, bem como anúncios de estabelecimentos comerciais locais. Os seus aparelhos sonoros estavam instalados na Praça Hercílio Luz, amplamente frequentada pela população (O COMÉRCIO, 1938e, p. 01).

Em 29 de março de 1939, Hermínio Milis anunciava a programação destacando a retransmissão da Hora do Brasil, músicas e o culto dominical da Igreja Metodista localizada ao lado da redação do jornal. O anúncio destaca também que o Serviço não visava lucros, qualquer anúncio poderia ser feito gratuitamente (O COMÉRCIO, 1939a, p. 01). Porém, o serviço era patrocinado pela Prefeitura de Porto União, cujo prefeito era Hellmuth Müller (1937-1942), um descendente de alemães natural da cidade de Blumenau (SC), havendo espaço significativo destinado a assuntos dessa Prefeitura, como pode ser observado abaixo:

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

³⁸ A ACI foi fundada em julho de 1932, em Florianópolis, por um grupo de jornalistas e a liderança de Altino Flores, na sede da Liga Operária Catarinense. Entre os 1925 a 1944, ele foi o redator, diretor e proprietário de O Estado. Essas informações estão disponíveis no site da própria Associação, podendo ser acessado em: <http://www.casadojornalista.org/associacao.html>

Imagem 07: Segunda e terceira página do jornal O Comércio, 25 de fevereiro de 1939.

Prefeitura Municipal de P. União
Requerimentos encaminhados pelo Sr. Prefeito Municipal
De 15 de janeiro a 14 de fevereiro de 1939.

DECRETO-LEI Nº. 27
Orça e Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1940.
O Prefeito do Município de Porto União, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:
Art. 1º. — A Receita do Município de Porto União, para o exercício de 1940, é orgânica na seguinte forma: Trezentos e sessenta e dois contos, novecentos e quarenta mil reis (372.940.000), compreendida dos impostos, taxas e rendas constantes da tabela explicativa anexa e assim distribuída pelas suas fontes de origem:

DESIGNAÇÃO DA RECEITA
RECEITA ORDINÁRIA
TRIBUTÁRIA
a) Impostos

0 11 1	Imposto Territorial	8.000.000	
0 12 1	Imposto Predial	42.000.000	
0 13 1	Imposto sobre Indústrias e Profissões	30.000.000	
0 13 2	Imposto sobre Licenças	1.000.000	
0 25 2	Imposto sobre Exploração Agrícola-Industrial	20.000.000	
0 27 1	Imposto sobre Aluguel e Diverções	5.000.000	
0 27 2	Imposto Adicional	30.000.000	
	Total dos impostos	243.000.000	243.000.000

b) Taxas

1 11 2	Taxa Rodoviária	18.000.000	
1 22 4	Taxa e Custas Judiciais e Emolumentos	6.000.000	
1 23 4	Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos	2.500.000	
	1) Aluguel de Habitação, pesos e Medidas	700.000	
	2) Animais apreendidos	1.000.000	
	3) Vistorias em geral	300.000	
1 24 1	Taxa de Limpeza Pública	8.000.000	
1 25 1	Taxa de Viagem	1.000.000	
1 26 1	Taxa de Melhoramento	5.000.000	
	Total das taxas	41.500.000	41.500.000
	Total da Receita Tributária	284.500.000	

PATRIMONIAL

2 01 0	Renda Imobiliária	24.000.000	
	1) Rendas de Próprios Municipais	1.000.000	
	2) Foros e Laudemios	1.000.000	
	3) Aluguéis	1.000.000	
2 02 0	Renda de Capitais	3.000.000	
	Juros de depósitos	1.124.000	
	Total da Receita Patrimonial	11.240.000	

RECEITAS DIVERSAS

4 11 0	Receita de Mercados, Feiras e Matadouros	5.000.000	
4 12 0	Receita de Cemitérios	5.000.000	
	Total das Receitas Diversas	10.000.000	

RECEITA EXTRAORDINÁRIA

6 11 0	Alienação de Bens Patrimoniais	5.000.000	
6 12 0	Colaboração da Dívida Alheia	2.000.000	
6 14 0	Receita de Indenizações e Restituições	1.000.000	
6 19 0	Contribuições de Municípios desmembrados	21.000.000	
6 20 0	Obrigações Diversas	1.200.000	
6 21 0	Multas	7.000.000	
6 22 0	Rendas Imprevistas digo Eventuais	3.000.000	
	Total da Receita Extraordinária	69.200.000	
	Total Geral da Receita	364.740.000	

Art. 2º. — A Despesa do Município de Porto União para o exercício de 1940, é fixada na seguinte forma: Trezentos e sessenta e dois contos, novecentos e quarenta mil reis (372.940.000), distribuída da seguinte forma:

2ª. PÁGE | Porto União, 25 de Fevereiro de 1940 — Sta. Catarina | **NUM. 208**

O COMÉRCIO

Prefeitura Municipal de Porto União
BALANCETE DE RECEITA E DESPEZA DO MUNICIPIO DE P. UNIÃO
ESPAÇO ADICIONAL
EXERCÍCIO DE 1939

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: -

1 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
2 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
3 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
4 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
5 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
6 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
7 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
8 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
9 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
10 - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS -	35.000	35.000
11 - DÍVIDA ATIVA -	90.000	90.000
12 - MULTAS E RENDAS EVENTUAIS -	585.840	585.840
13 - RECEITA ESPECIAL -	2.054.000	2.054.000
14 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	1.501.800	1.501.800
15 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
16 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
17 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
18 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
19 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
20 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
21 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
22 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
23 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
24 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
25 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
26 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
27 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
28 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
29 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
30 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
31 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
32 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
33 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
34 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
35 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
36 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
37 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
38 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
39 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
40 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
41 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
42 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
43 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
44 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
45 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
46 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
47 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
48 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
49 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
50 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
51 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
52 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
53 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
54 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
55 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
56 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
57 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
58 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
59 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
60 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
61 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
62 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
63 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
64 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
65 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
66 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
67 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
68 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
69 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
70 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
71 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
72 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
73 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
74 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
75 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
76 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
77 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
78 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
79 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
80 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
81 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
82 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
83 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
84 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
85 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
86 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
87 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
88 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
89 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
90 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
91 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
92 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
93 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
94 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
95 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
96 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
97 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
98 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
99 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
100 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810

DESPAÇA ORÇAMENTÁRIA: -

1 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
2 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
3 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
4 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
5 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
6 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
7 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
8 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
9 - IMPOSTO DE LICENÇAS -	25.000	25.000
10 - TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS -	35.000	35.000
11 - DÍVIDA ATIVA -	90.000	90.000
12 - MULTAS E RENDAS EVENTUAIS -	585.840	585.840
13 - RECEITA ESPECIAL -	2.054.000	2.054.000
14 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	1.501.800	1.501.800
15 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
16 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
17 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
18 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
19 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
20 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
21 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
22 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
23 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
24 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
25 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
26 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
27 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
28 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
29 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
30 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
31 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
32 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
33 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
34 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
35 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
36 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
37 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
38 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
39 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
40 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
41 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
42 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
43 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
44 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
45 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
46 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
47 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
48 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
49 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
50 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
51 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
52 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
53 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
54 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
55 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
56 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
57 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
58 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
59 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
60 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
61 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
62 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
63 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
64 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
65 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
66 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
67 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
68 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
69 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
70 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
71 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
72 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
73 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
74 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
75 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
76 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
77 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
78 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
79 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
80 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
81 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
82 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
83 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
84 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
85 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
86 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
87 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
88 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
89 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
90 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
91 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
92 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
93 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
94 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
95 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
96 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
97 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
98 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
99 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810
100 - FUNDOS DISPONÍVEIS -	3.553.810	3.553.810

RESOLUÇÃO Nº. 204
Helmuth Müller, Prefeito Municipal de Porto União, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Nunciar Alfredo Alves Lourenço, para exercer interinamente o cargo de professor de escola mista municipal "Princesa Isabel", na sala de aula, chamado Rio Bonito, na Colônia São Pedro, Distrito de Santa Cruz, percebendo os vencimentos marcados em lei.
Registra-se, publica-se e comunica-se a Prefeitura Municipal de Porto União, 25 de janeiro de 1940.
Helmuth Müller
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº. 205
Helmuth Müller, Prefeito Municipal de Porto União, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Nunciar Rosa Leão, para exercer o cargo de professora de escola mista municipal "Princesa Isabel", em União, percebendo os vencimentos marcados em lei.
Registra-se, publica-se e comunica-se a Prefeitura Municipal de Porto União, 25 de janeiro de 1940.
Helmuth

Essas imagens correspondem a segunda e terceira página da edição do jornal de 28 de fevereiro de 1940. Elas são aqui expostas porque indicam um vínculo entre o jornal e a Prefeitura de Porto União, igualmente, entre Hermínio Milis e Hellmuth Müller. Em todas as edições do jornal encontramos Editais, Convocações, Resoluções, Balancetes, referentes à administração de Porto União. Esses dados são interessantes para compreender como Hermínio Milis se inseria na dinâmica das cidades, ou seja, como procurava enraizar o jornal e suas atividades na sociedade de União da Vitória e Porto União.

Além do jornal, em 1938, era inaugurado o Campo Municipal de Aviação, empreendimento localizado em Porto União. Segundo o jornal esse campo estava dotado de uma “estação radiotelegráfica e linha telefônica ligada a uma rede urbana”. Esse espaço encontrava-se distante doze quilômetros do perímetro urbano dos municípios. O Campo é representado por Milis como um dos mais importantes campos de aviação do sul do país, sendo, ainda, ponto de parada para abastecimento dos aparelhos que realizavam a linha Rio de Janeiro-Porto Alegre. Esse novo espaço deu origem, em outubro de 1939, ao Clube Aéreo da cidade, criado por iniciativa do prefeito de Porto União (O COMÉRCIO, 1939b, p. 01).

Outro empreendimento de vulto realizado na região foi à construção de uma nova estação férrea para atender os dois municípios, como pode ser observado abaixo:

Imagem 08: Estação União - lado Porto União, na década de 1940.



Acervo particular: Leni Trentim Gaspari. Autor não identificado.

Para atender o fluxo de trens que passavam pelos municípios, a quantidade de mercadorias que saía da região, principalmente madeira beneficiada, era necessária a ampliação da estação e do espaço destinado às máquinas. Os anseios da população e os

problemas que diariamente se enfrentava devido à carência de espaço estão registrados em O Comércio. Depois de vários editoriais abordando a questão, a necessidade de providências, finalmente, em 1933, o jornal informava que o Interventor de Santa Catarina havia entrado em entendimento “com a Diretoria da EFSPRG, a fim de que fosse providenciada a construção de um novo prédio”, substituindo o “velho casarão de madeira, o qual não condizia com a importância das cidades no contexto regional” (O COMÉRCIO, 1933, p. 01).

A construção desse prédio teve início no ano de 1940 pelas mãos de uma empresa curitibana chamada Irmãos Thá. Percebemos que suas características refletem um grau mais intenso de atividades econômicas e ferroviárias nos dois municípios. A dimensão, o material e a arquitetura nada fazem lembrar aqueles antigos casarões construídos em madeira, que não atendiam as necessidades da população e da economia da região. Ela foi denominada Estação União, sendo inaugurada em 1942. O complexo ferroviário foi consideravelmente ampliado, sendo instalados, além dos serviços da Rede, a agência postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e a construção da Vila Ferroviária, cujas moradias eram destinadas aos funcionários da ferrovia, localizada na Estrada de Rodagem para o Rio D’Areia, em União da Vitória, um exemplo da expansão contínua das cidades (GASPARI, 2011).

Todos esses empreendimentos nos fazem refletir o quanto os municípios de União da Vitória e Porto União eram importantes econômica e politicamente nesse período em termos regionais. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 a área urbanizada e a densidade populacional foram gradativamente aumentando. Na tabela abaixo, construída a partir dos dados do Recenseamento Geral do Brasil, de 1940, é possível verificar seus índices populacionais.

Tabela 02: Densidade populacional dos municípios em 1940.

	População Total	Quadro Urbano e Suburbano	Quadro Rural
UNIÃO DA VITÓRIA	29.636	-----	-----
União da Vitória	9.891	3.782	6.109
Concórdia	5.350	-----	5.350
Cruz Machado	7.906	280	7.626
Paula Freitas	3.659	216	3.443
Santa Barbara	2.836	302	2.534
PORTO UNIÃO	20.823	-----	-----
Porto União	8.093	3.418	4.675
Matos Costa	3.783	488	3.295
Poço Preto	3.585	215	1.400
Santa Cruz	1.612	184	1.427
Valões	3.715	621	3.059

Fonte: IBGE. Recenseamento Geral do Brasil – Paraná e Santa Catarina (1º de Setembro de 1940).

No primeiro caso a densidade populacional total corresponde ao município de União da Vitória em toda a sua extensão, referindo-se, portanto, aos distritos de Concórdia, Cruz Machado, Paula Freitas e Santa Bárbara. Em vinte anos a população cresceu de 10.527 para 29.623 habitantes. Em relação a Porto União, o número total diz respeito aos distritos de Matos Costa, Poço Preto, Santa Cruz e Valões. Nesse espaço, em vinte anos, a população cresceu de 12.068 para 20.823 habitantes. Portanto, de 1920 para 1940 houve um aumento de 19.096 habitantes no município de União da Vitória e de 17.754 em Porto União.

Concentremo-nos um pouco mais nas sedes dos municípios de União da Vitória e Porto União, pois são os espaços que mais interessam para esta pesquisa. No que diz respeito à sede de União da Vitória verificamos uma população de 9.891 habitantes, sendo que 3.782 estavam localizados na área urbana e suburbana e 6.109 na área rural. Em relação a Porto União verificamos 8.093 habitantes. Deste montante, 3.418 estavam localizados na área urbana e suburbana e 4.675 na área rural. Trata-se, portanto, de uma população que estava localizada muito mais no quadro rural do que no urbano. Esses números somados totalizam 17.984 habitantes convivendo na sede de União da Vitória e Porto União. Na área rural das duas sedes conviviam 10.784 habitantes e, no quadro urbano e suburbano, que foi se desenvolvendo em torno da estação ferroviária, conviviam 7.200 habitantes.

Essa população estava basicamente distribuída pelo território registrado na fotografia exposta abaixo. Não foi possível identificar sua autoria a data exata de sua produção. Entretanto, entende-se que foi produzida ao final da primeira metade do século XX.

Imagem 09: Vista panorâmica dos municípios de União da Vitória e Porto União.



Acervo particular: Zuleide Maria Matulle. Autor não identificado.

Essa fotografia corresponde a uma visão panorâmica dos dois municípios, tendo sido produzida, provavelmente, do alto de um dos acidentes geográficos que compõe a região, uma montanha que se encontra a 928 metros acima do nível do mar, localizado no município de União da Vitória. Nesse mesmo registro é possível observar, ao fundo, outra montanha, que possui 943 metros, localizada no município de Porto União³⁹. A esquerda da fotografia, no canto superior, está registrada a ponte da EFSPRG sob o rio Iguaçu e, à direita, no canto inferior, a ponte denominada Interventor Manoel Ribas, que foi inaugurada em 1944.

Voltemos nossa atenção um momento para as questões presentes no formulário da SSN. De acordo com as preocupações expostas naquele documento os municípios de União da Vitória e Porto União possuem uma geografia bastante peculiar aos olhos da polícia no Estado Novo. Das elevações registradas na fotografia, e outras que nela não aparecem, pois os municípios fazem parte do chamado Vale do Iguaçu, era possível obter uma visão panorâmica de toda a área central dos dois municípios, do movimento de embarcações no rio Iguaçu, da ponte ferroviária (lembre-se que na concepção de Vicente de Castro ela poderia ser dinamitada), bem como das estradas de rodagem que cortavam a região. Trata-se, portanto, na lógica policial, de alemães e teuto-brasileiros presentes em locais que poderiam ser utilizados para espionagem e toda sorte de maquinações contra a ordem política e a segurança nacional.

O formulário da SSN também dedicava especial atenção aos espaços urbanos dos municípios, como apontamos anteriormente. Cabe lembrar ao leitor que em União da Vitória e Porto União havia, na década de 1940, uma produção agrícola bastante significativa desenvolvida nas colônias, que era responsável por praticamente todo o abastecimento dos dois municípios, sendo ainda, exportada. Ademais, havia a exploração e o beneficiamento da erva-mate (embora em declínio) e da madeira (em franca ascensão). Nesse espaço havia uma quantidade significativa de estrangeiros, os quais manipulavam capital econômico. Esses sujeitos acessavam com frequência o quadro urbano devido, entre outros fatores, a existência nesse espaço de um circuito industrial e comercial bastante ativo.

Algumas informações sobre o quadro urbano de Porto União podem ser observadas na tabela a seguir, construída com informações extraídas do livro *Monografia de Porto União*, escrito por Hermínio Milis.

³⁹ Esses acidentes geográficos, hoje, são alguns dos pontos turísticos da região que compõem o Vale do Iguaçu. A montanha de União da Vitória é denominada Morro do Cristo. Já a de Porto União é denominada Morro da Cruz. Esta última encontra-se intimamente relacionada com a história dos municípios, ligada a religiosidade e ao imaginário da população, principalmente, por causa da passagem do conhecido e cultuado monge João Maria pela região na última década do século XIX. No imaginário local esse monge teria feito uso desse espaço e de fontes de água lá existentes, as quais se tornaram milagrosas aos olhos da população.

Tabela 03: Produção e comércio de Porto União em 1943.

01 fábrica de charutos	02 engraxatarias
01 ourivesaria	02 fábricas de café
01 funilaria	02 duas lojas de armarinhos,
01 descascador de arroz	02 moinhos de cereais
01 fotógrafo	02 oficinas mecânicas
01 fábrica de produtos laticínios	02 duas confeitarias
01 fábrica de bebidas	02 fábricas de pasta mecânica
01 fábrica de cola	02 barbearias
01 xarqueada	02 fundições mecânicas
01 um dentista	03 ferrarias
01 uma agência bancária	03 alfaiatarias
01 tinturaria	03 oficinas de consertos de sapatos
01 sorveteria	03 tipografias
01 fábrica de massas alimentícias	03 oficinas de materiais para construção
01 fábrica de aparelhos de rádio-receptor	04 mercearias
02 açougues	04 olarias
02 farmácias	08 escritórios de representações comerciais
02 sapatarias	09 hotéis
02 cinemas	14 botequins
02 fábricas de banha	37 casas de secos e molhados

Fonte: **Milis Hermínio. Monografia de Porto União.** Palmas: Kayganguê, Coleção Vale do Iguaçu.

Importante destacar que esses dados dizem respeito somente às casas comerciais, indústrias e prestadores de serviços existentes no município de Porto União, tendo como referência o ano de 1942. Isso quer dizer que essa lista é um pouco maior, considerando o perímetro urbano e suburbano de União da Vitória, que na década de 1940 se estendia. Entretanto, fazendo uma análise geral dos dados que possuímos vê-se que em alguns setores simplesmente não havia concorrência, com apenas 01 representante para atender o mercado local. O mesmo não se pode dizer em relação a outros setores como, por exemplo, os escritórios de representações comerciais, os hotéis, botequins e casas de secos e molhados, os quais podem ser vistos em quantidade significativa para os padrões da época.

Alguns dos representantes dessas atividades podem ser observados na tabela exposta na página a seguir. Ela foi construída com as informações encontradas nas páginas de O Comércio entre os anos de 1937 a 1945, ou seja, entre o ano da decretação e do término do Estado Novo. Esses estabelecimentos correspondem a uma parcela daqueles que havia nos dois municípios. As informações correspondem somente àqueles estabelecimentos (e serviços) que utilizaram o referido jornal como instrumento de propaganda durante esse

período, querendo isso dizer que o número deles é um pouco maior.

Tabela 04: Relação de casas comerciais encontrados no jornal O Comércio.

Estabelecimentos	Endereço
Açougue Iguaçu (Aloísio Ell)	7 de Setembro – PU
Alfredo Metzler & Irmãos (Agente Chevrolet)	Matos Costa – PU
Alfredo Scultetus Secos e Molhados (Alfredo Scultetus)	Prudente de Moraes – PU
Bar e Restaurante Tropical (Armando Kremer)	Praça Hercílio Luz – PU
Casa Becker (Adolfo Becker)	7 de Setembro – PU
Café Elite (Oscar Ruwer)	Praça Hercílio Luz – PU
Casa Esmalte (Bertholdo Hay)	Prudente de Moraes – PU
Casa do Ferro - Agente Ford (Theodoro Kroetz)	(sem endereço) – PU
Casa Julio Radwanski (Julio Radwanski)	Prudente de Moraes – PU
Casa Ômega Ourivesaria (Afonso Friedrich)	Prudente de Moraes – PU
Casa Winter (Eugenio Winter)	Prudente de Moraes – PU
Confecções Renner Agente local (Eugenio Winter)	Prudente de Moraes – PU
Confeitaria 7 de Setembro (Kurt Kranke)	7 de Setembro – PU
Fábrica de Cigarros Sudan (Salustiano Costa e Filhos)	(sem endereço) – PU
Fábrica de Depósito de Móveis (Emilio Kröni)	Visc. de Guarapuava – UVA
Fábrica Santa Lúcia (Mario Pol)	Frei Rogério – PU
Farmácia União (Willy Jung)	Prudente de Moraes – PU
Hotel Iguaçu (Amândio Kraemer)	Praça Hercílio Luz – PU
Livraria Iguaçu (Bruno Behr)	7 de Setembro – PU
Luiz Duvoisin Secos e Molhados (Luiz Duvoisin)	7 de Setembro – PU
Máquina de Costura Pfaff (Alfredo Matzenbacher)	7 de Setembro – PU
Rádio Philips Agente local (Alfredo Reimer)	Prudente de Moraes – PU
Tesoura Elegante – Alfaiataria (Francisco Feijó)	Praça Hercílio Luz – PU
Tufi Guerios & Filhos (Sfair Guerios)	Carlos Cavalcanti – UVA

Fonte: O Comércio – Grupo Verde Vale de Comunicação. Porto União (SC).

Esses estabelecimentos estavam localizados, em sua maioria, nas principais artérias da cidade de União da Vitória e Porto União: Rua Prudente de Moraes e 7 de Setembro. No presente quadro observamos muitos nomes que remetem a alemães e teuto-brasileiros e é interessante considerar, como destaca Roberto Lobato Corrêa (1995, p. 30), o fato de que geralmente é nesse espaço, que estão localizados aqueles sujeitos, “que são capazes de transformar custos locais elevados e ampla acessibilidade em lucros maximizados”.

Podemos estabelecer um diálogo com Baczko (1987, p. 312-313) quando destaca que os discursos que veiculam os imaginários sociais empregam linguagens diversas como, por exemplo, a arquitetônica, que aqui, pode ser aplicada a configuração e a ocupação do espaço. Isso porque, exemplifica o autor, “todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço”. A sua organização espacial “atribui um lugar privilegiado ao

poder, explorando a carga simbólica das formas (...)”. Nesse sentido, podemos entender que a configuração espacial da área urbana dos dois municípios, a localização dos sujeitos traduzem, na sua linguagem própria, “o prestígio que rodeia um poder (...)”. Não estamos com isso exacerbando a importância (e o poder) que os alemães e teuto-brasileiros pudessem ter nos municípios. Estamos pensando no grau de influência que essa configuração poderia causar (ou não) nas disputas e enfrentamentos locais entre alemães e brasileiros, bem como no olhar da polícia em relação a esse espaço com essas características.

Havia também imigrantes alemães e teuto-brasileiros desenvolvendo atividades na Empresa de Eletricidade Alexandre Schlemm & Cia. Essa empresa era concessionária dos serviços de iluminação elétrica pública e particular tanto de União da Vitória como de Porto União desde 1921. A mesma empresa era responsável também pela distribuição do serviço telefônico a partir do ano de 1922. É interessante destacar que a usina que fornecia energia a referida empresa estava localizada a cinco léguas de distância da área urbana de União da Vitória. A empresa servia-se do Salto do Palmital, localizado na colônia Cruz Machado, a qual era formada por imigrantes alemães vindos da Europa e de imigrantes e descendentes vindos das antigas colônias do Rio Grande do Sul (CLETO DA SILVA, 1933, p. 153).

Em 1940, fazia parte do corpo administrativo dessa empresa os teuto-brasileiros: Rodolfo Alexandre Schlemm, presidente, com residência em Joinville; Alfredo Lange, vice-presidente, residente em União da Vitória e Carlos Alexandre Schlemm, gerente, residente em Porto União. Como conselheiros vê-se Harry Schmalz, Max Metzler, Paulo Zumkehr, Antonio Bauer e Antonio Spieker (O COMÉRCIO, 1940a, p. 01). Além destes representantes havia alemães e teuto-brasileiros no corpo de funcionários como podemos observar abaixo:

Tabela 05: Relação de funcionários da Empresa Alexandre Schlemm em 1942.

Funcionário	Nacionalidade	Cargo	Residência
Eduardo Will	Alemã	Servente	Castro Alves, nº. 37 - União da Vitória
Antonio (ilegível)	Austríaca	Maquinista	Carlos Cavalcanti, s/n. União da Vitória
Henrique Scheibe	Alemã	Escriturário	Av. Municipal, s/nº. União da Vitória
Aristide Adam	Brasileira	Cobrador	Profª. Amazília, n. 21, União da Vitória
Max J. (ilegível)	Brasileira	Maquinista	Salto Palmital (Usina), União da Vitória
André Clauss	Alemã	Maquinista	Salto Palmital (Usina), União da Vitória
José Becker	Alemã	Maquinista	Salto Palmital (Usina), União da Vitória
Antonio Bauer	Alemã	Eletricista	Vitória, nº. 4, Porto União
(ilegível) Codagnone	Brasileira	Telefonista	Prudente de Moraes, nº. 2, Porto União

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942g, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória.

Devido a lacunas na documentação da pasta da D. R. de União da Vitória não é possível saber se esses sujeitos foram afastados de suas funções como aconteceu em outras localidades. O que podemos afirmar é que essa foi uma das empresas vigiadas de perto pela polícia, cujas informações eram remetidas para a DOPS\PR. É interessante que a residência da maior parte desses funcionários encontrava-se na área urbanizada das cidades. Entretanto, Max J, que aparece como de nacionalidade brasileira, mas poderia ser um teuto-brasileiro, bem como os alemães André Clauss e José Becker, todos eles maquinistas, aparecem como residentes no Salto do Palmital, ou seja, na usina da colônia Cruz Machado.

Trata-se, portanto, de sujeitos localizados em espaços estratégicos do ponto de vista da segurança nacional. Nessa ordem de ideias podemos citar, a partir das informações de um Relatório escrito pelo Delegado de Polícia de Porto União, que se encontra da Pasta de documentos da D. R. de União da Vitória, outros estabelecimentos, a saber: o Moinho Carlos Guth S.A., a Companhia Cervejaria Antártica Paulista, a Fábrica de Bebidas de Antonio Missau e os serviços prestados por Geraldo Günther. Todos esses sujeitos eram alemães e foram vigiados pela polícia (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942j).

No que diz respeito ao moinho verificamos que, em 1935, o imigrante alemão Christian Guth, que entrou na região depois da Primeira Guerra Mundial, implantou um moinho colonial em União da Vitória, que tinha capacidade de moagem girando em torno de 500 quilos de matéria prima por dia. Mais tarde, Carl Viktor Ludwig Guth, filho de Christian, de nacionalidade alemã, constitui uma empresa individual chamando-a de Moinho Carlos Guth S.A. Esse moinho, que atuou até a década de 1980\90, estava localizado na área suburbana de União da Vitória, à época de sua criação um pouco afastada da área central.

A Companhia Cervejaria Antártica Paulista possuía um depósito de cevada e lúpulo no município de União da Vitória. De acordo com um documento presente na pasta da D. R. de União da Vitória, quem gerenciava essa fábrica era Ewaldo Burmester que, por ser alemão, precisou solicitar “atestado de bons antecedentes políticos” para permanecer à frente da gerência desse depósito (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944c).

Ainda em relação a essa rede de produção observe as imagens a seguir. Elas parecem corresponder aos rótulos dos produtos fabricados e comercializados pela fábrica de bebidas do imigrante italiano Antonio Missau. Essa fábrica estava localizada no município de União da Vitória desde 1914. Portanto, podemos dizer que se tratava de uma empresa que nas décadas de 1930 e 1940 estava consolidada e que Missau era um sujeito importante economicamente na região. Essas imagens foram encontradas na pasta da D. R. de União da Vitória, revelando que estamos falando de um sujeito que estava sendo vigiado de perto pela polícia.

Imagem 10: Propagandas da fábrica de bebidas de Antonio Missau.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS. Pasta da D. R. de União da Vitória.

Talvez, isso tenha ocorrido pelo fato de seus produtos terem sido premiados em exposições realizadas no estado de Santa Catarina e também no Rio Grande do Sul nas décadas de 1930 e 1940, como pode ser observado nas imagens. Podemos inferir que por conta de sua atividade e reconhecimento, Antonio Missau precisava se deslocar para esses estados com relativa frequência. Provavelmente, ele mantinha negócios com municípios dentro desses estados, marcados pela forte colonização alemã. Aliás, é atestado disso um documento de Antonio Missau na D. R. de União da Vitória solicitando licença para viajar, o chamado salvo-conduto (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944d).

Geraldo Günther, por sua vez, é um personagem interessante nesse contexto. Ele possuía uma fábrica de produtos cerâmicos e colocava a disposição da população seus serviços de dentista prático. Trata-se de um sujeito que circulava, a cavalo, por diversas localidades como, por exemplo, Santa Cruz do Timbó (SC), Cruz Machado (PR) e São João dos Pobres (SC). Além dessas atividades ele era proprietário de uma canoa que comprou do dono de uma olaria de Santa Cruz do Timbó. Essa canoa serviu durante muitos anos para o transporte de pessoas e de mercadorias de uma margem a outra do rio Iguaçu, antes da construção da ponte chamada Interventor Manoel Ribas, inaugurada em 1944. Entretanto, no início da década de 1940, a referida canoa foi apreendida pela D. R. de União da Vitória. A justificativa não poderia ser outra, Günther era alemão. Além disso, estava sendo acusado de ter identificação com a célula do Partido Nazista existente em Porto União (e União da Vitória) e por fazer propaganda nazista na região de União da Vitória, Porto União e Palmas.

Ainda em relação a essa circulação de pessoas por espaços considerados nevrálgicos a ordem política e a segurança nacional e como isso era um problema para a polícia, podemos destacar o fato de que por conta de sua atividade o dentista prático Geraldo Günther se deslocava constantemente para a localidade chamada Porto Vitória (PR). Trata-se da antiga colônia Vitória, criada em 1907 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942j).

Essa colônia foi objeto de preocupação da D. R. de União da Vitória, como pode ser observado no documento exposto a seguir. Trata-se de um ofício que foi assinado pelo Delegado 2º Tenente João Batista Lopes, endereçado ao Cap. Fernando Flores, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública, no mês de junho de 1943. Com esse documento o delegado informava a essa autoridade, localizada em Curitiba, sobre a necessidade de destacar um militar para o serviço de vigilância e manutenção da ordem política e social na localidade denominada Porto Vitória, tendo em vista que essa colônia foi composta desde o início de sua existência por imigrantes alemães e teuto-brasileiros.

Imagem 11: Ofício a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, 1943.

267 União da Vitória, 28 de junho de 1943

Estado do Paraná

Exce. Snr. Cap. FERNANDO FLÓRES
D.D. Secretario de Interior, Justiça e Segurança Pública.

CURITIBA

Soni. Auto-se.
19/6/43
[assinatura]

Havendo necessidade de ser destacado um militar para o serviço de vigilância e manutenção da ordem, no populoso distrito de PORTO VITÓRIA, deste município, onde a colônia é composta em sua maioria de descendentes de alemães, solicite permissão de V- Excia., para designar o cabo DEJAIMA PINTO, pertencente ao destacamento local, afim de ficar naquele distrito até segunda ordem.

Respeitosas saudações
[assinatura]
(2º Ten. João Batista Lopes)
Delegado Regional.

71
31.7.43
bal' yonem
Sd. Ant.

Feito ofício nº 1.424
S. das ordens, *31.7.43*
bal' yonem
Sd. Ant.

3 *123*

[Carimbo: Delegacia Regional de Polícia - União da Vitória - 30 JUN 43 - PROTESTO Nº 11363]

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS. 1943f Pasta Delegacia de Polícia de União da Vitória.

Por um lado, observamos a preocupação da polícia em relação ao trabalho de vigilância em todos os espaços e em todos os aspectos de União da Vitória e Porto União. Por outro, podemos fazer notar novamente a precariedade dessa polícia e de sua atuação na

região. Isso porque a D. R de União Vitória, segundo informou Tarciso Vicente de Castro, possuía sete soldados (mais o carcereiro) para atuar em toda sua extensão. Essa extensão compreendia aos distritos de Porto Vitória, Cruz Machado (onde havia uma subdelegacia) e também Porto Almeida. Nesses termos, eram sete as autoridades policiais para desempenhar atividades de vigilância, buscas e apreensões, em um espaço bastante extenso e enraizado de alemães, ou seja, cheios de elementos considerados inimigos objetivos.

Todas essas considerações sinalizam para o fato de que os municípios preenchiam quase a totalidade das questões presentes no formulário da SSN. Trata-se de municípios estratégicos, uma vez que formavam um importante entroncamento ferroviário, a partir de 1917, de comunicação com o sul e sudeste do país. Havia também alemães e teuto-brasileiros próximos a pontos estratégicos do ponto de vista da polícia, ou seja, próximos a uma usina de eletricidade, a um campo de aviação, a ferrovia, sendo possível toda sorte de ações contra a ordem política e a segurança nacional, como alertava Vicente de Castro à DOPS\PR em 1942.

Ademais, nesse espaço, desde a emancipação política de União da Vitória, ocorrida em fins do século XIX, os alemães e descendentes circulavam por todas as camadas sociais e mantinham relações em todas as esferas públicas. Alemães e teuto-brasileiros eram proprietários de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e estavam enraizados no setor político dos dois municípios. Diferente, por exemplo, dos imigrantes ucranianos, poloneses e descendentes, que se dedicaram muito mais a agricultura de subsistência em lotes pautados na pequena propriedade trabalhada com mão-de-obra familiar.

Com o passar do tempo a presença de alemães e teuto-brasileiros no espaço urbano somente cresceu, sendo eles responsáveis por boa parte da economia dos municípios através das indústrias, comércios e prestações de serviços. Nas décadas de 1930 e 1940, indivíduos com sobrenome Metzler, Friedrich, Winter, Hay, Guth, nascidos tanto na Alemanha como no Brasil, eram alguns dos proprietários de meios de produção e circulação de mercadorias dos dois municípios. Sujeitos como esses, “estrangeiros”, na acepção de Seyferth (2008), eram alguns dos representantes da elite econômica de União da Vitória e Porto União.

2.3 União da Vitória e Porto União como “centro de desarmonias constantes”

A EFSPRG promoveu mudanças significativas nos dois municípios em todos os níveis, fomentando a ocupação do espaço, a urbanização, dinamizando a economia local e

marcando a vida da população com novos espaços socioculturais e costumes. Além disso, eventos importantes da primeira metade do século XX repercutiram fortemente nos municípios, sendo eles palco de inúmeras convulsões políticas e sociais. Podemos destacar, por exemplo, a Guerra do Contestado (1912-1916), o Levante Anti-Acordista (1917), a Revolução de 1930 e a Constitucionalista de 1932. Essas tensões são aqui objetos de algumas páginas porque foram responsáveis por alterar fortemente o cotidiano da população e acabaram imprimindo marcas no tecido social e político dos municípios, bem como no imaginário social. Elas podem ajudar a entender o grau de periculosidade dado aos municípios por Tarciso Vicente de Castro em seu relatório enviado à DOPS\PR em 1942.

Começemos pela Guerra do Contestado. É certo que União da Vitória não foi palco de confrontos armados, a luta mais próxima ocorreu nas proximidades de São João dos Pobres (hoje Matos Costa). Entretanto, devido a EFSPRG, o município configurou-se como um espaço estratégico para a movimentação das tropas do governo que se deslocavam para a região de combate. Circulou por esse espaço vários efetivos do Regimento de Segurança do Paraná, entre eles, o regimento comandado pelo Cel. João Gualberto de Sá Filho, em 1912, o qual partiu de Curitiba “composta por 158 homens, entre oficiais e praças, com mais 17 cavalos e 5 muares, embarcados em composição ferroviária, com destino a Porto União da Vitória, via Ponta Grossa”, conforme explica Janary Bussmann (2013, p. 358).

Passou por essa região também a tropa comandada pelo General Carlos Frederico Mesquita, como mostra a fotografia exposta abaixo:

Imagem 12: Coluna General Mesquita, em 1914.



Acervo Particular: Leni Trentim Gaspari. Autoria: Claro Gustavo Jansson

Nesse exemplar verificamos o registro do acampamento do Regimento em 1914. As tropas estavam acampadas às margens do rio Iguaçu, entre a ponte da EFSPRG e o porto fluvial, onde há dois vapores ancorados. Note que eles estavam localizados muito próximos ao local denominado Alto da Gloria, ou seja, o povoado formado a partir desse ancoradouro no Iguaçu, pois ao fundo é possível observar os estabelecimentos comerciais e as casas de habitação desse local. O intuito dessas considerações é destacar que a passagem das tropas pela cidade gerou transtornos e insegurança a população.

Um pouco desse processo pode ser apreendido através da representação feita por Cleto da Silva (1933, p. 137) quando menciona, por exemplo, que com o acirramento do conflito, em certos momentos, “União da Vitória ficava quase deserta, nem escolas, nem oficinas, nem comércio, nem lavoura! Tudo era abandonado pela população”. Em 1914, quando ocorreu a morte do Capitão Matos Costa pelos sertanejos, a população ficou em “verdadeiro pânico. Poucos os que se entendiam; a maior parte pensa somente em abandonar a cidade”. O autor explica que muitas pessoas acabaram deixando União da Vitória. Outras, para se proteger, partiam para a margem direita do rio Iguaçu em busca de segurança em áreas cobertas pela mata no sentido contrário ao deslocamento das tropas em combate.

O mesmo autor destaca também que havia sentinelas na cidade responsáveis por guarnecer a estação férrea e nas esquinas e postos estratégicos permaneciam soldados paisanos a partir de 1914. Em 1916, retiram-se os contingentes militares deixados aqui, seguem para Ponta Grossa, por exemplo, o 5º Regimento de Infantaria. Mas, como medida preventiva, “União da Vitória ficou guarnecida por um Batalhão de Infantaria, uma seção de metralhadoras, bem como uma força policial do Paraná comandada pelo Tenente Floriano Barcelos Bica” (CLETO DA SILVA, 1933). Depreende-se dessas observações que a população vivenciou de forma significativa esse conflito. Presenciou o trânsito de oficiais e soldados armados em direção a área de conflito com os sertanejos, bem como o seu retorno, pela ferrovia, dos inúmeros corpos dos oficiais mortos em combate.

Isso quer dizer que depois de quatro anos de conflitos dificilmente os municípios e sua população saíam sem marcas. Os efeitos desse conflito podem ser sentidos a partir da referência encontrada em Hermínio Milis. Segundo suas considerações “ao espantallo de nome Contestado deveu-se-lhe a ausência de boas indústrias em nossa terra; pois correndo longe a falsa fama de que Porto União era centro de desarmonias constantes, não arriscavam aqui empregos de grandes capitais”. Excetuados os movimentos madeireiros e ervateiros, “as pequenas indústrias do Município eram obras devidas, unicamente, a iniciativas locais, isto verificado até mesmo há pouco tempo” (FAGUNDES; RIBAS, 2002, p. 45).

A representação que Hermínio Milis fez do município de Porto União (que também vale para União da Vitória) em fins da década de 1930, é bastante significativa para entender que a Guerra foi encerrada em 1916, com a neutralização dos redutos. Entretanto, o “Contestado” permaneceu por muito tempo na pauta política do governo dos dois estados, bem como no cotidiano da população, pois não se esquece assim tão facilmente quatro anos de conflito. Com o fim da Guerra destacamentos policiais permaneceram por muito tempo na região e, ao longo da década de 1920 e 1930, é comum encontrar em diferentes documentos menções ao Contestado e a essa região como um lugar de necessário policiamento.

Nessa ordem de ideias é importante lembrar que ao término do combate, em 1916, houve a assinatura do Acordo de Limites, sendo parte do território de União da Vitória anexado à Santa Catarina. Esse processo não ocorreu sem conflitos e as cidades foram novamente colocadas sob intervenção das tropas de segurança do governo. Cleto da Silva, então deputado estadual, comandou o que ficou conhecido como Sublevação Anti-acordista, em 1917, ano da entrega oficial do território ao estado de Santa Catarina⁴⁰.

A sublevação foi deflagrada com a tomada da estação férrea de Nova Galícia em julho de 1917. Os sublevados provocaram danos em alguns metros da linha para dificultar a passagem dos trens. Em 1º de agosto seguiram para a estação de São João. Dois dias depois chegam à estação de Nova Galícia as forças federais composta por 300 soldados de Infantaria, 80 de Cavalaria e uma seção de metralhadoras, comboios procedentes da cidade de Curitiba e de Ponta Grossa. No dia 6 de agosto as tropas marcharam para guarnecer a estação de São João e os sublevados rumam para os campos de Palmas, sendo que nessa cidade, no mês de agosto a sublevação é dissolvida, não obtendo êxito (CLETO DA SILVA, 1920).

Em 7 de setembro de 1917, Santa Catarina estava com a posse do território que o Acordo lhe tornava possuidora. Entretanto, as investidas dos elementos sublevados agitaram novamente esse espaço. Esse movimento suscitou novamente deslocamentos policiais para essa região, ficando ela, debaixo de rigorosa atenção por parte das forças do Governo.

⁴⁰ Desde 1910, a região de litígio entre os estados vinha sendo discutida pela Junta Governativa do Estado das Missões, criada em 1910, que defendia a criação do Estado das Missões no território disputado. Fazia parte dessa articulação política Bernardo Viana e o Coronel Domingos Soares, pelo município de Palmas; Cleto da Silva, pelo município de Clevelândia; Major Pedro Alexandre Franklim, pelo município de Rio Negro; Coronel Amazonas de Araújo Marcondes e Coronel Francisco Cleve, representantes do município de União da Vitória. Trata-se de sujeitos intimamente ligados a esses espaços, alguns deles, inclusive, líderes políticos locais. Segundo Cleto da Silva (1920, p. 37), para os sujeitos envolvidos com esse debate, “um accordo que venha bipartir cidades e villas, construídas, preparadas e edificadas com o suor do nosso povo, mil vezes a independência, a formação do Estado das Missões”. O Governo do Paraná estava ciente do que se passava no município enviando, inclusive, emissários para discutir o assunto com os membros da Junta Governativa. Depois de prolongados debates ficou estabelecido que o Comitê de Limites emprestaria todo o seu apoio a Junta Governativa, na hipótese de ser o Supremo Tribunal contrário aos direitos que o Paraná julgava ter sobre a zona do chamado CONTESTADO, o que na prática não ocorreu.

Ao final de década de 1920 e início dos anos 1930, em pleno desenvolvimento econômico com a exploração da madeira e erva-mate, União da Vitória e Porto União foram novamente convulsionadas, agora, pela Revolução de 1930. Essa disputa política de nível nacional ecoou significativamente nesses dois municípios, alterando os ânimos e instaurando um clima de insegurança na população. Desde 1929, por exemplo, segundo Cleto da Silva (1933), já havia nos municípios representantes das principais correntes políticas em conflito nesse período. Havia o Comitê Presidente Camargo, alinhado a candidatura de Julio Prestes e um Comitê Liberal, alinhado a candidatura de Getúlio Vargas a presidência da República.

Desse último grupo fazia parte os irmãos Albino e Henrique Matzenbacher, que entraram em confronto, em março de 1930, com o destacamento policial de União da Vitória, formado por 30 praças e 2 sargentos, instaurando um clima de insegurança na população. Nesse entrevero foi chamado para intervir o 13º Batalhão de Caçadores, que havia sido deslocado de Joinville para guarnecer a cidade e controlar a ferrovia que estava sob constantes ameaças (NUNES, 2009). Em março de 1930, portanto, antes da deflagração do movimento no Rio Grande do Sul, a cidade já vivia situações de conflito resultantes dessa disputa política.

Quando o movimento eclodiu no Rio Grande do Sul, com ataques a posições militares em Porto Alegre, formaram-se as ditas colunas que partiram da cidade de Marcelino Ramos, pela ferrovia, cortando o estado de Santa Catarina e do Paraná. Segundo considerações levantadas por Nunes (2009, p. 160) “partiriam tropas que tomariam a estação ferroviária de Herval e a partir desta, a estação de Porto União, já que por ela se garantiria agilidade e mobilidade no transporte das demais tropas rumo à capital federal”.

Em União da Vitória e Porto União era esperado pelas tropas em marcha um confronto devido à presença nos municípios do 13º Batalhão de Caçadores. Entretanto, o referido Batalhão acabou aderindo a Revolução. Através de um comunicado, assinado como Comitê Revolucionário, o Batalhão se dirigia a população destacando que o movimento deflagrado no Rio Grande do Sul:

(...) não podia deixar de ecoar nestas cidades livres, empolgando igualmente o 13º Batalhão de Caçadores que, constituído de gente do povo, acaba de tomar a atitude decisiva de não mais reconhecer como governo legal aquele que há dois anos vem concorrendo para a intranquilidade da família brasileira. O 13º Batalhão de Caçadores, formado ao lado do povo, pede e apela para o mesmo povo, para que diante da grandeza da causa, não apareçam as pequeninas vinganças pessoais sobre irmãos vencidos. Pede ao povo que acate as autoridades, facilitando a boa marcha da nossa tarefa que agora se inicia e que precisa do concurso de todos os cidadãos revolucionários (CLETO DA SILVA, 1933, p. 186).

Dessa forma, ambas as estações ferroviárias foram tomadas sem grandes dificuldades pelas tropas. A passagem de Getúlio Vargas e da comitiva pelos municípios foi realizada foi marcada pela aclamação do 13º Batalhão e da população no dia 16 de outubro. Na fotografia exposta a abaixo é possível observar esse momento que ficou fortemente marcado tanto no imaginário social como na historiografia local.

Imagem 13: Passagem de Getúlio Vargas por União da Vitória e Porto União.



Acervo particular: Zuleide Maria Matulle. Autor não identificado.

A fotografia mostra significativa quantidade de pessoas na Praça Hercílio Luz, localizada entre a estação ferroviária de Porto União e o Hotel Internacional, do qual Getúlio Vargas discursou à população. Vargas e sua comitiva permaneceram poucas horas nas cidades, reuniu-se com líderes políticos locais e seguiu, logo depois, para a cidade de Ponta Grossa (PR). Entretanto, foi grande a movimentação nas estações durante todo o mês de outubro, vários comboios de tropas, armamentos e víveres passaram por União da Vitória e Porto União, pela ferrovia⁴¹.

⁴¹ No dia 6 de outubro de 1930, chega à Estação de Porto União, procedente do sul, o general Miguel Costa (...) chegam, ainda a 7 de outubro, destacamentos do 5º Batalhão de Engenharia, que trabalhava nos campos de Palmas, na rodovia São João-Barracão (...). Em 9 de outubro chega a Estação de Porto União o Coronel João Alberto, que comanda uma força militar (...). Dia 10, passaram para o norte as forças do comando do Coronel Atchgoïn e Capitão Feio da Brigada Gaúcha. Eleva-se a 1.300 homens o efetivo encaminhado para São Paulo, até a data supra (...) Quinze máquinas estão prontas para os muitos comboios de tropas militares em viagem do sul para o norte. 21 horas. Soam clarins. Partem forças de cavalaria para o norte. Dia 11, passam com destino a Itararé o 7º e 8º corpos de infantaria e metralhadoras. 11 horas – seguem trens militares via Rio Negro, por não comportar a Estrada de Ponta Grossa o número enorme de comboios que transitam para o norte. 12 horas, chega

Foi necessário organizar, por exemplo, um Hospital de Sangue no Teatro República e um serviço de subsistência das tropas acantonadas nos municípios. Proibiu-se a venda de álcool nos bares, houve tabelamento de preços e a ponte da EFSPRG permanecia sob vigilância. A censura foi instituída em toda correspondência, comerciantes locais forneciam mercadorias ao Comitê Revolucionário, choferes de praça colocavam seus carros a disposição das tropas e mulheres atuavam como cozinheiras e enfermeiras (NUNES, 2009). Portanto, a população dos municípios de União da Vitória e Porto União vivenciaram de forma significativa a transição política que se operava a nível nacional.

Após a Revolução, instaurado o Governo Provisório com Getúlio Vargas no poder, tensões locais continuaram evidentes. Os primeiros momentos do governo foram marcados pela instabilidade política, fissuras e posições antagônicas que culminaram na Revolução Constitucionalista, contrária ao novo quadro político que se instaurou no país em 1932. Esse evento, apesar de deflagrado no estado de São Paulo, repercutiu nesses municípios limítrofes. Por causa da ferrovia a população assistiu novamente a movimentação de tropas pela região.

Segundo considerações de Cleto da Silva (1933, p. 201-206) em julho de 1932, por exemplo, o 2º Batalhão do 13º Regimento de Infantaria, que estava acantonado em Porto União, segue para a cidade de Itararé (SP). Pelos municípios passam as forças vindas do sul rumo à São Paulo, de julho a setembro regressam para o sul os corpos de oficiais mortos em combate. Em outubro, suprimida a revolta, começam a regressar as forças para seus quartéis no Rio Grande do Sul, passando novamente por União da Vitória e Porto União.

Ademais, nessas paragens alguns políticos, funcionários públicos e profissionais liberais foram presos implicados nesse conflito, através da sublevação de Herval. As informações sobre esse levante são escassas, entretanto, verificamos que se trata de um evento ocorrido na região oeste de Santa Catarina, na cidade de Herval, uma das muitas cidades que surgiram com a construção da ferrovia. Ela encontra-se distante 150 quilômetros de Porto União. Na verdade, Herval estava muito mais próxima de Marcelino Ramos (RS) do que de Porto União. Porém, a comunicação entre esses dois municípios era facilitada pela ferrovia.

o 6º corpo de artilharia. 15 horas, via Rio Negro segue o 3º Batalhão de infantaria procedente de Cachoeira, Rio Grande do Sul. Passa para o norte, vinda de Palmas, a 1ª Companhia do 5º Batalhão de engenharia, sob o comando do Capitão Alcides Cavalcanti. Segue, também, para o norte a coluna do Coronel Dorneles. 20 horas, embarcam para o norte o 3º Batalhão de Caçadores e o 9º R.C. via Rio Negro. Outubro 12, chega o 6º R.C, de Alegrete. 21 horas, um comboio, tração dupla, chega a Porto União, conduzindo tropas do Cel. Quin Cesar 22 horas chega a Porto União. tropa: o 2º corpo da Brigada Gaúcha; o 4º Batalhão de Infantaria e um Batalhão de Civis. Outubro, 14. Numerosos trens chegam com forças do sul. 17 horas, os clarins do 7º de Cavalaria de Santana do Livramento tocam reunir. 18 horas, chega o 8º R. C. de Rosário, trazendo cavalcada. Passa para o norte um esquadrão do 4º R.C com 220 homens sob o comando do capitão Oldemar Dias.

Nessa sublevação o Coronel Passos Maia, um republicanista fervoroso, foi um dos principais agentes. Em 1930, Passos Maia era prefeito de Cruzeiro, atual Joaçaba, no oeste de Santa Catarina. Com a passagem das tropas da Revolução por Herval Passos Maia perdeu seu cargo. Entretanto, ele permaneceu na região fazendo oposição ao Governo Provisório, o que acarretou na sua prisão. Inicialmente, Passos Maia foi enviado a Florianópolis e, posteriormente, para capital do país, ou seja, no Rio de Janeiro (PIAZZA, 1994, p. 430).

Em Porto União foram denunciados como implicados nessa sublevação os sujeitos de nome: Henrique Rupp Junior⁴², João Teófilo Gomi Junior, o proprietário do jornal O Comércio, Hermínio Milis, bem como Alfredo Amaral, que na ocasião era agente do Correio. Eles foram recolhidos no Sobrado Schmit em Porto União, sendo os três primeiros conduzidos a Florianópolis. Em setembro de 1932, é preso “o advogado do fôro de Porto União, Pedro da Silva Carneiro, denunciado como partidário extremo da causa constitucionalista que estourara no estado de São Paulo” (CLETO DA SILVA, 1933, p. 205).

No que diz respeito a Hermínio Milis é importante lembrar ao leitor que é nesse contexto político, conturbado e marcado por conflitos locais, que ele se estabeleceu na região, investindo na edição do jornal a Voz do Oeste (nesse contexto, atente-se para o nome desse jornal) e, posteriormente, em O Comércio. Lembrando, que a chegada de Vargas ao poder significou mudanças importantes na imprensa de todo país. Logo após a Revolução, as primeiras críticas ao regime já colocaram sob tensão a relação do Governo com a imprensa. Hermínio Milis, que pode ser entendido como um intelectual regional, não acadêmico, mas, característico dos anos 1930, no qual é visível a articulação entre o campo intelectual e político, parece ter sofrido com a repressão implantada pelo governo após a Revolução de 1930.

Não sabemos, ao certo, como foi que Milis se desvincilhou da prisão, tampouco qual o grau de envolvimento dele em relação a esse levante. Mas, talvez, ele tenha encontrado meios através das relações construídas na capital do Estado, Florianópolis, pois o jornalista a deixou em 1929. Portanto, as relações dele com autoridades policiais, políticas e uma

⁴² Sujeito de influência no cenário da política catarinense principalmente no meio oeste. Segundo Piazza (1994) ele foi deputado estadual pelo estado em três legislaturas (1907-1909), (1919-1921), (1923-1924). Estruturou a Aliança Liberal em Santa Catarina. Entretanto, depois da vitória dos revolucionários afastou-se do grupo gerado em torno de Getúlio Vargas. Esse afastamento ocorreu quase que exclusivamente por motivos pessoais de oposição a Nereu Ramos. Esses dois políticos foram os líderes mais importantes da Revolução de 1930 em Santa Catarina. Porém, isso não afastava a diferença pessoal que ambos mantinham entre si, desde a década de 1920. Após a Revolução, Nereu Ramos passou a transformar a Aliança Liberal em partido político e, desde as primeiras resoluções, Rupp Junior mostrava-se abertamente descontente. Em 1931, fundou a Legião Revolucionária de Santa Catarina, mais tarde, transformada em Legião Republicana Catarinense, uma organização política com o objetivo de impedir que quaisquer forças externas obstruíssem a obra revolucionária de 1930. Henrique Rupp Junior, apesar de afastado da Aliança Liberal, continuava um “revolucionário”, sendo preso por insubordinação ao realizar uma investida, sem a autorização da interventoria de Santa Catarina contra os adeptos da revolução constitucionalista no interior do estado de Santa Catarina, no município de Herval.

intelectualidade na capital ainda eram relativamente recentes quando do ocorrido. O que sabemos é que depois de sua prisão, no mês de maio, Milis assumiu o cargo de Escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais da Comarca de Porto União e continuou a editar o jornal⁴³.

Nesse episódio, apesar de ainda um pouco obscuro na historiografia, é difícil não notar a existência de um circuito que envolve, curiosamente, mas não sem fundamento, a ferrovia, imprensa, o correio do município, bem como membros que desenvolviam atividades públicas e liberais, atividades urbanas por assim dizer. Trata-se de sujeitos influentes política econômica e intelectualmente, pelo menos em termos regionais, os quais estavam localizados em espaços estratégicos da sociedade, de confluência de ideias e de embates políticos.

Essas considerações revelam que estamos falando de pessoas e de um território marcados por tramas políticas, disputas, maquinações desde o início de século XX. Entendemos que esse histórico de conflitos políticos e sociais imprimiu marcas profundas que não poderiam ter passado despercebidas por Tarciso Vicente de Castro em 1942. Como destaca Hermínio Milis, “desses vultosos entraves resultou o mal afamado nome, que a nova partícula de Santa Catarina adquirira, cuja destruição não fora fácil para os que conseguiram, depois, provar o contrário dos ruins pregões” (FAGUNDES; RIBAS, 2002, p. 43).

Certamente a discussão não se resume a isso, mas, podemos inferir que eventos como esses, relativamente constantes, contribuíram para que ambos os municípios fossem vistos pela polícia e, conseqüentemente pelo governo, como um lugar de conflito, como um espaço que necessitava de vigilância policial constante. Os municípios de União da Vitória e Porto União ficaram, por assim dizer, estigmatizados como um “centro de desarmonias constantes”, expressão esta utilizada pelo próprio Hermínio Milis (FAGUNDES; RIBAS, 2002, p. 43).

Em fins da década de 1930 e início da de 1940, o cotidiano da população de União da Vitória e Porto União foi novamente alterado, agora, pelos desdobramentos do Estado Novo e as implicações da Segunda Guerra Mundial ao governo brasileiro. Imigrantes alemães, descendentes e brasileiros protagonizaram as mais diversas situações de conflito em consequência da conjuntura política do país e da aproximação entre os sujeitos no espaço social dos municípios. Essas situações podem ser apreendidas nas páginas do jornal O Comércio, bem como nos documentos produzidos pela DOPS\PR, sendo eles objeto de interesse e aprofundamento do próximo capítulo.

⁴³ Milis conseguiu reabrir o jornal no mês de maio, identificando-o como segunda fase. Na edição nº. 27, primeira da segunda fase, verificamos um texto escrito por Milis destacando que “após alguns meses de férias forçadas, reaparece hoje, impresso em oficinas próprias, o nosso semanário”. Milis, ao colocar novamente o jornal na praça, não esclareceu os meandros de sua prisão. Ele segue o texto informando aos leitores sobre os procedimentos necessários para a realização das novas assinaturas e dos anúncios no jornal.

CAPÍTULO 3

OS CONFLITOS ENTRE ALEMÃES, TEUTO-BRASILEIROS E BRASILEIROS NO JORNAL O COMÉRCIO E NOS DOCUMENTOS DA DOPS\PR

É espantoso! Lutando, há dois anos, em terra, no mar e no ar, a Grande Alemanha tem mostrado ao universo inteiro o poder das suas armas e o valor dos seus soldados. Assim, de vitória em vitória, vai ela dominando quase todo o continente europeu, e castigando, severamente, já pelo eficiente contra-bloqueio, aos que, em setembro de 1939, lhe declararam guerra, estendendo, ainda, as suas atividades combativas por todos os setores (O COMÉRCIO, 1941e, p. 01).

Inserido em um conjunto social e político o jornal O Comércio foi um importante instrumento de disseminação ideológica do Estado Novo. A exaltação do regime estadonovista foi uma marca do jornal. Por meio de suas páginas eram divulgados artigos sobre o chefe da nação, sobre os feitos do regime, discursos, às vezes de publicação obrigatória, expedidos pela Agência Nacional, pelo DIP, por exemplo, às vezes assinado pelo próprio Hermínio Milis. O jornal cumpria a função que o Estado atribuía à imprensa, o de veiculador de discursos de coesão, modelador dos comportamentos individuais e coletivos.

No entanto, esses conteúdos não foram unânimes nas páginas do jornal, pois ao mesmo tempo em que textos de exaltação do regime eram publicados vê-se a ausência de temas locais importantes, bem como a proliferação de artigos favoráveis à Alemanha, a forma de governo lá existente, a Adolf Hitler, textos que divulgavam os feitos militares e o valor dos soldados germânicos, como mostra a epígrafe que abre esse terceiro capítulo. Essa epígrafe corresponde a uma pequena parte de um artigo de título: Duplamente Espantoso, publicado em agosto de 1941. Esse artigo é um dos tantos assinados por Hermínio e, nessa ocasião, ele escreveu com entusiasmo sobre o domínio crescente realizado pela “Grande Alemanha” no território europeu passados dois anos do início da Guerra (O COMÉRCIO, 1941e, p. 01).

Essa epígrafe precisa ser contextualizada. Por um lado é preciso destacar que Hermínio Milis falava a partir de um contexto bem específico. Isso porque em 1941, apesar da aproximação com os Estados Unidos, o governo brasileiro ainda não havia rompido relações com a Alemanha, tampouco tomado um lado na guerra em curso na Europa. Também é preciso considerar que não se noticiava ainda o aniquilamento dos judeus, bem como o regime nazista não tinha o peso negativo que passou a ter após a Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, nesse momento, já havia um discurso e práticas marcadas pela aversão aos estrangeirismos, haja vista as restrições a entrada de estrangeiros no país, a proibição de eles exercerem quaisquer atividades de natureza política, bem como o Plano de Nacionalização, que atingiu de forma significativa a população alemã e teuto-brasileira presente no país. Havia ainda a eminência de perigo interno exposto no discurso do governo. Aliás, esses discursos encontram-se presentes no próprio jornal *O Comércio* como pudemos observar nas primeiras páginas deste trabalho. Esse discurso, como defendemos, abarcava os alemães e seus descendentes localizados no Brasil, na medida em que Getúlio Vargas falava a toda a população que não havia no país lugar para grupos, facções, para salvagens individuais.

Tanto, que no mês de julho de 1941, portanto, um mês e meio antes da publicação exaltando a Alemanha, o poder de suas armas e de seus soldados, a D. R. de União da Vitória instaurou um inquérito para investigar o teuto-brasileiro, hoteleiro e chofer de praça chamado Ernesto Saade. O crime cometido por esse sujeito, que acarretou a sua prisão e o seu envio para a Casa de Detenção do estado do Paraná, localizada em Curitiba, foi ter se manifestado a favor da Alemanha na guerra que se desenvolvia na Europa, manifestação ocorrida nas dependências do Hotel Paraná (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941a). Portanto, em 1941, ou seja, antes do rompimento das relações diplomáticas e declaração de guerra do Brasil a Alemanha, a polícia já andava no encalço dos alemães e teuto-brasileiros, observando seus atos, suas manifestações, pelo menos no que diz respeito a esses municípios.

Trata-se, portanto, de um contexto já muito delicado e a epígrafe é representativa dos meandros da sociedade local, de como uma realidade social é construída, pensada e dada a ler, como destaca Chartier (1991), no caso por Hermínio Milis, a principal figura por trás do jornal. Ela indica uma discrepância entre o que o governo determinava e como as coisas aconteciam na realidade cotidiana da população, ensejando um enredo possível sobre o cotidiano, as tensões entre os sujeitos, com os imigrantes alemães, descendentes e brasileiros presentes em todas as camadas sociais e circulando por todas as esferas públicas nesse espaço.

Cabe agora, portanto, observar essas questões mais de perto e de forma mais contundente, verificando o que ocorria entre a população, quais os discursos presentes no jornal e nos documentos da DOPS, como os alemães estão ali representados e como a polícia administrou todos esses conflitos. Começamos pelo discurso presente no jornal *O Comércio*, uma vez que estão balizados pelo contexto em que foram produzidos. Seu conteúdo é fruto de escolhas, de imposições, da configuração política da época, das relações de Hermínio Milis com a população local, com os consumidores do jornal e com seus interesses.

3.1 O Comércio: um jornal, múltiplas ideias em confronto

A relação do jornal O Comércio com a nacionalização, o debate em torno dos alemães a nível nacional e local, com a guerra, com a sociedade local não foi algo simples, assim como não foi simples o cotidiano da população de União da Vitória e Porto União, já que o jornal está sempre a trazer os conflitos existentes no meio social onde ele é produzido. O que o jornal pode nos fornecer nesse sentido? De que forma ele revela os meandros e os confrontos dessa sociedade, marcada por alemães e teuto espalhados por todos os setores?

Começemos por Hermínio Milis, fundador\proprietário\redator do jornal, portanto, a principal figura responsável por ele. Tudo o que foi publicado no jornal passou pelo seu conhecimento. Ele é entendido como um intelectual não acadêmico e característico dos anos 1930. Quando falamos em intelectual não acadêmico quer dizer, na acepção de Paulo Vilhena (1996), o intelectual regional, sujeitos espalhados pelo interior do país, distantes dos grandes centros, que exercitavam seu veio literário criando ou ligando-se a institutos e academias de letras locais, mantendo interesses e atividades diversas como nas profissões liberais, no funcionalismo público, como professores, políticos, jornalistas, entre outros⁴⁴.

Esse conceito o caracteriza muito bem, pois estamos falando de um sujeito de visão enciclopédica, de um domínio gramatical e literário bastante significativo, que atuava no jornal e também como Escrivão do Crime Júri e Execuções Criminais do município de Porto União. Ele também criou diversos espaços culturais em Porto União para sua própria atuação como foi o caso, por exemplo, da Sociedade Musical Lira do Iguaçu e do Centro Cultural Professor Cleto (o Cleto da Silva), como destacam Filipak e Sicuro (1976, p. 24).

Mesmo entendido como não acadêmico, distante dos grandes centros, nesse intelectual é visível a articulação entre o campo intelectual e o político, um particularismo do intelectual dos anos 1930. Esse assunto é discutido por Daniel Pécaut (1990, p. 74), quando destaca que muitos intelectuais desse período colocavam-se perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado, atribuindo a si uma missão política. Eles tornam-se politicamente

⁴⁴ Estudando a institucionalização das Ciências Sociais no país Vilhena traça considerações sobre os participantes do Movimento Folclórico espalhados pelo interior, fora do eixo Rio – São Paulo. Esse movimento buscava fomentar estudos sobre o folclore e a introdução do tema no ensino formal, promover o conhecimento científico nessa área e consolidar as condições para que esses estudos se tornassem uma disciplina autônoma no campo das Ciências Sociais. Nesse processo, o folclorista se tornou um intelectual não acadêmico, um intelectual regional. Apesar dos esforços não se avançou na direção da institucionalização universitária que se pretendia. No final da década de 1960, essa forma de estudo entrou em choque com as representações da sociologia orientada, que surgia com os cursos de pós-graduação em São Paulo e Rio de Janeiro. Para mais informações, ver: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, p. 125-150, 1996.

engajados segundo diferentes modalidades e proporcional à incerteza sobre as verdadeiras orientações do governo. Para o autor, alguns “se comportaram como ideólogos do autoritarismo, ocupam funções no Estado, colocam seu talento literário ou artístico diretamente a serviço da política oficial”. Outros tantos, porém, se contentaram em aventurar-se por conta própria “em busca do Brasil autêntico, lutar para impor temas nacionais (...) e, havendo oportunidade, apresentar sugestões e pedidos aos governantes e ao seu círculo”.

Esse intelectual, não acadêmico e característico dos anos 1930/40, possuía uma bagagem de experiências, haja vista que contribuiu com jornais de Florianópolis, bem como foi um preso político no início da década de 1930. Ademais, trata-se de sujeito que desfrutava de uma posição social notável no pano de fundo da sociedade local. Podemos dizer que esse sujeito conhecia muito bem os meandros da população de União da Vitória e Porto União, como funcionava essa sociedade, até porque, circulava por vários setores dela. Hermínio Milis mantinha-se atento ao contexto político em que vivia e estabelecia relações tanto com a população local como com a mais distante geograficamente de si.

Pontuamos isso porque observamos nas páginas do jornal que pela sua redação circulavam diversos periódicos como, por exemplo, *A Imprensa*, de Caçador (SC); *Barriga-Verde*, de Canoinhas (SC); *Correio do Sul*, de Jaraguá do Sul (SC); *Jornal do Povo*, de Itajaí (SC); *Folha Nova*, de Joinville (SC); *Voz de Chapecó* (SC); *Diário da Tarde* e *A Gazeta*, de Florianópolis. Isso quer dizer que circulavam diferentes ideias pela redação de *O Comércio*.

Podemos reforçar isso destacando o fato de que União da Vitória e Porto União formavam um entroncamento ferroviário de comunicação com o sul do país e litoral catarinense. Assim, era comum que várias pessoas como, por exemplo, jornalistas, autoridades políticas, policiais, profissionais liberais, comerciantes e industriais, em trânsito pelo sul do país, visitassem a redação do jornal. São sujeitos que enquanto esperavam a saída dos trens se deslocavam da estação até a redação do jornal. Falamos sobre isso com base nas inúmeras notas encontradas no próprio jornal, as quais anunciavam a presença dos “ilustres visitantes”⁴⁵. Isso pode ser entendido como possibilidades abertas diariamente para que Milis estabelecesse relações com uma vida para além desses municípios fronteiriços.

Outra questão interessante é que observando esse jornal conseguimos identificar um esforço concentrado por parte de Hermínio Milis em dialogar com a capital catarinense, isto é,

⁴⁵ Encontramos, por exemplo, o anúncio da passagem pela redação do jornal de: Nataniel Galvão Batista, Promotor Público da comarca de Urussanga (SC); Vicente Cunha, Diretor do periódico *A Voz de Chapecó* (SC); Joubert Cabral, Comerciante da cidade de Itararé (SP); Cícero M. da Silva, advogado em São Paulo; Mário Codagnone, engenheiro civil em Curitiba (PR); Roque Ragugnetti, João Ragugnetti, comerciante da cidade de Ponta Grossa (PR), etc. (*O COMÉRCIO*, 1937-1945).

com o setor administrativo desse estado na figura do interventor Nereu Ramos. É certo que ele tem toda uma trajetória de vida em Florianópolis e isso não se apagaria facilmente de sua escrita, tampouco deixaria de fazer parte de seus interesses. Porém, a exaltação que o jornal faz em relação ao “acertado governo de Santa Catarina”, como apontou inúmeras vezes, nos faz entender que se trata de uma forma de articulação política travada por parte dele.

Assim, mesmo localizado em municípios com um pouco mais de 50 mil habitantes, tomando como base o Recenseamento de 1940, falamos de um sujeito conectado a tudo o que acontecia ao seu redor, bem como hábil o suficiente no manejo da sua pena. Quando submetemos os textos assinados por Hermínio Milis (e aqueles fruto de suas escolhas) à análise de conteúdo observamos que o termo estrangeiro, por exemplo, presente no discurso do governo, que balizou a primeira parte dessa dissertação, carrega outro sentido.

É exemplo disso uma nota publicada em 1938, com o título: Deportado o estrangeiro que usava e abusava do piche⁴⁶. Com essa nota o diretor do jornal informava a população que fazia uso do jornal sobre a deportação de um sujeito que se dedicava a pichações e depredações em estabelecimentos comerciais no município de Porto União. Segundo a nota o “indivíduo de nome Elias da Silva Paulo, de nacionalidade portuguesa (...) que dizia sofrer das faculdades mentais, mal que lhe veio na Grande Guerra, e dar-se ao vício da embriagues” apresentava-se “um completo antigermânico, não tolerando-se, assim, nada que lhe cheirasse á grande Pátria de Goethe e Bethoven”, decidindo-se “a prática das reprováveis depredações verificadas no Bar Hinderberg e na Confeitaria Saxonia” (O COMÉRCIO, 1938a, p. 04).

Isso quer dizer que para Milis o elemento da desordem nesse espaço é um português? Sim! Um português que causava tumulto e prejuízos a alemães, sendo ele deportado da região. É claro que nesse momento, ou seja, em 1938, não havia ainda um discurso sobre os alemães enquanto inimigos militares, os inimigos objetivos como destaca Arendt (1975). Porém, a ideia do “estrangeiro”, do sujeito alemão enquanto desagregador da unidade nacional, o “alienígena”, já estava presente e o fato de o jornal exprimir um sentido diferente daquele presente no discurso do governo nesse momento não pode ser ignorado. Quando o jornal destaca que o estrangeiro é um português está indicando-nos o seu posicionamento, dando indícios de como ele estava administrando o contexto em que ele está inserido.

O jornal que analisamos encontra-se fragmentado, aliás, de forma até bastante significativa. Isso porque no período de janeiro a outubro de 1942 foram publicados dez exemplares que não constam no acervo. Chama atenção o fato de que a ausência desses

⁴⁶ Substância resinosa de cor escura que é obtida da destilação do alcatrão ou do petróleo, utilizada para preparação de asfalto.

exemplares corresponde a um momento crítico, ou seja, o período entre o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra ao Eixo. Há uma lacuna ainda um pouco maior que é a ausência dos exemplares do mês de dezembro de 1942 a agosto de 1945. É claro que essa fragmentação provoca algumas dificuldades, somos realistas nesse sentido. Porém, essa não é nenhuma novidade para o historiador e não inviabiliza a sua utilização, haja vista que nenhum conjunto de documentos apresenta-se completo ao historiador.

A partir do material que conseguimos ter acesso para esta pesquisa verificamos que até o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha o jornal manifestava-se favorável a ela, o que é um dado bastante interessante nesse contexto. Observamos em suas páginas uma série de editoriais que enalteciam os alemães e a Alemanha na guerra em curso na Europa. Alguns desses textos eram assinados pelo próprio Hermínio Milis, ou então passava pelo seu filtro, já ele que era o principal sujeito por trás desse periódico. Outros, no entanto, eram recebidos de agências de notícias estrangeiras como é o caso da RDV.

Segundo João Arthur Franzolin (2013) a sigla RDV quer dizer *Reichsbahnzentrale für den Deutschen Reisverkehr*, que significa Central das Ferrovias do Reich para o Turismo Alemão⁴⁷. A presença de publicações dessa agência de notícias no jornal é interessante, pois são materiais de propaganda alemã, escolhas feitas por Hermínio Milis. Além da RDV o jornal também publicava artigos da *Transocean*, uma agência de notícias que funcionava na cidade do Rio de Janeiro. As atividades dessa agência foram encerradas no mês de janeiro de 1942, por não convir ao governo brasileiro. Isso porque o autor explica que essa empresa não era simplesmente uma distribuidora de material telegráfico a imprensa brasileira. Trata-se de uma das engrenagens da máquina de propaganda da Alemanha, a qual distribuía propaganda nazista gratuitamente aos jornais que aceitassem os seus serviços⁴⁸.

Nesses materiais os alemães são destacados pelas suas virtudes militares. Um exemplo disso é o artigo de título: O que são os paraquedistas alemães, publicado no jornal O Comércio, na edição do dia 15 de julho, como pode ser observado na imagem exposta da página a seguir:

⁴⁷ De acordo com a enciclopédia *Brockhaus*, de 1934, a RDV foi fundada em fevereiro de 1920, sendo mantido pelos meios ferroviários para o incentivo do turismo do exterior para o Reich alemão. Mantinha postos de informação próprios em Berlim, Paris, Londres, Roma, Rotterdan e Nova York e, representações em Viena, Zurique, Budapeste, Praga, Copenhague, Gotemburgo, Cuba e Jacarta, bem como numerosos correspondentes além-mar. Para mais informações, consultar: FRANZOLIN, João A. Ciciliato. **Uma proposta arriscada: o jornal Meio Dia e o nazismo (1939-1942)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

⁴⁸ A *Transocean* foi fundada em 1914, sendo que seus serviços eram transmitidos por telegrafia sem fio, por ondas curtas. Ela fornecia diariamente serviços em inglês, francês, espanhol e na língua alemã, além de um serviço especial para os navios alemães em alto-mar. Mantinha ainda um serviço de artigos e fotos.

Imagem 14: O que são os paraquedistas alemães

BRASIL
Porto União, 15 de Junho de 1941.
Sra. CATARINA

O Comércio

ANO XI
FUNDADO EM 11-6-1931
SECRETARIA: IDA TESTI
REDACTOR: AKI MILIS
GERENTE: João P. Gomes Sob.
NUMERO 235

Serviço de Imprensa da "Inter-Americana"
— para esta folha —
Comunicado estrangeiro

SOLDADOS COM AZAS

Nova York.—"Soldados com asas" infantaria aérea tudo isso poderia parecer absurdo há alguns anos passados. Num instante em que até pesados "tanks" viajam no seu intenso preparativo, tem lançado mão de todo o engenho do seu corpo de técnicos para se preparar contra todas as emergências. Para combater qualquer ataque repentino contra as bases de defesa da nação, o exército americano organizou uma nova arma militar conhecida como "Infantaria Aérea", uma força que, dada de excepcional mobilidade e velocidade, poderá movimentar-se no menor tempo imaginável para fazer frente a qualquer tentativa de invasão. O propósito desta unidade é surpreender o inimigo pela retaguarda, destruir pontes e outros pontos militares vitais, com o mínimo de tempo, de esforço e de despesa. Estes soldados são jogados como os paraquedistas alemães, mas recebem um treinamento e um equipamento diferentes. Os transportes aéreos americanos poderão levar mil destes "soldados voadores" a uma distância de 200 milhas em menos de uma hora. Nos campos de treinamento esse corpo especial do exército americano está recebendo instruções curiosíssimas pelas figuras mais experimentadas em tática militar. O período de treinamento é mais longo do que para qualquer outra arma e exige condições especiaisíssimas. Os americanos querem assim estar preparados para qualquer emergência, certos de que a gravidade do momento não mais permite contemporização. Uma das preocupações maiores dos responsáveis pelo preparo militar dos Estados Unidos é a possibilidade de cometimentos maiores na defesa continental, pois dentro do espírito da Doutrina de Monroe os Estados Unidos defendem qualquer nação americana que seja ameaçada de invasão.

Comunicado nacional

Educação e Saúde Pública

Rio.—O Ministério da Educação já designou a data de 22 de junho corrente para a instalação da Conferência Nacional de Educação a se realizar na capital da República. Logo depois da Conferência Nacional de Educação terá lugar a de Saúde Pública. Os Estados deverão estar representados pelos responsáveis diretos por estes dois setores vitais do país. É de crer que resultados concretos surjam deste conclave de técnicos que está despertando o maior interesse em todos os quadrantes do país. A Conferência Nacional de Educação se-

rá como uma preliminar para a grande reforma de educação que se anuncia para breve e abordará problemas importantíssimos para a nacionalidade. O ensino primário, o ensino obrigatório do Brasil, terá os seus problemas principais examinados, sendo possível que a nova lei organizada pela Comissão Nacional de Ensino Primário, e que se acha em mãos do Sr. Ministro Gustavo Capaneira, sofra amplo debate. Diretrizes nacionais para a educação primária, secundária e superior do país serão apontadas pelo Governo Federal.

Notas Locais

"O Comércio" — Assinalou o dia 11 deste mês a passagem do décimo ano de vida desta folha.

Promotora Pública — Para a comarca de Canoinhas, foi removido desta o nosso distinto coadjuvante, Dr. José da Luz Fontes, que, com elevado critério e recatada probidade, aqui conduziu os interesses da Justiça Pública, como seu zeloso Promotor.

Cadeia Pública de Poço Preto — Com a presença do Dr. Delegado Regional da Polícia e municipal, foi inaugurada, no dia 2 deste mês, a Cadeia Pública do distrito de Poço Preto, neste Município.

Artigos de lá, gravatas, e objetos para escritório V. S. — encontrados, de alta qualidade, na CASA CHUMBITA.

Férias escolares — Marca o dia de hoje o início das férias escolares, que terminam a 31 deste mês.

Imposto territorial — Por força do Decreto-lei, que prorrogou o prazo para a respectiva arrecadação, recebem as extorções fiscais do Estado, ainda este mês, e sem multa, o imposto territorial, referente ao primeiro semestre do corrente exercício.

Pele sensível? — Use agora e sempre os sabonetes da PE-JAS (Gusal, Margot e Pejas).

Falecimentos — Em União da Vitória, onde residia, e vítima por lamentável desastre, faleceu, no dia 8 deste mês, o Sr. Aureliano Sedano, que des-

(Conclua na 4.ª página)

Serviço de Imprensa das Estradas de Ferro
— Alemães para esta folha —
Sociedade de Homens de Letras do Brasil
O Diretor das Estradas de Ferro Alemãs para os EE. do Brasil, integrante do seu quadro de sócios honorários.

Serviço Especial da RDV — A Sociedade de Homens de Letras do Brasil pode orgulhar-se da sua tradição abrilhantada mas ainda pelo fulgor dos nomes que a instituíram em 1914, a começar pelo glorioso poeta Olavo Bilac, a quem coube a iniciativa da sua fundação. E agora, renascendo depois de 27 anos de interrupção na sua produtiva existência, foi com louvável sentido de aproximação cultural que incluiu no seu seleto quadro de sócios honorários a

REVISTAS

à venda na
Livraria "Iguacu"
Rua 1 de Setembro n. 8
Porto União

"Contos Magazine", 160 págs.	185
"CINEARTE"	340
"Correio do Campo"	145
"ANTENA" (para Radiomadores)	240
"DETECTIVE" (Aventuras)	185
"Educação Física"	280
"O MALHO"	380
"Frução"	185
"Revista do Globo" (Pórt. Alegre)	240
"Revista do Trabalho" (Luz. sociais)	240
"Suplemento Policial em Revista"	180
"VIDA DOMESTICA"	580
"GIBI" (para crianças)	44
"GIBI mensal"	145
"Mimim"	145
"Mimim mensal"	145
"Globo Juvenil mensal"	145
"O Lobinho" (mensal)	44
"Suplemento Juvenil"	86
"Tico-Tico"	140
"RATAPLAN"	240
"Arte de Bordar"	430
"Moda e Bordado"	140
"Jornal das Moças"	140

Acetilam-se assinaturas!

Construção em série do famoso "Stuka" Ju 88

Serviço Especial da RDV — Faz exatamente dois anos que o mundo teve conhecimento de um voo espetacular de um avião bi-motor Junker. Este novo avião bateu um novo recorde internacional de velocidade na distância de 1.000 km, com uma carga de 2.000 kg, distância essa que percorreu em 16 minutos. Com a velocidade de 377 kg, p.m. alcançada, foi ultrapassado, por 43 km, o recorde mantido, até então, pela Itália. Após esta comunicação, nada mais ouviu o mundo sobre este novo modelo. Tudo mais estavam empenhados os engenheiros das usinas Junker no trabalho de aperfeiçoamento e desenvolvimento da sua construção. O objetivo colimado era a construção de um bombardeiro universal ideal, que pudesse ser utilizado em todas as formas ofensivas. E, quando as grandes exigências há-

(Conclua na 4.ª página)

O que são os paraquedistas alemães

— II —
Por W. E. Barão von Medem

Artigo especial da RDV

Para a tropa de paraquedistas, certamente, só se apresentam jovens enérgicos e conscientes do seu dever, que, por sua vez, só podem ser dirigidos por homens que lhes dão o verdadeiro exemplo de coragem, sinceridade e dureza e cuja vontade mantém a disciplina militar ninguém é capaz de quebrar. O coronel, um dos filhos da grande prole de um inválido da guerra de 1870, foi um simples sub-oficial prussiano e no fim da Grande Guerra foi promovido a oficial em virtude dos atos de bravura demonstrados perante o inimigo. Pertencendo, depois de 1923, ao regimento General Goering, ele ouviu o desejo do comandante em chefe da arma aérea de formar um batalhão de caçadores paraquedistas. «Eu sabia que na Alemanha já haviam saltado de paraquedas dos aviões, de modo que também me apresentei para saltar». Foi com essa naturalidade que ele, com 43 anos de idade, se tornou o primeiro caçador paraquedista saltando e ainda hoje continua saltando como primeiro homem da máquina de transporte do seu comando, como o fizera em Rotterdam. Os homens, porém, teriam de ser formados de paraquedistas junto ao regimento General Goering, recentemente acurada instrução e prática de salto com paraquedas. Cada um dos homens que hoje o integram passou por um treinamento rigoroso. Antes de ser enfileirado na tropa ativa, ele deverá ter absolvido uma série de saltos. Depois disso, porém, estará tão familiarizado com o ar e as condições atmosféricas, como o estão seus colegas que servem de pilotos dos aviões. No instante de ser comandado o salto, quando no avião de transporte, só a busina de alarme, ele sóa a busina de alarme, ele salta, com a cabeça terra ou água por baixo. E detraz dele saltam os camaradas, um após outro. O grupo deve chegar ao solo tão unido quanto possível e qualquer hesitação seria prejudicial aos camaradas, pois o avião não deixa de avançar 40 metros em cada segundo.

Os caçadores não costumam falar de seus saltos. Eles representam para eles apenas a última fase do transporte até o inimigo. Já que o paraquedista sabe perfeitamente o que tem de fazer no momento em que atingir o solo, ele, mal acaba de erguer-se, já entra em ação. Sem qualquer comando, cada um faz, com extrema rapidez, o mais essencial, conforme a situação. E assim, agindo de modo logo, eles se reúnem para formar grupos ou pelotões.

Além dos meios técnicos de comunicação, o exército alemão ainda possui um meio secreto: «O saber intuitivo de cada indivíduo que compõe a comunidade de combate, do qual deve fazer independente dos outros e, automaticamente, em prol da formação de sua tropa e do sucesso da operação». Assim explicam-se, em parte, os inegáveis êxitos alemães, alcançados com relativamente poucas perdas.

(A concluir no próximo número)

Fonte: O Comércio – Grupo Verde Vale de Comunicação. Porto União (SC).

O texto, em destaque na primeira página, se refere à invasão do oeste europeu pelos alemães da tropa aerotransportada, ou seja, as tropas de aterrissagem e os caçadores paraquedistas, iniciada no mês de maio de 1940 pela Alemanha. Nesse momento da guerra,

grosso modo, a Alemanha atacava a Holanda, Bélgica e Luxemburgo. O bombardeio de *Rotterdam* leva a Holanda à capitulação em 15 de maio e o exército belga acaba capitulando após 18 dias de combate. Esse processo culmina na ocupação dos Países Baixos e da França, bem como na retirada da Força Expedicionária Britânica de Dunquerque, na costa atlântica francesa em 26 de maio de 1940. Na chamada Batalha dos Países Baixos viu-se um dos primeiros usos de paraquedistas para ocupar alvos cruciais antes da chegada das tropas terrestres à área de combate, o que foi utilizado como material de propaganda pela Alemanha.

No referido texto, os paraquedistas são apresentados como “espartanos, rijos e austeros”. O texto destaca que:

(...) uma disciplina rigorosa domina no seu acantonamento. Para a tropa de paraquedistas, certamente, só se apresentam jovens enérgicos e conscientes do seu dever, que, por sua vez, só podem ser dirigidos por homens que lhes dão o verdadeiro exemplo de coragem, sinceridade e dureza e cuja vontade manter a disciplina militar ninguém é capaz de quebrar. Os paraquedistas alemães são voluntários vindos de todas as regiões do Reich e das mais variadas camadas sociais: ao lado de um chefe de grupo das Tropas de Assalto ou de um chefe de polícia, que começaram como sub-oficiais nesta tropa, encontram-se vários nomes representativos do Estado e do partido, assim como esportistas de renome, o atleta ao lado do campeão de box e outros (O COMÉRCIO, 1941b, p. 01).

Nessa unidade de informação, acompanhando o vocabulário de Bardin (2011) para a análise de conteúdo, são tecidos elogios aos alemães de lá, da Alemanha, bem como seus feitos de guerra. Os alemães são apresentados como sinônimos de disciplina, coesão e consciência de seu dever com o país. O texto procura demonstrar que os tais paraquedistas tornaram-se “(...) para o povo alemão os novos representantes das mais altas virtudes militares”, destacando ainda que “o mundo inteiro admira seus feitos, que até então nunca haviam sido imaginados como possíveis” (O COMÉRCIO, 1941b, p. 01).

Outra questão interessante é que não se vê muito material fotográfico presente nas páginas do jornal. Quando eles aparecem dizem respeito (quase sempre) a Getúlio Vargas e Nereu Ramos. Esse material é aqui entendido como um veículo de informação, análise e de opinião, fazendo parte das estratégias de disseminação de um conteúdo específico no imaginário social, nesse caso, atrelado ao estadista, bem como ao interventor catarinense. Ocorre que, em 1941, as fotografias do estadista e do interventor catarinense passam a dividir espaço no jornal com imagens da guerra, ou melhor, de soldados e do arsenal bélico alemão.

Podemos observar essa questão um pouco mais de perto na imagem a seguir, a qual corresponde à primeira página do jornal do dia 26 de outubro de 1941. A fotografia presente no canto inferior direito do jornal, apesar de não muito nítida, é um registro da RDV. Trata-se

de um submarino alemão tendo como legenda o seguinte texto: “Com ímpeto vigoroso a proa de um submarino do Reich avança contra a ressaca” (O COMÉRCIO, 1941i, p. 01).

Imagem 15: Material fotográfico da RDV

Porto União, 26 de Outubro de 1941.

O Comércio

ANO XI FUNDADO EM 11-6-1931 SECRETARIA: IDA TESTI REDACTOR: ARI MILIS GERENTE: João P. Gomes Sobr. NÚMERO 244

Director-Fundador e Responsável HERMINIO MILIS

* ANTIFONA *

Ó formas alvas, brancas, formas claras,
de flores, de neve, de neblinas!...
Ó formas vagas, fluidas, cristalinas,
incensos dos turbilhões das águas...
Formas do Amor constantemente puras,
de virgins e de santas vaporesas...
brilhos errantes, mádidas frescas
e doblências de lírios e de rosas...
Indefiníveis músicas supremas,
harmonias da cor e do perfume...
horas do ocaso, trêmulas, extremas,
Requiem do sol que a dor da luz resume,
Violetas, salmos e cânticos serenos,
surdinas de órgãos fiebres, soluçantes...
dormências de volúptuosos venenos
sútil e suave, moribundos, indolentes...
infinitos espíritos dispersos,
inefáveis, edênicos, aéreos,
fecundat o mistério deusas verços
com a chama de todos os mistérios.

CRUZ e SOUZA

Jornal dos Jornais

Por iniciativa do Dr. José Bonifácio Schmitt, está organizada, na prospera cidade de Itajaí, importante Sociedade, que se destina à exploração das minas de carvão-de-pedra, situadas em Hamônia, neste Estado.

Nessa mesma adiantada cidade do litoral catarinense, acaba de ser fundada nova firma de navegação, que explorará o comércio de transportes, entre o porto da encantadora Itajaí e o do Rio de Janeiro.

O Ministério da Agricultura informou, recentemente, que a produção brasileira do ferro gusa atingiu, no primeiro semestre do corrente ano, a 91.943 toneladas, no valor de 34.926 contos, contra 86.724 toneladas, no valor de 31.304 contos, em igual período de 1940, ano em que a produção se elevou ao total de 155.170 toneladas, na importância de 69.020.

Foi solenemente comemorada, na cidade de Fortaleza, a data que assinalou a passagem do 96º aniversário do Liceu Oficial do Ceará.

Proseguindo em seu programa de melhorar constantemente as suas atividades, a "Condor" duplicou a frequência semanal de viagens entre o Rio de Janeiro e Mato Grosso. Destarte, as cidades de São Paulo, Araputuba, Três Lagoas, Campo Grande, Corumbá e Cuiabá receberam, bi-semanalmente, a visita dos passageiros tri-motores Ju-52, que partem da capital da República.

Na cidade de Guarapiranga, foi inaugurada uma Agência do Banco Popular e Agrícola do Vale do Itajaí, cuja sede está localizada em Blumenau.

Com o patrocínio intencional de organizar uma poderosa compa-

nhia para a exploração, em larga escala, das jazidas de ferro e de carvão, que enriquecem o sub-solo de Santa Catarina, acaba de percorrer este Estado o Sr. S. S. Viana, diretor-técnico das importantes companhias nacionais Siderurgía São Paulo e Minas S. A. e Mineração Siderite Brasileira.

Atendendo à crescente acção que "Dia e Noite" vem alcançando em todo o Estado, resolveu a ilustrada direcção desse simpático órgão da imprensa florianopolense instalar uma Sucursal em Blumenau.

Foi festivamente inaugurada, na cidade de Jaraguá, a herma do Coronel Emilio Carlos Jourdan, fundador daquela localidade, em 1876, e hoje um dos mais adiantados centros industriais do Estado. Ao ano, compareceu o Sr. Interventor Neriu Ramos, que também deu por inaugurada a fábrica de café da mate, eficientemente aparelhada pelas Indústrias Reunidas Jaraguá S/A.

Na próspera cidade de Rio do Sul, amigos e admiradores do ilustrado professor Germano Wagnier prestaram-lhe significativa homenagem, que contou de um jantar íntimo, em que, além de outras pessoas gradas do lugar, tomaram parte os sr. José Joaquim de Lima Xavier, inspector do Ensino, Leandro Dallagustina, diretor do Grupo Escolar, Prefeito municipal Roberto Machado, Ivo R. Reis, Chefe dos Serviços da Prefeitura, e Pedro Paulo Cunha, diretor do semanário "Nova Era".

Pelo Presidente da República, foi assinado importante decreto-lei, no qual se declara de utilidade pública, para o fim de desapropriação, vários imóveis ne-

Campanha Nacional do Alumínio

Do sr. Heitor Lopes, Diretor Regional dos Correios e Telégrafos de Santa Catarina, recebeu o Sr. Matias Olinger a seguinte Circular:

"Estando o nosso Departamento vivamente empenhado em cooperar na campanha nacional do alumínio, recomendo, de acordo com a resolução do Senhor DGT, sejam acações nessa Agência quaisquer objetos de alumínio doados pelo público para concorrer ao progresso da aviação brasileira. Os objetos deverão ser amassados e reduzidos ao menor volume possível e feitos pacotes até cinco quilos, que serão expedidos diretamente por esta Agência como correspondência de serviço postal para o endereço seguinte: Ministério Aeronáutico - Diretoria de Aeronautica Militar - rua México 74 - 4º andar - Rio de Janeiro.

"Deveis dar a maior divulgação possível, a fim completo êxito essa campanha".

Visitas

Com o fim de trazer-nos agradecimentos à notícia, divulgada por esta folha, sobre o seu consórcio, visitou-nos o Dr. Alfredo Maia Jatahy, esforçado Diretor do Campo Experimental de Poço Preto, neste município.

Honrou-nos, também, com a sua agradável visita o Dr. Abrão C. Hirsch, que, em companhia do seu irmão, Sr. Nataniel Hirsch, nos apresentou agradecimentos à nota que deixamos estampada nesta folha sobre a sua viagem feita a esta cidade.

Economise

comprando lá no Fenner

Agradecimentos

Da família do finado João Batista Moreira, recebemos atencioso cartão de agradecimento à notícia que demos sobre o falecimento daquele venerando patriarca.

Assim é que, no dia 12 deste mês, conclui-se o Ceará comemorar o "Dia das Américas", dando ao Brasil inteiro a certeza certa de que, com este, crescem as vozes, que encurtam as distâncias do seu imenso e invejável território, tal qual já se vê entre Porto União e Fortaleza, graças a PRE-9.

Agora, anuncia-se, para breve, o "Programa da Saúde", a ser feito de coração para o coração de nossa gente e não há, talvez, hoje, um cantinho dentro do nosso imenso Brasil onde a emissora do "Programa da Saúde", não tenha conquistado uma amizade, como a sua.

"A Difusora cresceu e venceu, porque de toda a parte lhe vieram aplausos e em toda a parte ela encontrou não apenas ouvintes, mas amigos.

"E é a esses amigos que a Difusora está trazendo agora uma boa nova. Dentro de poucos dias estará no ar a sua nova estação transmissora, mas desta vez de ondas curtas, cuja técnica permite que as transmissões sejam ouvidas no Brasil inteiro, de dia e de noite, como se fossem de uma estação local.

"E a notícia da próxima inauguração do seu transmissor de ondas curtas que a Rádio Difusora lhe vem trazer.

"E é esta mesma notícia que "O Comércio", também muito satisfeito, dá aos seus leitores

Crescem, com o Brasil, as vozes que encurtam as distâncias do seu imenso e invejável território

Há cerca de dois anos passados, e, procedente da capital da República, esteve aqui a cidade, onde, então, residiam pais, que, por aqui, descansou todo o período de férias, em cujo gozo se estava.

Visitado por nós, lembramos-nos de que, a certa altura da palestra, o ilustre hóspede nos fez a seguinte pergunta:

"Por que razão não se ouve aqui, a nenhuma das estações radiofônicas brasileiras se não, sempre, e por toda parte da cidade, só as que emitem em línguas estranhas à que falamos?"

Dando-lhe os motivos certos do fato, foi pronta e sincera a nossa resposta. Não pasmo o nosso visitante, é certo, mas externou a sua mágoa, ante o que ouvira...

Foi isto, como acima dissemos, há dois anos, e, há dois anos, ainda, que, em Porto União, só chegam bem, quer de dia, quer de noite, os sons emitidos pelas estações radiofônicas, que operam em ondas curtas.

Max, eis que, no final deste ano, vae, enfim, o rádio nacional alcançando o a que todos os brasileiros aspirávamos: — é já permitida a transmissão em onda curta.

Assim é que, no dia 12 deste mês, conclui-se o Ceará comemorar o "Dia das Américas", dando ao Brasil inteiro a certeza certa de que, com este, crescem as vozes, que encurtam as distâncias do seu imenso e invejável território, tal qual já se vê entre Porto União e Fortaleza, graças a PRE-9.

Agora, anuncia-se, para breve, o "Programa da Saúde", a ser feito de coração para o coração de nossa gente e não há, talvez, hoje, um cantinho dentro do nosso imenso Brasil onde a emissora do "Programa da Saúde", não tenha conquistado uma amizade, como a sua.

"A Difusora cresceu e venceu, porque de toda a parte lhe vieram aplausos e em toda a parte ela encontrou não apenas ouvintes, mas amigos.

"E é a esses amigos que a Difusora está trazendo agora uma boa nova. Dentro de poucos dias estará no ar a sua nova estação transmissora, mas desta vez de ondas curtas, cuja técnica permite que as transmissões sejam ouvidas no Brasil inteiro, de dia e de noite, como se fossem de uma estação local.

"E a notícia da próxima inauguração do seu transmissor de ondas curtas que a Rádio Difusora lhe vem trazer.

"E é esta mesma notícia que "O Comércio", também muito satisfeito, dá aos seus leitores

Com ímpeto vigoroso a proa de um submarino do Reich avança contra a ressaca. (Foto R. D. V.)

Dr. João Fares Mansur Soares
ADVOGADO
Cível — Crime — Contratos
Rua Visconde de Santa R. 2
Tel. 110 e 111
Serviços Profissionais em Florianópolis e Santa Catarina

Fonte: O Comércio – Grupo Verde Vale de Comunicação, Porto União (SC).

Na edição do jornal de 30 de novembro desse mesmo ano, na primeira página, observamos o registro fotográfico de um porto, com uma legenda explicando que reforços estavam sendo enviados “para as tropas alemãs desembarcados num porto grego”. Na última página desse mesmo exemplar encontramos ainda outra fotografia com a legenda informando que canhões alemães antiaéreos estavam sendo “levados às posições nas montanhas sob difíceis condições territoriais para protegerem importantes pontes em passos, aeródromos de campanha, contra bombardeios da aviação inimiga” (O COMÉRCIO, 1941j, p. 01).

A presença da RDV e da *Transocean* nas páginas de O Comércio a partir de 1941 é bastante significativa. Além dos conteúdos de exaltação do Estado Novo, observamos que passava pela redação do periódico material de agências alemãs, ou seja, um conteúdo próprio de propaganda da Alemanha que estavam às primeiras páginas de O Comércio. O diretor do jornal teve participação na difusão de artigos que louvavam a Alemanha. Vejamos outro exemplo, um artigo de título: A Alemanha atual, extraído do Boletim Mercantil e publicado em março de 1941⁴⁹. Nesse artigo a Alemanha é representada como o país da civilização, responsável por uma cruzada para o estabelecimento de uma nova ordem na Europa.

Vejamos abaixo o seu conteúdo:

O movimento de Hitler, como a revolução de 1848-49, marcaram uma fase decisiva na evolução alemã. A Alemanha salta, a partir desses dois acontecimentos, da concepção idealista dos problemas políticos para uma concepção cada vez mais francamente realista e prática. Em todas as suas manifestações, mesmo naquelas aproveitadas pelos seus tradicionais inimigos, para alarmar o mundo, os alemães aspiram exclusivamente a formar uma imagem harmonica de Povo e Nação. Todo o esforço dos alemães e impetuosidade da sua imaginação aspiram a concretização do grande e inebriante sonho – a realização da Nação – a unidade, a fusão, a incorporação da Alemanha à Alemanha, numa veemência natural e sincera. Glorificando interminável sucessão de épocas e gerações, o Nacional Socialismo cristalizou essa sublime aspiração: a existência nacional, - deu forma a esse maravilhoso ideal de gênero humano: Pátria!, construindo o grande *Reich*, a grande Nação Alemã! A Alemanha Eterna! (O COMÉRCIO, 1941a, p. 01).

O objetivo do texto era claramente glorificar a Alemanha nazista e o chanceler do *Reich* como um político sensato e condutor do povo alemão em direção a unidade. Tanto, que o artigo é finalizado destacando que Adolf Hitler “protegeu assim a Alemanha contra novas

⁴⁹ Semanário publicado pela Agência Econômica e Financeira Paz LTDA entre os anos de 1936 e 1941. Esse jornal dedicava-se a publicação de artigos pró Terceiro Reich. De acordo com Igor Silva Gak (2006) suas atividades foram encerradas pelo fato de não ter obtido o registro necessário para seu funcionamento no DIP. Segundo informações do Diário Oficial da União tomando “conhecimento de que ainda se edita nesta capital o ‘Boletim Mercantil’, que, aliás, não se dedica a assuntos de comércio, mas a política internacional, e que não obteve registro no DIP., o Sr. diretor geral expediu providências no sentido de ser essa publicação definitivamente impedida de circular e fechada a sua redação”. Para mais informações, ver: GAK, Igor Silva. **Os fins e seus meios: diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 2006.

violências e injúrias e realizou a ardente aspiração dos alemães”, forjando “a comunidade alemã e dando novo impulso a criação de valores alemães”. De acordo com o artigo, a Alemanha encontrou “sob o Nacional Socialismo a fórmula mágica da sua unidade tão fervorosamente procurada no correr dos séculos” (O COMÉRCIO, 1941a, p. 01).

Encontramos esse tipo de conteúdo de forma recorrente no jornal. Isso porque pouco tempo depois, em julho, a Alemanha é novamente tema de primeira página. Trata-se de um artigo de título: “Um pouco de lógica”, também extraído do Boletim Mercantil. Esse artigo destaca que até agosto de 1941 a Alemanha não havia sofrido nenhuma derrota. Todas as campanhas efetuadas pelos alemães “têm sido vitoriosas, e todas as vitórias das armas alemãs têm sido alcançadas com uma rapidez, uma precisão técnica, uma economia de material humano e bélico verdadeiramente assombrosas” (O COMÉRCIO, 1941c, p. 01).

Cabe ressaltar ao leitor que, nesse momento, a máquina de guerra alemã parecia mesmo invencível. De fato, da invasão da Polônia, em 1939, até o arrefecimento das operações na Rússia, em fins de 1941, “os exércitos alemães ocuparam todo um continente e estabeleceram um império”. Até a virada “em El-Alamein, em 1942, e Stalingrado, no ano seguinte, os nazistas só colecionaram vitórias” (FRANZOLIN, 2014, p. 138)⁵⁰. Isso quer dizer que para um contemporâneo, como Milis, por exemplo, a vitória da Alemanha era plausível.

Podemos entender um pouco melhor a presença desses conteúdos no jornal a partir de um contraponto interessante. Entre as práticas discursivas presentes no jornal há um tom hostil em relação aos Estados Unidos, que logo, após o ataque japonês a Pearl Harbor, faria parte do grupo com o qual o Brasil se alinharia. Podemos observar isso em um texto, publicado em agosto de 1941, assinado por Hermínio Milis, com o título: “E Venceremos!” Nesse texto, o autor criticava os Estados Unidos destacando que: “sustentando o seu propósito de envolver toda a América no conflito que se desenrolava na Europa, o Sr. Roosevelt, depois de ver que os seus discursos, irradiados de Washington, não ganharam o eco desejado”, resolveu ele “por em prática a sua primeira lista negra, na qual entraram impiedosamente 1.800 firmas comerciais sul-americanas, dentre as quais figuram cerca de 250 estabelecidas no território brasileiro” (O COMÉRCIO, 1941d, p. 01).

Acontece, porém, segue refletindo o autor, que, “com as graduadas experiências, adquiridas por força das circunstâncias oriundas da chamada Grande Guerra, o Continente Sul-americano entrou na sua verdadeira maioria”. Com ela “veio-lhe a inquebrantável decisão de nunca jamais permitir que estranhos lhe tentem, por nenhum modo ou meio, trocar

⁵⁰ A vitória britânica na Batalha de El-Alamein, cidade ao norte do Egito (1942) é entendida como o início da derrota das forças do Eixo na África, sendo um dos marcos decisivos na história da Segunda Guerra Mundial.

a independência de suas Repúblicas pela escravidão (...). Os trabalhos, que se estão a desenvolver “em todas as Repúblicas latinas é a prova provada de que não será a disposição bélica de qualquer Chefe-de-Estado que possa transformar em colonos seus adeantados povos”, que estão irmanados “pela mesma raça, pela mesma língua-mãe, religião, costumes, e, sobretudo, pela mesma vontade de vencer. E venceremos!” (O COMÉRCIO, 1941d, p. 01). Para Hermínio Milis, portanto, os países latinos não precisavam ser capitaneados pela vontade estadunidense, tampouco romper a neutralidade do Brasil na guerra. Esse posicionamento em relação aos Estados Unidos reforça ainda mais o seu direcionamento para a Alemanha.

Mas, isso não é tudo! A relação do jornal e do seu diretor com as circunstâncias do período do Estado Novo não foi simples, como já apontamos. Pontuamos isso porque em meio a textos como esses, que demonstravam simpatia a Alemanha, a forma de governo lá em vigor, a busca pela unidade e aos feitos de guerra dos alemães, o jornalista mostrava-se contrário ao uso do idioma alemão nas escolas em território brasileiro. No que diz respeito ao uso de idiomas estranhos ao português, o jornal estava em conformidade com as determinações do Plano de Nacionalização, implantado com a decretação do Estado Novo.

Trata-se de outra face desse sujeito e das discussões ocorridas em âmbito local. Observemos essa questão a partir de uma nota sobre o fechamento da *Deutsche Schule*, uma escola alemã localizada em Joinville (SC), em julho de 1938. Segundo Hermínio Milis, o ensino nessa escola vinha sendo ministrado em língua estrangeira e que os livros nela adotados procediam da Alemanha. Diante dessa situação resolveu o “governo catarinense proibir o funcionamento da escola, tomando providências para que aquelas crianças não ficassem sem assistência escolar, sobretudo, nacionalizadora” (O COMÉRCIO, 1938d, p. 04).

Esse tema foi novamente abordado no ano de 1941. Trata-se da notícia do fechamento de uma escola alemã em Blumenau (SC). O texto, assinado por Milis, destaca que: “levando avante, com pulso forte, a sua já famigerada obra de nacionalização feita em Santa Catarina, por via duma ação inteligente e sensata, acaba o senhor Nereu Ramos” de ordenar o fechamento definitivo “de um escola particular de ensino primário que não obedecia as salutareis exigências da meritória campanha de brasilidade”. Essa escola, embora tivesse por patrono Duque de Caxias, não condizia com a formação da consciência dos brasileiros.

Segundo o texto “não ficou só nesta patriótica medida o valor destoutro admirável feito, ora apresentado à Nação pelo preclaro Interventor catarinense”. Ao lado dessa, que fechou, “por ela não convir à formação do caráter dos pequenos brasileiros, que, correndo o perigoso risco de aprenderem a desservir a Pátria”, o governo mandou abrir imediatamente duas escolas mistas mantidas pelo Estado (O COMÉRCIO, 1941g, p. 01).

O artigo termina com o jornalista ressaltando que essas medidas devem servir para “apagar da memória dos escolares do Bairro da Velha, em Blumenau, a existência, ali, daqueloutra, cujas portas se trancaram, para que o amor ao Brasil e a fiel observância das suas leis sejam a melhor e a maior segurança do Estado Novo!” (O COMÉRCIO, 1941g, p. 01).

Pouco tempo depois encontramos outra nota sobre o fechamento da Sociedade de Ginástica de Blumenau, destacando-a como mais um caso de “completo desprezo as leis”, o que mostra que o assunto era relevante para o condutor do jornal. A nota mencionava que “as aulas de ginástica nessa sociedade eram realizadas em língua estranha à nossa”, e, portanto, contrariamente “aos preceitos legais, que regem a matéria, não vacilou (Nereu Ramos) em aplicar a medida, que o anti-patriotismo caso exigia, como outra serena advertência àqueles que teimam no contrapor-se á campanha de brasilidade”. Essa medida, que teve “apoio desta folha, foi o fechamento definitivo daquela sociedade, cujos dirigentes não souberam, ou não quiseram submeter-se ao necessário rigor da Lei”, em pauta desde pelo menos 1938, com a implantação da nacionalização das escolas (O COMÉRCIO, 1941h, p. 03).

Nessa ordem de ideias é interessante destacar que nesse ano ocorreu o Primeiro Congresso de Brasilidade no município de Porto União. Esse evento ocorreu em novembro sendo que um dos congressistas era o diretor do jornal. Essa questão pode ajudar a entender seus interesses, bem como o seu posicionamento diante dos debates de cunho político desse período. Segundo Luis Felipe de Carvalho (2010) o Congresso de Brasilidade é um evento que teve início em 1941, com vistas à consolidação da unidade nacional. Ele integrava as comemorações referentes ao aniversário do Estado Novo, tendo suas ações sido desenvolvidas em todos os pontos do território nacional, onde fosse possível a efetivação de atividades de cunho cívico, patriótico, exaltação dos valores nacionais e da figura de Getúlio Vargas.

As discussões tinham como mote à unidade nacional nos seus mais diversos níveis: política, moral, étnica, social e patriótica, propostas para o debate no transcorrer das atividades congressuais. Para o jornal se tratou de “uma semana de intensas provas de nosso alto grau de civismo”. O município de Porto União “participou do júbilo nacional”, cumprindo, patrioticamente, o seu dever, com vários oradores palestrando sobre a nova ordem político-administrativa do país “como base fundamental em que se vai assentando a verdadeira unidade nacional”. É interessante que além da participação do diretor do jornal, o evento contou com a presença de Hellmuth Müller, o prefeito de Porto União, “sempre a presidir os trabalhos” e do Reverendo Frei Graciano, da paróquia local, que fechou o evento falando aos congressistas sobre a unidade moral do país (O COMÉRCIO, 1941i, p. 01).

Essas práticas discursivas presentes no jornal ganham sentido quando observadas em relação à trajetória da principal figura do jornal, seus interesses e, sobretudo, em relação à dinâmica política e social encontrada nos municípios de União da Vitória e Porto União ao longo das décadas de 1930 e 1940, com os alemães e teuto-brasileiros ali bem enraizados.

Assim, os textos de exaltação da Alemanha, do governo e dos soldados alemães na guerra dizem sim respeito às posições do diretor do jornal. Entretanto, apesar de o texto estar se referindo aos alemães de lá, ou seja, da Alemanha, o texto acaba “adoçando a boca” dos imigrantes alemães presentes em União da Vitória e Porto União, principalmente, daqueles do pós Primeira Guerra, que manifestam forte nacionalismo e que viviam nesse espaço e conviviam diariamente com Hermínio. Podemos estabelecer um diálogo com as considerações de Luca (2011, p. 140) quando destaca que “certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir”.

Vejamos o fato de Hermínio Milis ser contrário ao ensino em língua estrangeira no país. Essa questão fica um pouco mais clara quando observamos que ela faz parte da sua trajetória, tanto em Florianópolis como em União da Vitória e Porto União. Isso porque na capital catarinense ele desenvolveu atividades como colunista no jornal O Tempo, exercendo também atividades no jornal A República. Inclusive, neste último, ele escrevia justamente sobre assuntos de língua portuguesa. Além disso, os autores locais Francisco Filipak e Nelson Sicuro (1976, p. 24) destacam que ele também dirigiu a Revista Catarinense de Letras e fez parte da Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa. Com essas atividades “lhe ficou o nome conhecido em todos os centros cultos de Santa Catarina, como profundo conhecedor do idioma luso-brasileiro”. Em Porto União, Hermínio Milis desenvolveu atividade como inspetor escolar e continuou manejando sua pena para falar sobre língua portuguesa, publicando, inclusive, o livro de título: Coletânea de Estudos Gramaticais (ALVI, 2008, p. 42).

Em O Comércio são várias as publicações que encontramos, nas quais o tema é a língua portuguesa. É o que podemos observar na publicação de título: “A língua portuguesa falada nas mais importantes emissoras do Universo”. Nela, o diretor demonstra, como motivo de grande satisfação, tanto para portugueses como brasileiros, “o fato de o nosso idioma ter entrado como parte preeminente, em todas as irradiações das mais importantes emissoras do Universo”. De acordo com Milis “em programas especiais ouve-se diaramente a famosa e rica língua de Frei Luís de Souza e de Rui Barbosa nos grandes e adiantados países”, referindo-se aos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e a França (O COMÉRCIO, 1938c, p. 01).

Em outra oportunidade, pelos idos de 1941, Milis destacava como espantoso o fato de em plena Guerra “sobrar tempo aos oficiais das forças armadas alemães, para se

exercitarem no uso da língua de Camões”. Sim, ressaltava o jornalista, “altas patentes do Exército alemão falam, de Berlim, nos programas de lá irradiados, à tarde, em boa linguagem luso-brasileira” (O COMÉRCIO, 1941e, p. 04). Vê-se nessas considerações a importância da língua portuguesa na vida do responsável pelo periódico. Milis era um conhecedor e admirador da “língua de Camões”, como ele mesmo escreveu em inúmeras oportunidades.

Essas considerações indicam que a língua portuguesa é parte significativa da vida do intelectual por trás do jornal. Entretanto, é interessante que ele se pronunciou contra o ensino de língua estrangeira no país a partir do fechamento de escolas em Blumenau e Joinville, silenciando-se em relação à nacionalização da Escola Teuto-Brasileira de Porto União, que ocorreu no início do ano letivo de 1938, logo após a decretação do Estado Novo.

A nacionalização dessa escola foi objeto de reflexão de João Klug (1997, p. 222), o qual explica que uma “Comissão de Nacionalização” composta por militares e civis chegou ao município de Porto União no início do ano letivo de 1938. Após analisar os estatutos, programas, atas, materiais didáticos, bem como a condição dos professores, a referida comissão indicou as mudanças que seriam necessárias para a manutenção da escola. Segundo o autor, a primeira delas foi a modificação do nome da escola, que deveria ser chamada de Colégio Iguaçu. Além disso, a eliminação dos livros e demais materiais impressos em língua alemã utilizados pela escola também deveria ocorrer em poucos dias.

Os professores alemães deveriam ser substituídos por brasileiros natos. Na ocasião, o professor Friedhold Altmann, responsável pelo estabelecimento, argumentou com a comissão nacionalizadora que alguns daqueles professores “apenas tinham nascido na Alemanha”, dando a entender que pouca ligação possuíam com esse país. No entanto, suas ponderações “por tratar-se de pessoas que desde a sua infância tinham vivido no Brasil, onde também tinham estudado, não foram aceitas”, haja vista que a regulamentação do governo dizia respeito ao seu lugar de nascimento (KLUG, 1997, p. 222).

Podemos entender a nacionalização da Escola Teuto-Brasileira de Porto União como uma situação de conflito. Não é preciso muito esforço para entender que as mudanças exigidas pela Comissão geraram prejuízos pedagógicos aos filhos de alemães residentes nos municípios de União da Vitória e Porto União que frequentavam a Escola. O processo de nacionalização, alinhado à conjuntura política do Estado Novo que havia sido implantado, certamente extrapolou os muros desse estabelecimento escolar, sendo tema dos encontros, das conversas entre a população alemã e a brasileira desses municípios fronteiriços.

Então, porque o tema da nacionalização está presente no jornal, mas não a nacionalização da escola de Porto União, ocorrida bem perto de Milis? Bem, sabemos que o

tema era relevante para esse jornalista, tanto que ele se manifestou utilizando-se de fatos ocorridos em outros municípios catarinenses. Agora, a ausência da nacionalização desse estabelecimento pode ser entendida como parte de uma estratégia discursiva de Hermínio Milis para não se indispor com uma parcela significativa da população local.

Podemos estabelecer um diálogo com Capelato (1988, p. 22) quando destaca que na construção do fato interferem não apenas os elementos subjetivos de quem o produziu, nesse caso os interesses de Hermínio Milis, mas também os interesses nos quais o jornal está vinculado. Podemos dizer que os interesses predominantes em um determinado lugar fazem com que o periódico precise ser também, em maior ou menos grau, convergente a eles para sua própria “saúde”. É preciso considerar que Milis e o jornal estão circunscritos socialmente no espaço que corresponde a União da Vitória e Porto União. Ele convive com as pessoas atingidas pela nacionalização da Escola. Essa situação pode muito bem ter influenciado o jornalista a ponto de não noticiar a nacionalização da escola teuto-brasileira de Porto União, mesmo mostrando-se incomodado com o ensino ministrado em língua estrangeira no país.

Trata-se, como observamos, de parte da elite econômica dessa urbe. Nesses termos, podemos inferir que Hermínio Milis mantinha relações sociais e econômicas com essas pessoas, as quais eram importantes para a manutenção financeira do jornal. Um jornal é, sobretudo, uma empresa, que não funciona sem recursos financeiros, ainda mais em municípios interioranos como União da Vitória e Porto União. Nas relações com as pessoas o jornal busca também lucros. Assim, todo jornal é sempre permeado pelas relações dos agentes com o seu público consumidor, com seus interesses e também com o público que se quer alcançar, pois uma das metas de um periódico é sempre conseguir mais consumidores.

Nesses termos, os leitores, tanto os assinantes como os flutuantes, aqueles que compram o jornal avulso, dia sim, dia não, são extremamente importantes para sua manutenção. De acordo com a configuração dos municípios, isto é, onde os sujeitos estavam localizados, podemos dizer que entre esses leitores encontram-se muitos alemães e teuto-brasileiros. Ademais, muitos desses sujeitos eram os principais colaboradores financeiros do jornal através não só da assinatura como também dos anúncios. Pontuamos isso porque os anunciantes são extremamente importantes para a manutenção de qualquer periódico.

Entende-se, portanto, que esse mercado que penetra no jornal tem um grau de pressão simbólica ou concreta sobre ele. Já verificamos que esse jornal consistiu num hábil instrumento de propaganda dos comerciantes de União da Vitória e Porto União (Tabela 04). Muitos comerciantes, industriais, prestadores de serviços utilizaram-se desse espaço para dar visibilidade aos seus negócios, como podemos observar nas imagens na página a seguir:



Fonte: O Comércio – Grupo Verde Vale de Comunicação. Porto União (SC).

Concordamos com Martins e Luca (2006, p. 11) quando ambas informam que na pesquisa histórica que nomeia jornais como fonte\objeto de pesquisa a existência de anunciantes não pode ser menosprezada, pois “não é à toa que se afirma que o jornal é vendido duas vezes”, ou seja, “uma para os que anunciam nele e outra para o leitor”. Portanto, Milis precisa achar um ponto de equilíbrio entre os seus interesses e os da população onde jornal está inserido. Milis e esses sujeitos, entre eles alemães e teuto-brasileiros, estavam ligados por relações comerciais. Como esses sujeitos reagiriam diante de um editorial ácido nas páginas do jornal sobre a nacionalização da escola local que lhes causava transtornos? Sobre a Alemanha? Sobre os alemães? Deixariam de consumir o jornal? De assiná-lo? De nele anunciar seus produtos? É certo que não dispomos de fontes que dêem condições de responder essas questões. Mas, é possível que sim, pois vários são os entendimentos feitos pelas pessoas sobre o que é publicado, assim como podem ser vários os seus posicionamentos.

Diante dessas considerações podemos dialogar com as concepções apresentadas por Pierre Mayol (2002, p. 39), mais especificamente seu conceito de conveniência. Para o autor, a conveniência é um “compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva”, com o objetivo de “retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”. Por esse “preço a pagar (saber ‘comportar-se’, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana”. Ela pode ser entendida como o gerenciamento da face pública de cada um de nós, para que nossa vida coletiva possa ocorrer satisfatoriamente. Nesse sentido, Hermínio Milis é “parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana” e a do próprio jornal.

Nesses termos, observamos que o jornal contribuiu para a cristalização de um imaginário social vinculado ao regime do Estado Novo. Entretanto, é notório que ao mesmo tempo ele não deixou de expressar suas ideias e não se distanciou da maior parte do público leitor da região onde o jornal estava inserido, entre eles, alemães e teuto-brasileiros, leitores e, portanto, colaboradores financeiros do jornal. Esses sujeitos demonstram ter força no jornal, assim como eles tem, em certa medida, na sociedade local. Hermínio Milis parece ter encontrado um ponto de equilíbrio entre os seus interesses, os dos seus colaboradores, da população, do jornal, em diálogo com a conjuntura política do país e os conflitos locais.

Todas essas considerações acabam por explicar o título deste subcapítulo. O Comércio é um jornal que acaba por espelhar múltiplas ideias que estão em confronto na sociedade. Trata-se de uma fonte que espelha projetos e visões de mundo que são representativos de vários setores dessa sociedade local, ora convergente, ora conflitante, no

cotidiano da população dos municípios de União da Vitória e Porto União.

3.2 O cotidiano de alemães, teuto-brasileiros e brasileiros em União da Vitória e Porto União

O jornal coloca em evidência alguns parâmetros para pensarmos o cotidiano, o que julgamos ser significativo para esta pesquisa que aborda a interação entre brasileiros e estrangeiros. Começamos, então, pontuando o que entendemos por cotidiano. Michel de Certeau (2009, p. 31) o destaca como aquilo “que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente”. Todo dia, “pela manhã aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição (...)”. Assim, o cotidiano é aquilo “que nos prende intimamente, a partir do interior, é uma história a meio-caminho de nós mesmos (...)”.

Noutros termos, o cotidiano é aquilo que é imediato, que fazemos todos os dias e, sobretudo, um lugar de invenção ou invenções. Além disso, como argumenta Rogério Proença Leite (2010), ainda que possa ser formado por recorrências, o cotidiano não é marcado apenas pela regularidade da vida social. O cotidiano é também aquilo que perturba essa regularidade. É um espaço politizado de vivência, de relações de poder, lugar da mudança, do movimento, de sinuosidades e que vai ganhando novos significados a partir das diversas vivências sociais.

Também podemos dizer que o cotidiano é o espaço de pessoas comuns, como as de União da Vitória e Porto União. Essas pessoas, em seu anonimato, têm potencial de múltiplas interpretações e capazes de práticas engenhosas de vivência e sobrevivência, proporcionais as mais diversas situações (CERTEAU, 2009). Essas considerações são aqui importantes porque ajudam a revelar as interações e tensões vivenciadas por alemães e brasileiros nos municípios de União da Vitória e Porto União durante o período do chamado Estado Novo.

Podemos retomar aqui o inquérito contra Ernesto Saade, de 26 anos, instaurado pouco antes da publicação que exaltava a Alemanha ganhar as páginas de O Comércio. Ernesto desenvolvia atividades de chofer de praça e também era arrendatário do Hotel Paraná, localizado na área central de União da Vitória, na Praça Cel. Amazonas (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941a). Tudo começou quando Antonio Saporiti, que retornava de uma viagem ao norte do Paraná, chegou à estação ferroviária à noite e ao invés de se dirigir a sua residência, na área suburbana, achou por bem se deslocar até o Hotel Paraná

para pernoitar. Quando chegou ao Hotel, Saporiti encontrou Ernesto e seu pai, João Saade, que ouviam notícias da guerra. Nesse contexto, Ernesto teria se manifestado a favor da Alemanha no conflito que se desenvolvia na Europa, dizendo que: “desejava que a Alemanha declarasse guerra ao Brasil, para poder, ele Ernesto, matar alguns brasileiros” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941b).

Cabe ressaltar que Ernesto contrariou as determinações baixadas pela Secretaria de Segurança Pública em setembro de 1939, anunciando a neutralidade do país em relação à guerra. A partir desse momento todas as autoridades policiais estavam incumbidas de proibir, dentro de suas jurisdições, qualquer discussão pública sobre o conflito. A polícia estava incumbida de vetar manifestações tanto pró como contra qualquer dos países em luta ou com possibilidades de entrar em conflito. Portanto, manifestar-se a favor da Alemanha configurava-se crime de ordem política e segurança nacional, passível de investigação\prisão.

Ernesto ainda pode ser encaixado em outra determinação baixada pela Secretaria de Segurança Pública, em maio de 1940. Trata-se da Portaria nº 213, proibindo a recepção de “noticiário, notas ou críticas de guerra em praças públicas, cafés, casas comerciais ou qualquer lugar em que possa haver ajuntamento de pessoas”. Segundo o regulamento, aqueles que infringirem as determinações seriam severamente castigados (FÁVERI, 2002, p. 262).

Interessante abrir um parêntese para destacar que não há dúvidas de que a população estrangeira ouvia rádio, mesmo após a proibição. Na década de 1940, o rádio era um dos principais veículos de informação de que dispunham. Fáveri (2002, p. 269), por exemplo, explica que as pessoas sintonizavam a Hora do Brasil bem alto, mas, na surdina (dentro dos domicílios) era a voz da Europa a fazer sentido”. Além disso, apesar de as emissoras possuírem horários específicos para as notícias de guerra, elas poderiam ser repentinamente e inadvertidamente transmitidas, o que pegava as pessoas de surpresa, sendo elas objeto de suspeição da polícia e da população alinhada aos contornos do Estado Novo.

Porque esse caso é interessante para pensar o cotidiano da população desse espaço? Bem, quando inquirido pela polícia Antonio Saporiti disse que comentou o caso com algumas pessoas nas dependências do Café Carvalho, localizado no quadro urbano do município de Porto União, no entorno da Praça Hercílio Luz. Na leitura dos documentos, encontramos envolvido nesse caso o brasileiro Augusto Rego, de 34 anos, que era funcionário público. Ele disse à polícia que no Café Carvalho o senhor Alberto Copola lhe narrou que Ernesto Saade em conversa com Saporiti havia dirigido vários impropérios contra o Brasil, terminando por dizer “desejar uma guerra entre nosso país e a Alemanha para ter o prazer de matar meia dúzia de brasileiros” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941a).

Alberto Coppola, por sua vez, brasileiro, de 40 anos, comerciante, residente em Curitiba, em trânsito pelos municípios, disse à polícia que ouviu de Henrique Caneparo “que Antonio Saporiti lhe havia dito que Ernesto, certa madrugada, dissera que desejava que a Alemanha declarasse guerra ao Brasil para poder então matar uma meia dúzia de brasileiros”. O burburinho gerado no Café Carvalho sobre a tal manifestação de Ernesto acabou chegando aos ouvidos da D. R. de União da Vitória, à época, chefiada pelo Tenente Luis Santos, o qual instaurou o inquérito, ouviu as testemunhas e efetuou a prisão de Saade, bem como o seu envio a DOPS\PR, em Curitiba (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941a).

Esse caso, que ocorreu em meados de 1941, portanto, antes do rompimento das relações e declaração de guerra do Brasil ao Eixo, é expressão bem significativa do interior da cotidianidade e das relações travadas entre os sujeitos nos dois municípios. Esse espaço corresponde muito bem a ideia de “bairro” apresentada por Pierre Mayol. Trata-se de um coletivo social formando por diferentes sujeitos em um espaço marcado pela relação com o outro como ser social. Lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: “uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto da proximidade e da repetição” (MAYOL, 2009, p. 39).

É interessante lembrar ao leitor que convivia nesse espaço uma população em torno de 18 mil habitantes, tomando como base a densidade das sedes de União da Vitória e Porto União, ou então, mais especificamente, 7.200 habitantes, contabilizando somente o quadro urbano e suburbano das duas sedes. Havia ainda pessoas que estavam em trânsito pelo sul do país pela ferrovia. Esses sujeitos, devido ao entroncamento ferroviário que colocava as pessoas em comunicação com o sul do país e com o litoral catarinense, faziam uso desse espaço urbano, ou seja, utilizavam-se dos hotéis, pensões e demais estabelecimentos comerciais, como é o caso do comerciante Alberto Copolla, que faz parte da trama envolvendo Ernesto Saade, sendo arrolado como uma das testemunhas do inquérito.

Nesse sentido, trata-se de um espaço de baixa densidade populacional, onde os sujeitos não são íntimos, não estão integrados na rede de relações humanas preferenciais como, por exemplo, no círculo de amigos e familiares. Entretanto, também não são anônimos: eles são vizinhos. As pessoas se conheciam e se encontravam com frequência nas ruas, hotéis, estabelecimentos comerciais, espaços de lazer (como praças, cinemas, etc.). Entre essa população havia alemães, teuto-brasileiros imigrantes e descendentes de outras nacionalidades como, por exemplo, ucranianos, poloneses, italianos, bem como brasileiros. Trata-se de uma população com diferentes experiências, ideias e interesses, como reflete o jornal O Comércio. Podemos inferir que havia nesse espaço pessoas que poderiam tanto

silenciar como denunciar um delito cometido por alemães (ou que julgavam ser um delito).

Não há dúvida de que Ernesto Saade foi denunciado à polícia de União da Vitória, pois as denúncias contra alemães e teuto-brasileiros tornaram-se corriqueiras nesse período. Inclusive, a denúncia era uma prática alimentada pela polícia, uma vez que por meio dela, a vigilância conseguia chegar a todos os espaços e abarcar todos os sujeitos. Nesse ponto, concordamos com Fáveri (2002, p. 128), quando destaca que a prática do delato tem longa história nas sociedades. Mas, é forçosamente mais acentuada em tempos de conflitos, guerras e enfrentamentos étnicos, como experimentou o país no período do Estado Novo.

No Auto de Declarações no inquérito de Ernesto não há indícios de que a denúncia tenha partido de Antonio Saporiti⁵¹. Também não há indícios de que tenha sido efetuada pelos sujeitos com os quais Saporiti palestrou no Café Carvalho (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941b). O denunciante parece ser um terceiro elemento, porém, ausente na documentação. O autor da denúncia pode ter sido qualquer pessoa, alguém que estava no Café Carvalho com ouvidos bem atentos na ocasião em que Saporiti falava sobre o que ocorreu no Hotel Paraná, ou então, quando as testemunhas falavam entre si sobre o caso.

Além disso, o denunciante pode ter sido alguém que ouviu falar a respeito, posteriormente, em outro local, e denunciado por meio de depoimento, carta ou telefonema a polícia. Isso porque esse espaço é “o lugar de uma passagem pelo outro”, o contato interpessoal é aleatório, não calculado. Como destaca Mayol (2009, p. 46) ele “define-se pelo acaso, dos deslocamentos exigidos pelas necessidades da vida cotidiana (...)”. Circulando por esse espaço é impossível não encontrar alguém, mas nada permite dizer de antemão quem, onde e quando vamos encontrar, pois o “bairro” não é um algo que possamos controlar.

Nesse sentido, podemos destacar como exemplo uma denúncia anônima que chegou a D. R. de União da Vitória. Trata-se de uma carta que informava a autoridade policial local sobre o encontro de algumas mulheres, de nacionalidade alemã, as quais provavelmente pertenciam à elite urbana dos dois municípios. A denúncia foi realizada em janeiro de 1942, portanto, já no contexto do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha.

Essa carta, breve e objetiva, denunciava que:

(...) desde o fechamento do salão no antigo Clube União, na rua Prudente (de

⁵¹ Trata-se de uma fonte importante na medida em que nele constam as informações prestadas pelo sujeito indiciado. É um documento marcado por uma linguagem específica e redigido por um escrivão, ou seja, produzido por um funcionário estatal que precisa cumprir um determinado ritual durante o interrogatório. No entanto, há sinuosidades nesses documentos, as quais convêm observar. Isso porque estamos falando de um tipo de documento que permite o contato mais efetivo com o sujeito indiciado, ainda que pelo filtro da polícia.

Morais), as alemãs se reúnem para um chá todas as quartas feiras, cada uma tem a sua semana. A língua é a alemã e muito se fala em política com notícias. Na última quarta em casa de Bertholdo Hay a dona Irene Mittag contava para as companheiras que o Getúlio tinha sido envenenado por uma injeção mandada por Osvaldo Aranha, que tinha escutado isso no “alemão”. As outras contavam que se Getúlio declarasse guerra muitos dos oficiais seriam contra o governo (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942c).

O conteúdo dessa carta abre espaço para algumas inferências interessantes no que diz respeito ao cotidiano de alemães, teuto-brasileiros e nacionais nesses municípios. Primeiro, porque a carta não está assinada. Em segundo lugar, porque ela foi enviada pelo Correio de Porto União à D. R. de União da Vitória, como mostram os carimbos presentes no envelope que conduzia a referida carta, como pode ser observados na imagem a seguir:

Imagem 17: Envelope da carta do denunciante anônimo



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942.

Bem, a essa altura do texto o leitor tem informações suficientes para saber que dada às características próprias desse espaço era muito fácil fazer a carta chegar às mãos do Delegado. Entretanto, o autor dessa denúncia preferiu enviá-la pelo correio, o qual estava localizado nas dependências da Estação União, distante um quilômetro (talvez menos) da D. R. de União da Vitória. Essa informação é interessante porque demonstra que o autor dessa denúncia não queria de forma alguma se expor. Ela indica que poderia ser uma pessoa muito próxima dessas mulheres, pelo menos de Irene Mittag, já que a cita diretamente.

Também poderia ser uma pessoa muito próxima de Bertholdo Hay, o qual era

proprietário da Casa Esmalte, um estabelecimento comercial tradicional dos municípios no período do Estado Novo, localizado na área central de União da Vitória. Ademais, era o Presidente da Associação de Cantores Alemães de Porto União e vereador de União da Vitória do ano de 1936 até novembro de 1937, data da implantação do Estado Novo.

Essa perspectiva é válida porque a residência desse sujeito, onde as tais mulheres se encontravam na ocasião que o denunciante se refere estava localizada um pouco distante do leito da rua. Portanto, para se conseguir ouvir o que as pessoas lá dentro falavam o autor da denúncia precisava estar muito (muito) perto da residência. Assim, nesses termos, o denunciante pode ter sido um funcionário\o de Bertholdo Hay, ou então, um entregador\o (de leite, por exemplo, pois era comum nesse período que os habitantes das colônias próximas comercializassem sua produção na porta das residências na área urbana).

Poderia também ter sido um vizinho\o, que jamais poderia ter seu nome revelado, pois o denunciado o\o conhece, convive com ele e pode prejudicá-lo de alguma forma ou persegui-lo. Podemos estabelecer aqui um diálogo com Magalhães (1997), a qual teceu considerações sobre o aparato repressor do regime militar (1964-1985), que bem cabem no contexto do Estado Novo. Mediante a comparação dos registros, cartas, pareceres e formas de inserção da população no sistema, a autora constatou diversas semelhanças nos procedimentos realizados pelos informantes da polícia, os quais podem ser assim caracterizados:

O informante sempre age sozinho. Seus planos de infiltração, suas desconfianças, os contatos que faz com os órgãos de repressão não são conhecidos por ninguém. Ele não expõe suas opiniões, aliás, o que é de resto opinião pessoal, transforma-se em uma sentença. Mesmo quando não está seguro de sua acusação, sugere que pelo menos o suspeito que ele denunciou seja chamado a prestar esclarecimentos. Seu campo privilegiado de investigação é o seu próprio ambiente de convívio: vizinhos, colegas e amigos são seu objeto de suspeição. Isso se depreende pela intimidade com a qual ele faz referência aos seus suspeitos e pelo conhecimento que demonstra ter dos hábitos mais corriqueiros de cada um deles (...). Está sempre a sugerir às autoridades outros suspeitos, ou lugares que não estejam devidamente vigiados, armadilhas não descobertas (MAGALHÃES, 1997, p. 06).

Nessa lógica podemos dizer que os informantes eram sujeitos que atuavam individualmente e a partir do seu próprio ambiente de convívio, observando a vida de imigrantes alemães e teuto-brasileiros como, por exemplo, o que e como falavam. Isso é interessante na medida em que inúmeras denúncias partiram de uma mesma matriz: a língua. Porém, a denúncia contra as alemãs é bastante curiosa porque foi realizada antes da proibição de falar na língua dos países que formavam o Eixo. A proibição foi publicada somente no dia 28 de janeiro e a carta foi escrita no dia 20. Ainda assim, observando a Portaria nº. 30

(Imagem 02) verificamos que estava proibido o uso de idiomas das três nações (Alemanha, Itália e Japão) nas conversações em lugares públicos como nas ruas, cafés, estabelecimentos comerciais, nas casas de diversões (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942d).

Essas considerações indicam que as tais mulheres não estavam em desacordo com a lei, pois era proibido falar alemão nas escolas, nas igrejas, em praça pública e as tais mulheres falavam no idioma alemão dentro da residência de Bertholdo Hay, portanto, num espaço privado. Aliás, cabe ressaltar que, na década de 1940, o alemão era ainda o único idioma de muitos sujeitos, haja vista que o país recebeu imigrantes em vários momentos, inclusive, ao longo da primeira metade do século XX. Nas colônias, o idioma alemão era muito mais utilizado que o português, mesmo os sujeitos dominando a língua portuguesa.

É interessante abrir um parêntese para destacar que se nesses encontros a língua utilizada era a alemã, isso quer dizer que o Plano de Nacionalização do Estado Novo não significou o aniquilamento da língua alemã e de espaços sócio-culturais em União da Vitória e Porto União (o que pode ser pensado para outras regiões do país). Mesmo com a campanha visando o caldeamento de todos os chamados “alienígenas” ao corpo nacional, imigrantes e descendentes continuaram falando na língua do país de origem (ou em dialetos do país). O tal salão no Clube União, do qual fala a carta, teve suas portas fechadas. Entretanto, essas mulheres parecem ter encontrado uma forma de manter o antigo contato, ou seja, continuaram vivendo e manifestando sua etnicidade. Isso demonstra, entre outras coisas, que com todas suas determinações o Estado conseguiu abalar, mas não romper com a vida associativa de estrangeiros\as espalhados\as pelo território nacional, fornecendo material para as mais diversas denúncias efetuadas pela população civil a polícia política do Estado Novo.

Podemos estabelecer aqui um diálogo com Certeau (2009) para pensar que havia sim um sistema de alerta frequente e constante vigilância nesses espaços, os documentos do governo e da polícia são exemplos disso. Entretanto, a vigilância, tanto da polícia como da população, foi certamente menor que a capacidade das pessoas de desenvolver estratégias para burlar as determinações baixadas pelo governo, enganando os olhos das autoridades policiais, às vezes obtendo sucesso, às vezes não. Pensar muito diferente disso seria desconsiderar toda a capacidade das pessoas (imigrantes e brasileiros) em subverter a racionalidade do governo instituído. Seria desconsiderar a capacidade de engenharia que faz parte das pessoas e da própria vida cotidiana. As pessoas encontram formas para driblar a opressão por meio de táticas e formas inventivas de sobrevivência.

Na mesma carta endereçada à autoridade policial da D. R. União da Vitória é possível observar mais duas denúncias. O autor falava que era “inútil a polícia entrar em

contato com Franklin” (talvez para ambientar-se do caso), visto que “ele tinha em seu poder filmes nazistas”. Mencionava ainda a importância de “uma busca na casa do Friedrich na Rua Prudente” (de Moraes) (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942c). O sujeito identificado como Friedrich pode bem ser Afonso Friedrich, que era o proprietário da Casa Ômega Ourivesaria localizada nessa rua, como o leitor observou na relação de casas comerciais encontradas nas páginas de O Comércio no período do Estado Novo (Tabela 04).

Assim, podemos dizer que, em todos os espaços, havia olhos bem abertos e ouvidos bem apurados a vigiar todos os passos e manifestações de alemães e teuto-brasileiros. É exemplo disso o caso envolvendo Francisco Zanine e Luiz Canalli, os quais foram investigados pela polícia também por se manifestarem publicamente a favor da Alemanha (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943c). Cabe ressaltar ao leitor que na conjuntura do Estado Novo, principalmente a partir de 1942, ou seja, com o posicionamento do Brasil no conflito mundial, quando os alemães foram transformados em perigo ideológico e militar, o simples fato de falar mal do Brasil, criticar a política levada a efeito, ou ainda demonstrar expressiva admiração pelo regime em vigor na Alemanha, era entendido como antinacionalismo (ou antibrasilidade). Trata-se de uma das categorias mais frequentes nos documentos policiais, como bem explica Dietrich (2007, p. 129).

Através de um ofício identificado pelo nº. 337\43 enviado pela DOPS\SC à DOPS\PR, verificamos que Francisco Zanine, que já havia sido advertido, “continuava a fazer propaganda em favor das nações totalitárias”. De acordo com o documento ele dizia que “quando a Alemanha ganhar a guerra, o Brasil terá melhor regime; que o Brasil não tem exército e que basta a Alemanha dar um grito para que todo o Brasil se entregue”. Luiz Canalli, segundo o documento, dizia que o Brasil era “bobo em mandar forças para a África, por que morrem todos no caminho” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943c).

Porque esse caso é aqui importante? Bem, Francisco Zanine era um instrutor de maquinista que viajava constantemente de União da Vitória ao município de Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Luiz Canalli, por sua vez, era encarregado dos mecânicos da ferrovia, cujo depósito ficava em União da Vitória. Onde esses sujeitos estavam localizados já colocava em alerta a polícia, haja vista o formulário da SSN, por exemplo. Ademais, essas considerações nos levam a inferir que os próprios colegas de trabalho, funcionários da EFSPRG, podem ter sido os sujeitos que denunciaram Zanine e Canalli à D. R. de Porto União. Esta fez a denúncia circular, enviando a DOPS\SC, que enviou a DOPS\PR, que informou a D. R. de União da Vitória (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943c).

Portanto, como sugere Mayol (2009, p. 47), conviver nesse espaço não é algo

simples. Sair de casa, caminhar pelas ruas, entrar em um estabelecimento comercial e dividir espaços de trabalho com diferentes sujeitos, como no caso de Zanine e Canalli, é inscrever-se em uma rede de sinais sociais, significa correr o risco de ser “apontado com o dedo”. É necessário reconhecer e aderir ao sistema de valores expostos e comportamentos uniformes. Nesse espaço é preciso medir as palavras, as atitudes, reprimir aquilo que não convém.

Mostrar-se antinacionalista, por exemplo, não convém num contexto político que primava pela nacionalização, pelo patriotismo e exacerbava a ideia de um inimigo a combater. Isso porque esse espaço é um ambiente que não admite transgressões. A atitude dos sujeitos “deve transmitir o mínimo de informação possível, manifestar o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro”. Não convém “dar muito na vista”, convém guardar suas opiniões pra si mesmo, como explica Mayol (2009, p. 50). Todo desvio explícito nesse espaço significa atentar contra a integridade simbólica que rege a vida cotidiana.

É interessante destacar que Zanine e Canalli estavam sendo investigados no mês de fevereiro de 1943. Isso nos leva a uma discussão até agora ausente nestas páginas e que precisa ser considerada, ainda que minimante, na medida em que contribui para a compreensão desse cotidiano e das relações entre estrangeiros e brasileiros em União da Vitória e Porto União. Trata-se da mobilização para a guerra colocada em prática no país, pois embora o conflito estivesse se desdobrando em palcos muito distantes do Brasil, muito distante do Paraná e de Santa Catarina, a mobilização de um *front* interno ocorria por parte do governo nesse momento repercutindo nesses dois municípios fronteiriços.

Concordamos com Márcio José Pereira (2010, p. 112), que discute sobre o cotidiano e a repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial. Para o autor a criação de um *front* interno, um sentimento de guerra na sociedade, fazia-se necessária para que ocorresse o alinhamento entre a população e o governo. Era preciso manipular as massas, “dos operários aos patrões, de forma que aceitassem e contribuíssem com as ações que o governo tomara diante da Segunda Guerra Mundial”. O autor explica que o medo “ajuda no alinhamento da população aos mandos e desmandos do governo”. A ideia de o conflito chegar ao “próprio quintal, fazia com que a população não contestasse a legislação, não reclamasse dos decretos restritivos e muito menos se revoltasse com o regime autoritário estado-novista”.

Nessa lógica, é como se o Estado projetasse no imaginário social a ideia de uma guerra muito próxima, tornar a guerra uma experiência coletiva, como forma de assegurar maior apoio ao regime e às suas ações. Cabe lembrar que o imaginário social intervém a diversos níveis da vida coletiva, realizando simultaneamente várias funções em relação aos agentes sociais. Ademais, o controle do imaginário pode assegurar uma influência

significativa sobre os comportamentos individuais e coletivos, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACZKO, 1985, p. 312).

Nesse esforço de mobilização a imprensa teve papel importante, sendo um dos veículos de disseminação dessa necessidade e de um imaginário voltado para a guerra. No mês de outubro de 1942, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de Santa Catarina, o DEIP\SC, criado em maio de 1941, subordinado ao DIP, no Rio de Janeiro, fez circular um comunicado oficial sobre a participação do Brasil do conflito mundial. Esse comunicado foi publicado em O Comércio com o título: Dever de cada um e de todos, na primeira página. Por meio dele o governo catarinense enfatizava a população que:

Por todos os meios ao alcance, devemos cooperar na elevação do potencial econômico do país, conscientes de que, pelo trabalho intenso, estaremos, na tranquilidade de nossos campos e searas, contribuindo para a vitória decisiva e esmagadora. A guerra que se desdobra através de imprevista mobilidade, não deverá nem poderá colher-nos desavisados. Ao contrário, sob previdente determinação, devemos constituir-nos uma força das mais decididas e eficazes, de sorte a nos resguardarmos das surpresas ruínas, já verificadas em outras nações a guerra não deverá nem poderá colher-nos desavisados. Se, de um lado, o govêrno aparelha as suas gloriosas forças de terra, mar, e ar, para a resistência, a defesa ou a ofensiva, de outro, não se poderá deixar de travar a luta patriótica de que depende, em parte, o sucesso das armas combatentes. Cabe, assim, a todos que ansiamos o triunfo do bem sobre o mal, obedecer ao imperativo patriótico, que nos vem do passado como um símbolo glorioso de brio, de honra e de patriotismo, exigindo cumpra cada um o seu dever (O COMÉRCIO, 1942, p. 01).

Observamos que a preparação para a guerra envolvia todas as manifestações e atividades da vida nacional. No campo moral, vê-se a educação do povo e a formação de uma mentalidade alinhada aos interesses da pátria, suprimindo o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. No campo material, vê-se em destaque a produção de recursos de toda natureza. O dever de todos estava em promover, por todos os meios e sob os melhores esforços, o amplo desdobramento da produção, elevando-a a um nível considerável e que torne o país apto a resolver-se em imprevistos. Isso porque a infraestrutura para manter a guerra em curso, a manutenção militar do país envolvia todos os recursos e toda a sociedade.

Em tempos de guerra, como experimentou o Brasil principalmente a partir de 1942, “o moral do país, o estabelecimento dos exércitos, a divisão da escassez, são tarefas que cabem ao poder público, pois envolvem a salvação da nação” (RÉMOND, 2003, p. 443). É nesse contexto que foi criada, por exemplo, a Coordenação da Mobilização Econômica, um órgão federal encarregado de centralizar e controlar a economia durante a guerra, criado em setembro de 1942, logo após a entrada do Brasil na guerra. De acordo com o Decreto-lei nº.

4.750, ficavam “mobilizados, a serviço do Brasil, todas as utilidades e recursos econômicos existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, caráter, propriedade ou vínculo de subordinação” (BRASIL, Decreto Federal nº 4.570, de 18 de setembro de 1942).

Assim, as pessoas das quais falamos (estrangeiras e brasileiras) estavam inseridas num contexto também marcado pela criação de um *front* interno, que repercutiu fortemente no imaginário social. Não estamos com isso dizendo que os enfrentamentos entre brasileiros e alemães tenham sido unicamente fruto do medo de uma guerra muito próxima, tampouco, que as pessoas aderiram plenamente a esse “chamado do Estado” para combater os inimigos, que as suas reações foram ministradas por causa dessa interpelação. Entendemos que esse contexto, marcado por um discurso nacionalista, aversão a estrangeiros, por mitos políticos, pelo posicionamento do Brasil contra a Alemanha, envolve também um esforço de guerra, que contribuiu para alterar as relações travadas no interior da cotidianidade dessa população.

O medo de uma guerra muito próxima certamente fez aflorar sentimentos nacionalistas e de identidades nacionais, colocando mais ainda em evidência as alteridades presentes no cotidiano da sociedade que formava os municípios de União da Vitória e Porto União. Podemos ilustrar essa perspectiva através de um documento em que a D. R. de União da Vitória informava a DOPS\PR, em dezembro de 1943, sobre a prisão de um sujeito de nacionalidade alemã chamado Paulo Lange. Nos termos do documento, Lange era proprietário de uma casa de carnes localizada na área urbana de União da Vitória e foi preso por ter sido arrancado um cartaz pró Bônus de Guerra da parede de seu estabelecimento comercial (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943j). Lange poderia mesmo ter arrancado o tal cartaz, afinal, o estabelecimento era seu. Como se trata de um espaço frequentado durante todo o dia e por diversas pessoas, é possível que alguém tenha visto e o denunciado à polícia.

Quando falamos de cartaz pró Bônus de Guerra, quer dizer um material de propaganda de títulos públicos, vendidos pelo governo à população com a finalidade de controlar a inflação, bem como sensibilizar a população para algum objetivo político a ser alcançado. Trata-se, por exemplo, de um esforço para financiar o aparelhando, recrutamento e treinamento de tropas para um conflito armado. A venda desses títulos pode ser entendida como um dos esforços de guerra colocado em prática pelo governo com a entrada do Brasil no conflito, em agosto de 1942. Esse cartaz é uma das formas pelas quais o governo trouxe a guerra para o cotidiano da população desses dois municípios. O gesto de arrancá-lo, supostamente efetuado por Paulo Lange, foi entendido pela polícia, nos termos do documento sobre o caso, como de “menosprezo a uma campanha de sentido verdadeiramente patriótica” (ARQUIVO, PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943j).

Assim, podemos entender que nessa conjuntura era possível que algumas pessoas sentissem necessidade de entregar um alemão, subversivo ou não, a polícia política do Estado Novo. Podemos estabelecer aqui um diálogo rápido com Cancelli (1994, p. 93) quando explica que o governo conseguia fazer, “através de seus múltiplos instrumentos de propaganda, com que a população se sentisse engajada nas campanhas cívicas para a construção de um novo país”, o que ela chama de “delegados ideológicos do Estado”.

Essas denúncias mostram o grau de vigilância da população civil em relação aos imigrantes alemães e teuto-brasileiros, a vigilância realizada por pessoas que cooperaram com a política de repressão instaurada pelo Estado Novo. Pereira (2010, p. 158) entende essas denúncias como formas eficazes de controle social. Ademais, para o autor, naquele momento de tensão “qualquer problema, por mais simples que fosse, era passível de uma denúncia formal ou anônima”, a exemplo da carta que denunciava as alemãs à polícia. A questão étnica era importante, ou seja, ser alemão colocava o sujeito sob suspeita, “mas por inúmeras vezes foi suplantada por pequenas disputas de poderes, ciúmes entre vizinhos, inveja e antigos ressentimentos”, aliás, práticas bem expressivas da vida cotidiana em qualquer espaço.

É certo que o autor está refletindo sobre a capital paranaense. Porém, essa perspectiva pode ser utilizada também em relação aos municípios de União da Vitória e Porto União. Podemos considerar que muitas das denúncias efetivadas por essa população em relação aos alemães e teuto-brasileiros estavam revestidas de pontos de vista e tensões de ordem pessoal. Aliás, muitos desses sujeitos, como observamos, desfrutavam de posições importantes na sociedade, ocupando cargos públicos, localizados no setor industrial, comercial, ocupando historicamente áreas urbanas, posicionando-se e participando de conflitos que marcaram a primeira metade do século XX. Trata-se de uma configuração que bem poderia ser traduzida por alguns indivíduos brasileiros (e mesmo estrangeiros) como uma expressão de poder, de privilégios, fatores que poderiam colocá-los em conflito.

Nessa conjuntura política o cotidiano foi alterado de tal maneira que abria campo para práticas de revanchismos e intrigas de todos os tipos. O campo estava aberto para que as pessoas se utilizassem do expediente da denúncia (anônima ou não) de crimes, ou de supostos crimes contra a ordem política e a segurança nacional simplesmente por motivo de desforra. Trata-se, por exemplo, de fazer uma denúncia com o objetivo de vingar-se ou tirar proveito de desafetos pessoais envolvendo alemães e teuto-brasileiros, mesmo que essas denúncias nem sempre saíssem de acordo com o desejo do denunciante. Isso porque no discurso do governo estava marcado quem era o “outro”, considerado uma ameaça: o alemão (nazista) e, em menor

medida o italiano (fascista), bem como o japonês (inassimilável). Ademais, a vigilância policial era constante (dentro dos seus limites) em União da Vitória e Porto União.

Nesse cotidiano de ouvidos e olhos bem atentos, amigos tornam-se inimigos e as relações passam a ser de tensões e medo de ser delatado. Havia pessoas que poderiam fazer denúncias por se sentirem impelidas pelo imaginário social a contribuir para a manutenção da ordem política e da segurança nacional; havia aquelas que entendiam estar diante de uma oportunidade para se vingar de sujeitos de nacionalidade alemã e teuto-brasileiros, ou então, porque não, oportunidades incríveis para ver mesmo é o “circo pegar fogo”. Esse termo desvia um pouco da formalidade que um texto dessa natureza exige (?). Talvez! Entretanto, nada mais expressivo do cotidiano de uma pequena população, marcada pela alteridade, em um espaço como União da Vitória e Porto União, que apesar de serem cidades interioranas, viveram intensamente o contexto político bem característico do Estado Novo.

3.3 Os alemães e teuto-brasileiros no discurso policial

Com o rompimento das relações diplomáticas e o posicionamento do Brasil na guerra, foi grande a quantidade de alemães e teuto-brasileiros, pessoas, sob vigilância da polícia e da população. Esses sujeitos e suas necessidades cotidianas passaram a ser objeto de suspeição e intolerância por parte da polícia e também da população. A polícia, respaldada por decretos-leis, federais e estaduais, operava através da “lógica da desconfiança”, ou seja, uma espécie de estigmatização generalizante na sociedade, em que todo elemento pertencente à comunidade alemã era considerado suspeito (CARNEIRO, 2015, p. 17). Praticamente tudo a eles associados era imediatamente “demonizado”, “nazificado”, entendido como “contrário aos interesses nacionais” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942-1945).

Nesse ponto, tratemos dos discursos emanados do poder policial, os quais são reveladores não apenas do aparato de exclusão engendrado pelo Estado Novo, como também são expressões de símbolos acionados com o objetivo de legitimar, no que concerne ao imaginário coletivo, a ideia de grupos perigosos, avessos ao corpo nacional.

No relatório escrito por Vicente de Castro, por exemplo, em janeiro de 1942, sobre os municípios de União da Vitória e Porto União, bem como a população de origem alemã da região, verificamos que o autor destacava que ditos elementos viviam nesse espaço “em perfeita harmonia”. Para esse sujeito, não havia nada que despertasse “curiosidade popular ou policial nesses municípios, constituindo-se em um verdadeiro paraíso para a chamada quinta-

coluna” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942b).

A expressão quinta-coluna teve origem em meio a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), conflito armado deflagrado depois do fracassado golpe de estado realizado por um setor do exército contra o governo da Segunda República Espanhola, terminando com a vitória dos militares e a instauração de um regime autoritário com algumas características fascistas liderado por Francisco Franco. Nele, o termo foi utilizado para designar os apoiadores das colunas que marchavam contra o governo da Frente Popular Republicana⁵².

Durante a Segunda Guerra Mundial, a expressão foi utilizada para se referir aqueles que agiam secretamente infiltrados num país em guerra, ou então em vias de entrar na guerra. Trata-se daqueles que supostamente se dedicavam a subverter a ordem política em prol de um levante de inspiração nazista no Brasil, no caso dos alemães, fazendo espionagem e propaganda a favor dos países fascistas. A polícia apropriou-se desse termo, sendo ainda integrada a um vocabulário específico para nomeação dos inimigos internos da nação brasileira, homogeneizando os sujeitos como suspeitos. É uma expressão associada à traição, conspiração de grupos e facções infiltrados no país, não identificados com o todo social⁵³.

Lembramos que por meio do imaginário social o governo define seus inimigos, assegurando “em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças” (BACZKO, 1985, p. 310). Nesses termos, acionava-se um discurso estereotipado em relação aos alemães e teuto-brasileiros, com a utilização de termos pejorativos associados a um conjunto de valores negativos, bem diferente do discurso em relação aos alemães estampando nas páginas de O Comércio que tivemos acesso.

Em um ofício expedido pela D. R. de União da Vitória a DOPS\PR, verificamos a prisão do “súdito alemão” Jamy Jacó Muentsch Junior, que foi recolhido pela polícia de Palmas (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943a). Em fevereiro de 1945, a polícia se referia a Luiz Bross também como um “súdito alemão”, que foi recolhido à cadeia de Clevelândia por não portar documentos de identificação (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1945b). Em outro documento, expedido em 1943, o Delegado de União da Vitória solicitava a permissão da DOPS\PR para encaminhar à capital paranaense com o

⁵² Informações encontradas no site da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC – FGV). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>

⁵³ Na tese construída por Marlene de Fáveri (2002), por exemplo, verificamos que a polícia chegou a produzir um panfleto intitulado Serviço de Prevenção Contra a Quinta-coluna, onde aparecem as mais estereotipadas formas de detectar espíões e traidores da pátria. Uma peça teatral intitulada Quinta-coluna, foi escrita pela esposa do Juiz de Direito de Tijucas, sendo apresentada diversas vezes nessa cidade e, posteriormente, em Itajaí. Mais informações em: FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra:** cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina (Tese Doutorado), 2002.

objetivo de revalidarem carteiras de motoristas os “súditos do Eixo” que requereram licença para empreender tal viagem (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943h).

‘Súdito alemão’ e ‘súdito do Eixo’ são expressões que correspondem a uma nomenclatura oficial pela qual eram chamados os alemães e também os italianos e os japoneses (e descendentes) durante a Segunda Guerra Mundial. Note que essas expressões utilizadas pela polícia indicam uma subordinação dos alemães ao país de origem, atestando a presença de um mau político e social no Brasil. Vale destacar, que alguns alemães presentes no país eram sim subordinados à Alemanha, haja vista a existência de atividades nazistas no país como, por exemplo, a espionagem. Porém, não na intensidade que o discurso da polícia fazia notar nessa conjuntura. Trata-se, como destaca Chartier (1991), de uma representação social e política do elemento considerado nocivo à ordem política e à segurança nacional, encontrada nos documentos da polícia política e nos documentos do governo de modo geral.

É oportuno destacar aqui a forma generalizada com que a polícia se refere aos alemães. Observemos o caso dos ‘súditos do Eixo’ que desejavam revalidar suas carteiras de motoristas. Entre esses sujeitos deveria haver alemães e teuto-brasileiros dos mais variados posicionamentos diante da conjuntura política que vivia o país. Gertz (1991, p. 09), chama atenção para a necessidade de superar ideias pré-estabelecidas quando o assunto é imigração alemã para o Brasil. Uma de suas afirmações é a de que os sujeitos são marcados pela heterogeneidade. O autor destaca que havia entre os imigrantes “colonos, colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, proletários”, os quais possuíam ideias e interesses diferentes. É certo que a reflexão do autor corresponde ao Rio Grande do Sul, seu espaço de maior observação. Entretanto, essa ideia cabe perfeitamente a outras regiões do país, como a que corresponde ao sul do Paraná e norte de Santa Catarina.

Podemos aprofundar um pouco essa discussão destacando que o Brasil recebeu imigrantes em momentos diferentes e de diversas regiões da Alemanha, falavam dialetos e mesmo em sua forma de viver eram diferentes. Rafael Athaides (2011, p. 47) explica que os imigrantes que organizaram suas vidas desde o início da colonização, no segundo quartel do século XIX, fincaram raízes mais fortes na “nova pátria” além mar. É claro que o processo de ocupação do espaço em território brasileiro é marcado pela migração de alemães e descendentes em busca de novas fronteiras agrícolas. Porém, muitos desses sujeitos haviam se estruturado no país de hospedagem criando escolas, associações, clubes, assim como se formava uma geração de teuto-brasileiros que não demonstravam o mesmo fervor em relação à Alemanha, como foi o caso dos alemães que entraram no país após a unificação alemã.

É possível entender melhor essa perspectiva com ajuda de Magalhães (1998, p. 31),

quando menciona que os alemães que chegaram ao Brasil antes de 1870, os chamados alemães de 1848, ou os *Brummer* (mosqueteiros), não se harmonizaram de pronto com os alemães que chegaram após 1870, os chamados *Reichdeutsche* (alemães do Império), o que acabava gerando tensões entre esses sujeitos. Essas pessoas falavam um alemão difícil de entender, consideravam-nos “eruditos demais, excessivamente apegados à região de origem e defensores de um país que não dizia respeito à sua história”. Nesses termos, o que pensar em relação aos imigrantes que deixaram a Alemanha no século XX, mais especificamente aqueles que deixaram as fronteiras alemãs após a Primeira Guerra Mundial? Esses sujeitos trouxeram na bagagem um forte nacionalismo e toda a experiência da derrota do país na guerra.

Isso tudo quer dizer que por detrás da expressão “alemães” há uma diversidade grande de sujeitos, bem como de experiências. Porém, para a polícia política essa diversidade não é levada em consideração. Observamos que no discurso policial sujeitos unicamente interessados em revalidar suas carteiras de motorista, o que precisava ser feito necessariamente na capital do Estado, eram apresentados como “súditos do Eixo”, fossem eles adeptos do nazismo ou simplesmente tivessem famílias originárias da Alemanha.

Em alguns casos, esses termos eram ainda reforçados por expressões como: ‘elemento nocivo’, ‘perigoso’ e ainda ‘péssimo elemento’. Observemos um pouco mais o caso de Ernesto Saade. No Ofício nº 139, enviado pelo Delegado Regional a DOPS\PR, em março de 1942, verificamos que Ernesto foi novamente recolhido e encaminhado a Curitiba por ele ter adquirido uma passagem de trem do município de União da Vitória a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, para o indivíduo de nome Fidelis Pompermaio. Segundo a polícia, esse sujeito não possuía documentos e era considerado suspeito. A transação realizada entre esses sujeitos só não obteve sucesso porque foi observada por um dos Chefes de Trens que se encontrava no local e rapidamente denunciou à polícia. Como o trem já havia partido, o Delegado de União da Vitória solicitou a prisão do sujeito que estava em trânsito pela ferrovia à Delegacia de Polícia de Calmon, em Santa Catarina, o que foi realizado por intermédio da D. R. de Porto União (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942e).

Não há mais registros que comprovem a prisão de Fidelis. Entretanto, é bem possível que ele tenha sido recolhido quando o trem parou para embarque\desembarque de passageiros e mercadorias na estação de Calmon. No que diz respeito à prisão de Ernesto, um detalhe interessante é que o Delegado de União da Vitória retomou o inquérito instaurado contra ele em 1941. Trata-se do inquérito por ocasião de ter se manifestado a favor da Alemanha na guerra nas dependências do Hotel Paraná, espalhando-se entre a população a partir do Café Carvalho, devido ao cotidiano e a proximidade entre as pessoas nesses municípios. O

Delegado destacava à DOPS\PR, em 1942, que Ernesto era “péssimo elemento, um dos maiores propagandistas do nazismo” na região (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942e).

Note que essa autoridade policial acabou ligando Ernesto ao ideário nazista, mesmo com a principal testemunha do caso, Antonio Saporiti, dizendo que ele não havia dito nada que ferisse o país. Cabe ressaltar que nos documentos que tivemos acesso, não encontramos nenhum elemento que possa determinar sua filiação ao partido nazista que existiu de forma organizada até o ano de 1938 nos municípios de União da Vitória e Porto União. O que podemos afirmar é que o fato de ele ter se manifestado a favor da Alemanha, em 1941, foi utilizado pela polícia, em 1942, para representá-lo como um elemento nocivo, ligado ao ideário nazista. Ernesto ficou estigmatizado como um sujeito dotado de uma periculosidade que na realidade não possuía, mas que era fundamental dentro da lógica policial, entendida, aqui, como um dos braços responsáveis por sustentar o Estado Novo.

O comportamento dos estrangeiros era regulado em todo o território e quem também foi acusado de facilitar a passagem de um suspeito da polícia pela região sul do Paraná e norte de Santa Catarina foi Frederico Luedke, nascido na cidade de *Strasburg*, que pertencia à Alemanha. Na Folha de Anotações e Antecedentes desse sujeito, na data de 1º de março de 1942, verificamos que a polícia o representou como “um dos principais adeptos do Eixo na região (...)”, ele aparece como um “elemento nocivo a tranquilidade e a segurança nacional” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942f)⁵⁴.

Estamos falando de um imigrante alemão, com 52 anos de idade, que residia em Porto Almeida, próximo a colônia Cruz Machado (PR). Esse sujeito era operador de uma lancha no rio Iguaçu, a qual fazia a linha de Porto Vitória a União da Vitória\Porto União. Aliás, essa era a forma mais fácil dos habitantes de Porto Almeida e Cruz Machado acessarem o conglomerado urbano de União da Vitória e Porto União. Esse sujeito percorria cerca de 20 quilômetros pelo rio Iguaçu transportando passageiros e todo tipo de mercadorias.

Podemos destacar que essas circunstâncias, por si só, já eram suficientes para fazer dele um sujeito que deveria estar sob vigilância policial. Isso porque ele estava presente diariamente em um ambiente privilegiado, considerado estratégico para uma possível

⁵⁴ Folha de Anotações e Antecedentes corresponde a uma parte do prontuário do sujeito na polícia. Na capa dos prontuários verificamos itens de identificação como, por exemplo, nome, a data de nascimento, filiação, nacionalidade, estado civil, profissão, local de trabalho, residência atual, bem como nome e residência de conhecidos e parentes. O documento reservava ainda um local para fixar a fotografia do sujeito (acompanhada da data de sua produção). Além disso, há um espaço destinado aos agentes policiais para a anotação das marcas particulares que o sujeito porventura possuísse. No verso encontra-se a Folha de Anotações e Antecedentes com um índice datado dos eventos que levaram o sujeito a ser investigado.

subversão da ordem política, ou seja, o Iguaçu, um rio importante na região e navegado durante toda a primeira metade do século XX na altura de União da Vitória e Porto União. Além disso, trata-se de um sujeito que mantinha contato pessoal e comercial com diversos alemães, os quais eram residentes tanto no quadro urbano como no rural dos dois municípios.

Essa situação se agravou quando em 24 de setembro de 1942, o ministro da Justiça emitiu um telegrama aos interventores estaduais, informando-os sobre a reunião do Comitê Consultivo emergencial para a defesa política do continente americano, ocorrido naquele momento em Montevideu. Esse Comitê recomendava que houvesse uma maior vigilância em relação aos alemães, italianos e japoneses, no sentido de evitar que esses sujeitos controlassem setores como o da alimentação, produção e circulação de combustíveis e armamentos. O mesmo Comitê recomendava ainda a necessidade de vigilância e medidas mais contundentes em relação ao transporte de cabotagem, o qual era entendido como suscetível à abordagem de pessoas oriundas dos países inimigos, nessa conjuntura, a Alemanha, a Itália e o Japão (PRIORI, 2013, p. 14).

Luedke, que provavelmente já era vigiado pela polícia por esses elementos, foi preso acusado de facilitar a passagem pela região de um indivíduo considerado suspeito pela polícia. Encontramos essa informação em um documento, com data de 8 março de 1942, no qual ele é destacado como “um péssimo elemento”, tendo em vista que foi quem deu “guarida ao marinheiro do ‘Admiral Graff Spee’ chamado Rodolf Siemann, quando este sujeito encontrava-se nesses municípios. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942f)⁵⁵.

Trata-se de um desertor da marinha alemã que, segundo Athaides (2011, p. 191-192), foi preso pela DOPS na primeira metade de 1942. Segundo o autor, no mês de maio, o delegado de Ordem Política e Social, Walfrido Piloto, explicava à Chefatura de Polícia que dentre “duzentos e tantos indivíduos detidos para averiguação de caráter político-social, são considerados elementos perigosos à segurança nacional, com referência a atividades nazistas”, vinte e seis pessoas que deveriam ser mantidas na Casa de Detenção, em Curitiba. Na lista feita pelo delegado constava, segundo o autor, desde uma minoria outrora comprometidas

⁵⁵ Trata-se de um navio da Marinha de Guerra alemã lançado ao mar já nos primeiros meses de guerra. Possuía moderna tecnologia e tinha a função de caçar navios mercantes ingleses nas águas do Atlântico Sul, bem como evitar qualquer combate com forças inimigas. Após torpedear vários navios ingleses, o *Graff Spee* tentou uma última investida próximo da baía do rio da Prata, no Uruguai. O comandante esperava encontrar navios mercantes, mas se deparou com uma força inglesa de navios de combate. Após o combate, com o *Graff Spee* danificado, o comandante buscou refúgio no porto de Montevideu. Por questões políticas o navio alemão foi intimado a deixar Montevideu, e ao fazer isso o *Graff Spee* encontrou a frota inglesa para um combate final. Diante disso, e com ordens de Adolf Hitler de não deixar o navio ser capturado pelos ingleses, o comandante, Hans Langsdorff, em dezembro de 1939, deixou a tripulação em segurança (que seguiram para solo argentino) e fez com que o couraçado explodisse e afundasse. Alguns dias depois o comandante Langsdorff cometeu suicídio na Argentina, sendo encontrado junto a uma bandeira da Alemanha nazista.

com a NSDAP\PR até alemães declaradamente antinazistas, bem como Rudolf Siemann.

No que diz respeito a Frederico Luedke verificamos que ele ficou caracterizado como um “péssimo elemento”, que se relacionou com um foragido da polícia em União da Vitória e Porto União, melhor, com um soldado do Reich. Nessa conjuntura, do rompimento das relações diplomáticas do governo brasileiro com a Alemanha, proteger um indivíduo considerado suspeito pela polícia, como parece ter feito Frederico, comprometia qualquer cidadão. Dar guarida a um foragido da polícia era assumir as responsabilidades de um criminoso. Tanto, que ele foi recolhido pela D. R. de União da Vitória e apresentado a DOPS\PR, ficando preso na Casa de Detenção, localizada em Curitiba, do dia 2 de março ao dia 25 de maio, data em que foi posto em liberdade por ordem do Chefe da DOPS\PR (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942f).

Podemos dizer que estava aberta a “caça as bruxas” e a documentação policial que temos em mãos, produzida pela D. R. de União da Vitória, em diálogo com a DOPS\PR, demonstra que uma viagem empreendida à Alemanha, uma atitude, um documento ou mesmo um objeto, prestava a polícia para comprovar as ideias subversivas do elemento suspeito.

A documentação policial que envolve novamente os Saade também é interessante nesse sentido, pois eles foram enviados uma terceira vez a DOPS\PR. Isso porque em fevereiro de 1944, João Saade, juntamente com Ernesto, foi acusado de desrespeito a Bandeira Brasileira. Todo o caso girou em torno do fato de sua esposa, cujo nome não foi citado nos documentos, ter reaproveitado o tecido de uma Bandeira Nacional para fazer forros de travesseiros, utilizados nos quartos (ou no *hall* de entrada) do Hotel Paraná. Essa acusação ocorreu por parte do próprio Delegado da D. R. de União da Vitória, na ocasião, Floriano Napoleão de Miranda, que teria verificado o fato quando esteve nas dependências do estabelecimento (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944b).

O desrespeito aos símbolos nacionais estava previsto em lei. Trata-se do Decreto-lei nº. 4.545, de julho de 1942, o qual versava sobre a forma e a apresentação dos símbolos nacionais. Nesse documento, vê-se uma série de determinações para a feitura e utilização dos símbolos. O documento destacava ainda, no capítulo IV, a proibição do uso da Bandeira Nacional sempre que o exemplar não estivesse em bom estado de conservação, bem como o seu uso, na integridade ou em qualquer de suas partes integrantes, nos rótulos ou invólucros de produtos expostos a venda, na propaganda ou qualquer outro ato de natureza comercial ou industrial (BRASIL, Decreto Federal nº. 4.545, de 31 de julho de 1942).

O Decreto estipulava ainda a proibição de utilizar a Bandeira Nacional como ornamento ou roupa, nas casas de diversões, ou em qualquer ato que não se revestisse de

caráter oficial. Ademais, na letra da referida lei, verificamos que era proibido o uso da Bandeira Nacional como reposteiro, ou seja, como cortinado que serve para substituir ou dissimular uma porta, pano ou peça de estofa que, a modo de cortina, cobre as portas interiores dos palácios, de casas, igrejas etc. Também era proibido o uso como pano de boca, guarnição de mesa ou como revestimento de tribuna. Assim, as capas de travesseiros confeccionadas pela esposa de João se enquadram perfeitamente nos termos desse Decreto (BRASIL, Decreto Federal nº. 4.545, de 31 de julho de 1942).

A pena estipulada era 06 meses a 01 ano de prisão para quem praticasse “em lugar público, ato que se traduza em menosprezo, vilipêndio ou ultraje a qualquer dos símbolos nacionais”; multa de “cem mil réis a quinhentos mil réis, elevadas ao dobro nos casos de reincidência”. Verificamos também que a autoridade policial local que tomasse conhecimento da infração deveria notificar o autor para “apresentar defesa no prazo de quarenta e oito horas, findo o qual proferirá a sua decisão, impondo ou não a multa”. Ademais, a autoridade policial local, antes de proferida a decisão, “poderá determinar a realização de diligências esclarecedoras, dentro do prazo de dez dias, se o julgar necessário ou se a parte o requerer” (BRASIL, Decreto Federal nº. 4.545, de 31 de julho de 1942).

Na Folha de Anotações e Antecedentes de Ernesto verificamos que uma diligência esclarecedora foi realizada. O encarregado do inquérito mandado proceder sobre o fato foi o Major Luis Lobo (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944a). No documento, uma carta escrita de próprio punho, em 10 de fevereiro de 1944, direcionada a DOPS\PR, o Major destacava que realmente a esposa de João Saade “aproveitou o tecido de uma Bandeira Brasileira, para fazer forros de travesseiros”. O fato “teria sido ignorado se não fosse à coincidência de o Delegado ter verificado” com os próprios olhos os tais travesseiros. Após as investigações, Luis Lobo fez um relatório favorável a João, dizendo que o ato, “em si delituoso, havia sido praticado pela esposa de João”, que este se mostrou preocupado com o que lhe poderia acontecer. Luis Lobo, dada a situação, resolveu “recomendá-lo como não sendo pessoa que a versão resumida dos fatos fazem supor ser”. Contudo, a carta enviada por Luis Lobo foi decisiva para que a DOPS\PR colocasse em liberdade João e Ernesto Saade (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944a).

Um detalhe interessante nesse caso é que a esposa de João Saade teria utilizado o tecido da Bandeira Brasileira, segundo o Major Luis Lobo, “há cerca de três anos”, ou seja, lá pelos idos de 1941 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1944a). Isso quer dizer que os travesseiros verdes e amarelos expostos nas dependências do Hotel foram confeccionados por ela no período anterior ao Decreto-lei de nº. 4.545, bem como anterior a declaração de

guerra do governo brasileiro ao Eixo. Outra questão a salientar é o fato de que o Decreto foi promulgado em julho de 1942 e o Delegado só constatou a existência deles, reportando a DOPS\PR, em fevereiro de 1944, quase dois anos depois. Isso quer dizer que outras pessoas podem ter visto os tais travesseiros e simplesmente ignorado, porque, talvez, as determinações quanto aos usos (e abusos) da Bandeira Nacional não fossem de conhecimento de João e Ernesto Saade (assim como de outras pessoas), até porque o fato foi observado e entendido como uma infração por uma autoridade policial.

Isso mostra que eventos ocorridos na vida de alemães e teuto-brasileiros, muito antes de 1942, antes de estes se tornarem inimigos da segurança nacional, eram utilizados pela polícia como justificativa para colocar os sujeitos sob vigilância. Podemos utilizar aqui as considerações de Dietrich (2007, p. 153), quando destaca que eventos passados de alemães e teuto-brasileiros eram de interesse da polícia, que buscava neles qualquer informação que comprometesse o cidadão em questão como, por exemplo, o fato de um sujeito ter lutado na Primeira Guerra Mundial, o que era entendido como um “passado comprometedor”.

É possível ilustrar essa perspectiva retomando o teuto-brasileiro Henrique Klein, que nasceu no Brasil, mas com três anos de idade foi com os pais para a Alemanha, retornando ao território brasileiro, para nele se fixar, somente depois de adulto, em 1920. De acordo com o relatório apresentado pela polícia Henrique Klein:

(...) estive incorporado ao exército alemão, participando da conflagração européia de 1914 a 1918, durante todo o tempo de duração, destacado, a principio, no front russo, e integrado, posteriormente, as tropas de ocupação ou em operações no território francês. Duas foram as condecorações recebidas em razão dos serviços militares prestados, sendo a primeira em 23 de outubro de 1917, em plena guerra, portanto, e a segunda, ultimamente, a título de lembrança, entregue pelo próprio Consulado alemão nesta capital (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942l).

O passado de alguns alemães e teuto-brasileiros pode ser observado através dos documentos da DOPS\PR e de SC. A partir do Ofício nº. 1476, de setembro de 1942, assinado por Antonio de Lara Ribas, verificamos que ela informava à DOPS\PR sobre alguns elementos considerados suspeitos na região. Nesse documento é citado, por exemplo, Willy Woeltje, descrito como “suboficial”; Oscar Groksch, o qual era apontado como “da marinha de guerra alemã”, bem como Carl Rotenbuecher, identificado como “da tropa de assalto (S.A)”. O mesmo documento informava ainda a DOPS\PR sobre Christian Guth, acusado de fazer propaganda nazista na região, mesmo depois da proibição dos partidos políticos levado a efeito em 1938. Nesse documento ele é descrito como “soldado” atuante na Primeira Guerra

Mundial (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942j).

Outra informação presente nesse documento é a de que Christian havia mandado “seu filho Carl à Alemanha, afim de que receber instrução militar” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942j). Em um depoimento fornecido a polícia Christian destacou que seu filho Carl, que veio ao Brasil com sete anos de idade, esteve sim na Alemanha em princípios de 1938, tendo prestado serviço a *Arbeitsdienst* (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942j). Trata-se do Serviço de Trabalho do Reich, uma organização do trabalho criada na Alemanha, em 1935, no qual deveriam se inscrever, obrigatoriamente, todos os alemães, homens e mulheres, para prestarem seus serviços ao país durante pelo menos seis meses. O fato de Christian ter enviado seu filho a Alemanha era um elemento considerado comprometedor, um sinal de periculosidade. Porém, é preciso considerar que era comum que imigrantes alemães enviassem seus filhos a Alemanha para receber instrução escolar e mesmo militar nas décadas de 1920 e, principalmente, na de 1930.

Ademais, é preciso lembrar também que Christian Guth se estabeleceu no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, mais especificamente em 1925. Portanto, ele trouxe na bagagem um vínculo bem maior com a Alemanha, diferente dos imigrantes do século XIX. Além disso, estamos falando de um industrial importante na região, proprietário de um moinho colonial. Nesses termos, Christian manipulava capital econômico suficiente para enviar seu filho à Alemanha e lá mantê-lo por um bom tempo. Aliás, como informa Dietrich (2007, p. 154), essa atitude foi similar aquela adotada pelo próprio Vargas, uma vez que seu filho mais velho, Lutero, fez uma temporada de estudos na Alemanha. Ele fez lá um curso de especialização no Instituto Anatômico de Berlim, como convidado do governo alemão. Lutero Vargas foi aluno de Ernest Ferdinand Sauerbruch, que foi um dos membros do *Reichsforschungsrat*, Conselho de Pesquisa do Reich, que apoiou os experimentos com cobaias humanas nos campos de concentração nazistas. Se fosse Lutero Vargas apenas Lutero, ele seria considerado um elemento nocivo a segurança nacional por ter realizados estudos na Alemanha? Sem dúvida!

Se esses casos não são suficientes para destacar como a polícia exacerbou a periculosidade dos sujeitos e administrou as mais variadas situações cotidianas desse espaço, podemos discorrer ainda sobre Walter Bach. Esse sujeito foi um dos tantos imigrantes que chegou a região de União da Vitória e Porto União na primeira metade do século XX. No seu Fichário Provisório Individual verificamos que ele é descrito como “nazista destacado”, tendo sido controlado desde o ano de 1938⁵⁶. Nessa fonte, Walter Bach é tachado ainda como

⁵⁶ O Fichário Provisório Individual é um documento possui informações que identificam o sujeito como, por exemplo, o nome, a data de nascimento, filiação, nacionalidade, estado civil, profissão, local de trabalho,

distribuidor de material de propaganda na zona de Porto União a Palmas e correspondente consular alemão na região (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942).

Em um segundo documento, o Ofício nº 137, com data de 13 de julho de 1942, enviado pela 5ª. Região Militar a Secretária do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná, verificamos que ele estava sob suspeita da polícia por exercer “atividades contrárias aos interesses nacionais” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942i). Em um terceiro documento, enviado pela D. R de União da Vitória à Fauto Bittencourt, em 15 de junho de 1942, verificamos também que Bach é destacado como um “elemento suspeito”, como pode ser observado na imagem exposta na página a seguir.

Note que essa afirmação foi feita pela autoridade policial da Regional de União da Vitória com base no fato de que ele figurava no livro de título: *A quinta-coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*. Trata-se de uma literatura militar, publicada em 1942, de autoria do Tenente Coronel Aurélio da Silva Py, que desenvolvia nesse momento atividades de Chefia de Polícia na DOPS\RS. Em contato com o referido livro, constatamos que Walter Bach é citado em um texto de título: *Novamente os Consulados Alemães*.

Aurélio da Silva Py inicia esse texto dizendo que:

Todos aqueles que se dizem bem informados e ainda tomam a si o encargo de defender os nazistas “tão injustamente acusados”, talvez ignorem que a atividade partidária, assim como a atividade secreta do nazismo, nunca cessou no Rio Grande do Sul. Como não tratamos neste capítulo da propaganda e atividade partidária e, sim de seu trabalho secreto, vamos referir mais um dos casos que demonstram a existência de tais atividades após a proibição do nazismo no Brasil (PY, 1942, p. 336).

O texto segue destacando que o documento que serve de prova da atividade secreta do nazismo no país é uma carta escrita no município de Porto União, na data de 1º de junho de 1939, por Walter Bach, ou seja, após a proibição de partidos políticos levado a efeito pelo governo em 1938, através do Decreto-lei 383. A carta foi autenticada pelo consulado de Rio Grande, o qual, por sua vez, também remeteu aos agentes consulares localizados no interior do Estado, pelo menos no que diz respeito as cidades de Pelotas, Bagé, Rio Negro e também Jaguarão (PY, 1942, p. 338).

residência atual, bem como nome e residência de conhecidos e parentes. No verso há um histórico datado dos atos praticados pelo sujeito que o levaram a ser investigado. É importante ressaltar que essas fichas não eram rigorosamente preenchidas pelos agentes policiais.

Imagem 18: Documento sobre Walter Bach.

A G. 143



Estado do Paraná

7a. Delegacia Regional de Polícia de
União da Vitória, 15 de Junho de 1942.

Exmo. Snr. Fausto Bittencourt.
D.D. Chefe de Polícia do Estado.
CURITIBA

O nome do conhecido Sr. colonista em Porto União, que falei pessoalmente com V. Excia, é Walter Bach, conforme se verifica pelo livro denominado "A 5a. Coluna no Brasil", de autoria do Exmo. Snr. Ten. Cel. Aurelio da Silva Py, Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul, as fls. 336, 337 e 338 e pela circular nº 60 assinada pelo mesmo.

Tratando-se, portanto, de um elemento suspeito, solicito a V. Excia providencias junto a quem de direito.

Atenciosas Saudações

- PI. 3685-491

Tip. Graciosa

Vejamos na citação abaixo o conteúdo dessa carta:

Como é de seu conhecimento, publica o pastor Friedrich anúncios nos jornais do Rio Grande do Sul oferecendo-se como intermediário e procurador em assuntos de renda, pensões, etc. Este ‘lobo em vestes de cordeiro’, para se falar biblicamente, está, pois, tentando fazer o que aqui fez em demasia, isto é, ludibriar os patrícios, em suas honestas e merecidas pretensões de rendas. Caso chegar ao seu conhecimento qualquer novidade acerca de processo de desfalque movido contra o referido pastor, peço uma informação imediata, pois residem aqui nas duas localidades diversos prejudicados. Já está em tempo de se acabar com as vigarices desse parasita (PY, 1942, p. 337).

É importante destacar que o que acabamos de ler é aquilo que consta no referido livro. Pontuamos isso porque o conteúdo da carta pode ter sofrido alterações. Do que foi exposto percebe-se que Walter Bach escreveu aos agentes consulares do Rio Grande do Sul procurando informá-los das atividades de um determinado pastor protestante, de nome Friedrich, bem conhecido entre as comunidades alemãs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e também do Paraná. Pelo conteúdo da carta, verificamos tratar-se de um sujeito que havia prejudicado financeiramente alguns alemães residentes nos municípios de União da Vitória e Porto União, no que diz respeito a pensões e renda. Segundo Walter Bach, o pastor estaria tentando fazer a mesma coisa no Rio Grande do Sul, na medida em que se colocava a disposição da população alemã desse estado como um procurador para esses assuntos.

Não é nossa intenção discutir se houve ou não má conduta por parte do referido pastor, tampouco acusá-lo de fraude nas transações realizadas com os alemães em União da Vitória, Porto União ou em qualquer outra localidade. Este caso é aqui interessante na medida em que fornece elementos para compressão do discurso policial sobre os alemães, sobretudo, a criação de um inimigo comum. Isso porque o autor questionava: “Por que, em se tratando de um elemento prejudicial, Walter Bach não recorreu à justiça brasileira, para que esta tomasse as devidas providências?” Na concepção do Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul a resposta a essa pergunta era simples, uma vez que “para o nacional-socialismo não existe a nossa justiça: ele não lhe dá valor e, por isso, não a respeita” (PY, 1942, p. 338).

Estar citado no referido livro fazia desse sujeito uma ameaça, devendo ser ele retirado do convívio social, ainda mais porque estava referendado por Aurélio da Silva Py. Quem duvidaria de um Chefe de Polícia? Walter foi recolhido pela D. R. de Porto União e encaminhado a DOPS\SC em Florianópolis. Em 11 de agosto de 1942 a DOPS\SC informava a DOPS\PR que esse sujeito estava a caminho do Presídio Ilha das Flores, na Ilha da

Guanabara, no Rio de Janeiro (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942)⁵⁷.

Entretanto, de antemão podemos dizer que não há nada de secreto na atuação de Walter Bach, pelos idos de 1939. Existia sim uma aproximação entre os consulados alemães e o nazismo, às vezes amistosa, às vezes conflituosa. O próprio Bach é exemplo disso, uma vez que teve participação no grupo de partidários nazistas que existiu nos municípios de União da Vitória e Porto União. Mesmo assim, na referida carta não há elementos suficientes que posam corroborar a argumentação apresentada pelo Aurélio da Silva Py. Na verdade, podemos observar que a carta demonstra muito mais a existência de tensões entre os sujeitos na sociedade local (União da Vitória e Porto União), do que a realização de atividades secretas e prejudiciais a ordem política e a segurança nacional. Inclusive, cabe ressaltar ao leitor, que se trata de tensões entre os próprios alemães, pois estamos falando de sujeitos alemães que foram supostamente ludibriados por um pastor da mesma origem, um pastor alemão.

Ademais, o leitor deve ter percebido que o referido livro foi publicado em 1942, no contexto do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e, posteriormente, o posicionamento ao lado dos Aliados na guerra. Porém, a carta de Walter Bach foi escrita e enviada aos representantes consulares no Rio Grande do Sul em junho de 1939. Isso quer dizer que a guerra não havia sido iniciada e as relações entre o Brasil e Alemanha ainda não estavam abaladas. Essas considerações já são suficientes para desmontar o argumento de atividades secretas realizadas no país a partir da carta escrita por Walter Bach.

Além disso, o fechamento dos consulados e embaixadas alemãs no Brasil ocorreu somente no mês de janeiro de 1942. É a partir desse momento que os imigrantes alemães presentes no país deveriam seguir as regras brasileiras. Portanto, a carta de Walter Bach foi escrita e circulou entre Porto União e cidades gaúchas dentro da legalidade, sendo retirada de um contexto específico e colocada em outro pelo Chefe de Polícia do Rio Grande do Sul.

Concordamos com Gertz (1989, p. 168), quando destaca que no mínimo a metade dos fatos arrolados por Py são impossíveis de serem caracterizados como ilegais, tendo em

⁵⁷ Segundo Marlene de Fáveri (2006, p. 203), em Santa Catarina, com a guerra declarada, os presos políticos das comarcas do interior do Estado, no caso alemães e teuto-brasileiros entendidos como inimigos da segurança nacional foram enviados para Florianópolis, para a Penitenciária Agrícola da Trindade, para onde Walter Bach foi encaminhado, bem como no presídio político Oscar Schneider, em Joinville, sendo processados pelo TSN. Conforme revelam correspondências analisadas, os presos políticos por conta da guerra não deveriam ser “misturados” aos presos comuns, evitando contatos ou “doutrinações dos súditos do Eixo”. A Penitenciária Agrícola da Trindade recolheu presos políticos de agosto de 1942 até o final de 1943. A partir de julho de 1944, voltaram a ser misturados presos políticos e presos comuns, conforme aponta a documentação oficial, por razão da falta de verbas para manter esta Penitenciária. Não há como contabilizar o número exato de presos políticos nesta penitenciária, porém, segundo os dados encontrados nas correspondências é possível que chegassem a algo em torno de mil detidos políticos. Para mais informações, ver: FÁVERI, Marlene de. A repressão no Governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo. **Cena Internacional**, vol. 8, nº 2, 2006.

vista que não eram proibidos. Da metade restante, talvez mais de 90%, são casos que dizem respeito a práticas usuais de caráter cultural e religioso. Dos fatos arrolados por ele apenas um percentual muito pequeno reflete casos de desobediência civil. Mesmo assim, referem-se a casos isolados, impossíveis de serem tomados como ações de caráter coletivo.

É preciso considerar ainda que o livro de Aurélio da Silva Py, assim como outras literaturas de origem policial publicadas nesse momento como, por exemplo, o livro: *O punhal nazista no sul do Brasil*, de autoria do Chefe da DOPS\SC, Antonio de Lara Ribas, tem um direcionamento político bem definido. Podemos destacar aqui as considerações apresentadas por Wanilton Dudek (2015, p. 116), quando destaca que a obra de Py foi publicada pela Editora José Olympio, a qual, entre outras coisas, “tinha, no seu rol de publicações, livros de intelectuais defensores do autoritarismo estatal”. Portanto, a natureza dessas publicações está no alinhamento entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra.

Com esse posicionamento não estamos dizendo que não houve casos efetivamente ilegais nos municípios de União da Vitória e Porto União. Trilhar esse caminho seria tomar os alemães e teuto-brasileiros como sujeitos passivos, o que definitivamente não foram. Queremos fazer notar que o discurso da polícia sobre os alemães precisa ser observado com distanciamento crítico e dentro de um contexto em que evidenciar os inimigos que afligiam o corpo nacional era uma questão prioritária da polícia política no Estado Novo, mais precisamente a partir de 1942, quando o Brasil rompeu com Alemanha, definindo, ainda, seu lado no conflito contra o Eixo formado pela Alemanha, a Itália e o Japão.

Podemos estabelecer aqui, novamente, um diálogo com Baczko (1985, p. 311). Ele afirma que o “imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem”. Nesses termos, o discurso de Py sobre as atividades nazistas, respaldado pela carta de Walter Bach, é formado de conclusões exacerbadas e argumentos muito frágeis. Entretanto, eles evidenciam o jogo e as estratégias de manipulação do discurso oficial. Trata-se da construção de representações no imaginário social pautado na ideia do “perigo alemão”, de terríveis inimigos, os quais eram importantes para a legitimação da polícia e do regime.

Ademais, como se montou um grande aparato para combater a quina-coluna, os seus integrantes não poderiam admitir que ela simplesmente não existia. Podemos ilustrar isso compartilhando o argumento exposto por Gertz (1987, p. 176) quando destaca que um delegado de polícia, nomeado para o interior de um estado com forte presença alemã, com o objetivo específico de combater as hordas dissidentes do regime instituído, não pode simplesmente “chegar ao local e fazer um relatório dizendo que no município não há

nenhuma ameaça”. Se não existiam ameaças a combater elas precisavam ser inventadas, ou ao menos, serem inventados indícios de sua existência, seja com base em fatos concretos, ou então em suposições e discernimentos pessoais das próprias autoridades policiais.

A existência de uma ameaça, real ou imaginada, pode ser entendida como um elemento importante para a legitimação da própria polícia, da violência praticada por ela, para a manutenção de cargos, tendo em vista que era a razão para as nomeações no quadro policial. Além disso, era funcional no que diz respeito à expansão dos recursos alocados pelo governo às instituições repressivas, como sugere Oliveira (2011, p. 44). Quanto maior é a ameaça em um determinado espaço, como União da Vitória e Porto União, por exemplo, maiores são as possibilidades de conseguir verbas. Portanto, nesses termos, não é difícil de imaginar os agentes policiais correndo atrás de quem quer que fosse considerada uma ameaça a ordem política e a segurança nacional, encontrando em mínimos detalhes objetos de suspeição e ação policial, como a presença de Walter Bach no livro *A quinta-coluna do Brasil*.

É preciso considerar que pesou sobre os ombros de Walter Bach o fato de ele ter participado do grupo nazista existente na região. Não é nossa intenção adentrar na discussão do nazismo em território brasileiro, pois não há tempo, tampouco espaço para estabelecer aqui um diálogo com o fôlego que o tema exige. Entretanto, é interessante dedicar algumas páginas para refletir sobre esse grupo e os sujeitos acusados de fazer parte dele, no que diz respeito ao discurso policial, tendo em vista que em vários documentos, tanto pela DOPS\PR como da DOPS\SC, verificamos a preocupação em relação a um suposto complô nazista contra a segurança nacional, sendo que vários sujeitos ficaram sob vigilância da polícia.

As informações sobre o ano de fundação do grupo são divergentes. Edmundo Moraes (1996), por exemplo, sugere que ele foi formado espontaneamente, portanto, entre 1928 e 1933. Essas datas correspondem ao ano de fundação do primeiro grupo no Brasil, que ocorreu em Benedito Timbó\SC e a organização de uma Seção Brasileira do NSDAP, com uma direção centralizada. Segundo o autor, esse grupo teria surgido junto com os das cidades de São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Francisco e Joinville, grandes centros à época.

Em um documento expedido pela DOPS\SC, o ano apontado como o de fundação do grupo é o de 1933 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942). Encontramos ainda outro documento, um depoimento prestado por Henrique Klein à polícia realizado em outubro de 1942. Nele, Klein indica que o grupo nazista tinha sido criado no ano de 1936. Por fim, Christian Guth menciona, na ocasião de um testemunho seu no inquérito de Henrique Klein, o ano de 1934 (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942).

Os membros desse partido podem ser observados na imagem a seguir

Imagem 19: Reunião de membros da célula nazista de Porto União.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943e.
Autoria não identificada.

Trata-se de uma fotografia do registro de uma reunião realizada pelos militantes nazistas de União da Vitória e Porto União. Todos os sujeitos observados na cena, os quais totalizam 13 adultos e uma criança, estão uniformizados e organizados em frente à bandeira da Alemanha nazista, no que parece ser a residência de algum dos sujeitos ali registrados. Essa fotografia foi confiscada de Henrique Klein na ocasião da sua prisão. Esse registro foi incorporado ao inquérito de Klein legitimando a suspeita policial, servindo para subsidiar a lógica do discurso policial (DIETRICH, 2007, p. 146). Muitas vezes, a polícia tentava identificar os sujeitos, o que pode ser percebido pelas marcas a caneta sobre as fotografias.

Segundo informações prestadas por Henrique Klein observamos, da direita para a esquerda: Henrique Scheibe, de União da Vitória; Erich Bach, preso na Ilha das Flores; Henrique Went, que há muitos anos se retirou de União da Vitória; Walter Bach, autor da carta aos representantes consulares no Rio Grande do Sul, preso na Ilha das Flores; Fritz Melan, não sabe onde está; Otto Bugenhagen, detido em Joinville; Germano Thomas, detido em Joinville; Eugenio Klein, que seguiu para a Alemanha em 1938; Henrique Klein; Emilio Blaffert, Porto União, um pouco retirado da cidade; Martin van Petenvenkler, seguiu para a Alemanha em 1936 ou 1937. Por fim, o sujeito que no registro esta segurando a bandeira nazista é identificado por Henrique como sendo Otto Hochstein, cujo paradeiro não era do seu conhecimento (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943e).

Alguns desses sujeitos figuram em documentos da DOPS\SC e DOPS\PR como, por exemplo, Henrique Scheibe, apontado como um dos fundadores do grupo. Segundo a polícia, esse sujeito estava “sempre debaixo de rigorosa observação desta D. R (União da Vitória)”. Em um relatório, a polícia catarinense informava à paranaense, que era no endereço de Henrique Scheibe que chegava toda a correspondência partidária desse núcleo. No mesmo documento ele era acusado de organizar exibição de filmes nazistas no referido município (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942). O leitor deve estar lembrado que esse sujeito desenvolvia atividades de escriturário, no ano de 1942, na empresa de Alexandre Schlemm, responsável pelo abastecimento de energia elétrica dos municípios (Tabela 05).

Também encontramos referências nos documentos sobre Eugenio Klein, que residia na colônia Amazonas (formada por alemães) e possuía um engenho descascador de arroz. Eugenio é mencionado nos documentos da DOPS\SC como o chefe do partido até 1938, ano da proibição dos partidos políticos e em que ele teria retornado para a Alemanha. De acordo com a polícia, esse sujeito presidia reuniões partidárias duas vezes por semana em sua própria residência, que pode ser a que aparece no plano de fundo da fotografia exposta acima. Ademais, para a polícia, antes de retornar a Alemanha, Eugenio teria deixado a chefia do grupo aos cuidados do irmão Henrique (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941)

Eugenio Klein é destacado como um “elemento perigoso” em seu Fichário Provisório Individual (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1941). Cabe ressaltar ao leitor que a existência de uma ficha individual nos arquivos da polícia destinada ao registro de fatos envolvendo Eugenio é bastante interessante. Isso porque a primeira nota efetuada pela polícia nesse documento foi em 13 de dezembro de 1941. Portanto, ele não mais se encontrava no Brasil. A existência dessa fonte é curiosa? Sem dúvida! Entretanto, ela não é sem sentido. Podemos dizer que para a polícia política havia motivos suficientes para registrar o que foi apurado sobre esse sujeito, mesmo ele não estando mais em território brasileiro.

Na lógica policial poderia haver contato, e toda sorte de maquinações, entre Eugenio e Henrique Klein, haja vista serem irmãos, bem como entre Eugenio e os demais sujeitos presentes na fotografia do grupo. Além disso, no texto de um Ofício, de nº. 44, expedido pela 5ª Região Militar, na data de 22 de junho do ano de 1942, verificamos que esse órgão compartilhava a informação de que Eugenio Klein desenvolvia “cargo de relevo na administração do Reich” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1942).

As informações produzidas cotidianamente pela polícia política são parte importante da máquina repressiva do governo, pois são “esses dados que permitem à polícia e ao governo implementar suas estratégias de repressão, ou seja, o controle social se fazia possível a partir

do controle de determinadas informações” (PERAZZO, 1999, p. 148). A produção e a troca de documentos sobre sujeitos considerados perigosos forneciam uma das bases fundamentais para que a repressão ocorresse, para que a polícia pudesse se antecipar.

No livro: *O punhal nazista no coração do Brasil*, publicado em 1943, Antonio de Lara Ribas, chefe da DOPS\SC, que havia sido Delegado de Porto União, quando escreve sobre o nazismo em Santa Catarina, destaca que o nazismo estava infiltrado em todo o Estado e em vários setores. Em cidades interioranas como Porto União, Cruzeiro, Canoinhas, São Bento, Rio do Peixe, “existem fomentadores nazistas procurando solapar o espírito sadio de brasileiros descendentes da raça germânica (...)”. Ele arrola uma série de associações ligadas à Liga de Sociedade Alemã no Exterior, para atestar a penetração do nazismo no Estado. Entre essas associações encontramos o “Clube União de Porto União”, bem como a “*Schulverein* de Porto União”, cuja tradução significa Associação de Educação. Trata-se, portanto, da Escola Teuto-Brasileira de Porto União, edificada e mantida financeiramente pelos imigrantes alemães ainda no início do século XX (RIBAS, 1943, p. 52-55).

Todas essas considerações, porém, não devem causar no leitor a falsa sensação de que o nazismo em União da Vitória e Porto União, bem como no país, tenha sido algo grandioso, que tenha se constituído em uma grande ameaça ao governo brasileiro. Podemos respaldar isso estabelecendo um diálogo rapidamente com a historiografia que trata do tema atualmente e que busca reavaliar a presença da suástica em território brasileiro. Começemos pelo esforço de tentar localizar esse grupo na estrutura hierárquica do nazismo no Brasil.

Essa hierarquia pode ser observada em Dietrich (2007, p. 147-148), a qual destaca que sob a direção do chefe da NSDAP\BR, em São Paulo, encontravam-se cinco Círculos: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Trata-se dos estados brasileiros que apresentavam o maior número de partidários. Nesses círculos encontravam-se os *Ortsgruppen* (grupos regionais): de amplitude estadual ou municipal (dependendo do número de filiados); os *Stützpunkte* (pontos de apoio): caso de cidades menores na hierarquia de importância do partido; os *Blocks* (blocos) e as *Zellen* (células): geralmente formados por um número reduzido de partidários, localizados nos bairros das maiores cidades (ou não), os quais ficavam subordinados ao grupo regional mais próximo.

Portanto, de acordo com essa hierarquia estamos falando de um grupo de sujeitos presentes na ponta última dessa estrutura: um ponto de apoio, como surge às vezes nos documentos da DOPS, um bloco ou mesmo uma célula. Os partidários de União da Vitória e Porto União pertenciam teoricamente a NSDAP\SC, os quais estavam subordinados ao grupo

regional com sede na cidade de Blumenau, dentro do Círculo de Santa Catarina⁵⁸. Entretanto, por se tratarem de municípios fronteiriços esse grupo era formado por moradores dos dois municípios, atuando tanto de um lado como no de outro da EFSPRG, que era a fronteira interestadual, juntamente com o rio Iguaçu. Ademais, Rafael Athaides (2011, p. 113), em sua dissertação de mestrado sobre o Partido Nazista no Paraná, observou que esse grupo parece ter recebido ordens também da NSDAP\PR, ou então mantido algum tipo de contato, podendo ser o grupo em questão considerado também uma das filiais do Partido no Paraná.

Estar na ponta última dessa estrutura significa estar distante do alto escalão do NSDAP e do NSDAP\BR. É preciso entender que existe uma distância considerável entre o nazismo na Alemanha, a sede do partido, localizada em São Paulo, e o nazismo no interior do Paraná e Santa Catarina. Não estamos com isso dizendo que os partidários nesse espaço estivessem isolados, tampouco que não houvesse espaço para manifestações\articulações entre estes e a NSDAP\BR, bem como com os demais grupos espalhados pelo Brasil. Longe disso! Segundo informações de Moraes (1996), os grupos contavam com uma direção centralizada, a partir de 1933, com a constituição do chamado Grupo Nacional (*Landesgruppen*), com um líder nacional⁵⁹. A montagem dessa estrutura organizacional promoveu mudanças significativas como o aumento de partidários, a criação de cargos e funções diferenciadas para os chefes\vice-chefes, para os tesoureiros, secretários e auxiliares.

Trata-se de contextualizar esse grupo, observá-lo para além das informações presentes nos documentos da DOPS\PR, pois eles não podem ser tomados como expressão da realidade. Nesse sentido, outra questão a salientar é que esses sujeitos atuaram quando a Seção Brasileira do NSDAP não era proibida, quando atos e comemorações nazistas não caracterizavam um problema para as autoridades políticas e policiais. Lembremos que “o mesmo país que reprimia o Partido Comunista e mandava seus dirigentes para julgamento do TSN, lá pelos nos anos 1930, “assistia aos festejos do 1º de maio alemão em grandes estádios de futebol, com desfiles com a suástica, da chamada juventude hitlerista, coros de músicas alemãs e discursos de seus partidários” (DIETRICH, 2007, p. 120).

⁵⁸ Além de Porto União e Blumenau, fazia parte do referido Círculo os seguintes grupos partidários: Joinville, Cruzeiro, Brusque, Trombudo Central, Itajaí, Indaial, Rio das Antas, Dona Ema, Jaraguá, Canoinhas, Perdizes, Santa Izabel, Florianópolis, São Francisco, Timbó, Salto Lauterbach, Nova Berlim, Rio Negrinho, Rio do Peixe, Neubremem, Harmonia, Rio do Sul, Altônia, Boiteuxburgo e Concórdia.

⁵⁹ Considerado como um porta-voz oficial do Partido nos países o líder nacionais, no caso do Brasil Hans Henning von Cossel (1934-1942), deveria garantir nos núcleos partidários espalhados pelo território a realização de reuniões de “doutrinação, promoção de atividades sociais, difusão da ideologia nacional-socialista, ampliação do número de partidários ao NSDAP, além do recolhimento de donativos. Esse era um dos sujeitos que estavam em contato direto com o primeiro escalão do Partido e, inclusive, participando de cursos fornecidos pela Organização do Partido no Exterior, que visava à formação de dirigentes para atuação no exterior.

Essas poucas considerações caminham na contramão do discurso da nazificação maciça dos sujeitos de origem alemã no sul do Brasil. Elas colocam em xeque a existência de uma organização tentacular de nazistas no país, comumente disseminada na literatura de origem policial. A análise de sua trajetória, ainda que rapidamente, modifica toda a dimensão dada ao movimento nazista em território brasileiro. Estamos falando de uma organização política pequena, o que não significa ter sido sem importância para a Alemanha, reunindo algo em torno de 2.900 membros, voltado a uma pequena comunidade de alemães natos no Brasil.

Não sem importância porque o NSDAP\BR constituiu-se a maior seção do Partido localizada no exterior. Com esse conjunto o NSDAP\BR superou em termos números países como a Holanda e própria Áustria, que foi o berço de Adolf Hitler. Importante destacar que para o NSDAP a questão da raça era extremamente importante. Verificamos que uma das diretrizes do Partido, disseminadas para o exterior através da A. O. era a de que suas fileiras deveriam ser preenchidas apenas por cidadãos alemães, os chamados *Reichdeutsche*. Trata-se de sujeitos, de modo geral, nascidos na Alemanha, que deixaram essas fronteiras recentemente, bem como àqueles tornados cidadãos pela concessão da cidadania. Nesses termos, estamos falando de sujeitos bem específicos. São sujeitos que experimentaram de alguma forma a Primeira Guerra Mundial ao lado desse país, que não escondiam o desejo de retornar ao país de origem. Aliás, muitos o fizeram principalmente depois que o NSDAP\BR caiu na clandestinidade e passou a ser vigiado pela polícia política⁶⁰.

Além disso, estamos observando uma organização com esse número de filiados dentro de um país com características diversas, bem como 41 milhões de habitantes, segundo o Recenseamento Geral do Brasil de 1940, o que é um contraponto demográfico interessante. Podemos dizer que esse fenômeno não esteve ausente do território brasileiro, porém, teve uma força muito menor do que o apregoado pelo discurso da polícia. É preciso destacar que ela não poderia relatar que não existiam sujeitos dotados de uma força ameaçadora, prontos a atacar, ou então, convidar as pessoas à desordem política e social em um determinado local, ainda mais em União da Vitória e Porto União, representado pela mesma como um espaço propício a subversão. A análise dos documentos, tanto da DOPS\PR como da DOPS\SC, indica que o grau de periculosidade do Partido e dos militantes é maior do que foi na realidade. Esses documentos quando observados em diálogo com as circunstâncias de sua produção permitem outra leitura, outros sentidos, como sugere Bardin (2011).

⁶⁰ Para mais informações sobre o nazismo em território brasileiro, ver: MORAES, Luis Edmundo. **Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996; ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá: Eduem, 2011; DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. São Paulo: USP, 2007.

Podemos corroborar essa ideia observando o relatório de um caso envolvendo Lourenço Vieira e os alemães Alvicio Vasma e Oswaldo Vasma Filho. De acordo com o relatório da D. R. de União da Vitória, no dia 23 de dezembro de 1944, achavam-se publicamente conversando em alemão Alvicio e Oswaldo. Lourenço Vieira era inspetor de quartirão, isto é, uma autoridade policial que ficava responsável pela vigilância e conciliação de pequenos conflitos no espaço geográfico de sua jurisdição. Ele advertiu Alvicio e Oswaldo dizendo que “era proibido falar a dita língua, assim publicamente”. Oswaldo, segundo informou o inspetor, teria repellido a sua advertência, declarando que “não era proibido falar em alemão, e que nem nunca foi proibido (...)”. Ademais, Oswaldo teria dito ainda que “os brasileiros dentro de pouco tempo haviam de dar-se por felizes em poder falar a língua brasileira no meio dos alemães” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1945a).

O relatório da polícia destaca, por exemplo, que as cinco testemunhas que ouviram a discussão entre o inspetor e Oswaldo afirmaram que ele “se referiu aos brasileiros com atitude zangada e de menosprezo”. As testemunhas arroladas parecem ter sido unânimes destacando que Oswaldo havia dito que “muito em breve os brasileiros haviam de se sentir felizes por poder falar a língua nacional no meio dos alemães aqui no Brasil” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1945a). Cabe ressaltar que as testemunhas podem ter simplesmente confirmado a versão do inspetor, afinal, estamos falando de um braço da polícia. Ademais, nessa conjuntura, quem se arriscaria a entrar nessa contenda e correr o risco de ser ver associado a questões de ordem política e de segurança nacional? Em sua defesa Oswaldo disse na D. R. de União da Vitória que quando se referiu aos brasileiros, na verdade, “disse que estes ficariam satisfeitos se soubessem falar alemão para poder se entender melhor com os alemães” aqui residentes (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1945a).

Esse caso levanta uma série de questões sobre o cotidiano das pessoas e o aparato policial. Primeiro, podemos destacar o fato de que Oswaldo e Alvício achavam-se realmente falando alemão em público. É certo que o governo lançou mão de meios legais proibindo o uso da língua alemã em público. Porém, isso não significa a submissão dos sujeitos. Ademais, policiar-se no que diz respeito à fala, trocar de língua repentinamente, não deveria ser algo muito fácil para esses sujeitos, pois era comum o uso da língua alemã entre os familiares, como parece ser o caso de Oswaldo e Alvício, já que tem o mesmo sobrenome, bem como no círculo de relações mais próximas como, por exemplo, aquele formado por amigos.

Além disso, Oswaldo pode mesmo ter dito ao inspetor que os brasileiros, dentro de pouco tempo, quer dizer, com a vitória da Alemanha na guerra, ficariam felizes em poder falar a língua brasileira no meio de tantos alemães, haja vista que essa etnia encontrava-se

enraizada nessa sociedade, ocupando postos importantes no setor econômico e político desses municípios. Não há porque minimizar as coisas para o lado de Oswaldo, tampouco tratá-lo unicamente como uma vítima da repressão empreendida pelo Estado Novo. Na D. R de União da Vitória Oswaldo pode sim ter invertido sua declaração na tentativa de desvencilhar-se da polícia, de um possível inquérito, de uma prisão, dizendo que se os brasileiros soubessem falar alemão se comunicariam melhor com a população de origem alemã.

Outra questão a salientar é que Oswaldo parece ter discutido com o inspetor de quartirão, o que ocorreu em via pública, diante de outras pessoas, o que era um problema para o inspetor, pois sua autoridade foi questionada. Esse é um detalhe interessante na medida em que demonstra que nem sempre as autoridades locais eram legitimadas pelas pessoas sob sua jurisdição, nesse caso alemães e descendentes. Podemos dizer que para o inspetor levar Oswaldo à polícia, ou seja, fazê-lo apresentar-se diante do Delegado, explicar-se sobre o ocorrido, era fazer valer sua autoridade de inspetor, outrora negada diante da comunidade.

Ademais, a situação toda pode também ter sido exacerbada tanto pelo inspetor como pelo escrivão do relatório, pois conhecemos esse caso, assim como os outros, pelas mãos do órgão repressivo, que possui uma lógica interna e a função de legitimar a repressão, a violência e o próprio regime. Pontuamos isso porque os depoimentos tomados pela DOPS durante os anos de 1942 e 1945, os mais agudos da repressão, possuem algumas peculiaridades: a) não são escritos pelo detido; b) a narrativa é ouvida e escrita a mão ou datilografada por um escrivão; c) existe um padrão de questionamentos e uma sequência lógica na apresentação dos fatos; d) algumas conclusões são padronizadas e não parecem partir daquele que está narrando, uma vez que se assemelham muito mais a opinião pessoal do escrivão ou do delegado do que do depoente (PEREIRA, 2017, p. 200). Isso quer dizer que quem “monta” a história oficial, construindo realidades, é a autoridade policial.

Por fim, no mesmo relatório escrito pela polícia observamos que Oswaldo Vasma Filho é destacado como “portador de tendências francamente nazistas” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1945). Cabe ressaltar ao leitor que entre os documentos consultados não há elementos que possam ligar Oswaldo ao partido nazista existente na região. Por outro lado, não podemos afirmar a inexistência de vínculo entre Oswaldo e o Partido. Que fique claro que para nós o fato de relacionar-se com algum sujeito ligado ao Partido não faz da pessoa um nazista, já que o espaço é marcado pela proximidade e as pessoas nele se conhecem e se relacionam com frequência. Porém, para a polícia, que operava através da lógica da desconfiança, relacionar-se com nazistas ou suspeitos de nazismo também se prestava para comprometer qualquer cidadão que poderia ser acusado de partidário

ou simpatizante da ideologia do Reich, como explica Dietrich (2007, p. 146).

Podemos observar que, nesses documentos, o inimigo ideologicamente determinado pelo governo é apresentado cotidianamente como aquele sempre pronto para atacar e dotado de uma força ameaçadora que precisa ser destruída, com bem explica Arendt (1975, p. 473), em nome da ordem política e da segurança nacional. Para a DOPS interessava criminalizar os sujeitos não importando a dinâmica em que estes se encontravam. Falar alemão em público, manifestar-se a favor da Alemanha, relacionar-se com indivíduos suspeitos da polícia e, sobretudo, a versão distorcida disso que chegava a Delegacia, tendo em vista as sinuosidades da vida cotidiana, eram elementos utilizados por ela na construção de uma representação do elemento nocivo, justificando a vigilância e a própria prisão dos sujeitos.

Nessa lógica, a suspeita da polícia ou uma denúncia, mesmo revestida de elementos da cotidianidade, poderia facilmente originar a prisão do indivíduo. A mera possibilidade de um delito vir a ser praticado poderia determinar o encarceramento de um indivíduo. Munida de amplos poderes a polícia poderia facilmente decretar prisões preventivas, corretivas e para averiguações ao menor sinal de ameaça. O “suspeito poderia ser preso a qualquer momento, bastando que a polícia achasse que deveria recolhê-lo” (PERAZZO, 1999, p. 149).

Podemos retomar aqui o caso de Paulo Lange, preso por ter sido arrancado um cartaz de propaganda de Bônus de Guerra da parede de seu estabelecimento comercial, em fins de 1943. Isso porque não mencionamos ainda o fato de que esse sujeito foi preso de forma correcional. A polícia, depois de investigações, concluiu que o cartaz havia sido “realmente arrancado e se não foi pelo acusado, pelo menos não cuidou o bastante para que se evitasse, tendo-se em vista que o cartaz encontra-se no recinto do seu estabelecimento”. Era sua responsabilidade manter o cartaz em perfeitas condições, “bem por isso e para que não se repitam fatos dessa natureza, principalmente tratando-se de elementos do Eixo”, declara o delegado, que “a prisão lhe imposta foi um necessário corretivo” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943j). Na mesma data, 13 de dezembro, Paulo foi posto em liberdade, sendo advertido de que na reincidência seriam aplicadas penalidades mais enérgicas.

Note que Paulo foi preso sem que a polícia tivesse comprovado a autoria do crime. Não havia por parte da polícia certeza de quem havia arrancado o tal cartaz, entretanto, pelo fato de Paulo ser alemão foi lhe imposto “um necessário corretivo” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. DOPS, 1943j). Retirar o sujeito do convívio social por algumas horas parece ter sido uma lição da polícia para que não ocorressem novamente desvios como esse. Lembrando que esse espaço é marcado pela baixa densidade populacional, pela proximidade e pela repetição. Portanto, é provável que as pessoas ficassem sabendo de sua prisão, que a

comentassem nos encontros nos cafés, bares e demais estabelecimentos públicos localizados nos dois municípios. A prisão de Lange, tornada algo público, incitava o imaginário social e contribuía para a disseminação de comportamentos desejosos e adequados para o momento, conforme os preceitos nacionalistas estipulados pelo Estado Novo.

Falamos, portanto, de uma das engrenagens que foram reguladoras das relações entre o Estado e a população, como destaca Tucci Carneiro (1999, p. 339). Trata-se de um dispositivo de segurança em favor da governabilidade do Estado. Ademais, essa polícia foi uma máquina de construir sujeitos, imagens, representações, contribuindo para a construção de um imaginário político, assumindo papel de importante instrumento de ação para a disseminação do terror na sociedade. Não é gratuito que o discurso da ordem assumia um tom acusatório ao apontar para os alemães e teuto-brasileiros, assim como outros sujeitos, categorizando-os súditos do Eixo, elementos nocivos, quinta-coluna, nazistas, ameaças a ordem política e a segurança nacional, o “outro”, que se infiltrou no corpo da nação para desestabilizá-lo. Dessa forma, a polícia colaborava para fixar determinadas representações junto à população de União da Vitória e Porto União entre 1937 e 1945, fornecendo mitos e referendando o projeto político levado a efeito por Getúlio Vargas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem duas formas de conhecer a história do lugar em que vivemos. A mais comum é ler a história que alguém já escreveu sobre ele, o que é muito válido. A outra é ir atrás de pistas, procurar por indícios e ver o que ainda poucas pessoas enxergaram. Esse foi o exercício que procuramos fazer e materializamos nessas páginas. Não houve pretensão alguma em pronunciar verdades nesse trabalho. Aliás, isso não é possível, haja vista que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele foi de fato, pois ele nunca é inteiro. O que apresentamos foram os resultados de dois anos de trabalho, confrontando versões em fontes muito distintas, tentando buscar nelas um sentido possível para as tensões vivenciadas por pessoas comuns, sujeitos históricos, os quais foram objetos de diferentes práticas discursivas em um momento delicado da história contemporânea do Brasil.

Os resultados obtidos com essa pesquisa dizem respeito tanto ao pessoal quanto a formação acadêmica. O trabalho com fontes policiais, o jornal, o método da análise de conteúdo e o diálogo com uma historiografia especializada nessas fontes e na temática, transformou-me em uma professora\pesquisadora um pouco melhor do que aquela que entrou no programa de mestrado no ano de 2015. Entretanto, os principais resultados, aqueles que interessam ao leitor especializado, dizem respeito à temática do cotidiano, do relacionamento entre as pessoas, estrangeiras e brasileiras, do imaginário político, do controle ideológico e da repressão policial nos municípios fronteiriços de União da Vitória e Porto União.

Podemos dizer que contribuímos com a historiografia local sobre as décadas de 1930 e 1940, a qual ainda exige que muitas pesquisas sejam realizadas. Na primeira parte desse texto abordamos o discurso da ordem, os aspectos ideológicos e coercitivos instituídos pelo regime já a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Nas páginas iniciais já pudemos perceber que o jornal O Comércio foi um importante veículo para o governo na disseminação de conteúdos específicos a massa da população, com vistas ao domínio da vida coletiva. Algumas vezes esse conteúdo foi endossado por Hermínio Milis como, por exemplo, quando destacava a inauguração dos retratos de Vargas nas repartições públicas, reproduzindo o evento nas páginas do jornal. Lembremos que o jornal destacou-os forçadamente como símbolo da integração dos municípios ao regime, o que não foi uma prática sem sentido do sujeito por trás do jornal, porém, como pudemos observar, não condizia com a realidade local.

Observamos que a construção da nação brasileira tornou-se um projeto de governo ao longo das décadas de 1930 e 1940. As comunidades estrangeiras, principalmente de origem alemã no território nacional, estiveram na mira do Estado. Esses sujeitos, que outrora haviam

sido entendidos como imigrantes ideias ao processo de ocupação do território e transformação da população brasileira, passaram a ser percebidos e tratados legalmente como os “outros”, sobretudo, elementos incômodos no campo político do país por causa da não “assimilação” ao corpo nacional. Utilizando-se do termo “estrangeiro” o Estado lançou mão de dispositivos legais e um processo de nacionalização que forçava o abasileiramento desses sujeitos.

Esse processo obteve algum sucesso? Sem dúvida! Clubes, associações e demais instituições étnicas foram fechadas ou nacionalizadas, o que abalou a vida associativa desses sujeitos. Além disso, o uso de um importante alicerce da identidade alemã, isto é, a língua, foi restringida pelo governo. Entretanto, podemos dizer que esse processo encontrou resistência. É o que revelam as relações travadas em União da Vitória e Porto União, presentes nos documentos da DOPS\PR, bem como o teor dos artigos publicados no jornal. Nesse espaço, os imigrantes alemães e teuto-brasileiros encontraram formas de continuar manifestando sua etnicidade, confrontando o ordenamento levado a efeito pelo Estado. Tanto, que muito da cultura germânica sobreviveu, transformou-se e encontra-se entre nós, mesmo com as políticas de nacionalização engendradas por esse regime e o controle ideológico e policial.

Investigando os municípios de União da Vitória e Porto União em suas singularidades, mas sem desconectá-los do contexto político mais amplo, ou seja, sem deixar de perceber suas relações e interconexões com o macro, com a política e com a Segunda Guerra Mundial, verificamos que eles estiveram entre as preocupações da polícia. Através do material aqui consultado, percebe-se que nas décadas de 1930 e 1940, os municípios exerciam influência cultural, econômica e política em toda a região que compreende o centro sul e oeste paranaense, bem como o planalto norte e região oeste do estado de Santa Catarina.

Nesse processo, a ferrovia teve participação significativa, haja vista que estamos falando de um corredor econômico, responsável por boa parte do desenvolvimento dessa região. Além disso, a EFSPGR pode ser entendida como um dos mecanismos pelos quais transitavam as ideias. Lembremos a participação de Milis em questões políticas desenvolvidas no oeste de Santa Catarina no início da década de 1930, bem como o trânsito de pessoas pelo sul do país, muitos dos quais entravam em contato com o jornal, carregando-o para outras regiões, o que justifica um pouco a vigilância da polícia sobre a ferrovia e a Estação União.

Somam-se a isso os aspectos: a) geográficos: com os municípios localizados em um vale, banhados por um rio que era navegável; b) histórico: haja vista que esse espaço foi um importante entroncamento ferroviário e palco de convulsões políticas na primeira metade do século XX; c) populacional: com os alemães presentes desde o final do século XIX em todos os setores dessa sociedade, principalmente, no que diz respeito ao ambiente urbano. Não é

preciso muito esforço para entender que esses sujeitos ocuparam historicamente espaços que poderiam ser de brasileiros ou de imigrantes de outras nacionalidades presentes na região.

É certo que muitos possuíam capital suficiente para se colocar no quadro urbano dos municípios. Entretanto, teve influência a forma como os terrenos na municipalidade foram distribuídos a partir de 1890. Em contato com as atas da Câmara de União da Vitória observamos que desde a emancipação política e desmembramento de Palmas, imigrantes alemães fizeram parte da administração da municipalidade, tendo, inclusive, poder de decisão sobre os terrenos rurais e urbanos. Nesse processo, muitos alemães tiveram suas solicitações de terrenos aprovadas, o que é uma das marcas do processo de ocupação desse espaço.

Nas décadas de 1930 e 1940, esses sujeitos encontravam-se presentes em diversos setores da sociedade, no político, no comercial, no industrial. Lembremos aqui de Alexandre Schlemm e os acionistas da empresa de eletricidades e telefones, ou seja, sujeitos ligados a um setor que na lógica policial poderia comprometer o funcionamento dos municípios. Essas características colocaram sob alerta a polícia no Estado Novo, principalmente, a partir de 1942, com os desdobramentos da guerra para o país. Na lógica policial tratava-se de um espaço propício à subversão da ordem política e social. Os documentos policiais que tivemos acesso demonstram que todos os espaços e toda a população de origem alemã, sob jurisdição da D. R. de União da Vitória, foram objetos de vigilância, outros tantos, de intervenção policial, independente da posição social e econômica desses sujeitos nesse espaço.

Na terceira parte dessa pesquisa direcionamos o olhar para a questão da resistência e do colaboracionismo, seguindo os passos ditados por Tucci Carneiro (2014), ou seja, o delator. Através do discurso produzido e publicado pelo jornal e pela polícia observamos que a população estrangeira e brasileira presente nesse ‘pequeno mundo’ viveu de forma bem significativa aquilo que se operava na esfera administrativa do país. Aliás, como viveu ao longo de toda a primeira metade do século XX, haja vista as experiências políticas anteriores.

Cabe ressaltar, que trabalhamos com os casos que foram encontrados nos documentos da polícia. Isso quer dizer que eventos significativos podem ter ocorrido sem que deles tenham resistido qualquer registro. Mesmo assim, com os casos que aqui apresentamos, foi possível verificar que imigrantes alemães, descendentes e brasileiros protagonizaram os mais variados conflitos, pessoais e coletivos, preenchidos de elementos do imaginário social e da cotidianidade, ações entendidas no sentido do político apresentado por Rémond (2003).

Lembremos que o governo mantinha essa população em estado de alerta utilizando-se, por exemplo, da ideia do “perigo alemão”, uma construção ideológica na qual os alemães faziam parte de um plano de conquista arquitetado pela Alemanha, de inimigos a combater,

bem como a ideia de que a guerra poderia chegar ao próprio quintal, sendo necessário um *front* interno. Nesse processo, havia pessoas certas de que estavam colaborando com a segurança do país entregando a polícia um “súdito do Eixo”, cumprindo a missão nacionalista do Estado Novo. Outros, porém, certamente viram nessa conjuntura política nacional oportunidades para resolver questões de ordem pessoal no seu espaço de convívio.

Observamos que o jornal O Comércio e a polícia de União da Vitória, apesar de circunscritos em estados diferentes, estavam muito próximos. Em termos geográficos bastava uma caminhada rápida para um bater a porta do outro. Além disso, o jornal e a polícia produziram representações sobre o mesmo espaço e a mesma população nele presente. Entretanto, essas instituições encontravam-se distantes uma da outra. É claro que a falta dos exemplares do jornal que correspondem ao período do posicionamento do Brasil na guerra, dificultou um pouco a nossa análise. Entretanto, daquilo que analisamos é possível destacar a proximidade do jornal com os alemães, com a Alemanha e a forma de governo lá vigente, criando uma representação que contrasta com o discurso da polícia e, por isso mesmo, revela as sinuosidades e as relações cotidianas desse espaço como um mediador dele.

Observamos que a figura por trás desse jornal, que fazia parte da vida cotidiana desse espaço, não deixou de se expressar. Essa figura, que acabou problematizando a pesquisa, não deixou de se posicionar diante de acontecimentos locais, nacionais e internacionais, ora convergindo e ora divergindo do Estado. Esse intelectual lançou mão da conveniência, para que fosse possível a sua vida e a do próprio jornal nesse espaço, marcado pela presença de alemães e teuto-brasileiros, muitos dos quais eram os colaboradores financeiros do periódico. Podemos dizer que Milis, por diversas vezes, procurou atenuar o discurso do jornal sobre determinadas questões e acontecimentos. Ademais, o responsável pelo jornal por diversas vezes isentou-se de entrar em contendas que pudessem causar-lhe transtornos nesse espaço.

Enquanto o jornal O Comércio procurava se equilibrar dentro dessa conjuntura política e em um espaço bem característico, a polícia assumia papel importante na aplicação do projeto de governo de Getúlio Vargas, o que pode ser entendido como um dos braços do Estado, da sua governabilidade. Mesmo com poucos agentes, desaparelhada, a D. R. de União da Vitória, em diálogo com a de D. R. de Porto União, bem como com a ajuda da população, foi efetiva na localização, na vigilância e na retirada do convívio social daqueles considerados indivíduos perigosos a ordem política instaurada no país de forma autoritária.

Observamos que falar de repressão policial é falar da sua ocorrência também em ‘pequenos mundos’, como é o caso de União da Vitória e Porto União, com pouco mais de 50 mil habitantes. Isso quer dizer que repressão não é algo que diz respeito somente aos grandes

centros à época. O Estado Novo foi bastante detalhista nessa questão. Vide, como exemplo, o formulário expedido pela SSN, no início de 1942, direcionado aos municípios brasileiros que procurava ter o conhecimento de todos os espaços e do perfil da população neles presente.

Essas páginas deixaram evidente que os alemães nesses municípios eram sujeitos bem variados, que deixaram a Alemanha em diferentes momentos, trazendo, portanto, ideias e experiências diversas. Entretanto, toda essa heterogeneidade e suas implicações foram desconsideradas pela polícia, pelo discurso da ordem. Mesmo aqueles que entraram no país havia muito tempo, que construíram uma vida nesse território, possuindo uma ligação menor com a Alemanha em comparação com outros sujeitos, sem muito entender o que por lá ocorria na década de 1930 e 1940, também foram vistos como elementos perigosos, “súditos do Eixo”. São sujeitos vistos como portadores de uma periculosidade que na realidade não existia, tendo suas atividades cotidianas vigiadas pela polícia e pela população. Ações de alemães muito antes de determinações legais serem baixadas, ter qualquer vínculo com a Alemanha, por exemplo, eram elementos utilizados pela polícia para colocar o sujeito debaixo de suspeita. Por vezes, também era empregado como argumento para enquadrar o investigado e justificar sua retirada do convívio social em nome da ordem política e da segurança do país.

Verificamos também, ainda que superficialmente, que o nazismo esteve sim presente em União da Vitória e Porto União em um momento em que não configurava crime político. Entretanto, ele não bateu em todas as portas, haja vista seu próprio modo de funcionamento e, caso batesse, não encontraria receptividade em todas elas. Ademais, estamos falando de sujeitos específicos, alguns daqueles que deixaram a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial, ou seja, com ideias políticas e ideológicas comuns a Alemanha na época. Não podemos aqui tirar conclusões precipitadas no que diz respeito ao nazismo, mas, podemos arriscar dizer que a presença desses partidários funcionou bem aos propósitos da polícia que justificava a existência de perigo nessa região e contribuía para legitimar o Estado Novo.

Por fim, nessas últimas linhas, é preciso destacar duas questões importantes. A primeira é que não esgotamos o potencial das fontes aqui utilizadas, muito ainda há pra explorar nessa documentação, principalmente, em relação ao jornal. A segunda é o desejo de que essa pesquisa não tenha um fim em si, que ela proporcione discussões dentro e fora da academia, pois como destaca Marc Bloch (2002), o passado é um dado que coisa alguma pode modificar. Mas, o conhecimento do passado é coisa em progresso, que se transforma, se aperfeiçoa. Assim, desejamos que essas páginas possam levantar outras questões e múltiplos enfoques na compressão do que foi vivido pelas pessoas nesses municípios fronteiriços em um período conturbado da história do nosso país.

FONTES

ARQUIVO

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Alfredo Werminghoff, nº. 446).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Frederico Luedke, nº. 3.212).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Osvaldo Vasma Filho, nº. 4.809).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Ernesto Saade, nº. 2.909).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Walter Bach, nº 3027).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Henrique Klein, nº. 4.032).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Eugenio Klein, nº. 3.059).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Propagandas dos produtos da Fábrica de Bebidas de Antonio Missau, Pasta Delegacia de Política de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Folha de Anotações de Ernesto Saade, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Fichário Provisório Individual de Frederico Luedke).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Envelope da carta denunciando o encontro das alemãs na residência de Bertholdo Hay, Prontuário 3685).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Depoimento de Antonio Próspero Saporiti. Auto de Declaração de Ernesto Saade, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Depoimento de Augusto Rego Barros. Auto de Declaração de Ernesto Saade, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Depoimento de Alberto Copola. Auto de Declaração de Ernesto Saade, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Depoimento de Henrique Caneparo. Auto de Declaração de Ernesto Saade, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Depoimento de Christian Guth, Prontuário 1538).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Auto de Declaração de Ernesto Saade, 13 de julho de 1941a, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Relatório da polícia sobre Ernesto Saade, 30 de julho de 1941b, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Pedidos de salvo-condutos, 1942 a 1945, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Formulário da Seção de Segurança Nacional, 1942a, Pasta Delegacia de Polícia de Rio Negro).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Relatório de Tarciso Vicente de Castro, 12 janeiro 1942b, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Carta denunciando o encontro das alemãs na residência de Bertholdo Hay, 20 de janeiro de 1942c, Prontuário 3685).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Portaria nº. 30, 28 de janeiro de 1942d - Pasta da Secretaria de Segurança Pública).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 139, da D. P. de União da Vitória a DOPS\PR sobre a prisão de Ernesto Saade, 02 de março de 1942e, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 142, sobre Frederico Luedke, 3 de março de 1942f, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Lista dos funcionários da Empresa Alexandre Schlemm S.A, 10 junho 1942g, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício sobre a presença de Walter Bach no livro A quinta-coluna no Brasil, 15 de junho de 1942h, Prontuário 3685).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 137, do Comandante da 5ª Região Militar a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, 13 de julho de 1942i, Prontuário 3685).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre suspeitos, 7 de agosto de 1942j, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Relatório do delegado de Polícia de Porto União, 26 setembro 1942l, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Relatório da polícia sobre Henrique Klein, 4 de novembro de 1942m, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 1,775, Sobre a entrega do aparelho de rádio de Guilherme Heicka, 4 de dezembro de 1942n, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Carta de Augusto Hersog a DOPS\PR sobre aparelho de rádio, 4 de dezembro de 1942o, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 32, prisão de Jamy Jacó Muentsch Junior, 12 de janeiro de 1943a, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 267 sobre devolução de aparelho de rádio a Jorge Antonio Pinto, 29 de janeiro de 1943b, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 337, sobre Francisco Zanine e Luis Canalli, 3 de fevereiro de 1943c, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 201 do delegado de Polícia de União da Vitória sobre hóspedes e viajantes, 4 de maio de 1943d, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício D. R. de União da Vitória ao Delegado de Ordem Política e Social), 4 de maio de 1943e, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 267, sobre o destacamento de um soldado para o distrito de Porto Vitória 28 junho de 1943f, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício, nº. 1851, sobre fichas destinadas ao registro de hóspedes 25 de outubro de 1943g, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 2.348, sobre armas e munições em Porto União, 11 de dezembro de 1943h, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Arrolamento dos materiais encontrados na residência de Henrique Klein, 14 de dezembro de 1943i, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 535 prisão de Paulo Lange, 17 de dezembro de 1943j, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba (Carta do Major Luis Lobo recomendado Ernesto Saade, 10 de fevereiro de 1944a, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 65, sobre a prisão de Ernesto Saade, 10 de fevereiro de 1944b, Prontuário 577).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 66, Companhia Cervejaria Antártica Paulista, 10 de fevereiro de 1944c, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 914, sobre salvo-conduto a Antonio Missau, 15 de julho de 1944d, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Ofício nº. 4, sobre Alvício Vasma e Osvaldo Vasma Filho, 16 de janeiro de 1945a, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Curitiba. (Prisão de Luiz Bross, 09 de fevereiro de 1945b, Pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória).

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

LIVRO de Atas. Câmara Municipal de União da Vitória, 1890.

LIVRO de Atas. Câmara Municipal de União da Vitória, 1896.

LIVRO de Atas. Câmara Municipal de União da Vitória, 1901.

LIVRO de Atas. Câmara Municipal de União da Vitória, 1905.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

BRASIL, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil (1º de Setembro de 1920)**. Volume IV, Parte V, Tomo II. População do Brasil por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade, a idade e as profissões. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <https://archive.org/details/recenseamento1920predbras> Acesso: 06.10.2016

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Diário Oficial. Rio de Janeiro, DF, 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso: 28.10.2016

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. 10 de novembro de 1937. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso: 11.01.2017

BRASIL. Decreto nº 383, de 18 de Abril de 1938. **Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 18 abr. de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 29.03.2017

BRASIL, Decreto Federal nº 406, de 4 de Maio de 1938. **Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 6 de maio de 1938, p. 8494. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-norma-pe.html> Acesso: 16.12.2016

BRASIL, Decreto-Lei nº. 431, de 18 de Maio de 1938. **Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431.htm Acesso: 04.01.2017

BRASIL. Decreto n. 4.517, de 12 de Agosto de 1939. **Dá organização à Secção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 12 ago. 1939. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-4517-12-agosto-1939-346613-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 10.12.2016

BRASIL, Decreto Federal nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939. **Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros**. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 28 de Agosto de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 17.12.2016

BRASIL, Decreto-lei nº 4.766, 1º de outubro de 1942. **Define crimes militares e contra a segurança do Estado, e dá outras providências.** Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF 1º de outubro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4766-1-outubro-1942-414873-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 12.10.2016

BRASIL. Decreto-lei nº. 1.915, de 27 de dezembro de 1939. **Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências.** Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 27 de dezembro 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL, Decreto-lei nº. 1.938, de 30 de dezembro de 1939. **Dispõe sobre a concessão de favores às empresas jornalísticas e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 4 de janeiro de 1940. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1938-30-dezembro-1939-412012_publicacaooriginal-1-pe.html Acesso: 19.04.2017

BRASIL, Decreto-lei nº. 1.949 de 30 de dezembro de 1939. **Dispõe sobre o exercício da atividade de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 30 de dezembro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1949-30-dezembro-1939-412059-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 10.08.2016

BRASIL, Decreto-lei nº. 3.183, de 9 de abril de 1941. **Cria, na Polícia Civil do Distrito Federal, a Delegacia de Estrangeiros, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 14 de abril de 1941. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3183-9-abril-1941-413208-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 12.05.2017

BRASIL, Decreto Federal nº 4.570 de 18 de setembro de 1942. **Mobiliza os recursos econômicos do Brasil, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 28 de setembro de 1842. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4750-28-setembro-1942-414829-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 15.09.2016

BRASIL, Decreto-lei nº 4.701 de 17 de setembro de 1942. **Dispõe sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios e dá outras providências.** Diário Oficial da União, 19 de setembro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4701-17-setembro-1942-414790-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 18.04.2017

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940).** Série Regional. Parte XVIII. Paraná. Censo Demográfico. População e Habitação. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso: 28.07.2016

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940).** Série Regional. Parte XVIII. Santa Catarina. Censo Demográfico. População e Habitação. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso: 28.07.2016

LEI de Segurança Nacional. Nº 38, de 25 de 4 de abril de 1935. Define crimes a ordem política e social. **Coleção de Leis do Brasil** – 1935. p, 36 Vol. 3.

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878_publicacaooriginal-1-pl.html Acesso: 28.12.2016

JORNAIS

A IMPRENSA. Porto União. **Anúncios**, nº. 34, 28 de novembro, 1920.

A IMPRENSA. Porto União. **Anúncios**, nº. 174, 12 de outubro de 1924.

A IMPRENSA. Porto União. **Anúncios**, nº. 230, 11 de abril de 1926.

A IMPRENSA. Porto União. **Anúncios**, nº. 234, 14 de março de 1926.

A IMPRENSA. Porto União. **Anúncios**, nº. 259, 10 de outubro de 1926.

O COMÉRCIO. Porto União. **Anúncios**. Exemplares diversos de 1937 a 1945.

O COMÉRCIO. Porto União. **Notícia animadora**, nº. 14, 08 de outubro de 1933.

O COMÉRCIO. Porto União. **Deportado o estrangeiro que usava e abusava do piche**, nº. 170, 17 de fevereiro de 1938a.

O COMÉRCIO, Porto União. **Inaugurada, solenemente, no salão nobre da Prefeitura Municipal de União da Vitória, o retrato de S. Excia., o Sr. Presidente da República**. nº. 176, 5 de junho de 1938b.

O COMÉRCIO. Porto União. **A língua portuguesa falada nas mais importantes emissoras do Universo**, nº 180, de 24 de julho de 1938c.

O COMÉRCIO. Porto União. **Fechada a Escola alemã, de Joinville**, nº 180, de 24 de julho de 1938d.

O COMÉRCIO. Porto União. **Serviço Falado de O Comércio**, nº. 185, 18 de dezembro de 1938e.

O COMÉRCIO. Porto União. **O que é o Serviço de Divulgação**, nº. 176, 05 de junho de 1938f.

O COMÉRCIO. Porto União. **Serviço Radiofônico de “O Comércio”**, nº. 191, 19 de março de 1939a.

O COMÉRCIO. Porto União. **Campo de Aviação**, nº. 198, 23 de abril de 1939b.

O COMÉRCIO. Porto União. **Proibidas as manifestações sobre a Guerra**, nº. 201, 17 de setembro de 1939c.

O COMÉRCIO. Porto União. **Jorn. Hermínio Milis**, nº. 206, 24 de dezembro de 1939d.

O COMÉRCIO. Porto União. **Alexandre Schlemm. Convocação**, nº. 208, 25 de fevereiro de 1940a.

O COMÉRCIO. Porto União. **Trechos de importante discurso pronunciado pelo Presidente Getúlio Vargas, perando a grande Concentração Trabalhista, efetuada na Ilha-do-Viana, a 29 do mês de junho proximo findo**, nº 213, 14 de julho de 1940b.

O COMÉRCIO. Porto União. **Legalmente autorizada a circulação desta folha**, nº. 228, 8 de dezembro de 1940c.

O COMÉRCIO. Porto União. **Mais alguma coisa para o ano de 1941**, nº. 224, 22 de dezembro de 1940d.

O COMÉRCIO. Porto União. **A Alemanha atual**, nº 230, 30 de março de 1941a.

O COMÉRCIO. Porto União. **O que são os paraquedistas alemães**, nº. 235, 15 de junho de 1941b.

O COMÉRCIO. Porto União. **Um pouco de lógica**, nº. 238, 27 de julho de 1941c.

O COMÉRCIO. Porto União. **E venceremos!** nº. 239, 17 de agosto de 1941d.

O COMÉRCIO. Porto União. **Duplamente espantoso!** nº. 240, de 31 de agosto de 1941e.

O COMÉRCIO. Porto União. **A Voz da Nação ou a serena e patriótica oração cívica, proferida pelo emérito Presidente Getúlio Vargas, no Dia-da-Pátria**, nº 243, 12 de outubro de 1941f.

O COMÉRCIO. Porto União. **No lugar de uma escola particular fechada, abrem-se duas, por conta do Estado**, nº 243, 12 de outubro de 1941g.

O COMÉRCIO. Porto União. **A campanha de brasilidade**, nº. 246, 30 de novembro de 1941h.

O COMÉRCIO. Porto União. **Com ímpeto vigoroso a proa de um submarino do Reich avança contra a ressaca**, nº 244, 26 de outubro de 1941i.

O COMÉRCIO. Porto União. **Reforço para as tropas alemãs**, nº 246, 30 de outubro de 1941j.

O COMÉRCIO. Porto União. **Ecos das Solenidades do Dia da Bandeira**. O encerramento do Congresso de Brasilidade, nº. 246, 30 de novembro de 1941l.

O COMÉRCIO. Porto União. **Dever de cada um e de todos nós**, nº. 259, 20 de novembro de 1942.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 223-249, 2012.

ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo**: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAFESP, 2006.

ALVI, Hermínio Milis. **Revista da Academia de Letras do Vale do Iguaçu**, nº. 01, 2008.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **O Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana 1895-1995. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv>

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1975.

ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. **A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945)**: do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, 2015.

ATHAIDES, Rafael. **O Partido nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá: Eduen, 2011.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: Leach, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 296-332, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. In: POUTIGNAT, Philippe STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, p. 173-193, 2009.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 137-166, 1999.

BUSSMANN, Janary Maranhão. A Polícia Militar do Estado do Paraná no Contestado. In:

WEHLING, A; ZEFERINO, A; MOURA, A; AXT, G; SANCHES, C. (Orgs.). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

CALISTO Margarete; ANTONIAZZI, Suelen. Memória da cidade de Porto Vitória: subsídios para pesquisa histórica. In: MARTINS; I; GOLHL, J; GASPARI. L. (Orgs.) **Fragmentos de memória, trechos do Iguaçu: olhares e perspectivas de história local**. União da Vitória: Fafuv, 2008 (Coleção Vale do Iguaçu).

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na era Vargas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

CARNEIRO, Maria L. Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 327-340, 1999.

_____. Os arquivos da polícia política brasileira: intolerância, repressão e resistência. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, p. 13-32, 2014.

CARONE, Edgar. **Revoluções do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1977;

CARVALHO, Tarciso Motta de. **Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2009.

CARVALHO, Luis Felipe. **Educação e unidade nacional no Estado Novo: o Primeiro Congresso de Brasilidade (1941)**. Mestrado (História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

_____. Propaganda política e o controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 167-178, 1999.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. Política, ciência e “higiene social”. In: **DOPS: A lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, p. 28-31, 1993.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**, 11 (5), 1991.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CLETO DA SILVA, José. **Accordo Paraná Santa Catarina ou O Contestado diante das Carabinas**. Curitiba: Papellaria Globo, 1920.

_____. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1933.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, PUC, nº 35, p. 253-270, 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html> Acesso 15.01.2017

DAVIDOFF, Carlos Henrique. Revolução de 1932. In: In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>

DIETRICH, Ana Maria. **Caça as suásticas**: o Partido Nazista de São Paulo sob a mira da polícia política. São Paulo Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Fapesp, 2007.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 21-38, 1999. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

DUDEK, Wanilton. **Política, repressão e nacionalismo**: o cotidiano da comunidade alemã do Vale do Iguaçu durante a Era Vargas. União da Vitória: UNIUV, 2015.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações. In: **Varia História**. Belo Horizonte, vol.28, nº. 849, jul./dez., p.849-869, 2012.

FAGUNDES, José; RIBAS, Joaquim Osório. (Orgs.) **Milis Hermínio. Monografia de Porto União**. Palmas: KAYGANGUE, Coleção Vale do Iguaçu. 2002.

FAGUNDES, Pedro H. Todas as cores da repressão: os “camisas verdes” e as perseguições políticas durante a era Vargas. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, p. 159-177, 2014.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FRANZOLIN, João A. Ciciliato. **Uma proposta arriscada**: o jornal Meio Dia e o nazismo (1939-1942). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

_____. A repressão no Governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo. **Cena Internacional**, vol. 8, nº. 2, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira. A Manhã. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv> Acesso 16.01.2017

FILIPAK, Francisco; SICURO, Nelson Antonio. **Antologia do Vale do Iguaçu**. União da Vitória: Coleção Vale do Iguaçu, nº. 24, 1976.

GASPARI, Leni Trentim. **No tempo dos trens nas “Gêmeas do Iguaçu”**: uma viagem ao passado. União da Vitória: Fafuv, Coleção Vale do Iguaçu, nº. 97, 2011.

GAK, Igor Silva. **Os fins e seus meios**: diplomacia e propaganda nazista no Brasil (1938-1942). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, Dissertação (Mestrado em História), 2006.

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. Preconceitos de sangue. In: **História**: questões e debate. Curitiba, vol. 10, p. 157-180, 1989.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Companhias das Letras, 1987.

GREGORY, Valdir. Imigração alemã no Brasil. In: **Cadernos Adenauer**. XIV. Edição Especial, p. 09-27, 2013.

HACKENHAAR, Clayton. O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): disputas políticas e conflitos culturais. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Florianópolis, 2015.

KLUG, João. **A Escola Teuto-Catarinense e o processo de modernização de Santa Catarina**: a ação da Igreja Luterana através das escolas (1871-1938). São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese (Doutorado em História Social), 2013.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê, 2001.

KORNIS, Monica. Tribunal de Segurança Nacional. In: **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv>

LAZIER, Hermógenes. **Origens de Porto União da Vitória**. União da Vitória: Uniporto Grafica e Editora Ltda, 1985.

LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv>

LEITE, Rogério Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 53, nº. 3, p. 737-756, 2010.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 113-153, 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2001.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. A lógica da suspeição. sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**. vol. 17, nº. 34, 1997.

_____. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania R. de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre suspeitos, perseguidos e expulsos. In: VIANNA, Marly de A. G; SILVA, Érica S; GOLÇALVEZ, Leonardo P. **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na era Vargas**. Mauad X: FAPERJ, p. 49-68, 2014.

MAUAD, A. M. Através da imagem: Fotografia e História Interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1 nº. 2, p. 73-98, 1996. Disponível em:
http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. In: **Dados**. Vol. 41, nº. 3. Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. In: **Revista de História**, p. 93-105, 1998.

_____. O ofício das sombras. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte: APM, ano XLII, nº.1, jan.-jun., p.52-67, 2006.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Tese de Doutorado. UFSC, 2009.

OLIVEIRA, Dennison de. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2011.

_____. Dilemas estratégicos do Brasil na Segunda Guerra Mundial: Defesa Hemisférica, política de nacionalização e subversão nazista no Sul do país (1939-1943) In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**. Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina. Florianópolis, nº. 26, p. 50-53, 2015.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv>

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, G; DELGADO, L A. N. **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2012.

_____. Os anos 30: as incertezas do regime. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**. João Pessoa, 2003.

OLIVEIRA, LÚCIA; VELLOSO, Monica P; GOMES, Ângela M. C. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação (Mestrado em História). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2010.

_____. **Sentimentos, ressentimentos e violência: a ação da polícia política no Paraná em relação aos indivíduos de origem germânica (1942-1945)**. Tese (Doutorado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.

PETRONE, Maria Tereza. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: **Emigrazioni europee e popolo brasiliano** (Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987.

PIAZZA, Walter Fernando. **Dicionário político catarinense**. Edição da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994.

POMARI, Luciana Regina; PRIORI, Angelo. DOPS, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. nº. 128, p. 102-109, 2012.

PRIORI, Angelo. Polícia política e sociedade: funcionamento e métodos de ação do DOPS/PR no primeiro período do governo Vargas (1930-1945). In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013.

PRIORI, Angelo; IPÓLITO, Verônica. DOPS, a cidade de Rolândia (PR) e a repressão aos imigrantes de origem alemã (1942-1945). In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, nº. 56, p. 547-580, 2015.

PY, Aurélio da Silva. **A quinta-coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edição da Livraria do Globo, 1942.

RAHMEIER, Andrea Helena. 1942 - Brasil corta relações diplomáticas e declara Guerra a Alemanha. Como isto aconteceu? In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História**.

Associação Nacional de História – Seção Santa Catarina. Florianópolis, nº. 26, p. 74-89. 2015.

RÉMOND, René. RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editoria FGC, p. 441-454, 2003.

RESNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional**: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBAS. Antonio de Lara. **O punhal nazista no coração do Brasil**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. [S.l.: s.n.], 1973.

_____. **A Nau de São Sebastião**. Curitiba: IHGEP, 1978.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, nº. 19, p. 219-243, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, p. 199-228, 1999.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: **Revista USP**, São Paulo, nº.53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

Disponível: www.journals.usp.br/revusp/article/download/33192/3593 Acesso: 20.07.2015

_____. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia: Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração**. Porto Seguro, 2008. Disponível em <http://www.portal.abant.org.br>

SILVA, Hélio. **1930 – A revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Márcio L. S; SOPELSA, Renata A. “O progresso veio de barco”: um estudo sobre a navegação a vapor no rio Iguaçu e sua importância para o desenvolvimento da cidade de São Mateus do Sul – PR (1879-1953). In: **Ateliê da História** 1(1), 137-145, 2013.

THOMÉ, Nilson. A nacionalização no Contestado, Centro-oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX. In: **Linhas**. Florianópolis, v. 8, n. 1, jan./jun. 2007.

TONON. Eloy. Estagnação econômica, imigração, colonização e latifúndio em União da Vitória 1890-1920. In: **Luminária**. União da Vitória: Fafuv, nº. 3, p. 39-55, 1994.

_____. Eloy. **Os Monges do Contestado**: permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

Disponível em <http://www.cpdoc.fgv> Acesso: 25.11.2015

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, nº. 32, p. 125-150, 1996.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: **Revista História e Historiografia**. São Paulo: EDUC, nº. 4, p. 89-102, 1985.